

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Família, sujeito composto: conjugalidade dos pais e sua relação com o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos

Fabio Scorsolini-Comin

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO – SP

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Família, sujeito composto: conjugalidade dos pais e sua relação com o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos

Fabio Scorsolini-Comin

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

RIBEIRÃO PRETO – SP

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta tese de doutorado, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Este estudo adota as orientações do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigência no Brasil desde 1º de janeiro de 2009 e as normas da *American Psychological Association* (APA, 2001, 5ª edição) para citações e referências.

Sobre o título da tese: Foi inspirado na gramática da Língua Portuguesa. A noção de sujeito, na gramática, refere-se ao termo da oração a respeito do qual se diz alguma coisa. O sujeito composto é aquele que possui dois ou mais núcleos. Um núcleo geralmente é representado por uma única palavra. Sendo assim, a palavra família, tal como utilizada no título, seria um núcleo, ou seja, formaria um sujeito simples. O aparente paradoxo ou estranhamento gerado pela expressão “Família, sujeito composto” é intencional e indica que o conceito de família, tal como empregado nas ciências humanas, é polissêmico e abarca uma multiplicidade de noções e de personagens, de modo que falar em família é sempre evocar diferentes vozes, sentidos e participantes, tal como apreendido neste estudo.

Capa e foto: Murilo Moscheta

Ficha Catalográfica

Scorsolini-Comin, Fabio.

Família, sujeito composto: conjugalidade dos pais e sua relação com o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos. Ribeirão Preto, SP, 2012.

278 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Santos, Manoel Antônio dos.

1. Relações conjugais. 2. Relações entre gerações. 3. Transmissão psíquica entre gerações. 4. Relações familiares. 5. Escala de bem-estar subjetivo.

Apoio financeiro

Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com bolsa de doutorado no período de abril a julho de 2010. O projeto recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com a concessão de bolsa de doutorado (Processo 2010/00244-9). O projeto também recebeu apoio do Programa Santander de Bolsas de Mobilidade Internacional, por meio da concessão de bolsa para a realização de doutorado sanduíche junto à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob supervisão da Profa. Dra. Anne Marie Germaine Victorine Fontaine.



Scorsolini-Comin, Fabio.

Família, sujeito composto: conjugalidade dos pais e sua relação com o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos.

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Esta tese é dedicada à minha mãe, Ilza Scorsolini Comin, por ter me ensinado desde pequeno a respeitar e admirar os “antigos”. Agradeço-lhe por ter escolhido meu nome justamente por ele, em sua opinião, “combinar com a palavra doutor”. A partir de agora, cumpro o destino de completar a história do meu nome.

À Glacê, um amor que não cabe em categorias conhecidas, pois sempre transborda.

Agradecimientos

De que são feitos os dias?
– De pequenos desejos,
vagarosas saudades,
silenciosas lembranças.

Cecília Meireles, *Flor de poemas*, 1983

Neste doutorado cabem muitas histórias e muitas pessoas. Histórias que me fizeram chegar até aqui e pessoas que estiveram comigo ao longo de todo esse tempo. É um pouco disso que quero compartilhar com os leitores desta tese, que é cada pedaço dessas histórias, contadas pelas pessoas a quem tenho um agradecimento especial.

Ao Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, agradeço por todos esses anos ao meu lado, incentivando-me desde o mestrado, passando pelas diversas dúvidas ao longo do percurso e pelos ensinamentos que não tinham mais relação apenas com esse estudo, mas com a minha carreira de pesquisador. Obrigado pela paciência, parceria, dicas de bastidores, rigor nas correções, pelo exemplo de dedicação, pelas heranças e tantas oportunidades que sempre me concedeu. Obrigado pelos ensinamentos constantes de como ser um editor de revista científica e de não perder a fé no poder do trabalho. Lembro-me sempre de suas palavras no momento do meu ingresso no doutorado, retiradas de um poema de Mario Quintana: “Eles passarão, eu passarinho”. Aqui estou, também por você e por essas suas palavras. Estaremos sempre juntos.

À Profa. Dra. Anne Marie Germaine Victorine Fontaine, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, por me receber em Portugal e supervisionar meu doutorado sanduíche. As suas diversas considerações sobre a tese me permitiram mudar caminhos e aprimorar minhas análises, ao que lhe serei sempre grato. Sua generosidade, disponibilidade e paciência foram fundamentais na conclusão do estudo! Agradeço por todos os aprendizados e pelo modo sempre carinhoso, suave e autêntico com que orienta a sua equipe e nos incentiva a descobertas várias!

À memória da Profa. Dra. Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, por ter sido a minha orientadora em um momento importante de redefinição de objeto de investigação até o meu ingresso no mestrado. Obrigado por sempre ter acreditado em meu potencial e ter me apresentado a Profa. Anne Marie Fontaine, em 2006. Você está presente também nesta tese, com certeza.

Aos meus pais, Antônio Carmo Comin e Ilza Scorsolini Comin, por tudo o que me ensinam em cada um de nossos encontros, pelo exemplo de amor, trabalho e humildade. Agradeço à minha mãe por sempre me incentivar e acreditar nos meus caminhos, desde tão pequeno, oferecendo-me seus livros, seus cadernos do antigo ensino Normal e todos os materiais de pintura que guardava no nosso quartinho da bagunça. E obrigado, sobretudo, por sempre me oferecer tanto amor por meio dos seus gestos, cuidados e orações. Ao meu pai, por me mostrar a importância de ser pontual, honesto e, acima de tudo, bem humorado. Obrigado por sempre cuidar de mim e de toda nossa família com tanta disponibilidade e doação. Vocês dois são meus grandes exemplos. Amo vocês!

Ao meu irmão, Felipe Scorsolini Comin, por ser uma referência de caráter e por estar ao meu lado desde sempre. Aos meus sobrinhos-afilhados, Guilherme e João, pelas brincadeiras, divertimentos e tempo sempre aberto. Obrigado por movimentarem a “nossa” casa, por serem tão cuidadosos com a nossa família e por me ensinarem muitas coisas que eu já havia desaprendido. Quero aprender sempre com vocês dois!

Ao Leandro Gilio, pela companhia em todos os momentos desta tese e da minha vida e pela leveza que tanto me ensina. Obrigado por todas as ajudas, incentivos, pela calma nos momentos de estresse do doutorado e, acima, de tudo, pelo carinho e pela segurança que sempre me trouxe. À minha pequena Glacê, por me conhecer tão bem, por me receber a cada dia com as suas lambidas e com a sua carinha de saudade. Obrigado por me ensinar que o amor deve ser simples e me aceitar como seu “pai grande”.

Aos meus queridos tios, Celso Scorsolini, Carmen Elena Scarabel Scorsolini e Maria Lúcia Scorsolini Roberto, por todo carinho. Aos meus padrinhos: Sinval Rogério Tacon, Maria de Lourdes Roberto Tacon, Lúcio Fares e Giovana Scorsolini Fares, por sempre torcerem por mim e acompanharem o meu desenvolvimento, de perto ou de longe. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

À memória dos meus avós, Alcides Scorsolini, Ana Mardegan Scorsolini, Carmelo Comin e Maria Rita Zanardo Comin, responsáveis por todas as alegrias da minha infância em Santa Rita do Passa Quatro. Ainda os sinto comigo.

À Profa. Dra. Terezinha Féres-Carneiro, por ser uma referência na minha formação e no meu interesse em pesquisar a conjugalidade. Obrigado pela sabedoria, exemplo e disponibilidade em conversar, explicar e estabelecer parcerias, sempre com muita energia. Agradeço por todas as suas várias contribuições, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Às Profas. Dras. Rosana Spadoti Dantas e Elisa Médici Pizão Yoshida, pela leitura cuidadosa da minha tese e pelas importantes contribuições no meu exame de qualificação. Às Profas. Dras. Adriana Wagner e Débora Dalbosco Dell’Aglío, pela participação na minha banca de defesa.

À Profa. Dra. Silvia Helena Koller, pelo exemplo de pesquisadora séria e de mulher que transborda sentimento. Obrigado pelos conselhos e pelo modo com que sempre me iluminou. Eu a admiro muito.

Esta tese também recebeu o apoio de duas grandes amigas e profissionais, que me apresentaram diversos questionamentos ao longo do processo, mas também me ajudaram a encontrar respostas. Da escolha do título à análise dos dados, vocês foram essenciais! À Laura Vilela e Souza, grande amiga e parceira, por ser tão generosa, por compartilhar uma vida, sonhos, conhecimentos, convites construcionistas, sorrisos vários, projetos e por ser minha companhia nas viagens semanais para Minas. Com você, tudo fica melhor! À Sabrina Martins Barroso, por toda amizade e pelo apoio mais do que fundamental neste estudo. Obrigado pela ajuda estatística em tempo integral e pela paciência em me explicar cada detalhe, em discutir os dados, em me ajudar com a sua presença sempre marcante e especial. Adoro aprender com vocês e me orgulho muito de tê-las como grandes amigas e companheiras de trabalho.

À Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes, pela amizade e por todo o apoio, principalmente nas dificuldades iniciais da tese. À Karin Casarini, pelos conselhos, pelo modo carinhoso de mostrar a sua amizade e a sua preocupação. Ao Murilo Moscheta, por ser um exemplo de profissional e pela linda capa da tese, tecida com tanto cuidado. À querida amiga Alice Costa Macêdo, a minha “estrela que vem do Norte”, pela presença que sempre ilumina e por ser minha guia em etnografias e tantas descobertas acadêmicas ou não. Ainda vamos pesquisar, escrever e amar muito pela vida a fora!

Aos amigos que mais diretamente participaram do percurso desta tese e dividiram comigo tantos momentos, em especial: Geisa Rodrigues, por ser a amiga-irmã mais do que escolhida, por me ensinar que o amor é um exercício constante, por cuidar de mim e por estarmos sempre conectados, não importa a distância! Erica Mencucini, por me fazer bem, me querer bem e me dar sempre versos e canções – você é uma inspiração para a vida! Ao Gabriel Abrão Queiroz, pela lealdade ao longo de todos esses anos e por ser um amigo para toda e qualquer hora, não importa a distância. Amo vocês a perder de vista!

Aos amigos que fazem parte da minha trajetória, desta tese e da minha vida: Ana Cláudia Matsuda, Elaine Gazignato, Cíntia Lopes Soares, Vivian Maria Calderan, Andressa

Verônica Neves Lucas da Silva, Angelita Zamberlan Nedel, Tatiane Mitleton Borges Ramos, Cassio Name Risk, Clarissa Trzesniak, Juliana Bezzon da Silva, Cibele Peroni, Tatiana Nakabayashi, Lucas Otávio Peres, Maria Carolina Szymanski de Toledo, Maria Carolina de Carvalho, Priscila Rebollo de Campos e Karine Mencucini. Às queridas Natacha Rodrigues Soares e Catarina Karen dos Santos Silva, pela presença em uma fase muito importante do doutorado. Aos amigos que conheci durante o curso de Pedagogia na USP, Gabriela da Rocha Rodrigues, Kelly Souza, Carolina Lourenço, Stella Rodrigues, Adriana Müller, Tatiane Silva, Mario Moretto e Jalles Lima, por serem tão companheiros e leais.

Aos amigos que conheci no Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração: Adriana Sayuri Ota, Aline Mizumukai, Ana Lúcia Kazan, Ana Paula Seno Pinheiro, Andressa Jacobs, Bosco Della Coletta, Carolyne do Prado Valverde, Cyntia Ioshico Yamada, Diego Queirantes, Felipe José Gameiro, Gabriella Peixoto Monarin, Gustavo Abrão, José Antonio Machado Junior, Juliana de Freitas Oliveira, Juliana Queiroz, Kaoê Olivato, Mariane Belisário Fachin, Marina Secaf, Matheus Chapuis, Paula Fukunaga Perroud e Pedro Henrique Zanetti.

Aos membros do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (NEPPS-USP-CNPq), coordenado pelo Prof. Manoel Antônio dos Santos, em especial: Érika Arantes de Oliveira-Cardoso, Élide Dezoti Valdanha, Carolina Leonidas e aos meus orientandos no grupo, Yurín Garcêz e Janaína Vidotti. À querida Livia Otuka, que tanto me ensinou no exercício de ser um orientador.

Aos docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), em especial: Katia de Souza Amorim, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, Lucy Leal Melo-Silva, Leda Verdiani Tfouni, Soraya Maria Romano Pacífico e Geraldo Romanelli. À coordenadora da Pós-graduação em Psicologia, Profa. Dra. Eucia Beatriz Lopes Petean, por todas as portas que me abriu e pela disponibilidade constante em ajudar.

Aos queridos funcionários da Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP, Jacqueline Corrêa, Maria Fabiana Cardoso Tavares, Denise Aparecida Silveira, Maria Inês Joaquim e César Pereira Brites, pelo modo carinhoso e sensível com que recebem a todos nessa importante fase da vida acadêmica. Aos docentes da FFCLRP-USP e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP-USP), que me permitiram coletar os dados do doutorado durante as suas aulas. Obrigado pelo espaço e pela confiança.

Aos docentes e alunos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), pelas oportunidades de aprendizado que se iniciaram junto com o doutorado. Em especial, agradeço às minhas orientandas e orientandos do PROSA (Laboratório de Investigações sobre Práticas Dialógicas e Relacionamentos Interpessoais, UFTM-CNPq), por todo o carinho, pelo sentido de continuidade e pelo alubrimento em cada passo da pesquisa: Mariana Silva Cecílio, Júnia Denise Alves-Silva, Ana Bárbara Morelli, Geysa Cristina Marcelino Nascimento, Mayara Colleti, Flávia Ximenes e Alexandre Trevisani Meletti.

Agradeço especialmente aos pesquisadores do Centro de Psicologia Diferencial da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, por me receberem além-mar com muito carinho e disponibilidade: Jorge Gato, Daniela Freitas, Marisa Matias, Marina Mendonça e Egídio Oliveira. Vou sentir saudades dessa energia! À Profa. Dra. Susana Coimbra, pelos sorrisos constantes e por todo seu cuidado. Às minhas queridas amigas e companheiras de doutorado sanduíche, Ana Carolina Braz, Heloísa Gonçalves Ferreira, Marta Regina Gonçalves Correia Zanini e Camila Aparecida Pinheiro Landim, pelas infinitas ajudas, consultorias estatísticas, pela “modelagem do meu repertório verbal”, por todas as descobertas compartilhadas, viagens, sangrias, *playlists* e momentos que guardarei para sempre, com muito amor. Obrigado por participarem desta trajetória.

Aos participantes da pesquisa, pela generosidade e por compartilharem sentimentos, expectativas e um pouco do que são. Vocês são a essência deste estudo.

Por fim, agradeço às agências de fomento que me auxiliaram em minha formação acadêmica até o presente momento, principalmente nesta tese: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos FAPESP 2004/01388-3, 2007/52584-5, 2010/00244-9 e 2010/09660-5), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo CNPq 114106/2006-1) e Banco Santander, por meio de seu Programa de Mobilidade Internacional vinculado à Pró-Reitoria de Pós-graduação da Universidade de São Paulo (Edital 002/2011).

Com desejo, saudade e muitas lembranças!

Fabito.

Resumo

Scorsolini-Comin, F. (2012). *Família, sujeito composto: conjugalidade dos pais e sua relação com o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Este estudo descritivo, transversal e correlacional teve por objetivo geral investigar as relações existentes entre a medida da conjugalidade dos pais, tal como percebida e vivenciada pelos filhos, os níveis de bem-estar subjetivo e de satisfação em relacionamentos amorosos apresentados por estes filhos, bem como a variação desta relação em função do *status* conjugal dos filhos (casados, solteiros que namoram e solteiros que não namoram). Foi constituída uma amostra de conveniência composta por três grupos independentes, um de pessoas casadas havia no mínimo dois anos (Grupo A, $N = 118$, média de idade 41,55, $DP = 10,01$), um de solteiros que namoravam havia no mínimo um ano (Grupo B, $N = 140$, média de idade 21,99, $DP = 3,16$) e outro de pessoas solteiras que não namoravam também havia um ano (Grupo C, $N = 116$, média de idade 21,52, $DP = 4,25$). A amostra total foi do tipo não probabilística, totalizando 374 participantes. Os instrumentos utilizados foram: Questionário de Identificação do Participante, incluindo uma pergunta geral de satisfação no relacionamento atual (SR); Critério Abipeme; Escala de Bem-estar Subjetivo (EBES) para avaliar os afetos positivos (AP), afetos negativos (AN), satisfação com a vida (SV) e bem-estar subjetivo (BES); Escala Fatorial de Satisfação com o Relacionamento de Casal (EFS-RC), que permite apreciar a satisfação em relação à atração física e sexualidade (SAFS) e a satisfação com afinidade de interesses e comportamentos (SAIC); e o Questionário de Conjugalidade dos Pais (QCP). As análises foram realizadas com o auxílio do *software SPSS for Windows* versão 17.0. Após a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, foi empregada estatística não-paramétrica para análise de correlações (Spearman). Os dados foram normalizados para a comparação entre os grupos (ANOVA e ANCOVA) e para as análises de regressão múltipla (método *stepwise*), considerando as variáveis de satisfação no relacionamento (SR, SAFS, SAIC), e de bem estar subjetivo (AP, AN, SV e BES) como variáveis dependentes. O nível de significância adotado foi $p \leq 0,05$. Na amostra total, a percepção sobre a conjugalidade dos pais (PCP) correlacionou-se significativamente com a SAFS ($\rho = 0,20$; $p < 0,001$) e, entre os casados, com a SAIC ($\rho = 0,22$; $p = 0,017$),

embora sejam associações consideradas fracas. Nos solteiros que namoram, não houve correlações significativas com a PCP. A PCP foi uma das preditoras da SAFS, SAIC, AP, AN, SV e do BES, não rejeitando as hipóteses 1 e 3 do estudo, segundo as quais a PCP estaria correlacionada à satisfação dos filhos em seus relacionamentos amorosos (H1) e com o seu bem-estar (H3). As variáveis de satisfação no relacionamento estão associadas aos fatores do BES, não rejeitando a hipótese 2. Os níveis médios da PCP foram significativamente diferentes entre solteiros e casados, não rejeitando a hipótese 4. Considerando as diferenças de idade entre os grupos e para controlar os possíveis efeitos desta variável, efetuou-se uma análise de covariância (ANCOVA), considerando a idade como covariada. Esta análise permitiu compreender melhor o papel da variável idade na PCP e os resultados apoiam a interpretação de que a idade seria uma variável desenvolvimental poderosa, que resgataria experiências acumuladas ao longo da vida. Sugere-se que estudos adicionais sejam realizados para dar suporte a essa primeira conclusão. Os casados avaliaram de modo mais negativo o casamento dos pais em comparação com os solteiros, possivelmente por realizarem um julgamento menos idealizado e mais amadurecido do relacionamento parental. Conclui-se que a percepção da conjugalidade dos pais, por ser uma das variáveis que explicariam o bem-estar subjetivo e a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos, é um fenômeno que deve ser associado à qualidade conjugal e ao estabelecimento de relacionamentos interpessoais considerados positivos, o que pode ser balizador para futuras investigações e práticas de intervenção com casais.

Palavras-chave: Relações conjugais; Relações entre gerações; Transmissão psíquica entre gerações; Relações familiares; Escala de bem-estar subjetivo.

Abstract

Scorsolini-Comin, F. (2012). *Family, compound subject: marital relationships of the parents and its relation with a subjective well-being and satisfaction of romantic relationships of their children*. Doctoral Thesis, Post-graduation Program in Psychology, Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

This descriptive, cross-sectional and correlational study aimed to investigate the relationship between the measure of parental conjugality as perceived and experienced by children, the levels of subjective well-being and the satisfaction in romantic relationships displayed by these children, as well the variation of this relationship as a function of marital status of children (married, single and dating and singles who do not date). It was selected a convenient sample comprised by three independent groups: (1) two-year-old married people (Group A, $N = 118$, mean age 41.55, $SD = 10.01$); (2) single people who have dated over at least one year (Group B, $N = 140$, mean age 21.99, $SD = 3.16$); and (3) single people who had not been in a relationship since one year earlier (Group C, $N = 116$, mean age 21.52, $SD = 4.25$). The total sample was non-probabilistic, summing 374 subjects. The following instruments were applied: Questionnaire for the Identification of Participant including a general question of satisfaction in current relationship (SR); Abipeme Criterion; Scale of Subjective Well-being (EBES) to assess positive affect (AP), negative affect (AN), satisfaction with life (SV) and well-being (BES); Satisfaction with Couple Relationships Factorial Scale (EFS-RC), which evaluates satisfaction in relation to physical attraction and sexuality (SAFS) and satisfaction with common interests and behaviors (SAIC) and the Parental Questionnaire Conjugality (QCP). The statistical analysis was performed using SPSS software version 17.0 for Windows. After applying the Kolmogorov-Smirnov normality test, it was run a statistical non-parametric correlation analysis (Spearman). The data were normalized for comparison between groups (ANOVA and ANCOVA) and multiple regression analyzes (stepwise method), considering the variables of satisfaction in the relationship (SR, SAFS, SAIC), along with subjective well-being (AP, AN, SV and BES) as dependent variables. The significance level was $p \leq 0.05$. In the total sample, the perception of parents' marital (PCP) was significantly correlated with the SAFS ($\rho = .20$; $p < .001$) and among married, with SAIC ($\rho = .22$; $p = .017$), although associations are considered weak. For the group singles who date, no significant correlations with the PCP were found. The PCP was one of the predictors

of SAFS, SAIC, AP, AN, SV and BES, not rejecting hypotheses 1 and 3 of the study, according to which the PCP was correlated to the satisfaction of the children in their love relationships (H1) and their well-being (H3). The variables of satisfaction in the relationship are factors associated with the BES, not rejecting the hypothesis 2. The average levels of PCP were significantly different between single and married, not rejecting the hypothesis 4. Considering the age differences between groups and to control the possible effects of this variable, it was performed an analysis of covariance (ANCOVA), considering age as a covariate. This analysis allowed to better understanding the role of the age variable in the PCP and the results support the interpretation that age would be a powerful developmental variable, which redeem accumulated experiences throughout life. It is suggested that additional studies should be conducted to support this initial conclusion. Married participants have considered parents' marriage more negatively compared to single participants, possibly by evaluating in a less idealized way besides a more mature judgment of the parental relationship. It was concluded that perception of parental conjugality, as one of the variables that explain the subjective well-being as well as satisfaction in romantic relationships of their children, is a phenomenon that should be associated with marital quality and the establishment of positive interpersonal relationship, which could be a landmark for future research and intervention practices with couples.

Keywords: Marital relations; Relations between generations; Psychic transmission between generations; Family relations; Subjective well-being scale.

Résumé

Scorsolini-Comin, F. (2012). *Famille, sujet composé: la conjugalité des parents et sa relation avec le bien-être subjectif et la satisfaction face aux relations amoureuses de leurs enfants*. Thèse de Doctorat, Programme de Post-graduat en Psychologie, Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de Ribeirão Preto, Université de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Cette étude descriptive, transversale et corrélationnelle a comme objectif général l'étude des relations entre une mesure de conjugalité parentale, telle qu'elle est perçue et vécue par les enfants, le niveau de bien-être subjectif et de satisfaction face aux relations amoureuses de ces enfants, ainsi que de la variation qu'introduit le statut conjugal des enfants (mariés, célibataires, ayant ou non une relation amoureuse) au sein de ces relations. L'échantillon est formé par trois groupes indépendants, le premier est formé de personnes mariées depuis au moins deux ans (Groupe A, $N = 118$, âge moyen = 41,55, $ET = 10,01$), le second de célibataires qui maintiennent une relation amoureuse depuis un an ou plus (Groupe B, $N = 140$, âge moyen = 21,99, $ET = 3,16$) et le troisième de célibataires qui ne maintiennent pas de relation amoureuse depuis au moins un an (Groupe C, $N = 116$, âge moyen = 21,52, $ET = 4,25$). Il s'agit d'un échantillon non aléatoire et de convenance de 374 sujets. Les instruments utilisés furent les suivants: Questionnaire d'Identification du Participant, qui inclu une question générale de satisfaction face à la relation (SR); Critère Abipeme; Échelle de Bien-Être Subjectif (EBES) pour évaluer les émotions positives (AP), les émotions négatives (AN), la satisfaction face à la vie (SV) et le bien-être subjectif (BES); Échelle Factorielle de Satisfaction face à la Relation de Couple (EFS-RC), qui permet d'apprécier la satisfaction en relation à l'attraction physique et la sexualité (SAFS) et la satisfaction quant aux affinités en termes d'intérêts et de comportements (SAIC); et le Questionnaire de Conjugalité Parentale (QCP) pour la Perception de la Conjugalité Parentale (PCP). Les analyses furent effectuées avec le *software SPSS for Windows* version 17.0. Après l'application du test de normalité de Kolmogorov-Smirnov, des statistiques non-paramétriques ont été utilisées pour l'analyse des corrélations (Spearman). Les données furent normalisées avant d'effectuer les comparaisons entre groupes (ANOVA et ANCOVA) et les analyses de régression multiples (méthode *stepwise*), pour lesquelles les variables de satisfaction face à la relation (SR, SAFS, SAIC) et de bien-être subjectif (AP, AN, SV e BES) ont été considérées variables dépendantes. Le niveau de signification adopté est de $p \leq 0,05$. La Perception de la

Conjugalité Parentale (PCP) est en corrélation significative avec la SAFS ($\rho = 0,20$; $p < 0,001$), dans l'échantillon total et avec la SAIC ($\rho = 0,22$; $p = 0,017$), pour les sujets mariés, bien que ces associations soient considérées faibles. Pour les célibataires qui maintiennent une relation amoureuse, aucune des corrélations avec la PCP n'est significative. La PCP est l'une des variables prédictives des SAFS, SAIC, AP, AN, SV et du BES, ce qui permet de ne pas rejeter les hypothèses 1 et 3 de l'étude, selon laquelle la PCP serait associée à la satisfaction des enfants face à leurs relations amoureuses (H1) et à leur bien-être (H3). Les variables de satisfaction face à la relation sont associées à des facteurs de BES, ce qui permet de ne pas rejeter l'hypothèse 2. Les niveaux moyens de la PCP sont significativement différents pour les sujets célibataires et mariés, ce qui permet de ne pas rejeter l'hypothèse 4. Considérant les différences d'âge entre les groupes et afin de contrôler les possibles effets de cette variable, une analyse de covariance (ANCOVA) a été menée, considérant l'âge comme covariante. Cette analyse a permis de mieux comprendre le rôle de la variable "âge" dans la PCP et les résultats appuient l'interprétation selon laquelle l'âge serait une variable développementale puissante, qui récupérerait les expériences accumulées au long de la vie. Des études supplémentaires devraient être réalisées pour mettre à l'épreuve cette première impression. Les sujets mariés évaluent plus négativement le mariage de leurs parents, que les sujets célibataires, probablement parce qu'ils émettent un jugement de la relation parentale moins idéalisé et qui semble correspondre à un niveau de maturité plus élevé. En guise de conclusion, la perception de la conjugalité des parents, en tant que variable qui expliquerait le bien-être subjectif et la satisfaction face à la relation amoureuse des enfants, est un phénomène qui doit être associé à la qualité conjugale et à l'établissement de relations interpersonnelles considérées positives, résultat qui peut orienter tant de futures recherches comme des pratiques d'intervention auprès de couples.

Mots Clés: Relations conjugales; Relations entre générations; Transmission psychique entre générations; Relations familiales; Échelle de bien-être subjectif.

Lista de abreviaturas

AP	Afetos positivos
AN	Afetos negativos
SV	Satisfação com a vida
BES	Bem-estar subjetivo
EBES	Escala de Bem-estar Subjetivo
SAFS	Satisfação com a atração física e sexualidade
SAIC	Satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos
EFS-RC	Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento de Casal
PCP	Percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais
QCP	Questionário de Conjugalidade dos Pais
SR	Grau de satisfação com o relacionamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
DP	Desvio-Padrão
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Lista de Tabelas

Tabela 1	Distribuição numérica e percentual dos participantes de acordo com o estado marital ($N = 374$)	136
Tabela 2	Caracterização dos participantes em termos de idade, renda familiar, número de filhos, média de idade dos filhos e tempo de casamento dos pais	137
Tabela 3	Caracterização sociodemográfica da amostra total (Grupos A, B e C) ($N = 374$)	251
Tabela 4	Caracterização do Grupo A, de pessoas casadas ($N = 118$)	138
Tabela 5	Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas casadas (Grupo A) ($N = 118$)	253
Tabela 6	Caracterização do Grupo B, constituído de pessoas solteiras que namoram ($N = 140$)	139
Tabela 7	Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas solteiras que namoram (Grupo B) ($N = 140$)	255
Tabela 8	Caracterização do Grupo C, constituído de pessoas solteiras que não namoram ($N = 116$)	139
Tabela 9	Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas solteiras que não namoram (Grupo C) ($N = 116$)	257
Tabela 10	Distribuição numérica e percentual dos participantes de acordo com as médias obtidas nos fatores avaliados pelos instrumentos EBES, QCP e EFS-RC, segundo o estado de relacionamento atual do participante	140
Tabela 11	Índices dos fatores de satisfação com o relacionamento de casal e do bem-estar subjetivo na amostra total ($N = 374$)	141
Tabela 12	Teste de normalidade dos dados pelo método Kolmogorov-Smirnov ($N = 374$)	142
Tabela 13	Correlações e valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal, satisfação com o relacionamento atual e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais na amostra total ($N = 374$)	147
Tabela 14	Correlações e respectivos valores de p entre a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais e fatores associados na amostra total ($N = 374$)	150

Tabela 15	Correlações e respectivos valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas casadas ($N = 118$)	156
Tabela 16	Correlações e respectivos valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas solteiras e que namoram ($N = 140$)	161
Tabela 17	Correlações e respectivos valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo e a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas solteiras que não namoram ($N = 116$)	164
Tabela 18	Comparação entre os três grupos pelo método de análise de variâncias (ANOVA)	167
Tabela 19	Análise de comparação dos grupos por meio do teste Post Hoc de Tukey ($N = 374$)	259
Tabela 20	Análise de regressão múltipla pelo método <i>stepwise</i> , elencando as variáveis SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES como dependentes ($N = 374$)	170
Tabela 21	Quadro resumo das principais hipóteses do estudo, utilizando os dados da amostra total ($N = 374$)	172

Lista de Figuras

Figura 1	Representação do bem-estar subjetivo (BES) como um conceito associado à saúde mental	101
Figura 2	Representação da dimensão positiva da saúde mental, em termos dos conceitos de bem-estar psicológico e do bem-estar subjetivo (BES)	101
Figura 3	Representação das variáveis de bem-estar subjetivo e dos fatores cognitivos, afetivos e contextuais, adaptada de Galinha (2008)	102
Figura 4	Representação dos fatores da Escala de Bem-estar Subjetivo - EBES	143
Figura 5	Representação dos fatores da Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento de Casal - EFS-RC	143
Figura 6	Modelo de relação observada da satisfação no relacionamento (SR) com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), a satisfação do casal (SAFS, SAIC) e o bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 374$)	146
Figura 7	Representação das correlações significativas entre os fatores do bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal, satisfação com o relacionamento atual (SR) e da percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais ($N = 374$)	148
Figura 8	Modelo teórico da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada à satisfação no relacionamento (SR, SAFS, SAIC) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 374$)	151
Figura 9	Modelo de relação observada entre a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), satisfação no relacionamento e bem-estar subjetivo ($N = 374$)	151
Figura 10	Modelo de relação observada da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada à satisfação no relacionamento (SR, SAFS, SAIC) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 118$)	154
Figura 11	Modelo de relação observada entre a satisfação no relacionamento (SR), a satisfação em relacionamento de casal (SAFS, SAIC) e o bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 118$)	155
Figura 12	Representação das correlações significativas obtidas entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas casadas ($N = 118$)	157

Figura 13	Representação hipotética de um modelo de pistas causais para a amostra de pessoas casadas ($N = 118$)	158
Figura 14	Modelo de relação observada da satisfação no relacionamento (SR) associada à satisfação em relacionamentos de casal (SAFS) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 140$)	160
Figura 15	Representação das principais correlações entre os fatores de bem-estar subjetivo e da satisfação no namoro ($N = 140$)	161
Figura 16	Modelo de relação observada da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada ao bem-estar subjetivo ($N = 116$)	163
Figura 17	Histograma de normalização, após transformação logarítmica, da variável percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais	165
Figura 18	Gráfico Q-Q da regressão, tendo no eixo X os valores observados e, no eixo Y, a normal esperada	166
Figura 19	Gráfico Q-Q de dispersão, tendo no eixo x os valores observados e, no eixo Y, o desvio da normalidade	166
Figura 20	Modelo representativo dos fatores preditores da SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES	171

Sumário

Apresentação	35
Capítulo I – Sujeitos simples e compostos: investigações sobre a família e a conjugalidade	45
A família como construção relacional	50
Nascer, crescer e casar: o desenvolvimento narrado no infinitivo	55
Viver a dois, conjugar no plural	61
Capítulo II – Palavras com uma mesma raiz: da conjugalidade dos pais à conjugalidade dos filhos	67
Construir, organizar e transformar: a transmissão psíquica entre gerações	72
Percepções dos filhos sobre os relacionamentos amorosos dos pais	81
Capítulo III – Sujeito e predicado: relações entre bem-estar subjetivo e satisfação nos relacionamentos amorosos	87
Namoro e formas de vinculação	92
Produção científica sobre o bem-estar subjetivo	97
Objetivos	105
Objetivo Geral	107
Objetivos Específicos	107
Hipóteses	109
Percurso Metodológico	113
Tipo de estudo	115
Participantes	117
Instrumentos	120
Procedimento	126
Análise dos dados	128
Considerações éticas	132
Resultados	133
Organização dos resultados	135
Análise descritiva	136
Análise de normalidade dos dados	142
Análise correlacional na amostra total	143
Análise correlacional no grupo de pessoas casadas	153
Análise correlacional no grupo de pessoas que namoram	159
Análise correlacional no grupo de pessoas que não namoram	163
Normalização dos dados	165
Comparação entre os grupos	167
Análise de regressão múltipla	169

Discussão	175
Considerações sobre os grupos de casados e solteiros	178
Considerações sobre o grupo de pessoas casadas	190
Considerações sobre o grupo de solteiros que namoram	194
Considerações sobre os solteiros que não namoram	197
Para alinhar os achados e ampliar o horizonte de compreensão	199
Considerações finais	207
Referências	219
Apêndices	245
Apêndice A	247
Apêndice B	249
Apêndice C	251
Apêndice D	253
Apêndice E	255
Apêndice F	257
Apêndice G	259
Anexos	261
Anexo A	263
Anexo B	265
Anexo C	269
Anexo D	275
Anexo E	277

“Sua obra é um sonho”, disse-lhe um homem duro como um carvalho. Sua prematura calvície brilhava como um holofote, seus olhos penetrantes eram duas lâminas às quais as sobrancelhas caídas serviam de escudo, criando uma imagem de carinho. Sua expressão era agradável. Uma expressão de vitória.

“Eu não pinto sonhos nem pesadelos. Pinto minha própria realidade”, respondeu Frida.

Pablo Picasso olhou-a, como se rebuscasse o segredo de sua obra na mulher. Descobriu que ela mesma era uma tela, pintada com cuidado a cada ano de sua vida.

“Eu sempre disse que a qualidade de um pintor depende da quantidade de passado que leva consigo. Em você vejo muito passado”.

Frida sorriu. Talvez estivesse tentando flertar com Picasso, talvez só procurasse aceitação num mundo hostil. Conseguiu.

Francisco Hagenbeck, *O segredo de Frida Kahlo*, 2011, p. 215-216

Apresentação

Hoje eu lembro dos meus rios
Em mim mesma mergulhada
Águas que movem moinhos
Nunca são águas passadas.

Roberto Mendes e Jorge Pontual, *Memória das águas*

“Quais são as leis na cozinha, Frida?”, perguntou ele. Frida limpou as mãos e mostrou a Eulália a receita escrita no “Livro da erva santa”, que ela deveria seguir para conseguir a magia dos sabores. Pegou um cigarro e colocou-o nos lábios como se fosse um colibri que alcança o mel de uma flor. Fez aquele movimento com calma necessária para deixar que o veneno da luxúria se estendesse por cada parte do corpo do velho. Pegou seu cigarro. Deu uma grande tragada e exalou lentamente a fumaça, que dançou pelo ar para acariciar as barbas brancas de Trotski, enfiando-se pelas fossas nasais. O russo deleitou-se com um sabor de hortelã, baunilha e limões.

Francisco Haghenbeck, *O segredo de Frida Kahlo*, 2011, p. 180

A apresentação desta tese ocorre de modo indissociável da apresentação de seu autor. Assim, o modo como este estudo será revelado ao leitor passa pela compreensão de suas condições de produção e pelo inevitável contato com aquele que o escreve. Mas quem escreve esta tese? O filólogo Bakhtin (1979/1992) oferece uma forma não tradicional de compreensão da autoria para além de uma entidade centrada em uma única pessoa, rejeitando a ideia da

escrita como um produto solitário de incursões por um determinado conteúdo e da construção de um estilo próprio. A autoria, na acepção bakhtiniana, é uma produção coletiva que considera as múltiplas vozes que nos constituem continuamente, de modo que seria impossível pensar o humano fora das relações que o ligam ao(s) outro(s). Assim, relativiza o conceito largamente difundido de autoria como um esforço individual e exercício introspectivo, não se localizando em um indivíduo, mas no meio social.

Quem escreve, portanto, não é um único autor, motivo pelo qual, em diferentes partes desta tese, emprego a primeira pessoa do plural, na consideração de um *nós* responsável por contar uma história, narrar o percurso de uma pesquisa científica e convidar diferentes leitores também para a produção de um texto que se deseja em transformação. Embora a escrita de uma tese se faça, muitas vezes, em momentos de isolamento, o diálogo com diferentes outros acompanha todo o percurso do pesquisador-escritor-autor. Quantas vidas estão aqui nessas linhas iniciais, reescritas quase que diariamente ao longo de alguns meses! Esses outros (conhecidos, não conhecidos, porém lembrados) compartilham comigo a escrita que ora se apresenta. Feitos esse esclarecimento, começo por narrar um pouco sobre o modo como esta tese tomou forma. Nesse diálogo inicial, recupero importantes influências (pessoais, científicas, artísticas, literárias) que me conduziram tanto para a temática da tese como para a seleção do modo como a mesma será descrita aos leitores.

Conta-se que a pintora mexicana Frida Kahlo (1907-1954) possuía um pequeno livro de receitas¹ no qual reunia os segredos culinários que tanto encantavam as pessoas, sobretudo os homens. Neste documento pessoal, ela anotava receitas mexicanas de iguarias que deveriam ser preparadas para celebrar os mortos, anualmente, em sinal de respeito pelo passado e pela tradição, corporificada nas histórias de vida de seus pais, suas irmãs, amigos revolucionários, de seu companheiro Diego Rivera e de seus vários e várias amantes que colecionou ao longo de sua existência (Haghenbeck, 2011; Herrera, 2011). Entre as guloseimas estavam pequenos doces que traziam as fotos e os nomes de pessoas de sua família confeitados com açúcar, caveiras de açúcar, pão dos mortos no formato de ossos humanos, caixões contendo passarinhos feitos de açúcar, entre outros pratos mexicanos típicos. Era uma forma de sempre lembrá-los, assim como pregava a tradição mexicana.

¹ Chamado “Livro da erva santa”, era uma coleção de receitas culinárias para preparar as oferendas do Dia dos Mortos, comemorado em 2 de novembro. Segundo a tradição mexicana, neste dia os defuntos têm permissão divina para visitar os humanos encarnados, devendo estes recebê-los com um altar contendo cravos, pães doces, fotografias de parentes mortos, imagens religiosas, velas para iluminar o caminho para outra vida, assim como os pratos preferidos dos falecidos (Haghenbeck, 2011).

O livro não era uma celebração da morte, mas da vida naquilo que ela possui de mais visceral: seu sabor e aroma que permanecem impregnados em suas lembranças. Frida era uma cozinheira astuta e que conhecia bem o segredo da mistura de seus ingredientes. Seus deliciosos pratos eram considerados uma arma de sedução. E era pelo seu livro de receitas que revelava não apenas esses segredos, mas importantes passagens de sua vida, como o acidente de bonde que a vitimizara quando era adolescente, seu casamento, seu processo criativo, suas dores físicas e emocionais, as inevitáveis decepções e, sobretudo, seu profundo amor por Diego. Ao cozinhar para os antepassados, Frida reverenciava o passado do qual se sentia parte integrante, selando um pacto com o próprio destino.

O chamado “livro da erva santa” bem que poderia ser considerado uma de suas biografias, que retrata o modo como a mistura de aromas e sabores, submetidos a diferentes técnicas culinárias, provocava o deslumbramento das pessoas diante de suas produções gastronômicas. E era nesse relato, de “passo a passo”, que Frida conseguia depurar sua história de vida, contada com e por seus entes queridos. É por meio dessa metáfora que começo a narrar o modo como esta tese de doutorado foi escrita. O percurso compreendido entre 2010 e 2012, no entanto, diz pouco sobre como este trabalho tomou forma. Chamo este período de acabamento. Assim, costumo dizer que este estudo é anterior a tal fase, ou melhor, que sua tessitura começou muito tempo antes.

Para contar um pouco desse percurso, recordo-me de quando encontrei um livro que ia ser descartado por uma vizinha da minha avó Ana, junto a tantos outros livros e cadernos usados. Tinha eu a idade de cinco anos e como não tínhamos muitos livros em casa, achava um desperdício alguém fazer isso. Pedi o livro para esta vizinha como se fosse alguém que salvaria a vida daquelas folhas antigas e já amareladas pelo tempo. Apanhei o livro ainda sem saber ler sequer o título², coloquei-lhe uma capa transparente e o guardei em minha estante, tal como um tesouro. Olhando agora em retrospectiva, penso que foi nessa época que começou o meu namoro com a Psicologia (ainda sem sabê-lo). Anos mais tarde, quando decidia qual profissão seguir, lembrei-me deste livro e não pude conter a surpresa e o encantamento ao ver a coincidência com o caminho profissional que eu estava começando a trilhar a partir de então. Foi aí que li o meu primeiro livro de Psicologia, publicado em 1955, quando a profissão de psicólogo nem era regulamentada no Brasil. Este fato me lembrou do conto *Felicidade clandestina*, de Clarice Lispector (1998), que narra a epopeia de uma menina

² Santos, T. M. (1955). *Noções de Psicologia Educacional* (6a ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

com o livro que sua amiga jamais lhe emprestava. Quando conseguiu, enfim, o livro, enamorou-se pelo mesmo, balançando-se por muito tempo na rede na companhia dele: “Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante” (p. 12). Nessa passagem sublime, a menina do conto – ou aquela mulher madura na qual ela se tornou – narra a operação psíquica que permite à futura leitora equacionar o saber intelectual ao universo sensorial que abre passagem para o deleite erótico e a fruição estética.

Ingressei no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo em março de 2002. E já no segundo semestre, depois de cursar as disciplinas Metodologia Científica e Seminários de Pesquisa I, comecei a me enveredar pelo universo da pesquisa científica. O interesse por estudar a família começou durante a minha graduação, na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento: O ciclo vital, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira e da Profa. Dra. Katia de Souza Amorim, que me deram a oportunidade de fazer parte do seu grupo de pesquisa, o qual foi fundamental em minha formação como pesquisador. O Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI-USP-CNPq) me proporcionou entrar em contato com as reflexões em torno da construção de um conhecimento que se pretende científico, relativizando e ampliando minha concepção sobre o papel do pesquisador nesse processo, vendo-o como um coconstrutor de saberes e práticas, dentro de um dado contexto histórico-cultural.

A temática da família tangenciou a minha primeira iniciação científica³, realizada durante a maior parte da minha graduação, adquirindo *status* de figura já em um segundo momento, quando comecei a investigar a vivência conjugal de pais com filhos pequenos, sob orientação da saudosa Profa. Dra. Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves⁴, uma pessoa que esteve presente em toda a minha formação, acompanhando-me até o ingresso no mestrado. Nesta ocasião da iniciação científica, já prestes a me formar, meu foco era o modo como o casal não

³ Projeto intitulado “A tríade mente-corpo-ambiente nos processos desenvolvimentais dialógicos de crianças com Paralisia Cerebral”, orientado pela Profa. Dra. Katia de Souza Amorim, com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2004/01388-3), no período de maio de 2004 a junho de 2006. Defesa da monografia junto ao Programa de Bacharelado Especial em Psicologia da FFCLRP-USP no dia 9 de junho de 2006. Banca examinadora: Profa. Dra. Katia de Souza Amorim (orientadora), Profa. Dra. Carmem Lúcia Cardoso e Prof. Dr. Reinaldo Furlan.

⁴ Projeto “Laços de família: a vivência conjugal de casais com filhos pequenos”, orientado pela Profa. Dra. Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, com bolsa de estudos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq, Processo 114106/2006-1), no período de julho de 2006 a julho de 2007.

apenas compartilhava e negociava a educação dos filhos, mas também o desenvolvimento do próprio relacionamento amoroso.

Foi buscando as possíveis associações entre uma vivência conjugal satisfatória e a satisfação individual dos cônjuges que engendrei meu projeto de mestrado, sob a preciosa orientação do Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos⁵, que lapidou comigo muitas das questões que me levavam a estudar a conjugalidade. Tratou-se de um estudo de caráter descritivo, transversal, correlacional e que teve por objetivo investigar as relações existentes entre os fatores dos construtos bem-estar subjetivo, conjugalidade e satisfação conjugal. Como principais resultados, encontrou-se que as dimensões da conjugalidade se mostraram correlacionadas com a satisfação conjugal e que a percepção de bem-estar no casamento é positiva e significativamente relacionada com a de satisfação com a vida. A interpretação dos resultados apoiou-se no referencial teórico da Psicologia Positiva. Frente aos resultados obtidos, considerou-se a necessidade de estudos futuros que investigassem não apenas as transformações da conjugalidade, mas as mudanças da própria percepção subjetiva da felicidade e do bem-estar no casamento e no âmbito da família.

Com a defesa do mestrado, outras ideias já começavam a ser escritas em meu percurso de pesquisador. Uma série de outras perguntas já me conduziam, quase que automaticamente, para um outro estudo, agora em uma fase de maior maturidade. Na tentativa de estudar a família pela ótica de diferentes casais, que viviam em união consensual ou em namoro estável, bem como de pessoas solteiras, delineei o projeto de doutorado⁶, processo iniciado ainda durante a escrita do exame de qualificação de mestrado (dezembro de 2008). Passado quase um ano de reflexão em torno da nova proposta de investigação, ingressei no programa de doutorado da Universidade de São Paulo (março de 2010), momento que me possibilitou amadurecer as questões que me motivavam desde a escolha da temática que deu origem à minha primeira iniciação científica. Interessava-me compreender como as diferentes

⁵ Projeto “Conjugalidade e bem-estar subjetivo na perspectiva da Psicologia Positiva”, orientado pelo Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2007/52584-5), no período de agosto de 2007 a julho de 2009. Defesa do mestrado em 10 de julho de 2009. Banca examinadora: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos (orientador), Profa. Dra. Terezinha Féres-Carneiro e Profa. Dra. Silvia Helena Koller.

⁶ Estudo financiado com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de abril a julho de 2010 e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2010/00244-9) (bolsa de doutorado concedida e não aceita pelo pesquisador em função de seu ingresso como docente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, a partir de 5 de julho de 2010). O estudo também recebeu o apoio do Banco Santander, por meio de concessão de bolsa de Mobilidade Internacional para realização de estágio na Universidade do Porto, Portugal (fevereiro e março de 2012).

tradições, heranças, valores, formas de expressão do afeto e também percursos de vida eram transmitidos de uma geração a outra, tendo como foco o estudo da família. Nesse ponto, pensava tanto na questão da multiplicidade dos arranjos familiares contemporâneos quanto na consideração do modo como o tempo atravessava essas famílias, evidenciando também as noções de cultura e desenvolvimento.

Foi pensando nesse ciclo que a tese começou a ser construída, concomitantemente ao início das minhas atividades como docente no Departamento de Psicologia do Desenvolvimento, da Educação e do Trabalho da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em julho de 2010. Passados poucos meses como docente no curso de Psicologia, fui delineando algumas das hipóteses que não apenas organizavam este estudo, como o viabilizavam em termos teórico-metodológicos. O desejo de investigar a família contemporânea, suas interfaces e o modo como esta instituição atravessa a constituição das pessoas e suas percepções, foi se consolidando paulatinamente e me levando a tecer novos questionamentos sobre o objeto pesquisado.

Um dos pontos de partida para o presente estudo é que no processo de socialização da criança, que se dá prioritariamente no âmbito da família, opera-se a apropriação de valores, normas, costumes, papéis, conhecimentos e condutas que são transmitidos e regulados pela sociedade. Nesse contexto, a literatura científica destaca a família como um nicho de desenvolvimento primário (Biasoli-Alves, 1997; Diniz & Salomão, 2010; Keller, 1998; Neder, 2011; Winnicott, 1965/1997). Similarmente, aponta-se que as características de personalidade e as cognições e crenças dos pais sobre as motivações e capacidades da criança são significativas na modelação de práticas disciplinares (Bridges, Connell, & Belsky, 1988) e também em relação ao seu desenvolvimento futuro (Diniz & Salomão, 2010). Nesse sentido, não apenas as crenças parentais, mas também as formas de cuidado e de transmissão de valores têm oferecido aporte para as investigações acerca do modo como jovens e adultos constroem seus vínculos amorosos. Ou seja, o cerne dessas vinculações remete à família.

Desse modo, neste estudo é dada ênfase não apenas à família, sua organização e estrutura, mas também aos relacionamentos amorosos, notadamente na configuração do casamento, como importantes dimensões relacionadas ao bem-estar e à própria felicidade (Aboim, 2006; Scorsolini-Comin & Santos, 2010a, 2011a; Seligman, 2000, 2002; Snyder & Lopez, 2009). Os relacionamentos conjugais têm sido estudados em sua relação com o bem-estar das pessoas, principalmente a partir do conceito de conjugalidade (Scorsolini-Comin, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2009), sendo encontrados estudos que pontuam a

correlação positiva entre casamento e satisfação com a vida (Reis & Gable, 2001; Scorsolini-Comin & Santos, 2010b, 2011a; 2011b; 2012a; Seligman, 2002, 2011; Snyder & Lopez, 2009).

Segundo pesquisas eminentemente teóricas conduzidas a partir de diferentes áreas, vinculações familiares seguras na infância estariam associadas aos relacionamentos afetivos satisfatórios na vida adulta, interferindo em uma apreensão mais positiva da realidade e uma consequente avaliação positiva da vida (Bartholomew & Horowitz, 1991; Hazan & Shaver, 1987; Main & Goldwyn, 1998). Assim, parte-se da hipótese de que essas vinculações familiares não estariam relacionadas apenas à ligação cuidador-criança nos anos iniciais do desenvolvimento, mas também ao modo como os filhos perceberiam o relacionamento dos pais (cônjuges) em termos de satisfação, vivência conjugal e dos modelos identificatórios elaborados e reelaborados ao longo do tempo.

Para ordenar nosso discurso, propomos alguns questionamentos que podem servir de balizas para organizar nosso pensamento:

(a) A vinculação dos filhos com seus parceiros amorosos na fase adulta (conjugalidade dos filhos) estaria relacionada à percepção⁷ destes filhos acerca do relacionamento afetivo dos seus pais (conjugalidade dos pais)?;

(b) A conjugalidade dos pais (tal como percebida pelos filhos) estaria relacionada ao bem-estar subjetivo e à satisfação dos filhos em seus relacionamentos afetivos de namoro e casamento?;

(c) Em outras palavras, a percepção que os filhos têm acerca da conjugalidade dos pais estaria relacionada à percepção que tais filhos teriam de sua própria conjugalidade?;

A meta é que essas reflexões, amparadas em um estudo empírico, possam contribuir para ressignificar e ampliar o papel atribuído aos relacionamentos afetivos e à família na contemporaneidade.

Essas são questões que provocaram o presente estudo, que teve por objetivo investigar as relações existentes entre a medida da conjugalidade dos pais, tal como percebida e

⁷ Neste estudo, empregamos a palavra “percepção” como um processo dialético contínuo em que o sujeito exteriorizaria o seu ser no meio social, à medida que este é interiorizado por ele como realidade objetiva, construindo seu relacionamento com o mundo, com o outro e consigo mesmo (Berger & Luckmann, 1966/1985). Embora este termo nos remeta a uma tradição cognitivista, optamos por mantê-lo por se referir a uma espécie de “retrato” da realidade oferecida pelo sujeito no momento em que este é interpelado. Esse pressuposto permite que investiguemos o fenômeno da conjugalidade a partir de um instrumento de testagem psicológica. Há que se considerar que tal tratamento é uma opção metodológica adotada não apenas neste estudo, mas também em outras investigações, embora não deixemos de considerar a conjugalidade como um construto criado e difundido, sobretudo, pela psicanálise.

vivenciada pelos filhos, os níveis de bem-estar subjetivo e de satisfação em relacionamentos amorosos apresentados por estes filhos, bem como a variação desta relação em função do *status* conjugal dos filhos (casados, solteiros que namoram e solteiros que não namoram).

Em termos da organização da tese, o percurso teórico está dividido em três capítulos. No primeiro, “Sujeitos simples e compostos: investigações sobre a família e a conjugalidade”, discutimos de onde partimos para abordar esses dois conceitos e quais os efeitos da adoção desses pressupostos teóricos nas investigações em Psicologia. Ainda, trazemos um olhar contemporâneo sobre a família e o casamento, situando-os frente aos contextos socioeconômicos e culturais observados na contemporaneidade.

O segundo capítulo adentra a questão central do estudo, a conjugalidade de pais, mães, filhos e filhas⁸, “Palavras com uma mesma raiz: da conjugalidade dos pais à conjugalidade dos filhos”. Partindo dos modelos parentais e das percepções sobre seus relacionamentos, de que modo os filhos podem construir ou desconstruir suas próprias relações amorosas? Nesse sentido, discutimos a questão a partir das concepções psicanalítica, sociológica e psicossocial, não apenas em termos de uma transmissão que ocorreria *necessariamente e a nosso despeito*, mas de que modo tais percepções poderiam atravessar nossa própria constituição como filhos e futuros cônjuges, ou seja, compondo nossa subjetividade e nossa inscrição no mundo como indivíduos que compartilham sua vida e gratificam suas necessidades com os outros.

O terceiro e último capítulo, “Sujeito e predicado: relações entre bem-estar subjetivo e satisfação conjugal”, aborda o bem-estar subjetivo como possível elo entre as gerações, problematizando este conceito tanto como um indicativo de bem-estar como de uma ligação entre pais, mães, filhos e filhas. Apresenta-se de que modo o bem-estar subjetivo vem sendo apreendido na literatura científica e quais os eventuais desdobramentos desses estudos, notadamente com pessoas em situação conjugal.

Feitas essas considerações, passamos à apresentação do percurso metodológico, a partir de um estudo quantitativo, de corte transversal, realizado com pessoas casadas e solteiras. Após a apresentação dos resultados, discutiremos os achados com base na literatura científica destacada nos primeiros capítulos, buscando responder às questões formuladas e que justificam a proposta da presente tese. Passemos, então, à explicitação dos nossos objetos de investigação.

⁸ Nesta tese, por vezes, empregamos as expressões “dos pais” e “dos filhos”, o que poderia pressupor que estaríamos considerando apenas pessoas do sexo masculino. Para evitar tal sensação, advinda da Língua Portuguesa, optamos por ampliar essas expressões para “dos pais e mães” e “de filhos e filhas”. No entanto, essas formas ampliadas não são empregadas em todo o texto, a fim de tornar a leitura da tese mais fluida e objetiva.

Capítulo I

*Sujeitos simples e compostos:
investigações sobre a família e a conjugalidade*

Não importa que a tenham demolido:
A gente continua morando na velha casa em que nasceu.

Mario Quintana, *Quintana de bolso*, 2007

Amores são águas doces
Paixões são águas salgadas
Queria que a vida fosse
Essas águas misturadas

Roberto Mendes e Jorge Pontual, *Memória das águas*

O que nos interessa nas ciências humanas é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto.

Mikhail Bakhtin, *Estética da criação verbal*, 1979/1992, p. 329-330

A seleção do objeto de estudo é, além do primeiro passo de uma investigação científica, uma das escolhas mais importantes que permeiam a trajetória de uma pesquisa. Os motivos dessa escolha podem ser muitos, entre eles: por interesse pessoal, pelo fato de formar um juízo de valor acerca da importância do assunto, por uma razão teórica, porque descobriu-se uma suposição ou uma predição a partir de uma teoria particular que nunca foi testada

(Barret, 2010). Pensando na multiplicidade de vozes e entoações discursivas que nos constituem, podemos dizer que nenhuma dessas escolhas ocorre de modo isolado e independente do contexto no qual se vive.

Tendo como ponto de partida a família, este estudo a elege como “o texto”, na acepção bakhtiniana, buscando os diferentes sentidos existentes a respeito dela e que constituem o nosso olhar para o fenômeno da conjugalidade. Tendo como necessária a apreensão e a compreensão de nosso objeto de investigação (conjugalidade), Bakhtin (1979/1992) pontua que as ciências humanas – na qual se situa a Psicologia – não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, mas ao ser humano em sua especificidade. Quando o humano é estudado fora desse texto (no caso, a família) e independentemente do mesmo (contexto), já não mais falamos em ciências humanas. Sendo assim, ambas as dimensões serão trazidas à baila.

Nesse processo, evocaremos as vozes de muitos autores que têm investigado essas temáticas ao longo dos anos. Sendo assim, compartilhamos da preocupação exposta por Souza (2005) de que, ao elaborarmos nosso próprio texto com as palavras de outrem, devemos encontrar uma forma que faça justiça ao conteúdo daquilo que se quer “expressar, falar ou transmitir como ideias e palavras que são, ao mesmo tempo, palavras e ideias alheias e próprias” (p. 319). Posto isso, este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar, pelo discurso histórico, de que modo a conjugalidade vem sendo constituída no âmbito da família contemporânea e como essas duas noções se articulam na composição de um texto familiar dinâmico e aberto a releituras, como a que operaremos aqui.

O amor enquanto objeto de estudo fascina pesquisadores desde a Antiga Grécia, período no qual era merecedor de reflexões atentas por parte de filósofos como Platão e Aristóteles. Segundo Rougemont (1999), a partir do século XII provençal, o amor passou a ser considerado um sentimento nobre, uma vez que enobrecia o indivíduo tanto social como moralmente: os trovadores podiam passar para a aristocracia, que os trataria como iguais. Para o referido pensador, vem dessa época a ideia romântica de que o amor é uma nobreza moral que nos coloca “acima das leis e dos costumes” (p. 252).

Com o passar do tempo, outras disciplinas surgiram e também se dedicaram ao estudo do amor em suas diferentes manifestações, como é o caso da Psicologia e das Ciências Sociais. Na contemporaneidade, o amor se tornou uma categoria de análise do comportamento, de compreensão da família, imiscuindo-se nos domínios da Economia, do Direito e da administração das finanças pessoais e da família. Desse modo, pode-se dizer que

a sociedade, tal qual a conhecemos e construímos, não apenas não existiria sem o amor, como também não sobreviveria à modernidade e às novas formas de leitura de mundo que criamos *a partir de e por esse* sentimento.

Em termos da importância do amor, Torres (2000) destaca que esta “ideia” (ou o seu desejo) seria relevante não apenas para a vida cotidiana de todos os cidadãos, mas também para a própria teoria sociológica. Resgatando o estudo de Goode (1959), Torres (2000) afirma que o amor não se trata apenas de um sentimento presente na vida social, mas também de uma força que levaria à ação, tendo ainda o poder de criar novas relações sociais.

O amor também sempre esteve associado à ideia de felicidade ou à busca por ela, em suas diferentes redescições ao longo das épocas e nas diversas culturas. Como destacado por Costa (1998), quando o amor romântico se instaurou como norma de conduta emocional na Europa, respondia a anseios de autonomia e felicidade pessoais. Sua associação com a vida privada burguesa fez com que se tornasse um elemento de equilíbrio entre a felicidade individual e o compromisso com os ideais coletivos, ou seja, era algo presente tanto na esfera da vida privada como na esfera da vida pública.

Com o tempo, a hiperinflação do amor fez com esse sentimento deixasse de ser um meio de acesso à felicidade para se tornar seu atributo essencial. O cenário de transformação da intimidade na era contemporânea (Giddens, 1993), impulsionado pela perda do interesse na vida pública, a emancipação das minorias sexuais e a perda dos meios tradicionais de doação de identidade (família, religião, pertencimento político, entre outros), fez com que restasse aos indivíduos apenas a identidade amorosa e a esperança de realização amorosa.

Tal realização, notadamente na cultura ocidental, vem se dando a partir da união de duas pessoas, pelo casamento ou pela união consensual, ainda que o tema amor tenha evoluído, segundo pensadores como Bauman (2004), para um objeto de estudo fluido, que nos seria de difícil acesso e compreensão devido ao seu caráter mutável e frágil. Segundo este autor, cada vez mais os laços afetivos seriam caracterizados por essa fragilidade, gosto pelo efêmero e fugacidade das alianças e formas de compromisso estável. O ser humano priorizaria os relacionamentos em “redes”, as quais podem ser tecidas ou desmanchadas com igual facilidade – e frequentemente sem que isso envolva nenhum contato além do virtual –, fazendo com que não saibamos mais manter laços a longo prazo. Essa dificuldade também daria espaço ao culto do efêmero, priorizando características como a beleza e as relações estabelecidas instantaneamente, relegando a um segundo plano aspectos como a cumplicidade e a responsabilidade na interação diádica (Lipovetsky, 2007).

Aboim (2009), no domínio das ciências sociais, afirma que o tema “amor”, embora possa ser considerado pelo senso comum como algo relacionado exclusivamente a um par, uma díade, um casal, é visto como necessário para a conceitualização da própria individualidade, dentro ou fora da dimensão familiar. Nesse sentido, coloca-se o desafio de investigar a conjugalidade como uma noção associada ao conceito de identidade e, como tal, apreender as suas mudanças e nuances ao longo do tempo, uma vez que não se trata de uma temática unívoca, totalmente estável ou permanente ao longo do tempo. A partir dessas considerações, passaremos a problematizar as definições de família e conjugalidade adotadas neste estudo.

A família como construção relacional

A família tem sido investigada por muitos teóricos que, por meio de diferentes abordagens sobre o ser humano e seu desenvolvimento, têm priorizado, de tempos em tempos, determinadas descrições do que vem a ser essa instituição. Assim, coexistem tanto descrições que a colocam como uma noção tradicional, burguesa, como um grupo primário por excelência, um fenômeno universal presente ao longo dos tempos (Ferrari & Kaloustian, 2011; Inglez-Mazzarella, 2006) quanto outras que a definem como uma organização em constante transformação, em função dos movimentos de mudanças, rupturas e permanências ao longo do desenvolvimento humano (Lomando, Wagner, & Gonçalves, 2011; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012; Sarti, 2004; Sawaia, 2010; Uziel, 2007). Nesta última descrição, já não poderíamos falar em um sentido universal de família.

Ao afirmar que a família contemporânea é relacional, Singly (2007) destaca que esta instituição se construiu progressivamente como um espaço privado, em que os membros possuem interesse maior em ficar juntos, em compartilhar a intimidade, estando atentos à qualidade das relações estabelecidas. A cisão entre espaços públicos e privados, por sua vez, ocorreu concomitantemente ao crescimento da importância do fator afetivo na regulação das relações intrafamiliares. Assim, não basta que descrevamos a família contemporânea em termos de suas estruturas – o desafio está em justamente conhecer suas funções e formas de funcionamento, que extrapolam a observação como ferramenta metodológica.

Pode-se compreender a família como primeira mediadora entre homem e cultura, uma unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas

condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social (Dessen & Polonia, 2007). Ainda segundo essas autoras, a família atualizaria significados e práticas culturais próprias, responsáveis por gerar modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas. Essas experiências seriam tanto em nível individual como coletivo, organizando, interferindo e tornando a família uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social.

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais (Dessen & Polonia, 2007, p. 22).

Tais experiências também seriam circunscritas a aspectos culturais, como os que, por exemplo, contribuíram para a construção da noção de família no contexto brasileiro. Na introdução do clássico livro de Jurandir Freire Costa, “Ordem médica e norma familiar”, de 1983, apresenta-se um panorama da família brasileira naquele momento, que se via em um movimento de ruptura com as antigas tradições e de redefinições que ainda não podiam ser deliberadamente apreendidas à época:

... tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se. A desestruturação da família é sucessivamente imputada ao afrouxamento dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à rebeldia da adolescência; à repressão da infância; ao excesso de proteção aos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. Em suma, os indivíduos estariam como que desaprendendo as regras de convivência que mantinham a família coesa. Cada um deles parece aspirar juntamente àquilo que se opõe ao direito ou às aspirações do outro. A independência reclamada pelos adultos implica no abandono das crianças; a autonomia dos filhos, no cerceamento da liberdade dos pais; a emancipação da mulher, em atritos com o poder do homem e assim por diante. Os membros da família, em vez de aliados, estariam se tornando inimigos. O lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções. Ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentando a guerra entre sexos e gerações (Costa, 1983, p. 11).

Esse modo de compreender a família estava alinhado ao pensamento burguês que considerava apenas um modelo possível: de um homem, casado com uma mulher e que vivia com os seus filhos. A desconstrução desse modelo em vários lares brasileiros e fora do Brasil ameaçavam a continuidade da descrição de uma norma familiar, instaurando a possibilidade de que novas descrições fossem criadas e colocadas à prova. Mais do que a deflagração dessa ruptura, a introdução desse livro mostrava o lado negativo dessa desconstrução, fomentando

que outros estudos fossem realizados para explicar por que a família estava se fragmentando ou entrando em uma espécie de crise. Para além desse movimento que reclamava o retorno das antigas tradições e modelos familiares tidos como corretos e protetivos, outras investigações foram sendo conduzidas no sentido de não mais resgatar o que estava “em ruínas”, mas de propor descrições mais elásticas e capazes de promover uma releitura de noções como família, parentesco, geração e casamento, tão caras às ciências humanas. Atendendo a essa necessidade, em 1994, Vaitsman propôs que caracterizássemos a família como flexível e plural, em um movimento que claramente visava abarcar todas as transformações que estavam sendo observadas:

Assim como o casamento, a família, empurrada pela dinâmica da mudança, está longe de ter desaparecido. Assumiu novas formas, tornou-se plástica, flexível, fazendo e refazendo seus limites com frequência. O que era desvio há duas décadas, difundiu-se, institucionalizou-se e passou a conviver com institucionalidades já existentes. A heterogeneidade legitimou-se como um dominante cultural também no campo do casamento e da família (Vaistman, 1994, p. 190).

Decorridos quase vinte anos desse “anúncio” do fim da família tradicional, é preciso ter cautela ao analisar as mudanças que ocorreram e que ainda têm ocorrido. Passos (2003), em uma análise das recentes configurações familiares, elenca que o modo de apreender o que é a família tem sido atravessado pelos discursos psicanalítico, institucional e da efemeridade das transformações. Esses discursos põem em foco três aspectos ou dificuldades: (a) tendência dos estudos psicanalíticos de se voltarem para os intrapsiquismos do indivíduo, desconsiderando outras questões; (b) tendência a ser analisada exclusivamente pelo seu viés social, em termos do seu contexto; (c) velocidade das transformações dos arranjos familiares, abrindo a possibilidade de equívocos conceituais que não sustentem análises mais aprofundadas.

Tais dificuldades interpelariam o modo como as investigações sobre a família têm se configurado, demandando que os pesquisadores possam ampliar o escopo das definições que têm oferecido a partir de critérios como rigor científico e olhar crítico sobre os movimentos de ruptura e permanência observados na contemporaneidade. Essa demanda pela consideração da complexidade do fenômeno coloca também o desafio de estudar famílias concretas, contempladas tanto em termos de seus mecanismos grupais e de constituição do psiquismo como acerca dos contextos históricos e culturais que perpassam as gerações. O desafio, desse modo, é compreender a família em suas singularidades e em suas pluralidades, evocando

descrições que se constituam como ferramentas úteis no percurso teórico-metodológico de cada estudo científico.

Sendo assim, nosso objetivo nesta tese não é cristalizar uma única definição de família ou evocar um sentido único para o conceito. Priorizamos, por outro lado, que diferentes descrições possam conviver e apontar para percursos possíveis no processo de compreender a família. Em uma perspectiva desenvolvimentista, a família também pode ser compreendida como um espaço composto por pessoas de idades diversificadas e que estão, dessa forma, em momentos de desenvolvimento diferentes, avançando juntas em um ciclo vital marcado por eventos críticos, definidores de etapas evolutivas e de tarefas de socialização (Biasoli-Alves, 1997; Diniz & Salomão, 2010; Neder, 2011), inseridas em um contexto histórico, social, ético e político (Sawaia, 2010).

Discutindo as atuais mudanças operadas na família, Sarti (2004) aborda a relação entre família e cultura. Para esta autora, a família se delimita, simbolicamente, a partir de um discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade. Cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem.

Ainda para Sarti (2004), pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si, supondo evidentemente que isso se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, irmãs, pais, mães, filhos e filhas e entre marido e mulher).

Corroborando tal pensamento, Diniz e Salomão (2010) afirmam que a família deve ser entendida dentro da cultura em que está inserida, com sistemas simbólicos e padrões comportamentais diversos, em uma proposta na qual as experiências concretas interacionais variam segundo os diversos cenários que se estabelecem (Keller, 1998), o que traz implicações significativas para os pais e o modo como estes pensam o processo de criação dos filhos e das filhas. Família e sociedade são, portanto, dimensões complexas e que devem ser analisadas conjuntamente.

Em apoio a essa colocação, algumas pesquisas da área da Psicologia do Desenvolvimento têm demonstrado a importância de se investigar a interface entre sociedade, família e socialização enquanto base para a construção de redes sociais (Diniz & Salomão, 2010; Miller & Harwood, 2001; Zamberlan & Biasoli-Alves, 1997) e também de redes de significados em constante transformação e reorganização, a partir de uma matriz sócio-histórica com uma concretude no tempo e no espaço (Amorim & Rossetti-Ferreira, 2008). Tais redes seriam conceituadas como contextos culturalmente estruturados que os indivíduos criam para eles mesmos e que, conseqüentemente, transmitem para suas crianças (em um processo de coconstrução), por meio da família e das práticas educativas.

Nesse sentido, Bourdieu (1996) define a família como uma construção social e cultural organizada por normas, valores e representações. Tal organização não ocorreria de uma única maneira, uma vez que, primeiramente, estamos inseridos em uma classe ou camada social que organiza suas relações internas e externas de acordo com um determinado repertório cultural, abrindo a possibilidade de diversos arranjos domésticos (Romanelli, 2003a).

Similarmente, na visão da Antropologia, a família é analisada como um valor com grande peso em todas as camadas da população, podendo significar coisas diferentes a depender da categoria social que se recorta (Duarte, 1994; Fonseca, 2005). Assim, quando estudamos pessoas de camadas mais abastadas, prevalece a noção de família como linhagem (ligada à ideia de patrimônio). Já entre as camadas médias há o espírito da família nuclear. “Para os grupos populares, o conceito de família está ancorada (sic) nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (Fonseca, 2005, p. 51).

Desse modo, a família pode ser apresentada tanto como uma construção social quanto relacional (Singly, 2007), na medida em que teria na sociedade e na cultura uma de suas sustentações, mas também se transformaria a partir das diferentes relações sociais e interpessoais performatizadas na contemporaneidade, em uma nova leitura dos costumes, arranjos e formas de descrição dessa noção por meio da linguagem, tal como sugerido por Gergen (1997).

No âmbito da família são transmitidos valores, percepções e modos de subjetivação. Embora os cuidados dos filhos e filhas resultem de elaborações culturais, esses encargos estão predominantemente associados às mulheres. Desse modo, é preciso que se analisem os vínculos constitutivos da instituição doméstica (Romanelli, 2003b). Para Durham (1983), a família está fundada na criação de laços de aliança entre um homem e uma mulher, de descendência que unem os pais e as mães aos filhos e filhas e de consanguinidade,

estabelecidos entre irmãos e irmãs. Tal como os laços de aliança, as relações entre pais, mães, filhos e filhas são instituídas a partir de ordenações culturais, em uma sobreposição aos aspectos biológicos.

Tal como destaca Romanelli (2003b), a reprodução da família, que engloba a reprodução biológica e social, coloca em pauta as relações entre pais, mães, filhos e filhas, bem como o processo socializador realizado no âmbito da unidade doméstica. Para este autor, apesar da importância da escola como agência socializadora, a família continua a ser importante na “transmissão de princípios ordenadores da conduta que, em grande parte, estão incrustados em aspectos subjetivos, inclusive no que diz respeito à constituição da identidade de gênero” (p. 79).

Nessa concepção, a família não seria apenas produtora de novos seres humanos, mas seria responsável por sua sobrevivência e constante recriação, o que implica na necessidade de uma série de cuidados e afetos. Esses afetos seriam também uma base sobre a qual a família seria sustentada e poderia redefinir-se ao longo do tempo, dentro de uma dada sociedade e também durante o ciclo vital. É em relação a esses afetos que podemos refletir sobre a delimitação da conjugalidade na presente investigação, o que passa, quase sempre, pela também conceitualização do casamento.

Nascer, crescer e casar: o desenvolvimento narrado no infinitivo

A temática do casamento na sociedade contemporânea vem despertando o interesse não apenas de pesquisadores, mas também da mídia e do discurso popular, sempre voraz por uma literatura que coloque essa instituição como redentora ou como destruidora do bem-estar em sociedade. Na visão de Torres (2004), o casamento por amor, e não mais exclusivamente por questões materiais ou de transmissão da propriedade, impôs-se como a grande solução para o mal-estar conjugal, como garantia contra o desentendimento. A partir dos anos 60 do século XX, no entanto, o amor, condição necessária para a união conjugal, passou a ser insuficiente se limitado apenas ao início da relação. Para além de um pretexto inicial para o casamento, passou a ser fundamental que o amor e o entendimento perdurassem ao longo da relação.

A despeito dos discursos que colocam o casamento como algo negativo ou fadado ao fracasso, dados recentes da pesquisa anual de Estatísticas de Registro Civil do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) revelaram que a taxa de casamentos no Brasil atingiu o maior nível desde 1995. A chamada taxa de nupcialidade legal⁹ atingiu 6,7 pontos – desde 1998, o número mais alto registrado havia sido 6,6 (em 1999). Em 1995, a taxa foi de 6,8 pontos.

Segundo a pesquisa, o total de casamentos diminuiu entre 1999 e 2002, mas tem crescido nos últimos anos, especialmente desde 2003. No ano de 2008, a taxa de nupcialidade foi a maior dos últimos nove anos. Em 2006, o total de casamentos no Brasil foi de 889.828, número 6,5% maior do que o apurado em 2005. Em 2007, houve 916.006 casamentos, confirmando a tendência de crescimento que vem sendo registrada no país desde 2002. Acerca das causas desse aumento, o estudo menciona a melhoria no acesso aos serviços de justiça, mudanças no Código Civil, renovado em 2002, e ofertas de casamentos coletivos.

No ano de 2009, o total de casamentos ocorridos e registrados no país caiu 2,3% em relação a 2008. O resultado provocou uma queda de 0,2 pontos na taxa de nupcialidade, na primeira retração desde 2002 do indicador que mede o número de casamentos por mil habitantes. A maior taxa de nupcialidade do país ficou com o Acre, com 11,2 casamentos por mil, quase o dobro da taxa nacional, de 6,5 por mil habitantes. Em 2009, foram registrados 935,1 mil casamentos no Brasil, dos quais 914,8 mil foram de pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocorridos e registrados no ano de referência da pesquisa. Segundo os demógrafos, a queda no número de casamentos em 2009 interrompe a sequência de crescimento contínuo que vinha sendo observada desde 2002. Por se tratar de um único ponto, a variação de 2009 pode ser interpretada como uma tendência de estabilidade (IBGE, 2010).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁰ de 2009, em um universo estimado de 145,3 milhões de pessoas, 45,8% do total, ou 66,6 milhões de pessoas, eram casadas; e 42,8% do total, ou 62,2 milhões de pessoas, eram solteiras. Segundo a mesma pesquisa, do total de população masculina, 47,6% eram casados. Entre as mulheres, 44,2% são casadas. Isso ocorreu porque não é igual o número de homens e de mulheres pesquisados dentro da amostra para realizar o levantamento. Entre as localidades

⁹ A taxa é obtida pela divisão do número de casamentos pelo de habitantes e multiplicando-se o resultado por 1.000.

¹⁰ Realizada anualmente pelo IBGE, a PNAD abrange temas de habitação, rendimento e trabalho, além de aspectos demográficos e educacionais. Iniciada em 1967, apenas para o Rio de Janeiro, atualmente tem caráter nacional, elaborada a partir de uma amostra de domicílios. Para a PNAD 2009, foram pesquisadas 399.387 pessoas e 153.837 unidades domiciliares em todo o país. Dados recuperados de <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,casados-sao-maioria-na-populacao-brasileira,34466,0.htm>>, em 11 set. 2010.

pesquisadas, a região Sul é que possui a maior proporção de pessoas casadas, com 49,7% do total da população, seguida pela região Sudeste (48,2%).

No ano seguinte, 2010¹¹, foram registrados 977.620 casamentos, ou seja, houve um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior. A maior parte desses casamentos envolveu cônjuges solteiros (81,7%). Os recasamentos (casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo) totalizaram 18,3% das uniões, um crescimento em relação a 2000 (11,7%). Entre os estados, as taxas mais elevadas foram em Rondônia (9,4%), Espírito Santo (8,7%), Goiás (8,6%) e Distrito Federal (8,6%). As menores foram observadas no Amapá (2,7%), Maranhão (4,5%) e Rio Grande do Sul (4,5%) (IBGE, 2011).

A pesquisa do IBGE mostrou, ainda, que os casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras totalizaram 7,8% em 2010, enquanto aqueles entre mulheres divorciadas e homens solteiros alcançaram 4,5%. O Rio de Janeiro registrou a menor proporção de casamentos entre solteiros (76,7%), ao passo que a mais elevada foi no Piauí (92,9%). Entre indivíduos divorciados, as maiores proporções foram no Rio de Janeiro e em São Paulo (4,2%, em ambos). Já as uniões formais entre mulheres divorciadas e homens solteiros foram mais frequentes em Rondônia (5,9%) e São Paulo (5,8%). Entre homens divorciados e mulheres solteiras, as maiores percentagens foram observadas no Distrito Federal (10,0%) e no Rio de Janeiro (9,4%) (IBGE, 2011).

Uma mudança que vem se observando diz respeito à atitude do homem e da mulher frente ao casamento nos últimos trinta anos. Entre os fatores que vêm contribuindo para este cenário, destacam-se: (a) mudança das práticas e concepções sobre a vida familiar; (b) aumento da autonomia e liberdade individual no plano da vida privada; (c) mudança na forma de encarar a sexualidade e privacidade dos laços conjugais; (d) aumento do trabalho feminino; (e) o casamento passou a ter o *status* de optativo; (f) baixa taxa de nupcialidade; (g) aumento da idade com que as pessoas se casam e de nascimento do primeiro filho (Silva & Relvas, 2007).

No contexto europeu, essas mesmas autoras destacam que, ao mesmo tempo em que ocorreram mudanças de valores, que transferiram para a vida privada a ideia de igualdade de oportunidades, maior autonomia e liberdade pessoal, concretizaram-se profundas reformas jurídicas, com implicações que passam pela aceitação e normalização da prática do divórcio, a

¹¹ Segundo informações do IBGE, a taxa de nupcialidade referente ao ano de 2011 só será divulgada em novembro de 2012, nas Estatísticas do Registro Civil de 2011. Desse modo, nesta tese, os dados mais recentes referem-se ao ano de 2010.

menor dependência do casamento como forma de sobrevivência e o alargamento da democracia à família (mulheres e homens com direitos iguais).

As mudanças existentes se tornam difíceis de serem apreendidas, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, os dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os "modelos" do que é e deve ser a família, fortemente ancorados em uma visão de família como uma unidade biológica constituída segundo as leis da "natureza".

Para Cicco, Paiva e Gomes (2005), o estudo da família e dos modelos de relações conjugais da pós-modernidade é fundamental para a compreensão das mudanças ocorridas nas últimas décadas e de suas implicações para o desenvolvimento e amadurecimento dos indivíduos nos contextos familiares atuais. Na visão da terapia de casal proposta por Costa (2007), o casamento é um grande sonho que todo indivíduo, desde a infância, almeja realizar. No entanto, no caminho desse encontro com a felicidade conjugal, surgem inúmeros obstáculos impostos pelas vicissitudes da vida e pelos problemas emocionais humanos.

Assim, o casamento representaria uma das formas possíveis de o indivíduo amar outra pessoa e se realizar sexualmente, enquanto a família cumpriria a indispensável e fundamental função de conferir, àqueles que cria, uma identidade (Féres-Carneiro, 1998; Scorsolini-Comin & Santos, 2010a, 2010c). O casal surge quando dois indivíduos se comprometem em uma relação, cuja duração se prolonga no tempo, pertencendo a uma instituição chamada casal. Nas palavras de Silva e Relvas (2007), quando o casal acontece já não está apenas cada um deles, nem sequer os dois, mas um terceiro elemento, composto pelas subjetividades dos cônjuges. Falamos, assim, de um "nós".

Na contemporaneidade, a família (cujo núcleo integrador é um "nós") deve ser apreendida na tensão entre dois polos que se constroem e se desfazem, ou seja, entre a sua dimensão relacional e a sua vertente individualista. Apesar dos discursos em torno da união e do compartilhamento de vidas, histórias e desejos, a família contemporânea é composta pela individuação, gerando a impressão de ser forte e fraca ao mesmo tempo: fraca por admitir que os cônjuges saibam a duração de seus relacionamentos antes mesmo de se casarem e forte porque a vida privada com uma ou várias pessoas próximas é almejada pela maioria das pessoas (desde que a família não seja percebida como sufocante) (Singly, 2007).

A partir do reconhecimento de um “eu” individualizado e que reclama o contato com o outro, a vida em comum se tornou atraente justamente por permitir o reconhecimento de uma pessoa enquanto tal. A relação amorosa (na qual se insere o casamento) tem sido vista como um espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal, não devendo sufocar (pelo compartilhamento). O desafio dos casais residiria, portanto, em construir formas de ser livre estando juntos (Singly, 2007).

Discutindo as estratégias de manutenção do casamento, Garcia (2001) afirma que as transformações que vêm ocorrendo em tempos de modernidade tardia impõem demandas e ansiedades aos indivíduos, para as quais é preciso buscar respostas de enfrentamento. Lidar com essas ansiedades representaria um problema perene e, entre as principais áreas que homens e mulheres têm procurado algum tipo de alívio ou solução, destaca-se a esfera de relação com amigos, familiares e amantes. Vive-se em um mundo onde "tudo pode acontecer e tudo pode ser feito, mas nada pode ser feito uma vez por todas" (Bauman, 1998, p. 36), o que resulta em insegurança quanto a durabilidade das relações. Tal sentimento traria, em si, uma expectativa de retomada de uma condição desejável, mas ausente, de segurança.

Segundo observações de Garcia (2001), orientados pela possibilidade de não-durabilidade de uma relação afetivo-sexual, os casais buscariam estabelecer como meta, para seus projetos de conjugalidade, a confiança no(a) parceiro(a). Tal condição não pré-existiria à relação, mas seria trabalhada com o outro em um movimento constante de autorrevelação. A confiança teria a finalidade de reduzir ou minimizar os perigos aos quais estão sujeitos tipos específicos de atividade e, entre esses perigos, estaria a possibilidade do(a) companheiro(a) não vir a se comportar como esperado. Essa possibilidade requereria, então, a incorporação de ações passíveis de serem colocadas em prática para evitar que isso venha a ocorrer.

Todas essas transformações, em níveis macro e microsocial, repercutem sobre o projeto de conjugalidade, levando os sistemas periciais a mapearem quais fatores seriam preditivos do sucesso ou insucesso em uma relação conjugal. Vivendo um período marcado pela certeza de que se tem problemas, competiria aos indivíduos identificá-los e buscar formas de superá-los. Entre definir qual é o problema e a constituição intrínseca deste, cada um acionaria estratégias que, antes de solucionarem, constituir-se-iam em repertório de novos problemas, o que afetaria a construção da conjugalidade.

Como destacado por Torres (2000), a vida privada almejaria uma alternância entre um “eu sozinho” (processo de individuação) e um “eu com” (processo de complementaridade do “eu” a partir do “nós”), havendo a necessidade de que os cônjuges nem se fechem de modo

egoísta sobre si mesmos nem se dediquem univocamente ao outro. Como destacado por essa autora, “um ‘entre-dois’ que autorize a satisfação de si em certos momentos, com momentos para atividades separadas e outros para compartilhar práticas comuns” (p. 17).

Na contemporaneidade, Passos (2007) afirma a existência de uma dispersão nas relações humanas como importantes repercussões no contexto intersubjetivo do grupo familiar. No chamado jogo que ocorre entre os sujeitos, ganha força o movimento individualista no qual a pessoa tem maior autonomia, mas também um maior assujeitamento em relação ao outro. Essa contradição, ainda na visão de Passos (2007), mostra a capacidade de o psiquismo criar singularidades, sem relegar o lugar em que estamos e do qual partimos. Assim, na sociedade contemporânea, é mister que saibamos conviver com esses paradoxos próprios da formação dos laços afetivos, preservando os processos de subjetivação dos filhos e filhas, uma vez que as relações têm sido cada vez mais utilitaristas, em um movimento que segue em sentido oposto à parentalidade.

Em sentido próximo ao que temos apresentado e priorizando o discurso psicanalítico, a família é considerada matriz intersubjetiva e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004), uma vez que, “permanentemente afetada pelo acelerado processo de transformação da sociedade, a família continua operando como importante agente de recriação das subjetividades e como suporte para a metabolização desse processo” (p. 254). Essa transmissão intersubjetiva é responsável por promover tanto a vinculação (e a aproximação entre as pessoas) como a desvinculação.

Na visão de Kaës (1993), a família seria constituída por um duplo eixo: (a) horizontal (identificações mútuas com seus semelhantes); (b) vertical (filiação e afiliações que inscrevem o sujeito na sucessão de movimentos de vida e de morte no percurso das gerações). Sendo assim, é preciso que olhemos para a família como uma instituição dinâmica e que reconfigura constantemente as suas intersubjetividades (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004), tendo a função de elaborar heranças, interditos, bem como valores, tradições e modos de ser e funcionar. Tais elementos são desenvolvidos e transmitidos de modos variados, de acordo com a estrutura de cada família. É também no campo dessas intersubjetividades que se abre espaço para a noção de conjugalidade, que constitui um dos conceitos centrais do presente estudo, uma vez que agrega, em função do enlace amoroso entre duas pessoas pertencentes a duas famílias de origens diferentes, dois modelos distintos do que é ser família e de como esses elementos são transmitidos e negociados no espaço familiar, inicialmente constituído pela díade. Falar em conjugalidade, desse modo, é recuperar diferentes sistemas familiares no

propósito da construção de um espaço comum, partilhado e em permanente transformação, como discutido a seguir.

Viver a dois, conjugar no plural

A palavra conjugalidade¹² é um galicismo, mas o seu uso tem sido colocado na Língua Portuguesa para recobrir o espectro das estruturas sociológicas pertinentes a uma vida a dois. A conjugalidade é a união estabelecida entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas, tornando possível a existência de um relacionamento íntimo/afetivo (Diehl, 2002; Moraes et al., 2009; Oltramari, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2010a, 2010c, 2011c).

A conjugalidade moderna pode ser resumida, segundo a visão sociológica de Heilborn (1995), como um núcleo de trocas afetivo-sexuais com uma não-demarcação de papéis conjugais. Nessa visão, o casal deve concentrar grande número de trocas em si, preservando a autonomia individual e a singularidade que a relação de amizade nesse contexto moral exhibe. O que se pensa, que se espera e que se vai praticando no casamento “depende, de forma genérica, de dimensões contextuais – recursos, tempo histórico, momento do ciclo de vida, culturas – e de dimensões existenciais e identitárias” (Torres, 2004, p. 409). Nesse sentido, a conjugalidade é um conceito que se inscreve em relações e trajetórias sociais e de gênero. Ainda na perspectiva sociológica, a conjugalidade ocorre em um dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos,

... percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência e com o gênero, já que é diferente também o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos em setores sociais distintos (Torres, 2000, p. 137).

Sendo assim, não podemos pensar na conjugalidade sem considerar o contexto no qual essa noção é produzida e reproduzida. Também como dimensão do conceito de conjugalidade,

¹² Na perspectiva antropológica, utiliza-se preferencialmente a palavra conjugalidades, no plural, em consonância com a proposta de Sofia Aboim (2009), da Universidade de Lisboa (Portugal), que afirma que tal construto não possui um caráter único, mas que se solidifica a partir de diferentes modos de estruturação e de expressão. Sendo assim, sempre falaríamos nas conjugalidades existentes, no propósito de uma consideração plural acerca da afetividade. No entanto, na perspectiva de orientação psicanalítica, o termo é grafado no singular, sem a ideia de redução do conceito a um modelo único e compartilhado por todos. Na verdade, cada casal é que criaria esse modelo único, constituindo a sua própria conjugalidade ou identidade conjugal.

a vertente afetiva inclui e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, os componentes afetivos inscritos na maternidade e na paternidade, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários, assumem cada vez maior relevo no contexto familiar (Torres, 2004).

Na perspectiva psicanalítica, Féres-Carneiro (1998) define a conjugalidade como dimensão psicológica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamento específicos. Para esta autora, a conjugalidade é um processo de construção de uma realidade comum. Desse modo,

Cada parceiro, ao se engajar na relação a dois, experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal. Esta relação é construída a partir de trocas verbais e não verbais entre os parceiros que coordenam suas ações recíprocas no universo social de significado, comprometendo-se com a construção de uma história comum, na qual as mudanças na pauta de ação de um dos cônjuges afeta o outro (Féres-Carneiro & Diniz Neto, 2010, p. 270).

Nessa visão, a conjugalidade ou o “eu conjugal” seria constituído por um sistema com funcionamento autônomo sujeito a vivenciar conflitos ou crises que se referem a uma “dinâmica inconsciente compartilhada e não exclusivamente a incompatibilidades na adaptação de duas subjetividades distintas” (Ziviani et al., 2006, p. 18). Ainda para esses autores:

Considera-se que o aparelho psíquico conjugal, assim como o familiar, constitui-se na confluência dos espaços transicionais individuais, nem fora nem dentro dos sujeitos, gerando a vivência psíquica de um único corpo revelada na experiência amorosa (p. 18).

Mais ainda, a conjugalidade se refere à produção de sentido e de identidade, uma vez que contribui, no plano existencial, para duas esferas de produção de sentido: (a) por meio de um outro significativo; (b) para além da relação com o outro, havendo a promessa de outros investimentos existenciais (Torres, 2000). É nesse sentido que a parentalidade, tal como abordada neste estudo, acrescenta sentido existencial a essa promessa. Ziviani et al. (2006) destacam que a conjugalidade produz efeitos individuais nos parceiros, que encontram formas e oportunidades de elaborar alguns conflitos, podendo haver uma repetição ou uma elaboração de aspectos que vão sendo amadurecidos a partir da vivência conjugal, em um plano relacional.

O compartilhamento das dimensões individual e conjugal no relacionamento afetivo é um dos pilares nos quais se sustenta esse conceito, na medida em que envolve não apenas

aquilo que pertence ao casal (construído pelo par), como aquilo que cada um traz ou agrega para a relação (construído pelo próprio membro da díade) e que permanece constante ao longo do tempo. Obviamente, a noção de conjugalidade vem evoluindo ao longo dos anos, gerando a proposição mais contemporânea de Aboim (2009), que revela a existência de diferentes conjugalidades ou de diferentes modos de se experienciar e de se constituir o “nós conjugal”, conceito que ela trata em termos da pluralidade dos afetos.

Como os afetos seriam plurais (desconstruindo a explicação para o estabelecimento dos laços afetivos de modo unívoco ou centralizado em um mesmo modelo de família), a conjugalidade também o seria, trazendo à baila mais uma dificuldade para se apreender este fenômeno: ele está se transformando e não podemos mais tratar da conjugalidade como construto fixo e multicausal (o que se aplica também à família) – o próprio conceito está em mutação.

A conjugalidade, apesar de não ser um conceito exclusivo de um único arranjo familiar ou modelo, vem sendo pensada de modo prioritário nas relações maritais. Sendo assim, Féres-Carneiro (1998), uma das principais pesquisadoras da conjugalidade no Brasil, discute várias questões dentro do casamento contemporâneo, tais como a relevância institucional do mesmo e o papel que ele desempenha para os indivíduos como instrumento de construção nômica. Descreve como o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais, ou seja, pelas tensões entre individualidades e conjugalidade.

Para Féres-Carneiro (1998, 2003), o desafio de um casal reside, fundamentalmente, no fato de o casamento ou a união ser um palco no qual devem se entrelaçar as individualidades de cada membro, operando-se a construção de um local em comum. O modelo único que cada par cria é denominado “absoluto do casal”, conceito que determina os seus limites, ou seja, concebe o casal como uma entidade composta por duas pessoas e o seu modelo único. Para Féres-Carneiro (1998), este conceito recebe o nome de identidade conjugal, o que na literatura específica é intitulado conjugalidade (Caillé, 1991; Cicco, Paiva, & Gomes, 2005; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Féres-Carneiro, 2003; Magalhães & Féres-Carneiro, 2003; Menezes & Lopes, 2007).

Atualmente, concebe-se que o casamento pode ser um espaço de desenvolvimento das individualidades, sendo um processo de individuação entre os parceiros (Féres-Carneiro, 1998; Gomes & Paiva, 2003). Algumas pesquisas partem da noção de que o *self* não pode se desenvolver no isolamento e de que o *eu* é definido pela sua diferenciação com o *tu*, de modo que o *tu* dá a base para a identidade do indivíduo, desde que se possam diferenciar dois

processos importantes presentes nas relações conjugais: a intimidade e a fusão (Borges & Magalhães, 2011; Magalhães & Féres-Carneiro, 2007; Magalhães, 2009). Para Costa (2005), o amar e ser amado são condições para a construção do *self* e, conseqüentemente, para a capacidade de estabelecer relações de intimidade com os outros.

Segundo Neyrand (2002) e Aboim (2006), o imaginário do casal é hoje marcado por tendências aparentemente contraditórias, configurando o chamado paradoxo conjugal contemporâneo, o que significa que, por um lado, o casal estaria sedimentado cada vez mais por meio dos afetos, preterindo os aspectos patrimoniais, econômicos ou genealógicos, antes essenciais na sua institucionalização. Por outro, a individualidade tornar-se-ia crescentemente importante, ganhando independência face ao casal ou à família.

Dessa maneira, a identidade do casal implica que a relação seja sentida como privilegiada, diferenciando-se das relações extrafamiliares de cada um dos elementos, permitindo, paralelamente, que no sistema intrafamiliar se diferenciem um do outro. Portanto, a identidade do casal só é possível em uma “constante dinâmica entre pertença e individuação, dependência e independência” (Silva & Relvas, 2007, p. 197). Nesse processo de mudanças, rupturas e novas configurações, o indivíduo deverá constantemente ser flexível e se adaptar face à mudança de si e do outro.

No desenvolvimento da intimidade de um casal, Gomes e Paiva (2003) relatam a necessidade da existência de um “casamento interno”, definido como uma capacidade de permitir que os opostos possam conviver dentro do *self*. A intimidade seria a capacidade de compartilhar o mais profundo ser com o outro, resguardando o lugar do diferente em cada um. O casamento real tanto deve promover como requerer essa capacidade, e as dificuldades maritais poderão ser vistas como uma luta para existir esse “casamento interno” (Gomes & Paiva, 2003). Segundo Costa (2005), as concepções afetivas da intimidade evidenciam a reciprocidade de sentimentos e analisam a relação como um todo, havendo duas linhas: uma que vê a intimidade como sentimentos positivos e emoções em relação ao companheiro e outra que a concebe como parte de uma relação de amor.

Para Costa (2011), o sistema de vinculação desenvolvido pela díade é importante para a consolidação das relações, bem como para a intimidade e investimento na relação amorosa, o que está associado à satisfação conjugal. A intimidade teria início nas primeiras relações na infância, ultrapassando a noção de proximidade afetiva e contemplando um conjunto de percursos desenvolvimentais, implicando em movimentos constantes de autonomia e diferenciação (Brumbaught & Fraley, 2010; Johnson & Zuccarini, 2010). A intimidade, nessa

perspectiva, seria analisada como um “processo contínuo de desenvolvimento de vinculações seguras e de uma confiança básica que constituem os alicerces para uma intimidade adulta” (Costa, 2011, p. 19). A essas considerações, acrescenta-se o fato de cada casal ter que ser analisado, a princípio, como possuindo duas formas de vivência da intimidade e duas formas de vinculação que, a partir do enlace amoroso, passam a construir uma terceira forma de intimidade que tem por base as intimidades desenvolvidas anteriormente nas famílias de origem. A intimidade não tem sido investigada apenas como matriz teórica nos estudos de casal, mas também tem subsidiado intervenções clínicas como as descritas por Costa (2011) e Gomes e Ribeiro (2011) no contexto português, por exemplo.

Segundo Diniz Neto e Féres-Carneiro (2005), a instituição casamento não se encontra em um processo agonizante, mas, justamente, as pessoas estão em busca de padrões mais satisfatórios e funcionais de relacionamento amoroso que propiciem condições melhores para o processo de diferenciação e desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros. Compreende-se que, na contemporaneidade, os padrões de conjugalidade devem estar abertos à transformação não apenas dos costumes, das formas de vinculação e dos fatores que fazem com que um casal permaneça junto e experimente sentimentos de prazer e satisfação, mas também das pessoas e daquilo que as mesmas concebem ou avaliam como satisfação e bem-estar.

Apresentados os objetos de investigação elencados nesta tese, passaremos, no capítulo seguinte, “Palavras com uma mesma raiz: da conjugalidade dos pais à conjugalidade dos filhos”, às permanências, transmissões, interrupções, transformações e repetições como indícios para compreendermos os movimentos operados na família contemporânea e nos projetos de conjugalidade tanto dos pais como dos filhos.

Capítulo II

*Palavras com uma mesma raiz:
da conjugalidade dos pais à conjugalidade dos filhos*

Eu vejo o futuro repetir o passado.

Cazuza, *O tempo não pára*

O mundo não nos foi dado por nossos avós.
Ele nos é emprestado por nossos filhos.

Provérbio africano

Quem um dia foi marinheiro audaz
Relembra histórias
Que feito ondas não voltam mais
Velhos marinheiros do mar da Bahia
O mundo é o mar
Maré de lembranças
Lembranças de tantas voltas que o mundo dá

Vevé Calazans e Jorge Pontual, *Memórias do mar*

O interesse pelo tema pais, mães, filhos e filhas não diz respeito apenas a uma tentativa de construir um conceito de família possível em nossa sociedade, atualmente imersa em novas configurações e em novos arranjos, que desafiam pesquisadores a olharem a família com cautela e disposição para o alumbramento. Falar em pais, mães, filhos e filhas é tratar do modo como o ser humano foi se constituindo ao longo das diferentes gerações, amparados

pelos dispositivos sociais, culturais e legais. Pesquisadores como Velho (2009), Duarte (2009) e Lins de Barros (2009), estudando as transições de geração¹³, têm se dedicado a compreender o que pode haver de comum e o que difere entre uma geração e outra no que se refere a ações visando objetivos e metas, a valores e autopercepções de individualidade e subjetividade. Esses autores não têm encontrado uma homogeneidade, notadamente no universo jovem contemporâneo, o que nos coloca diante da necessidade de compreender não apenas os processos de permanência, mas também de rupturas e transformações¹⁴.

Pensando no legado transmitido de uma geração a outra e nos vínculos que as ligam, Epicuro, em carta a Meneceu, afirmava que o futuro não “é completamente nosso, nem completamente não nosso, de modo a não o esperarmos como devendo necessariamente existir e a não desesperar como se devesse absolutamente não existir” (2008, p. 29). Posto isso, compreende-se que a ideia de uma próxima geração mobilizaria não apenas a ansiedade (por isso não deveríamos nos desesperar), como também a certeza de construção de um sentido que ligaria avós, pais, mães, filhos e filhas, em todas as culturas nas quais a geração recebesse esta tratativa.

Na visão histórico-sociológica de Zeldin (2009), a (incerta) relação entre pais, mães, filhos e filhas sofreu a influência direta do cristianismo, pressionando os filhos a honrarem os pais, mas convidando-os a adorar a Deus como seu pai e a abandonar o mau exemplo dos pais naturais. Foi a partir do século XVI que os pais tentaram substituir sua autoridade perdida pela conquista dos afetos dos filhos. Na contemporaneidade, muitos pais e mães, na tentativa de apoiar os filhos e as filhas, em uma visão excessivamente psicologizada, conseguem apenas infantilizar e alongar a adolescência, tanto em um adiantamento da entrada no mundo adulto como em uma atitude que ainda não sabe o real significado da compreensão, do amor e do diálogo, o que não significa, de maneira alguma, acobertar, superproteger e não desenvolver-lhes a autocrítica (Aberastury & Knobel, 1981).

¹³ Neste estudo, pontuamos que a geração se refere a uma expressão coletiva e a um reflexo de estágios de mudança no desenvolvimento da personalidade, no comportamento e valores, em um grupo de idades, em um dado período de tempo (Guardo, 1982).

¹⁴ Estudar as gerações como categoria descritiva das relações sociais contemporâneas faz sentido, segundo Lins de Barros (2009), devido ao fato de que “as mudanças sociais e a percepção contemporânea da rapidez das transformações coexistem com a continuidade de valores e de instituições, constituindo o quadro complexo das relações sociais na sociedade moderno-contemporânea, em particular aquelas referidas às relações intergeracionais e à construção de identidade de geração. Desta forma, embora esteja me referindo ao domínio da família, o que está em questão no estudo sobre gerações familiares é a análise dos processos sociais mais amplos” (p. 47).

Para além desse cenário, a contemporaneidade tem marcado, portanto, a assunção de relações cada vez mais paradoxais, em que pais se questionam a respeito de suas práticas, temem estar sendo inadequados, buscam ajuda para educar e cuidar dos filhos e, ao mesmo, não mais se afligem ou se cobram para representarem exemplos a serem rigidamente seguidos – o que se aplica fundamentalmente à relação conjugal. Para Duarte (2009), entre as tensões e contradições existentes na vida privada contemporânea, está o declínio das formas convencionais de conjugalidade e da reprodução, ao mesmo tempo em que se busca um “reforço das mesmas éticas conjugais, familiares e reprodutivas mais convencionais ou estritas” (p. 18). Segundo Torres (2004), tal dificuldade tem se dado, também, pelo fato de a conjugalidade estar sendo mesclada à parentalidade.

É o bem-estar afetivo das crianças que tende a estar no centro da vida familiar, perdendo simultaneamente relevo a dimensão estatutária da parentalidade. Identificar especificamente essa dimensão envolvida na conjugalidade e distingui-la da dimensão amorosa justifica-se ainda, porque se verifica que maternidade, paternidade e relação conjugal e amorosa envolvem sentimentos em jogo na conjugalidade e que entram em “concorrência”, por vezes, no decurso do casamento (Torres, 2004, p. 410-411).

Para Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2007), a conjugalidade dos filhos e filhas, ao mesmo tempo em que reedita o romance familiar dos pais e mães, propicia a elaboração das vivências infantis. O encontro com o parceiro gera a oportunidade de metabolização e de desenvolvimento dos cônjuges, entrelaçando passado e presente, dentro de um projeto que pressupõe uma perspectiva de futuro a dois. Desde o momento da concepção, o sujeito está marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais e pelos mitos familiares que se inscrevem e estruturam o desenvolvimento dos filhos desde as primeiras vinculações. Desse modo, a família teria um papel fundamental enquanto intermediária no processo de transmissão de valores, significados e percepções, realçando as possibilidades de transformação inerentes ao ato de transmitir, permitindo a construção da subjetivação (Magalhães, 2009; Magalhães & Féres-Carneiro, 2007).

Algumas pesquisas têm buscado compreender o lugar ocupado pelo casamento dos pais nos projetos de vida dos filhos e filhas. Esse lugar estaria fundamentalmente relacionado à forma como os jovens se apropriariam de sua herança familiar e com o modo como significariam os aspectos da conjugalidade dos pais que os influenciariam (Féres-Carneiro, Magalhães, & Ziviani, 2006; Jablonski, 2005; Magalhães & Féres-Carneiro, 2007). Sendo assim, a partir das contribuições da Psicanálise, pode-se compreender que o vínculo amoroso

remonta à vinculação inicial com as figuras de referência. Como destacado por Ruiz Correa (2003),

O vínculo mãe-bebê e o grupo familiar constituem o berço psíquico do sujeito, constituído por uma tecelagem psíquica grupal que atravessa outras gerações. Os processos de transmissão solicitam um importante trabalho psíquico no qual participam mecanismos de identificação junto a uma série de projeções-introjeções. Sua problemática atravessa e opera sobre o recalque e a culpa, envolvendo diversas categorias de interdição (p. 35-36).

Para discutirmos tanto sobre as escolhas afetivas como os relacionamentos na fase adulta, é importante nos remetermos ao modo como esses afetos foram experienciados desde o início do desenvolvimento. Para Freud (1914/1973), essa transmissão seria de natureza filogenética, sendo que possibilitaria um sentido de continuidade na vida psíquica entre as gerações. Essa noção tangencia duas de suas obras: *Totem e tabu* (1912-1913) e *Introdução ao narcisismo* (1914), nas quais ele aborda a transmissão pela autoridade patriarcal e social, bem como a continuidade da vida psíquica entre as gerações e os diversos mecanismos de identificação, em princípio associados ao sintoma.

Embora o estudo da transmissão psíquica não esteja entre os objetivos desta investigação nem possa ser contemplado por meio dos instrumentos de mensuração aqui elencados, é um conceito que permeia a conjugalidade entre as gerações e contribui para compreendermos de que modo a conjugalidade dos pais pode influenciar vivências afetivas dos filhos e filhas, motivo que nos leva a abordá-la, ainda que tangencialmente. A transmissão vem sendo resgatada pela Psicanálise na contemporaneidade, com atenção especial à psicopatologia da transmissão e àquilo que permanece oculto, àquilo que não é transformado (Ruiz Correa, 2000), relacionando-se a manifestações de doenças como a depressão e a ansiedade nas gerações subsequentes (Hammen, Brennan, & Le Brocque, 2011), por exemplo.

Construir, organizar e transformar: a transmissão psíquica entre gerações¹⁵

A partir da Psicanálise, o problema transgeracional define-se como a transmissão do inconsciente, de suas formações e de seus processos. Para além de uma leitura dos clássicos textos de Freud, alguns estudos levaram à formulação de uma teoria vincular e das

¹⁵ “... construir, organizar e transformar suas heranças, elaborando-as” (Ziviani et al., 2006, p. 253).

identificações da perspectiva psicanalítica da família, cujos principais expoentes são as argentinas Puget, Lamovsky e Brengio e os franceses Kaës, Eiguer, Rufiot e Benghozi. Neste estudo, priorizaremos a matriz francesa acerca da transmissão.

A posição freudiana da transmissão é uma concepção marcada pelo princípio evolucionista, haja vista que Freud se interessava, essencialmente, pela continuidade da transmissão e, acessoriamente, pelas rupturas desse processo, tal como afirma Kaës (2005, p. 127): “O que interessa é a compreensão da trama diacrônica e sincrônica, na qual o indivíduo singular é mantido”. Segundo Kaës (2005), as proposições de Freud sobre a transmissão seriam especulações e observações empíricas que permaneceram por muito tempo sem comprovação, recebendo incrementos a partir da renovação dos dispositivos do trabalho psicanalítico, por exemplo, com a introdução da categoria do Negativo, do irrepresentável e do intransmissível.

Aquilo que se transmite são essencialmente configurações de objetos psíquicos, isto é, objetos munidos de seus vínculos com aqueles que precedem cada sujeito. Aquilo que se transmite e que constitui a pré-história do sujeito, não é apenas o que sustenta e garante, pelo positivo, as continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, as formas e os processos de conservação e complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações, pensamentos de certezas. Um aspecto notável dessas configurações de objeto de transmissão é que elas são marcadas pelo negativo. Aquilo que se transmite é o que não pode ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória; para os quais um trabalho de luto não pode ser realizado (Kaës, 2005, p. 128).

Desse modo, a transmissão na Psicanálise é carregada pelo viés da negatividade, ou seja, os estudos destacam a polaridade negativa da transmissão, aquilo que é oculto, que deve ser escondido e não elaborado, ou seja, transmite-se preferencialmente o que “não” contém, o que “não” retém, o que “não” se lembra (Kaës, 1998). Esse posicionamento também é partilhado por Benghozi (2010), segundo o qual a transmissão do negativo se dá a partir daquilo que não é simbolizado nem metabolizado de uma geração a outra, podendo ser expresso por meio de sintomas. O impensável, inominável, indizível e o inconfessável familiar seriam indutores da transmissão transgeracional do negativo. No entanto, pela leitura de Gomes (2006), transmitir-se-iam também aspectos positivos e adaptativos, como os que amparam e asseguram as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a tendência à conservação e à preservação das formas de vida, entre outros aspectos transformadores, criativos e de proteção do psiquismo.

Para Ruiz Correa (2003, p. 42), a transmissão ocorreria de duas maneiras: (a) pelas imagens psíquicas originadas na vida libidinal do sujeito e alimentadas pelas experiências dolorosas dos pais ou ascendentes; (b) por meio da censura e dos segredos não traumáticos inicialmente, mas que assim se tornam pela confluência de diversas situações. Por este prisma, as vivências positivas, adaptativas e consideradas amadurecidas teriam menor espaço junto às discussões da transmissão psíquica, que reservariam espaço para aspectos traumáticos e de difícil acesso em nosso psiquismo. Tal processo, ainda para Ruiz Correa (2003), solicitaria um trabalho psíquico inconsciente constante e obrigatório, envolvendo elaboração e transformação. No entanto, pode ocorrer tanto a transmissão (de aspectos positivos e/ou negativos) quanto a interrupção dos mesmos.

Na vertente francesa, Kaës (1998) destaca que as representações entre as gerações têm a função, também, de organizar a escolha de objeto dos parceiros, o que se relaciona ao tipo de família que se deseja fundar e a educação mais alinhada ao ideal familiar. Para este autor, orientado por uma concepção de inconsciente compartilhado (psiquismo familiar), todo grupo humano (no qual incluímos a família) resulta de uma tópica subjetiva, projetada pelos próprios membros.

Além da transmissão intrapsíquica abordada por Freud, Kaës (1993) denomina de transmissão intersubjetiva aquela que se origina na família como grupo e, portanto, que precede o sujeito que dela fará parte. Esse tipo de transmissão “possibilita ao recém-nascido organizar seu mundo interno, fornecendo-lhe as condições de apreensão do mundo externo” (Bucher-Maluschke, 2008, p. 92).

Na visão de Kaës (2001), a transmissão ocorreria de uma geração a outra (intergeracional) a partir de um espaço no qual são realizadas as vivências psíquicas do grupo familiar, no qual a história familiar é constituída e onde são criados os mitos que passam para as gerações posteriores. Outro tipo de transmissão trazida por Kaës é a transpsíquica, que se dá a partir dos psiquismos dos outros membros da família, ou seja, dá-se fora do sujeito. É este tipo de transmissão que possibilitaria a construção de um vínculo familiar, no qual estaria inserida sua vertente narcisista (Bucher-Maluschke, 2008).

Kaës (2005) exemplifica as suas conclusões acerca da transmissão a partir do relato de uma paciente, Céline, que recebera um anel de sua avó em segredo, devendo guardá-lo sem contar para a sua mãe. Com o falecimento da avó, Céline ficou em pânico com a ideia de revelar o segredo para a mãe, pesando sobre ela uma grande culpa tanto pelo laço secreto com a avó como pela exclusão da mãe dessa aliança. Após a revelação de sua pré-história, em um

processo de análise, Céline descobriu que sua mãe não desejava o seu nascimento e que tentara abortá-la, dando-a de presente para a avó cuidar, posteriormente. O anel adquirira o valor de um objeto transgeracional perverso, desviando Céline de sua filiação materna e a mãe de sua maternidade. É nesse sentido que Kaës vai compreender que o objeto de pesquisa ou de investigação não é mais, apenas,

a continuidade da vida psíquica, mas as rupturas, as falhas, os hiatos não pensados e impensáveis, o nivelamento dos objetos de pensamento, os efeitos da pulsão de morte. São essas configurações de objetos e de seus vínculos intersubjetivos que são transportados, projetados, depositados, difratados nos outros, em mais de um outro: formam a matéria e o processo da transmissão (2005, p. 129).

Nesse processo, Kaës (2005) reconhece a importância das identificações e das alianças inconscientes. Identificar-se com o objeto do desejo e com a fantasia inconsciente do outro seria uma passagem obrigatória para se ter um lugar nos vínculos entre gerações, uma vez que as identificações seriam a matéria prima do vínculo. A aliança ou acordo inconsciente seria imposto ou mutuamente concluído, “para que o vínculo se organize e se mantenha em sua complementaridade de interesses, para que seja assegurada a continuidade dos investimentos e dos benefícios ligados à subsistência da função dos ideais, do contrato ou do pacto narcísico” (Kaës, 2005, p. 132).

Kaës (2005) ainda distingue duas modalidades de transmissão psíquica: a *transmissão sem transformação* ou *transmissão-repetição* e a *transmissão transicional e fantasias de transição*. Na primeira modalidade, destacam-se os materiais não elaborados e não transformados que são transmitidos de uma geração a outra, ressaltando o papel da falta escondida, do segredo inconfessável, da não-simbolização e dos lutos que não foram elaborados e que deveriam se repetir na geração seguinte. A transmissão-repetição coloca em enlevo, portanto, os vínculos neuróticos, traumas e segredos que não podem ser revelados. Já a segunda modalidade é exemplificada por Kaës no caso de um atendimento clínico no qual a fantasia da transmissão permitiu ao paciente deslocar, defensivamente, para o lado da geração dos pais ou dos avós, a causa de seu sofrimento, sendo a fantasia de transmissão “uma defesa contra a angústia de tornar-se um Eu” (2005, p. 136). Em suma, tem-se que na primeira modalidade a transmissão é direta, passando sem transformação de um sujeito para o outro ou mais de um outro, podendo também ser chamada de traumática, “porque, não transformada, consagra-se à repetição do mesmo através das gerações ou entre contemporâneos. A repetição do mesmo é a dos objetos psíquicos não tratados, na geração precedente” (p. 136). No

segundo caso, a transicionalidade permite que as histórias do sujeito, que ele recebe sem saber, sejam por ele reinventadas, encontradas e criadas, permitindo que ele anuncie as coisas transmitidas e as representações da transmissão, ainda que em uma posição de defesa.

Na perspectiva de outro expoente da psicanálise francesa, Eiguer (1995), a vida familiar poderia ser compreendida a partir de três organizadores responsáveis pela estruturação da vida psíquica: a escolha do objeto (ou a escolha do parceiro), o eu familiar (ou o si familiar) e os fantasmas partilhados (ou interfantasmática). O primeiro organizador atua no momento da escolha do parceiro, que é feita a partir do modelo identificatório de cada um dos parceiros, o que remontaria à construção de suas primeiras vinculações na infância. Desse modo, a família deve preparar o indivíduo para o investimento em outro vínculo, a partir daquele estabelecido originalmente com o casal parental (Lisboa & Féres-Carneiro, 2005). O segundo organizador (eu familiar) é um investimento libidinal de cada membro da família, constituindo o que se denomina mundo familiar, que corresponde aos sentimentos de pertença ao grupo que permitem compreendê-lo como uma continuidade, definindo o que pode e o que não pode fazer parte desse domínio. Por fim, o terceiro organizador refere-se à interfantasmática, que destaca o desenvolvimento de um espaço transicional de intercâmbios, humor, criatividade e de relatos de histórias pessoais e de seus ancestrais, retomando o papel das fantasias (do pai, da mãe, da linhagem, da comunidade) no processo de construção das identificações no campo da intersubjetividade (Eiguer, 1985; Lisboa & Féres-Carneiro, 2005; Magalhães & Féres-Carneiro, 2004).

Pierre Benghozi (2010) é outro autor central na discussão acerca da transmissão psíquica entre gerações, em sua abordagem chamada de psicanálise dos vínculos sociais. Ele também faz uso da distinção entre transmissão intergeracional e a transmissão transgeracional. Na primeira modalidade, o patrimônio psíquico familiar seria recebido por uma geração, memorizado, historicizado, transformado, elaborado e transmitido à nova geração. Já na segunda modalidade, o material psíquico familiar seria transmitido em estado bruto, sem ter sido transformado ou metabolizado. Para este autor, o Vínculo¹⁶ é considerado a base da transmissão psíquica e, para explicar como ocorre esse processo de uma geração a outra, emprega a metáfora de uma rede. Nesta, a malhagem seria a disposição dos Vínculos e seria constituída por um conjunto que liga vínculos de filiação e de afiliação. A malhagem

¹⁶ Para Benghozi (2010), este Vínculo deve ser grafado com “v” maiúsculo.

seria, portanto, um conjunto de malhas que definiriam um continente psíquico, retomando as considerações de Bion sobre a relação continente-conteúdo.

A malhagem é o trabalho psíquico de construção-desconstrução e de organização dos Vínculos. Os vínculos de filiação remontam aos ascendentes e conduzem aos descendentes, uma vez que correspondem aos vínculos grupais de pertencimento. Segundo Benghozi (2010), o “Vínculo de filiação é uma construção psíquica apoiada na base do real biológico de filiação” (p. 17). Já o Vínculo de afiliação diz respeito ao “Vínculo de aliança conjugal, assim como qualquer Vínculo que determine o pertencimento a um grupo, uma instituição, uma comunidade... O Vínculo social é psíquico de afiliação apoiado na realidade sociológica de inserção no espaço grupal social” (p. 17).

O que deve ser destacado na tese de Benghozi (2010) é a possibilidade sempre aberta de ocorra a remalhagem, ou seja, a reconstrução da rede de Vínculos de filiação e de afiliação, que poderiam se dar por meio do conceito de resiliência familiar:

Em especial, as rupturas do vínculo filiativo podem sempre ser remalhadas pelo vínculo afiliativo. A malha poderá ser restabelecida por uma malhagem afiliativa (...) Defino a resiliência familiar como a capacidade familiar de malhagem dos vínculos psíquicos. Em outras palavras, a resiliência familiar é a capacidade subjetiva e transubjetiva dos membros do grupo familiar para desmalhar e remalhar, para desconstruir e reconstruir o vínculo de filiação e de afiliação. A resiliência familiar permite a manutenção da identidade do corpo psíquico familiar, apesar do rasgo¹⁷, quando os continentes genealógicos são rompidos (p. 20).

O que nos interessa particularmente a respeito dessas proposições de Benghozi (1999) é o papel que ele confere aos Vínculos de afiliação, nos quais situamos a conjugalidade. O pacto de aliança conjugal, para este autor, traduz a criação de novos vínculos, não no interior de um continente, mas entre continentes diferentes – entre um companheiro e outro(a), o que chamamos de remalhagem intercontinente. Este pacto de aliança conjugal possibilitaria a remalhagem dos continentes das duas famílias de origem dos dois parceiros. É neste ponto que Benghozi (2010) retoma as contribuições de Kaës de que os vínculos de filiação podem ser tratados pelo vínculo de afiliação:

Isso é essencial, pois abre horizontes novos a situações como as rupturas do vínculo de filiação que pareciam irreparáveis. Assim, filiativo e afiliativo são repensados em termos de dinâmica

¹⁷ A aliança conjugal permite gerir os buracos e rasgos dos continentes grupais genealógicos. “Rasgos que são, também, a expressão de falhas na organização dos vínculos de filiação e de afiliação, em relação com os troços e impasses na transmissão psíquica genealógica. Encontramo-nos aqui na dimensão do impensável, do inominável, do indizível, do indito [não dito] e do inconfessável, o que reenvia à questão da transmissão genealógica da vergonha inconsciente” (Benghozi, 2010, p. 144).

de malhagem, desmalhagem e remalhagem, não como vínculos radicalmente dissociados, mas como vínculos suscetíveis a serem interconectados, para formar um espaço psíquico novo, o da malha. Um trabalho de reconstrução psíquica será sempre possível além dos impasses estruturais (Benghozi, 2010, p. 38).

Outro destaque à obra de Benghozi (2005) é a possibilidade de transformação dos vínculos afetivos a partir do trabalho psíquico de remalhagem e desmalhagem. O continente grupal familiar seria uma malhagem de vínculos de filiação e de afiliação que poderiam se transformar e se reconfigurar constantemente, gerando novos arranjos e novos entrelaçamentos. Nesse ponto, Benghozi (2010) enfatiza que o vínculo afiliativo parece estar, cada vez mais tomando o lugar do vínculo filiativo, ou seja, que a transmissão psíquica não deveria ser olhada tanto a partir dos vínculos de filiação pais e filhos(as), mães e filhos(as), mas também a partir dos laços conjugais estabelecidos e das transformações a partir das instituições das quais fazemos parte no espaço social.

Olhada desse modo, a família não se resumiria às heranças transmitidas ao nascer, mas também aos processos de transformação dessa malha inicial. O continente grupal familiar estaria sempre aberto a novas configurações, podendo se aliar a outros continentes grupais familiares, por exemplo, quando houvesse a união entre duas pessoas na conjugalidade. A transformação psíquica em Benghozi (2010), amparada nos pressupostos bionianos, seria uma

capacidade dos continentes genealógicos grupais familiares de elaboração, no nível sincrônico, dos elementos familiares, das sensações, percepções, dos afetos sentidos pelos membros da família, mas também, no nível diacrônico, de transformação do material psíquico transmitido em nível genealógico inter e transgeracional (Benghozi, 2010, p. 233).

A partir das ideias de Benghozi (2010), pode-se dizer que a construção do laço de aliança conjugal (casamento, conjugalidade) é uma forma de remalhagem recíproca dos continentes familiares das famílias de origem de cada cônjuge. Utilizado a metáfora de uma malha composta por laços de filiação e de afiliação, o laço afiliativo, representado pelo casamento, pode proporcionar uma “abertura do continente genealógico secundário para um dor do laço de filiação” (Benghozi, 2005, p. 103). Na intervenção clínica delineada por Benghozi, esta possibilidade de transformação é chamada de malhagem afiliativa terapêutica, ligada à ideia de resiliência familiar. Assim, a “teoria da malhagem genealógica abre perspectivas de recursos evolutivos constantes em situações em que outros poderiam se decidir pela fatalidade de um destino inexorável” (Benghozi, 2005, p. 104), em contraposição a uma leitura determinista das vinculações existentes a partir do exercício da parentalidade.

A partir da leitura deste autor, pode-se destacar que, assim como a transmissão psíquica não pode ser “barrada”, pois ocorre em nível grupal inconsciente, também as possibilidades de reconfiguração desses vínculos transmitidos não podem ser desconsideradas. Isso fica claro na citação que encerra uma de suas obras: “Porque é claro que, se as famílias não podem deixar de transmitir, elas não podem também não se transformar e, sem dúvida, nos trans-formar!” (Benghozi, 2010, p. 258). É lícito pensar, nesse sentido, que a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais poderia se transformar ao longo do tempo, a partir das remalhagens e desmalhagens possibilitadas pelos laços de afiliação, como no caso da aliança conjugal. A experiência da própria conjugalidade seria, desse modo, uma potencializadora de transformações nos laços de filiação, relacionados à conjugalidade dos pais. A transformação não seria na conjugalidade dos pais propriamente dita, uma vez que os filhos não poderiam modificá-la, mas na percepção dos filhos acerca dessa experiência conjugal, possibilitada pelo próprio encontro com um parceiro amoroso.

A partir dessas considerações, pode-se concluir que no trabalho de transmissão psíquica, a família possui grande importância, uma vez que constitui um espaço psíquico comum (intersubjetividade) “que possibilita a passagem da transmissão psíquica entre as gerações através de diversas modalidades” (Ruiz Correa, 2003, p. 39). Nesse sentido, é fundamental que os ciclos familiares, nascimentos, separações, mortes e enlaces sejam incorporados à análise, a fim de que compreendamos como ocorre o movimento de passagem, elaboração e possível transformação do que precisa ser transmitido.

Assim como a família e o casal, o sujeito tem como tarefa “construir, organizar e transformar suas heranças psíquicas, elaborando-as” (Ziviani et al., 2006, p. 253). Para Bertin e Passos (2003), com o nascimento dos filhos, o casal estrutura um grupo familiar, responsável pela escritura dos enredos que serão protagonizados pelas gerações que os sucederem. O desenvolvimento desses enredos pressupõe os investimentos recíprocos dos membros do grupo que continuarão a existir enquanto a criança prover suas expectativas de continuidade. Assim, pertencer a uma família, ou seja, ser considerado suporte de um discurso, oferece ao aparelho psíquico em vias de formação um alicerce, uma verdade inicial que sustenta o ingresso do sujeito na história. Esta, por sua vez, gera a vivência de ser amado e reconhecido, e de ocupar um lugar em um mundo que o precede e o espera.

Na construção de uma nova família, Almeida (2010) destaca o cruzamento das genealogias paterna e materna, cruzando-se tanto identificações como contraidentificações, a “confluência traumática entre as linhagens, a delegação de posições, o entrelaçamento entre

representações e afetos e os gradientes diferenciais de amor e ódio” (p. 98). Nesse sentido, a conjugalidade e a configuração dessa família seriam escritas pelo amor e pelo ódio, que poderiam alcançar uma maior magnitude a depender das forças de identificação e contraidentificação. Tanto o que é aceito e espelhado como o que é negado e escamoteado acabam configurando a família, uma vez que não é possível controlar aquilo que se transmite. Quando o ódio e a contraidentificação predominam sobre o amor e a identificação estruturante, como afirma Almeida (2010), a flexibilidade dos membros da família tende a se restringir ao lidar com as suas heranças. Assim, quão menos traumática é a vinculação familiar ou quão menor é a contraidentificação com a figura parental, mais amadurecido se torna o processo de transmissão, uma vez que o sujeito pode se identificar com o seu pai ou a sua mãe e amadurecer seus aspectos psíquicos.

Bertin e Passos (2003) concluem que, no trabalho de transmissão psíquica na linha de sucessão das gerações, cada família transfere sua forma de entender e apreender o mundo externo, assim como de organizar o mundo interno. Neste mundo interno do sujeito é preciso considerar também uma dimensão intragrupal, atual, e uma dimensão histórica constituída a partir de sucessivas gerações. Para Whitaker (1989) e Lorigo e Strom (2002), a relação de casal teria o valor de produzir profundas e necessárias modificações nas pessoas, notadamente porque permite a experiência nova de ingressar na família de origem do parceiro, ou seja, a transmissão levaria em consideração não apenas a história de uma única família, mas de duas. Cada parceiro traria em seu psiquismo heranças que, se não elaboradas, repetir-se-iam nas próximas gerações.

Assim, tais elementos da transmissão estariam ligados aos vínculos estabelecidos entre o casal e atravessariam o nascimento, crescimento e desenvolvimento dos filhos e filhas, podendo incidir, também, sobre o modo como esses filhos se vinculariam na vida adulta, elaborando ou não essas heranças ou materiais psíquicos inconscientes. Amparados nessa consideração é que muitos estudos tanto de fundamentação psicanalítica (que têm por base o modelo de inconsciente) como de abordagem desenvolvimentista (com foco no papel socializador da família, do ambiente e da cultura) propõem que a percepção dos filhos e filhas sobre a vinculação dos pais (por exemplo, no vínculo conjugal) estaria relacionada ao modo como esses filhos desenvolveriam e experienciarão sua própria afetividade na vida adulta, o que será apresentado a seguir.

Percepções dos filhos sobre os relacionamentos dos pais

A realidade humana (e aqui nos situamos a partir da noção de conjugalidade) só poderia ser apreendida a partir de um processo dialético contínuo em que o sujeito exteriorizaria o seu ser no meio social, à medida que este é interiorizado por ele como realidade objetiva, construindo seu relacionamento com o mundo, com o outro e consigo mesmo (Berger & Luckmann, 1966/1985). Esse processo se iniciaria, segundo Moraes et al. (2009), pela interiorização “a partir dos processos subjetivos de outros, que se tornam subjetivamente significativos para o sujeito” (p. 647).

Assim, podemos afirmar que a nossa realidade é construída a partir do que observamos e internalizamos de nossos diferentes outros, no contato social, o que, segundo os modelos psicodinâmicos, ocorreria desde a socialização primária, a partir de nossas figuras parentais de referência. Nessa lógica, o desenvolvimento do ego e a construção do psiquismo só poderão ocorrer de forma satisfatória se igualmente positiva for a interação estabelecida pela tríade pai-mãe-filho(a) (Moraes et al., 2009). Esta interação ou vínculo seria uma configuração que implica e supera a mera soma das partes de cada eu, em uma combinação que articula as constelações objetais individuais (Donnamaria & Terzis, 2009).

Nessa vertente psicodinâmica, estes últimos autores afirmam que o vínculo seria sustentado por uma série de estipulações inconscientes, tais como acordos, pactos e regras de qualidade afetiva. Para Puget e Berenstein (1993), o vínculo só existiria a partir do momento em que houvesse uma mútua representação interna, quando a existência de outra determinada pessoa deixasse de ser indiferente e passasse a ter significado e despertar sentimentos. No domínio da família, o vínculo existiria como uma ligação entre pais, mães, filhos e filhas, da qual o casamento seria uma de suas expressões.

Quando essa interação entre pais, mães, filhos e filhas se dá de modo negativo ou quando os(as) filhos(as) percebem as figuras parentais desse modo, o processo de estruturação psíquica e relacional da criança (e do futuro adulto) fica comprometido, pois o(a) filho(a), identificando-se com as atitudes negativas da figura parental, tende a repeti-las nos seus relacionamentos amorosos futuros, “assim como projeta sobre os cônjuges as dificuldades vividas com a figura parental de sexo oposto” (Moraes et al., 2009, p. 648).

Essas referências tidas como negativas podem interferir no modo como a pessoa se coloca diante de seu parceiro, gerando alianças inseguras e formas de vinculação imaturas. Por medo de reeditar o romance parental malsucedido e a vivência afetiva estressante e de

forte sofrimento, a pessoa pode se distanciar de seu parceiro, dificultando a assunção de relacionamentos afetivos saudáveis e satisfatórios. A fuga de relacionamentos que lembrem o casamento dos pais pode gerar sofrimento, tanto quanto aquele do qual queriam escapar (Moraes et al., 2009).

Partindo dessas considerações, concordamos com a proposição de Moraes et al. (2009), segundo a qual a criança aprende a construir relacionamentos afetivos não apenas pela identificação e projeção daquilo que introjeta das figuras parentais nem somente pela qualidade da relação parental estabelecida com ela, mas também pela percepção acerca do padrão conjugal de seus pais. Esses modelos de relacionamentos (positivos ou negativos), ainda de acordo com Moraes et al. (2009), repercutiriam na vida adulta, tendo forte influência nos relacionamentos de conjugalidade desses filhos.

Segundo Dessen e Polonia (2007), os laços afetivos formados dentro da família, notadamente entre pais, mães, filhos e filhas, “podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa” (p. 24), assim como podem favorecer também a adoção e o desenvolvimento de comportamentos e de interações tidas como negativas (Booth, Rubin, & Rose-Krasnor, 1998). Desse modo, as figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, autoestima, autoconceito e, ainda, possibilitam a construção de modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social (Dessen & Polonia, 2007; Volling & Elins, 1998).

Existem várias perspectivas sobre como as experiências da família de origem estão relacionadas com as formas com que os filhos irão negociar e desenvolver seus relacionamentos íntimos no futuro, incluindo representações de desenvolvimento e expectativas de si mesmo e de outros relacionamentos, por meio de uma repetição direta dos processos emocionais e dinâmicas de suas família de origem (Bowlby, 1969/1990; Dessen & Polonia, 2007; Diniz & Salomão, 2010; Hare, Miga, & Allen, 2009). Tal influência passaria também pela construção da identidade dos filhos por meio dos estilos parentais vivenciados principalmente na infância e na adolescência (Berzonsky & Kuk, 2009; Biasoli-Alves, 1997; Bridges, Connell, & Belsky, 1988; Keller, 1998; Marin, Piccinini, & Tudge, 2011; Moreira, Rabinovich, & Silva, 2009; Snyder & Lopez, 2009).

Em termos dos estilos parentais, Snyder e Lopez (2009) afirmam que o vínculo adulto seguro, que envolve baixa ansiedade relacionada ao vínculo, possui vários benefícios, estando associado ao desenvolvimento considerado saudável. Isso se deve, entre outros, pelo fato de

que, ao conseguir mobilizar o cuidado de pessoas importantes, crianças e adultos se tornariam mais capazes de enfrentar ameaças, buscando experiências de crescimento dentro de relacionamentos seguros e com maiores possibilidades de prosperar no futuro (Bowlby, 1988; David, Gelberg, & Suchman, 2012; Lau, Beilby, Byrnes, & Hennessey, 2012; Lopez & Brennan, 2000; Vieira, Ávila, & Matos, 2012).

Em estudo conduzido com 402 jovens universitários turcos (Çelen & Kuşdil, 2009), considerou-se que os estilos parentais ligados ao autoritarismo e a uma postura mais austera deveriam ser analisados dentro do contexto cultural, uma vez que tanto os estilos como suas repercussões no âmbito familiar e da educação dos filhos dependem de aspectos sociais e culturais (Rogoff, 2005a; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias, & Silvares, 2010). Na sociedade turca, por exemplo, tais aspectos seriam mantenedores de uma cultura em torno da família, favorecendo a transmissão de aspectos muitas vezes tidos como negativos ou repressores na cultura ocidental.

Feita tal ressalva, o fato de que a família de origem é fundamental para a transmissão não apenas de valores, mas de posturas e formas de se vivenciar o afeto é corroborado por uma gama expressiva de estudos longitudinais recentes desenvolvidos no contexto internacional e que se baseiam em uma atualização da Teoria do Apego desenvolvida por Bowlby (Barry & Kochanska, 2010; Collins & Feeney, 2010; Johns & Belsky, 2007; Ha, Overbeek, Vermulst, & Engels, 2009; Hare, Miga, & Allen, 2009; Wong, Mangelsdorf, Brown, Neff, & Schoppe-Sullivan, 2009; Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009; Yuan, McCarthy, Holley, & Levenson, 2010). Muitos estudos internacionais também têm destacado que os comportamentos conjugais de pais e mães desempenham um papel central nas atitudes de adolescentes e jovens adultos em relação ao casamento, o que se acentua quando começam as primeiras relações amorosas, predominantemente em namoros (De Valk & Liefbroer, 2007; Fazio, 2007; Kapinus & Pellerin, 2008; Riggio & Weiser, 2008).

O estudo de Willoughby, Carroll, Vitas e Hill (2012) investigou 335 jovens adultos e seus pais, buscando compreender a transmissão intergeracional das atitudes em relação ao casamento nos Estados Unidos. Os resultados sugeriram que as atitudes conjugais de mães e pais estavam relacionadas às atitudes de seus filhos em relação à família e ao casamento, sendo fundamentais para a escolha desses jovens em se casar ou não. No entanto, foi encontrada uma correlação moderada entre a qualidade conjugal dos pais e as atitudes conjugais dos filhos, o que contrasta com estudos anteriores que associam a satisfação conjugal dos pais a uma atitude mais positiva dos filhos em termos do casamento (Amato &

Booth, 2001; Cunningham & Thornton, 2006). Willoughby et al. (2012) explicam esse resultado com a observação de que os filhos continuam a se desenvolver quando saem de casa e, teoricamente, passam a receber influências ou experienciar modelos que podem ser diferentes daqueles vivenciados na família de origem. Assim, as atitudes em relação ao casamento tenderiam a se modificar com a saída dos filhos da casa dos pais.

Ainda segundo Willoughby et al. (2012), o fato de a qualidade conjugal dos pais como percebida pelos filhos não ter impacto sobre as atitudes desses jovens em relação ao casamento sugere que tais atitudes podem ser modeladas por outras interações estabelecidas e não pela percepção do que é um relacionamento conjugal saudável necessariamente. Ou seja, não é a percepção do que é um relacionamento conjugal saudável que faz com que os jovens adultos valorizem mais o casamento, mas sim observações dos relacionamentos amorosos dos pais, quer sejam satisfatórios ou não.

Na visão de Hare, Miga e Allen (2009), o contexto familiar desempenha um papel importante no desenvolvimento das habilidades para um relacionamento amoroso. Segundo esses autores, o relacionamento entre os pais é, muitas vezes, o primeiro e mais duradouro no qual os filhos podem observar trocas interpessoais frequentes e significativas. De acordo com Prati e Koller (2011) e Wong, McElwain e Halberstadt (2009), a relação conjugal é central para o sistema familiar, sendo que o relacionamento conjugal harmonioso proporciona aos pais um apoio instrumental e emocional que fomenta a chamada parentalidade positiva, ao passo que altos níveis de conflito conjugal e ambivalência podem interferir na capacidade dos pais para responder apropriadamente às emoções negativas de seus filhos.

Segundo diferentes pesquisas, a interação entre pais, mães, filhos e filhas é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento das crianças. Além disso, a qualidade da relação entre pais, mães, filhos e filhas pode ser afetada pelos conflitos da relação conjugal. De modo similar, um bom relacionamento entre essas pessoas pode atenuar os efeitos negativos do conflito no casal, ao passo que um relacionamento entre pais e filhos avaliado como ruim pode reforçar os efeitos do conflito conjugal (Atwater, 1988; Burman, John, & Margolin, 1987; Brumbaugh & Fraley, 2010; Dush & Taylor, 2012; Johnson & Zuccarini, 2010; Lago, Amaral, Bosa, & Bandeira, 2010; Patterson, 1982; Viera & Stengel, 2010; Wagner, Ribeiro, Arteché, & Bornholdt, 1999).

Muitas investigações relacionam o bom relacionamento conjugal dos pais como um preditor de maior saúde mental dos filhos durante adolescência, o que se expressa em aspectos como segurança emocional (Davies & Cummings, 1994), estilos de apego (Ozen, 2003) e

intimidade (Costa, 2011; Feldman, Gowen, & Fisher, 1998; Gomes & Ribeiro, 2011). As relações conjugais dos pais também desempenham um grande papel no desenvolvimento social das crianças, ajudando a moldar o seu comportamento nas relações entre colegas e com as crianças que aprendem a partir da observação dos pais como modelos. Segundo Hare, Miga e Allen (2009), as crianças aprendem de modo adequado e eficaz a manter relações sociais por meio de vários mecanismos. As crianças, muitas vezes, aprendem por meio dos comportamentos positivos nas interações entre colegas e por meio de comportamentos durante as interações entre pais, mães, filhos e filhas.

Para Bowlby (1969/1990), o adequado desenvolvimento da personalidade e das relações sociais na idade adulta é dependente do comportamento afetivo da mãe durante a infância da criança. Além disso, a interação positiva com as figuras de vinculação (por exemplo, um pai ou um parceiro) é importante para promover a tendência a buscar ajuda e a desenvolver comportamentos altruístas. O estudo empírico de Yuan et al. (2010) também sugeriu que emoções positivas nas relações sociais durante a infância podem promover um desenvolvimento afetivo mais satisfatório na vida adulta. Segundo revisão dos mesmos autores, emoções positivas também podem aumentar o funcionamento cognitivo pela criatividade crescente, eficiência, desempenho e flexibilidade na resolução de problemas e tarefas.

A literatura também aponta que os relacionamentos entre pais, mães, filhos e filhas são importantes para o desenvolvimento sadio das crianças e dos adolescentes. Relacionamentos seguros e estáveis com os pais, que façam o jovem sentir-se confortável no núcleo familiar, influenciam no tempo do adolescente dedicado à família e na procura por estabilidade emocional (Atwater, 1988; Lago et al., 2010). É na qualidade do relacionamento entre os membros da sua família que recai a maior ou menor possibilidade de bem-estar (Wagner et al., 1999).

Relacionando o casamento ao bem-estar, a literatura aponta para o fato de que as pessoas casadas de ambos os sexos relatam mais felicidade do que aquelas que nunca se casaram ou são divorciadas, separadas ou viúvas. Pessoas que coabitam com um parceiro também são significativamente mais felizes em algumas culturas do que aquelas que vivem sozinhas, uma vez que o relacionamento amoroso proporciona maior repertório de experiências positivas e de apoio social (Diener & Lucas, 2000; Iafate, Bertoni, & Margola, 2012; Lee, Seccombe, & Shehan, 1991; Musick & Bumpass, 2012; Nock, 2005; Seligman, 2002; Stanley, Ragan, & Rhoades, 2012; Waite & Gallagher, 2000; Zimmermann & Easterlin,

2006). A relação entre bem-estar subjetivo e ser casado se aplica a pessoas de todas as idades, níveis de renda e graus de instrução, bem como origens racial-étnicas, sendo a qualidade conjugal associada positivamente ao bem-estar pessoal (Snyder & Lopez, 2009).

De modo similar, Seligman (2002) aponta para o fato de que o grupo familiar tem grande importância não apenas na forma como os pais educariam seus filhos, mas também como seriam transmitidos valores, formas de agir e impressões subjetivas acerca do mundo, dos afetos e da própria família. Adicionalmente, uma pesquisa realizada com 70 famílias norte-americanas revelou que os afetos experienciados na família de origem e a socialização dos pais seriam importantes preditores do desenvolvimento do bem-estar dos filhos (Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009). Outros estudos têm corroborado tais apontamentos (Bertoni & Bodenmann, 2010; Riggs, Cusimano, & Benson, 2011; Willoughby et al., 2012).

Essa transmissão estaria no cerne do modo como as pessoas percebem sua satisfação com a vida e com seus relacionamentos, como veremos a seguir, no capítulo III. No entanto, há que se destacar que, pela vertente psicanalítica (Benghozi, 2010; Eiguer, 1998; Kaës, 1985), essa transmissão dar-se-ia, fundamentalmente, em nível inconsciente, podendo se expressar em eventos ligados à realidade, como a construção dos vínculos conjugais.

Capítulo III

Sujeito e predicado:

relações entre bem-estar subjetivo e satisfação nos relacionamentos

amorosos

Quando o Subaé subia
Beijando o Sergimirim
Um amor de águas limpas
Nascia dentro de mim
E foi assim pela vida
Navegando em tantas águas
Que mesmo as minhas feridas
Viraram ondas ou vagas.

Roberto Mendes e Jorge Pontual, *Memória das águas*

Amor e tristeza haviam atravessado a sua vida e, privado desses elementos, ele se sentia como alguém a quem tivessem amputado uma parte importante do corpo.

Svevo, *As a man grows older*, 1932

A associação entre felicidade e casamento foi construída no discurso moderno que entendia essa aliança como sustentada e pautada nos desejos individuais – sendo assim, a sociedade ou o Estado não deveriam garantir às pessoas um casamento satisfatório, pois isso dependeria fundamentalmente das disposições de ambos os cônjuges (Rougemont, 1999). Seligman (2004) levanta a hipótese de que pessoas felizes têm mais possibilidades de se

casarem e manterem o casamento ou de que existiria uma terceira variável (como boa aparência e sociabilidade) que seria a causa de maior felicidade e probabilidade de um casamento. Desse modo, para este autor, o casamento está associado à felicidade, mas ainda não são claras as variáveis presentes no casamento (ou nos cônjuges) que estariam associadas a essa avaliação de bem-estar (Scorsolini-Comin & Santos, 2010b).

Segundo Perlin (2006), casamento e satisfação ficaram, ao longo da história do ocidente, estreitamente interdependentes. O casamento, dentro de nossa estrutura política e econômica, tem sido definido como uma resultante social que satisfaz necessidades básicas do indivíduo. Sendo assim, podemos afirmar que a satisfação é um elemento fundamental em um relacionamento interpessoal.

No conceito de satisfação conjugal estão implicadas tanto as experiências precoces do sujeito na sua família como os aspectos vivenciais da relação diádica atual, além das variáveis de personalidade e biodemográficas. A multiplicidade de variáveis e fatores presentes na tentativa de explicação do fenômeno amoroso e conjugal ocorre, principalmente, devido ao fato do casamento ser um momento em que se abre a porta da família para a entrada de um novo membro, oriundo de um outro sistema familiar. Nesse sentido, essa relação

... não pode ser compreendida somente como uma união de dois indivíduos, pois representa a modificação de dois sistemas inteiros e uma sobreposição de ambos na criação de um terceiro subsistema (Wagner & Falcke, 2001, p. 3).

Essas mesmas autoras destacam que a formação do casal e, conseqüentemente, de uma nova família, dá-se por meio do encontro dos sistemas de crenças das famílias de origem dos cônjuges. Assim, quando as pessoas se casam ou passam a viver em união conjugal, acontece o encaixe entre sistemas míticos de duas estruturas familiares diferentes, formando um novo sistema baseado nos sistemas familiares de cada cônjuge. O casamento ou a união constitui-se, então, em um processo que não é exclusivo do noivo e da noiva, ou do homem e da mulher. Ao contrário, “nele estão implicadas fortemente as famílias de origem de cada cônjuge, como transmissoras de um sistema mítico que precisa ser examinado e devidamente considerado na formação do casal” (Wagner & Falcke, 2001, p. 5).

Assim, diferentes pesquisadores da Psicologia estudaram a influência da família de origem nas escolhas conjugais e na determinação dos motivos que levam as pessoas a elegerem um(a) ou outro(a) parceiro(a). Sendo por motivações conscientes ou não, pela introjeção dos modelos parentais ou pela repetição de padrões familiares, a importância das

experiências com a família de origem é um fenômeno frequentemente considerado como a base dessa escolha (Dessen & Braz, 2005; Wagner & Falcke, 2001). Verifica-se, a partir das considerações dessas autoras, que a atração amorosa e sexual, o estabelecimento de vínculos afetivos, bem como as demais características das alianças estabelecidas entre o casal, provavelmente estejam subordinados às influências dos sistemas familiares e também culturais nos quais se formaram e estão inseridos ambos os parceiros (Simons, Simons, Lei, & Landor, 2012).

Para Cruz (2005), as emoções parentais funcionam como uma espécie de barômetro, refletindo a qualidade do ambiente familiar. Mais do que isso, aponta-se para o fato de que o afeto parental positivo prediz consistentemente resultados de desenvolvimentos favoráveis na criança e no adolescente futuramente, enquanto a hostilidade parental está relacionada com resultados desenvolvimentais desfavoráveis (Moraes et al., 2009).

Pode-se observar, então, que, além da tendência de repetição dos padrões de relacionamento aprendidos, o casamento dos pais também pode ser considerado o modelo de relação conjugal que as pessoas tomam como base de suas relações amorosas, sendo que o estudo da satisfação conjugal deve se colocar diante dessas considerações, abarcando essa dimensão. Nesse sentido, cada cônjuge traz para o casamento tanto um modelo de interação aprendido, como também expectativas baseadas no que observou na relação de casal de seus pais. A partir dessas observações, podem buscar relacionamentos similares quando aprovaram o que viram, ou muito diferentes, quando desaprovaram.

Pensando especificamente na satisfação nos relacionamentos afetivos, Wagner e Falcke (2001) destacam que dificilmente um casal poderá estabelecer uma relação afetiva e sexualmente feliz se não tiver conseguido uma boa autonomia em relação aos pais e a consolidado nos primeiros anos de relacionamento conjugal. Essas autoras e outros pesquisadores salientam, entretanto, que, como ninguém se separa totalmente de sua família de origem, por mais independente que seja, tanto emocional como economicamente, a atitude madura é caracterizada pela capacidade de evitar que as famílias de ambos os cônjuges entrem em conflito, preservando o bom relacionamento entre ambas (Beach & Fincham, 2010; Marshall, Jones, & Feinberg, 2011; Mosmann, 2007; Mosmann & Falcke, 2011).

Tais considerações são, usualmente, empregadas em relação ao casamento, fazendo-se necessária a apresentação dessa discussão também em outras formas de vinculação, por exemplo, do namoro estável, como trazido a seguir.

Namoro e modos de vinculação

A atualidade e complexidade do tema satisfação nos relacionamentos de casal são prementes, embora a literatura aponte para um predomínio de estudos no âmbito do casamento (Eldridge et al., 2007; Féres-Carneiro, 1998; Scorsolini-Comin & Santos, 2010d, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b; Uecker, 2012), desconsiderando ou não priorizando vinculações anteriores, como é o caso do namoro, que pode ser caracterizado como uma relação com certa estabilidade e que se dá, geralmente, antes do casamento como uma forma de possível aproximação e de vivência afetiva. As intensas transformações das sociedades modernas tendem a fazer com que a experiência dos adultos seja considerada, pela nova geração, inadequada para oferecer modelos que possam organizar e orientar formas de sociabilidade. “Tais mudanças, que vêm ocorrendo com rapidez na sociedade brasileira, levam o grupo de pares a constituir-se como referência fundamental na orientação da conduta de crianças e de adolescentes” (Romanelli, 1995, p. 73), como veremos a seguir.

O conceito de namoro parece ser mais abstrato e complexo de ser explicitado do que o de casamento, haja vista que possui maior variabilidade de formas e arranjos a depender do contexto social. Em dadas culturas, o namoro nem mesmo existe como uma categoria, sendo a vida de casal iniciada com o contrato do noivado, por exemplo. Em outras, essa noção é diluída em arranjos anteriores ao casamento, possuindo uma multiplicidade de características que nem sempre reduzem o fenômeno a um conceito único de namoro. Na contemporaneidade, destaca-se que o namoro não possui mais um vínculo obrigatório com o casamento, como se dava antigamente, possuindo finalidade e significados próprios. Do mesmo modo, a noção de fidelidade pode ser questionada, haja vista a assunção de relacionamentos estáveis considerados namoros, mas que admitem mais de um parceiro amoroso, como no caso de relações de “poliamor” (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009). A busca por um parceiro ou parceira ideal com vistas a um relacionamento conjugal também não é mais um balizador do que vem a ser um namoro (Eastwick, Finkel, & Eagly, 2011).

Além disso, o namoro não é mais associado apenas à adolescência e ao início da fase adulta, mas está presente, tal como um período de conhecimento do parceiro e das primeiras trocas amorosas da díade, também na fase de maturidade e na velhice, por exemplo. No entanto, neste estudo trabalhamos fundamentalmente com jovens adultos. É por essa adoção que a universalidade ou não da adolescência é um tema que deve ser abordado.

Em uma perspectiva contemporânea, as etapas do ciclo vital são observações de fatos sociais e psicológicos, cujas características dependem do contexto em que estão inseridas (Sifuentes, Dessen, & Oliveira, 2007). Essa mudança é de grande importância, abrindo novas fronteiras para o entendimento do que se compreende por desenvolvimento, não havendo uma concentração em períodos ou estágios, mas nas relações que se estabelecem entre os diferentes outros em interação, em situados contextos que consideram os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais (Rogoff, 2005a, 2005b; Rossetti-Ferreira, Amorim, Soares-Silva, & Oliveira, 2008; Scorsolini-Comin & Santos, 2010e).

Concordamos com os apontamentos de Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras (2010), destacando que, a partir dos estudos da Antropologia Social, mostrou-se uma possibilidade de entender as fases do desenvolvimento humano de forma totalmente nova, ressaltando que a adolescência não precisa ser, necessariamente, um período turbulento e de muitas mudanças, desconstruindo que as características do desenvolvimento psicossocial nessa fase seriam universais. Desse modo, assim como não haveria uma ideia universal acerca do que é a adolescência, o mesmo poderia ser dito em relação aos jovens adultos e, conseqüentemente, ao que é o namoro.

A literatura sugere que o namoro se diferencia do “ficar”, uma vez que envolve o estabelecimento de laços afetivos mais duradouros e regulados, na maioria das vezes, pela fidelidade, exclusividade, responsabilidade na promoção do bem-estar do outro e participação efetiva na vida deste (Bertoldo & Barbará, 2006; Chaves, 1993). No entanto, essa diferenciação não parece ser estável ao longo dos anos, uma vez que aspectos como a fidelidade e a exclusividade vêm sendo constantemente questionados, de modo que nem sempre são elementos presentes no namoro. Os relacionamentos exclusivamente virtuais, por exemplo, propõem uma nova forma de delimitar as características de uma relação como a do namoro (Donnamaria & Terzis, 2009). Assim, na contemporaneidade, os elementos que compõem um namoro são permanentemente revistos, a fim de que abarquem de modo mais próximo o que é, de fato, um relacionamento. Nesse sentido, cada vez mais o conceito de namoro será validado nos próprios relacionamentos, construídos permanentemente. Aos pesquisadores caberá interpretar essas mudanças e tentar contemplá-las em suas investigações. Nesta tese, partimos de um conceito tradicional de namoro heterossexual, associado à fidelidade e ao compromisso de ambas as partes da díade em manter um relacionamento estável ao longo do tempo. Obviamente que esta é uma adoção metodológica

que não tem por objetivo balizar o que é ou não um namoro, nem mesmo invalidar outros arranjos igualmente considerados namoros.

Os relacionamentos amorosos estabelecidos durante a adolescência são comumente investigados na literatura científica. No entanto, são raros aqueles que buscam delimitar conceitualmente tais arranjos (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009), sendo mais frequentes as investigações que priorizam a descrição das transformações físicas e emocionais observadas nessa fase do ciclo vital (Aberastury & Knobel, 1981), aspectos relacionados à maior exposição a fatores de risco psicossocial (Bailey, Hill, Oesterle, & Hawkins, 2009; Scorsolini-Comin, Manzi-Oliveira, Casarini, Cury-Jacquemin, & Santos, 2011; Siqueira, Massignan, & Dell’Aglio, 2011), transformações no domínio familiar (Ackerman, Kashy, Donnellan, & Conger, 2011), social (Brêtas, 2008) e também de transição para a parentalidade (Conger, Belsky, & Capaldi, 2009; de Haan, Amaranta, Deković, & Prinzie, 2012).

Zagury (2003), retomando os dados de um estudo realizado com 943 estudantes entre 14 e 18 anos de idade, pertencentes a cinco classes sociais e residentes em sete capitais e nove cidades do interior, em todo o Brasil (Zagury, 1996), destaca que a felicidade do jovem está fortemente relacionada à família ou à satisfação em um relacionamento amoroso. Indagados sobre “o que mais precisa para ser feliz” e, considerando que só podiam escolher uma alternativa, obteve-se que o fator mais recorrente foi o “ficar com quem se ama” (55,5%), seguido por ter uma “família unida” (29,2%).

Outra questão da mesma pesquisa que deve ser trazida à baila é a que analisa a visão do jovem em relação à felicidade, por sua relação evidente com a questão da autoestima. À questão “você inclui o casamento em seus planos de vida”, 42,4% responderam que “sim” e 13,1% “não”. Outros 13% afirmaram que “pode haver casamento ou morar junto, tanto faz” e a segunda maior porcentagem, 29,3%, atestou que sim, “mas só se surgir um grande amor”. Segundo Zagury (2003), os dados revelaram um adolescente que valoriza o amor e a família, o que contrapõe o senso comum, que identifica que esses valores ou essas aspirações não fazem mais parte do mundo contemporâneo.

O namoro (e também o “ficar”) são relacionamentos frequentemente associados à adolescência, fase na qual, paradoxalmente, predominam os sentimentos de autonomia, independência e individuação. A intimidade ocorreria ao longo do tempo e de acordo com a maturidade tanto da pessoa quanto do seu relacionamento amoroso. Tal aquisição só seria possível a partir da assunção da identidade, ou seja, somente quando a pessoa se sentisse um indivíduo único – e, nesse movimento, necessitaria de uma complementação, o que a tornaria

apta a se envolver em um relacionamento mais duradouro do tipo namoro (Aberastury & Knobel, 1981; Zordan & Wagner, 2009).

Avaliar a satisfação em relacionamento de casal (seja um namoro ou um casamento) refere-se a uma percepção individual dos benefícios originados de uma relação amorosa ou sexual em qualquer grau de intimidade (Wachelke, Andrade, Souza, & Cruz, 2007). Em estudo qualitativo realizado com jovens heterossexuais britânicos, Forrest (2010) buscou identificar o que seriam os chamados relacionamentos “sérios”. Tais relacionamentos podem ser vistos como contextos por meio dos quais esses jovens se engajaram em processos de exploração, refazendo suas identidades masculinas. Para o autor, a visão sociológica de que as emoções podem ser conceituadas como as interações sociais situadas e dependentes de estruturas sociais, discursos, repertórios de imagens e práticas culturais é útil para a compreensão de que as experiências de jovens estão situadas culturalmente. Assim, o namoro “sério”, ao possibilitar um contato com o sexo oposto, seria um evento importante para a própria construção da identidade masculina em jovens.

Os adolescentes seriam confrontados pela tensão entre os modelos de amor e relacionamentos antigos e modelos gerados pelas forças psicossociais da atualidade (Justo, 2005). Assim, haveria tanto o interesse pelas formas românticas (carregadas pelos ideais de segurança e estabilidade) quanto pelos modelos contemporâneos que apregoam maior independência, autonomia e busca pela realização dos desejos, sem que haja, necessariamente, maior vinculação afetiva. Nesse sentido, o relacionamento afetivo entre adolescentes necessitaria de um equilíbrio entre a identidade conjugal e a individual. Como trazido por Levandowski, Piccinini e Lopes (2009), somente um indivíduo minimamente separado e individualizado teria condições psíquicas de preservar “seu *eu* dentro do *nós* conjugal” (p. 680).

Ainda pelo estudo com jovens que estavam namorando, Forrest (2010) identificou que a família emergiu como uma forte influência sobre o comportamento e os significados desses jovens em relacionamento de namoro. As formas de influência da família foram sumarizadas em três categorias: (a) a relação com os pais como modelo (para melhor ou pior) para o próprio namoro; (b) o modo como o namoro foi inserido na família; e (c) a ideia de que nossas capacidades relacionais e necessidades eram produtos de incidentes vividos no seio familiar. No que diz respeito à influência das relações entre os pais desses jovens, Forrest (2010) chama a atenção para as práticas demonstradas pelos pais que envolvem “compromissos”, como a comemoração do aniversário de casamento, o modo como resolvem

as dificuldades conjugais e falam sobre os seus próprios sentimentos. Similarmente, o modo como os pais “validavam” os namoros dos filhos, atribuindo-lhes um caráter de seriedade, também demonstrou ser um bom preditor da qualidade e envolvimento no namoro.

Na visão de Torres (2000), contrariamente à representação comum, a criança aprende a ser individualizada no seio de sua família de origem, uma vez que os seus pais a diferenciam de seus irmãos e irmãs porque, com frequência, ela dispõe de um território para si, um espaço no qual ele cria as suas próprias regras – sendo autônoma estando em uma relação de dependência. Assim, na tensão entre autonomia e dependência, Torres (2000) destaca o panorama atual no qual os jovens adultos incorporam o prolongamento da escolaridade e as dificuldades em conseguir um primeiro emprego, ao passo em que as gerações anteriores tinham acesso à independência econômica mais rapidamente.

Esse fato tem tornado relativamente comum que filhos com mais de 30 anos ainda residam com os pais, em um movimento que não é exclusivo do Brasil, mas também de países como Portugal e Itália. Mesmo no caso de jovens adultos que se casam, já não se observa com estranhamento o fato desses jovens casais residirem na mesma casa que os pais do noivo ou da noiva, o que é justificado, na maior parte dos casos, pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo casal no início de sua constituição, pelo nascimento do primeiro filho ou então pelo alto custo de vida no Brasil (Silveira & Wagner, 2006; Wagner, Falcke, & Meza, 1997). Em um passado não muito distante (primeira metade do século XX), muitos dos recém-casados residiam com os pais (do noivo ou da noiva), o que foi diminuindo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, aumento das taxas de urbanização e individualização da vida familiar (Del Priore, 2006). Nas camadas mais baixas, no entanto, a convivência de diferentes gerações em uma mesma casa devido a restrições financeiras e de acesso à habitação é frequente (Romanelli, 2003a; Watarai & Romanelli, 2010).

Essa comparação com a geração anterior, em que havia a oportunidade de o jovem se estabilizar mais cedo, estaria gerando na contemporaneidade um sofrimento dos jovens por não conseguirem chegar a essa conjunção entre autonomia e dependência afetiva, o que também passa pela experiência do namoro e do casamento como vivências de conjugalidade que obrigam o indivíduo a ser autônomo, independente, mas, ao mesmo tempo, aprender a compartilhar experiências emocionais.

Seligman (2002, 2011), amparado nos estudos de Bowlby (1969/1990) e de Ainsworth, Bell e Stayton (1992), destaca que é no berço da família e das primeiras experiências que os filhos vão construindo não apenas as primeiras percepções acerca do

mundo, mas as suas primeiras vivências e percepções em torno do que é felicidade, prazer e bem-estar. Em estudo anterior (Scorsolini-Comin, 2009), foram encontradas correlações positivas e significativas entre a satisfação conjugal e o bem-estar subjetivo (BES) em uma amostra de 106 pessoas casadas, levando-nos à consideração de que a conjugalidade está diretamente relacionada ao nível de BES de cada um dos parceiros.

Se considerarmos que a conjugalidade adulta é construída também a partir dos primeiros vínculos estabelecidos na família e, portanto, da conjugalidade dos pais tal como percebida pelos filhos, o nível de BES estaria relacionado também ao modo como cada parceiro percebe o relacionamento conjugal dos pais?

Para tentar responder a isso, será apresentada a noção de BES, a seguir.

Produção científica sobre o bem-estar subjetivo

A Filosofia carrega a herança de ter sido a primeira disciplina a refletir sobre a felicidade e a tentar defini-la em termos do que é e também do que não a constitui. Para Sêneca, uma vida feliz seria aquela conforme a sua própria natureza,

Não podendo ser alcançada, a menos que a alma esteja sã, em posse contínua de saúde, e que seja depois corajosa e enérgica, bela e paciente, adaptada às circunstâncias, cuidadosa do seu corpo e daquilo que lhe diz respeito, sem, no entanto, ficar inquieta, diligente em relação aos outros meios de embelezar a vida sem admirar nenhum deles, pronta a fazer uso dos presentes da sorte, mas não a sujeitar-se a eles (2008, p. 46).

Vemos, por este trecho, que a ideia de felicidade está intimamente associada à noção de saúde e bem-estar. Mas apesar dessas postulações e do reconhecimento de grande parte das ciências humanas de que a felicidade é a meta fundamental da vida, ainda há pouco progresso com relação ao entendimento do que de fato consiste a felicidade (Diener, Napa-Scollon, Oishi, Dzokoto, & Suh, 2000; Fiquer, 2006; Galinha, 2008; Graziano, 2005; Scorsolini-Comin, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2010f, 2010g; Sirgy, 2002). A partir dessa dificuldade conceitual e também epistemológica, Seligman (2011), no contexto da Psicologia Positiva, tem revisto a sua proposição de que o objetivo de tal perspectiva seria a felicidade autêntica, o que foi postulado no início dos anos 2000. Para este autor, após uma década de novos estudos em diferentes partes do mundo, o objetivo da Psicologia Positiva pode ser redescrito como o estudo do bem-estar na busca pelo florescimento. Seligman justifica a

mudança atribuindo ao bem-estar a categoria de construto, sendo um conceito mais inteligível e passível de ser mensurado no meio científico do que a felicidade.

O bem-estar humano é composto por duas dimensões básicas: objetiva e subjetiva. A dimensão objetiva é aquela passível de ser publicamente apurada, observada e medida por fora, que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, criminalidade, educação, entre outros. A dimensão subjetiva consiste na experiência interna de cada indivíduo, isto é, tudo aquilo que passa em sua mente de forma espontânea, que ele sente e pensa sobre a vida que tem levado.

Pode-se destacar dependência recíproca entre ambas, a partir da observação de situações extremas: se o lado objetivo do bem-estar não preencher requisitos mínimos (alimentação, moradia, saúde, entre outros), não há mais bem-estar possível. Por outro lado, o inverso também é verdadeiro. Para alguém terrivelmente deprimido, mesmo cercado de luxo e conforto, o viver torna-se um grande desgosto. A felicidade é algo que está em um campo de intersecção entre essas duas dimensões do bem-estar.

Importantes estudos fazem não apenas um resgate histórico acerca do conceito, mas o contrastam com outras tradições psicológicas e o situam dentro de uma perspectiva em crescimento, justamente por privilegiar a subjetividade e não os critérios objetivos da vida como renda, bens materiais e outros, embora se estude em que medida esses aspectos poderiam ou não influenciar na percepção de bem-estar e satisfação com a própria vida apresentada pelas pessoas (Albuquerque, Lima, & Matos, 2012; Bird & Robert, 2012; Díaz Llanes, 2001; Diener, 1984; Dela Coleta & Dela Coleta, 2006; Long, Huebner, & Wedell, 2012; Lykken, 2007; Ming-Chang & Dzorgbo, 2012; Ní Mhaoláin et al., 2012; Scorsolini-Comin & Ruwer, 2010; Scorsolini-Comin & Santos, 2010g; Tam, Lau, & Jiang, 2012; Zanon & Hutz, 2010). Nesse sentido, Csikszentmihalyi (2006) destaca que as pesquisas têm revelado que aspectos como segurança material, luxo e dinheiro não são, por si só, garantia de felicidade, bem-estar e qualidade de vida.

Segundo Siqueira e Padovam (2008), as concepções científicas mais proeminentes da atualidade sobre bem-estar no campo psicológico podem ser organizadas em duas perspectivas: uma que aborda o estado subjetivo de felicidade (bem-estar hedônico) e que se denomina bem-estar subjetivo (BES), e outra que investiga o potencial humano (bem-estar eudemônico) e trata de bem-estar psicológico. Na primeira tradição, adota-se uma visão de bem-estar como prazer ou felicidade.

Assim, o bem-estar subjetivo (BES) tem sido colocado na literatura como o estudo científico da felicidade (Nunes, Hutz, & Giacomoni, 2009; Reppold, Giacomoni, & Hutz, 2007; Scorsolini-Comin & Santos, 2010g; Seligman, 2002). Trata-se de uma experiência interna de cada indivíduo que emite um julgamento de como a pessoa se sente e o seu grau de satisfação com a vida (Albuquerque, 2004; Diener, 1984; Galinha, 2008; Seligman, 2002; Siqueira & Padovam, 2008; Snyder & Lopez, 2009). Diener, Suh e Oishi (1997) destacam que o BES se refere à forma como as pessoas avaliam a sua vida e inclui variáveis como satisfação com a vida, satisfação conjugal, ausência de depressão e ansiedade, bem como a presença de emoções e humor positivos.

Já para Galinha (2008), o BES é uma dimensão positiva da saúde mental, sendo considerado, simultaneamente, um conceito complexo que integra uma dimensão cognitiva e uma dimensão afetiva, bem como “um campo de estudo que integra parcialmente outros grandes conceitos e domínios de estudo como são a qualidade de vida e o afeto” (p. 19). Nesse sentido, a saúde mental tem sido referida para além da ausência de perturbações mentais, incluindo a existência de dimensões positivas como o bem-estar subjetivo, além de noções como de autoeficácia, autonomia, desenvolvimento potencial, entre outros, ou, nas palavras de Diener (1995), o bem-estar subjetivo seria uma dimensão da saúde mental.

Por essas considerações, a noção de BES é permeada por outros conceitos como o de saúde mental, satisfação com a vida, afetos positivos, bem-estar psicológico e qualidade de vida (Scorsolini-Comin & Santos, 2010g). Apesar de estarem intimamente relacionados, esses conceitos são diferentes e devem ser pontuados em suas nuances, conforme revisão integrativa realizada por Keyes, Shmotkin e Ryff (2002).

Apesar das discordâncias teóricas relativas à conceituação de BES, há um consenso quanto às suas dimensões: satisfação com a vida e afetos positivos e negativos (Anguas, 1997; Martinez & Garcia, 1994; McCullough, Huebner, & Laughlin, 2000). Tais dimensões podem ser assim definidas:

(a) Afeto positivo é um contentamento hedônico puro experimentado em um determinado momento como um estado de alerta, entusiasmo e atividade. É um sentimento transitório de prazer ativo; trata-se mais de uma descrição de um estado emocional do que um julgamento cognitivo. Refere-se à frequência de emoções positivas (como o orgulho e o interesse). As características relacionadas com os afetos positivos incluem confiança, otimismo, autoeficácia, abertura ao outro e representações positivas dos outros, sociabilidade, atividade e energia, componente pró-social, imunidade e bem-estar físico, estilos de *coping*

eficazes perante os desafios e estresse, originalidade e flexibilidade (Lyubomirsky, King, & Diener, 2005). De acordo como Galinha (2008), essas características têm em comum o fato e predispor o indivíduo a envolver-se ativamente com o meio e a perseguir os seus objetivos, ou, em outras palavras,

Neste estado positivo, o indivíduo não sente necessidade de proteger os seus recursos e de evitar o perigo – este é um processo marcado pelas emoções negativas. As pessoas felizes apresentam uma maior probabilidade de procurar e perseguir novos objetivos. É mais provável que as pessoas felizes possuam mais competências e recursos pessoais, construídos durante os momentos em que predominam as emoções positivas (Galinha, 2008, p. 56).

(b) Afeto negativo refere-se a um estado de distração e engajamento desprazível que também é transitório, mas que inclui emoções desagradáveis como ansiedade, depressão, agitação, aborrecimento, pessimismo e outros sintomas psicológicos aflitivos e angustiantes (Diener, 1995). O afeto negativo refere-se à frequência de emoções negativas (como a tristeza e a hostilidade).

(c) A dimensão satisfação com a vida é um julgamento cognitivo de algum domínio específico na vida da pessoa; um processo de juízo e avaliação geral da própria vida; uma avaliação sobre a vida de acordo com um critério próprio (Emmons, 1986). O julgamento da satisfação depende de uma comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido. Pode ser definida como uma avaliação cognitiva positiva da vida como um todo (Galinha, 2008).

O bem-estar pode ser definido, desse modo, como o predomínio da frequência de ocorrência de experiências emocionais positivas sobre as negativas (afetos positivos mais frequentes que os negativos) (Delle Fave, 2006). Para Galinha (2008), as pessoas que demonstram um bem-estar positivo experienciam uma preponderância de emoções positivas em relação às emoções negativas e avaliam positivamente a sua vida como um todo.

Tal como afirmado por Galinha (2008), o BES é um conceito recente, uma vez que a primeira menção a ele data de 1960. Atualmente, tornou-se um campo de estudo em amadurecimento e expansão. Os estudos sobre o BES desenvolvem-se em paralelo e, muitas vezes, em articulação com os conceitos de bem-estar psicológico, dentro de um campo ainda maior, denominado de Psicologia Positiva (Bernard, Zimmermann, & Favez, 2011; Haines, 2011; Marques, Pais-Ribeiro, & Lopez, 2011; McNulty & Fincham, 2012; Paludo & Koller, 2007; Prati & Koller, 2011; Salanova & Lopez-Zafra, 2011; Scorsolini-Comin, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2010h, 2012a; Seligman, 2002, 2011; Snyder & Lopez, 2009).

A fim de visualizar o modo como esse conceito articula-se com noções correlatas, desenvolvemos dois esquemas (Figuras 1 e 2) baseados em um modelo criado originalmente por Galinha (2008), além de um esquema que representa as variáveis de BES e dos fatores cognitivos, afetivos e contextuais (Figura 3).



Figura 1. Representação do bem-estar subjetivo (BES) como um conceito associado à saúde mental

Pela Figura 1, pode-se notar que o BES situa-se dentro de uma tradição que apregoa a dimensão positiva do ser humano, em termos dos afetos adaptativos. Em contraposição, a dimensão negativa está ligada a um desenvolvimento desfavorável, levando à perturbação mental, tal como destacado por Galinha (2008). Na Figura 2, apresentamos as dimensões relacionadas tanto ao bem-estar psicológico como ao subjetivo.

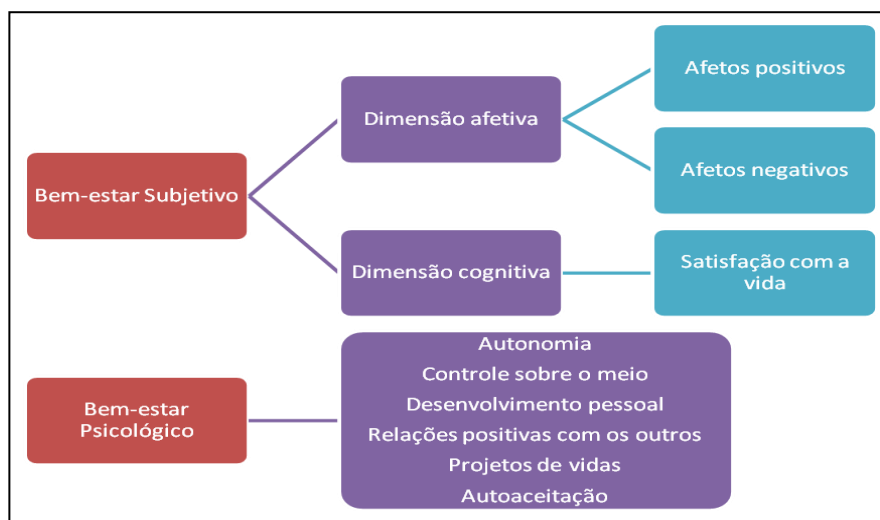


Figura 2. Representação da dimensão positiva da saúde mental, em termos dos conceitos de bem-estar psicológico e do bem-estar subjetivo (BES)

Na Figura 3, a seguir, representamos os fatores que mais se associam ao BES, organizados didaticamente em fatores cognitivos, afetivos e contextuais. Tal como revisado por Galinha (2008), a dimensão da satisfação com a vida é identificada como um fator cognitivo, na medida em que envolve um julgamento do indivíduo acerca do seu estado de bem-estar, sempre em comparação às demais pessoas ao seu entorno. Os fatores afetivos associados referem-se aos afetos positivos e aos afetos negativos, na medida em que estes são considerados preditores do BES pela literatura científica. Por fim, os fatores contextuais abarcam as condições de vida, as trajetórias dos indivíduos, bem como as condições socioeconômicas e demográficas nas quais essas pessoas estão imersas.

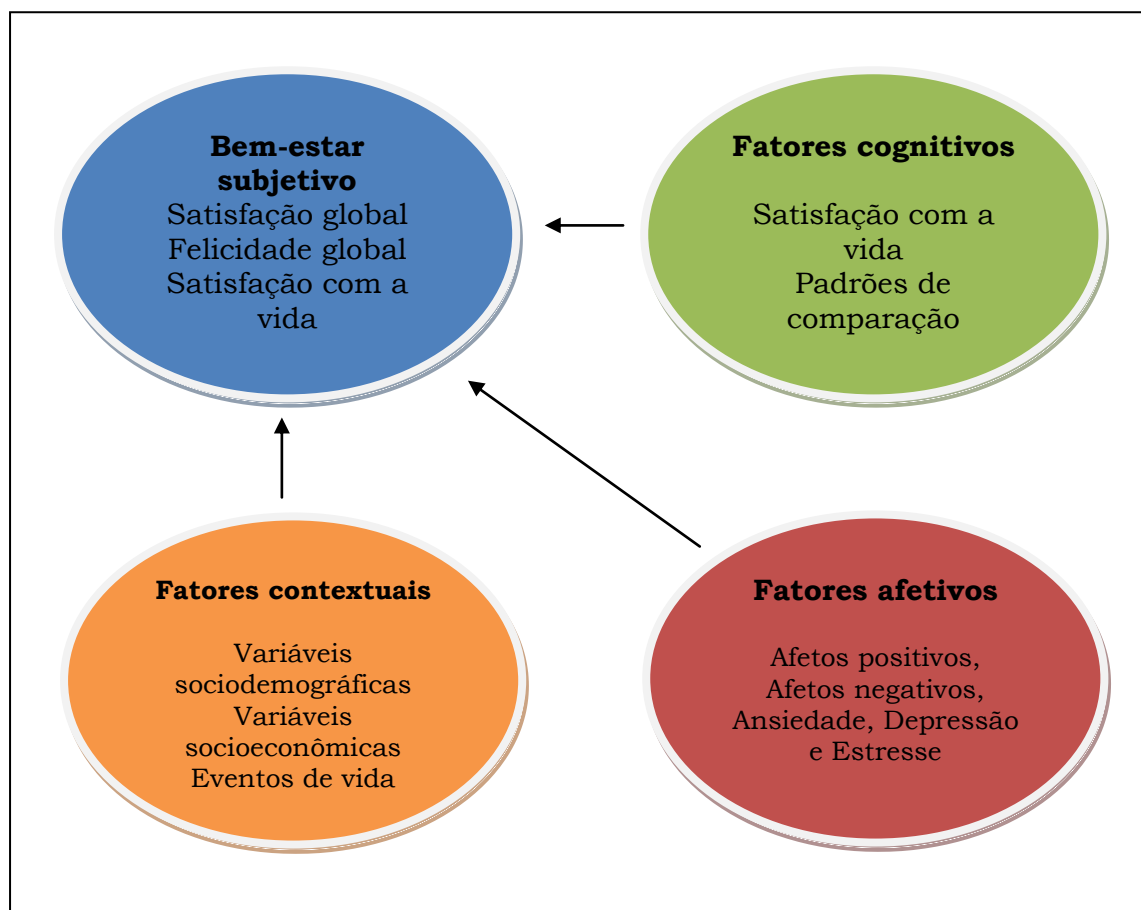


Figura 3. Representação das variáveis de bem-estar subjetivo e dos fatores cognitivos, afetivos e contextuais, adaptada de Galinha (2008)

Nesta tese, empregamos fundamentalmente a noção do BES, tanto como conceito quanto um campo de estudo. O BES é definido em termos das experiências internas do indivíduo, não partindo de critérios ou de avaliações externas, ou seja, é medido a partir da

perspectiva do próprio indivíduo, o que o diferencia fundamentalmente da abordagem clínica tradicional (Galinha, 2008). Além disso, o BES envolve certa estabilidade, não sendo um construto momentâneo e relacionado a eventos passageiros, mas a uma dimensão que perdura ao longo do tempo.

Um BES elevado inclui frequentes experiências emocionais positivas, rara experiência emocional negativa (depressão ou ansiedade) e satisfação não só com vários aspectos da vida, mas com a vida como um todo (Seligman, 2002). Naturalmente, entende-se que o humor das pessoas, suas emoções e julgamentos autoavaliativos mudam com a passagem do tempo, caracterizando a satisfação com a vida como um construto não só multidimensional, mas dinâmico. Isto, no entanto, não implica na instabilidade do fenômeno. Flutuações momentâneas não obscurecem um julgamento mais abrangente do que pode ser considerado como o nível mais estável que a pessoa julga caracterizar a sua satisfação com a vida.

Discutindo sobre os fatores que influenciam o BES, Lykken e Tellegen (1996) e Albuquerque e Tróccoli (2004) discorrem que este é um construto que sofre influência tanto cultural (experiências compartilhadas que formam a base de uma maneira similar de se ver o mundo) como da hereditariedade. O sentido das experiências dos indivíduos é construído socialmente por meio de crenças, pressuposições e expectativas sobre o mundo associadas também à transmissão que ocorre no âmbito da família. Em um estudo com estudantes dos Estados Unidos (Diener & Seligman, 2003; Snyder & Lopez, 2009), concluiu-se que as qualidades de boa saúde mental e bons relacionamentos sociais surgiam constantemente na vida dos jovens adultos mais felizes da amostra, destacando a importância de um bom funcionamento social.

A literatura científica destaca um consenso acerca do fato de que o casamento está diretamente relacionado a uma maior taxa de bem-estar. Díaz Llanes (2001) aponta que as pessoas casadas ou que vivem em união consensual, de ambos os sexos, apresentam maiores níveis de bem-estar do que aquelas que nunca foram casadas, as divorciadas e as viúvas. Dados semelhantes também foram encontrados por Argyle (1999), Diener, Gohm, Suh e Oishi (2000), Diener e Lucas (2000) e Lee, Seccombe e Shehan (1991). Esses achados convergentes podem ser um indicativo de que uma relação conjugal com adequada comunicação provê o casal de relações sociais significativas e nível apropriado de apoio material, emocional, econômico, instrumental e de informação, o que medeia positivamente a sua relação com o meio. O casamento, desse modo, pode prover recompensas econômicas e sociais, ainda que esses benefícios dependam possivelmente dos valores da sociedade. Nos

grupos de idade e culturas em que as necessidades das pessoas podem ser satisfeitas mais facilmente dentro do casamento, os efeitos são provavelmente mais positivos.

Segundo pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa, ter um cônjuge é um forte preditor de satisfação com a vida e as pessoas não casadas demonstram níveis superiores de depressão (Galinha, 2008; Hong & Duff, 1997). Similarmente, aponta-se que pessoas com elevados índices de BES tenham maior tendência a se casarem, sugerindo uma influência bidirecional, ou seja, quem tem alto BES tende a se casar e pessoas casadas tendem a registrar alto BES. A qualidade do relacionamento amoroso também vem sendo evocada como preditora do BES (Galinha, 2008). O casamento pode estar relacionado à felicidade, segundo Myers (1999), pelo fato de reforçar a autoestima do indivíduo, oferecendo situações de maior intimidade, por meio de relações duradouras e de apoio.

Em culturas individualistas, o casamento possui um valor maior porque ele pode ser a primeira ou talvez a única origem de intimidade e apoio social (Albuquerque, 2004; Diener & Suh, 1998). A relação mais direta entre casamento e BES ainda não é conclusiva, mas deve-se destacar a importância de fatores como as mudanças sociais, características culturais e expectativas específicas de cada um para a clarificação dessas correlações.

Para Diener (1984) e Seligman (2004), os sujeitos mais felizes tendem a se envolver mais em relacionamentos amorosos, têm vida social mais rica, tendem a passar o menor tempo possível sozinhos, apresentam ótimos relacionamentos com outros, mais amizades; permanecem, em média, maior tempo casados, pensam menos em si mesmos, gostam mais dos outros, são mais sociáveis. São também mais religiosos, vivem por mais tempo, apresentam melhores hábitos de saúde, pressão sanguínea mais baixa, sistema imunológico mais ativo, maior resistência à dor, maior nível de satisfação com o seu trabalho, maior produtividade, mais altos salários. De acordo com Dela Coleta e Dela Coleta (2006), esses sujeitos também se percebem como mais capazes do que julgam seus semelhantes, “são mais precavidos no que se refere à saúde e segurança, apresentam maior taxa de vivências de “situações de deleite (*flow*) e maior sentimento de autoestima” (p. 534).

Como destacado na revisão de Scorsolini-Comin e Santos (2010g), abre-se cada vez mais a necessidade de novos estudos teóricos e empíricos sobre o BES, possivelmente de corte longitudinal, que poderiam contribuir para conhecermos de que modo esse construto vai sofrendo modificações ou não ao longo do desenvolvimento. Tais pesquisas também poderão subsidiar a construção e o aprimoramento dos conhecimentos historicamente veiculados sobre o bem-estar. Feitas essas considerações, rerepresentaremos, a seguir, os objetivos deste estudo.

Objetivos

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar as relações existentes entre a medida da conjugalidade dos pais, tal como percebida e vivenciada pelos filhos, e as medidas do bem-estar subjetivo e da satisfação em relacionamentos amorosos apresentados por estes filhos, solteiros e casados.

Objetivos Específicos

- (a) Analisar a percepção que os filhos têm do relacionamento conjugal de seus pais;
- (b) Avaliar a relação entre a medida da percepção dos filhos sobre o relacionamento conjugal de seus pais e a medida da percepção que eles (os filhos) possuem acerca de suas próprias relações afetivas atuais;
- (c) Estudar a relação entre a medida da percepção que os filhos têm do relacionamento conjugal de seus pais e a medida do bem-estar subjetivo dos próprios filhos;
- (d) Comparar os resultados dos indicadores avaliados (bem-estar subjetivo, percepção sobre a conjugalidade dos pais, satisfação em relacionamento de casal) entre indivíduos solteiros que não namoram, solteiros que namoram e casados.

Hipóteses

Hipóteses

Hipótese 1: A medida da percepção que os filhos têm acerca do relacionamento conjugal de seus pais está correlacionada à medida da percepção acerca de seus próprios relacionamentos afetivos atuais;

Hipótese 2: A medida da percepção que os filhos têm acerca de seus próprios relacionamentos está correlacionada com a medida de seus níveis de bem-estar subjetivo;

Hipótese 3: A medida do bem-estar subjetivo dos filhos está correlacionada com a medida da satisfação percebida no relacionamento conjugal dos pais;

Hipótese 4: A medida da percepção acerca da conjugalidade dos pais está associada ao *status* do relacionamento afetivo dos filhos (casados, solteiros que namoram ou solteiros que não namoram).

Percurso Metodológico

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo e correlacional, de corte transversal, apoiado na metodologia quantitativa de análise e interpretação dos dados.

O método quantitativo representa, inicialmente, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, com vistas a possibilitar uma margem de segurança quanto às inferências. É empregado em estudos descritivos e em pesquisas que objetivam descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como compreender a relação de causalidade entre fenômenos (Hammond, 2010a; Richardson, Peres, Wanderley, Correia, & Peres, 2010). Tais investigações propõem-se a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados objetos de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo (Richardson et al., 2010).

A popularidade de investigações quantitativas que fazem uso de testes psicométricos deve-se a dois fatos. O primeiro deles é que tais testes podem ser utilizados para medir um conjunto amplo de características, incluindo traços de personalidade, estados de humor, atitudes e percepções. Isso tem fornecido aos pesquisadores ampla variedade de ferramentas de mensuração que tornam algumas variáveis psicológicas acessíveis à pesquisa. O segundo fato é a relativa facilidade de realizar a coleta de dados, permitindo que os pesquisadores trabalhem com grandes amostras, geralmente em um tempo considerado reduzido (Hammond, 2010b). Obviamente que esta última consideração deve ser relativizada em função da população investigada. O que se mostra claro é que a maior ou menor facilidade para a coleta de dados não deve ser, em princípio, um critério para a delimitação de um estudo quantitativo, mas sim as características do fenômeno que se pretende compreender e os objetivos dessa investigação.

No entanto, apesar dessas características, a mensuração na Psicologia é ainda muito complexa e alvo de diferentes questionamentos, uma vez que trata de eventos ou fenômenos que nem sempre podem ser resumidos em categorias ou em variáveis passíveis de serem apreendidas como grandezas numéricas. No caso desta tese, por exemplo, a própria consideração da percepção acerca da conjugalidade dos pais como uma variável possui implicações, inclusive, para o referencial teórico que a define como um conceito relacionado ao inconsciente (Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2011). No entanto, ao estudarmos as percepções sobre o fenômeno (conjugalidade dos pais), temos a oportunidade de realizar um estudo desse porte e com delineamento quantitativo que parte do princípio de que as experiências, impressões e memórias acerca do relacionamento conjugal dos pais podem ser

expressas pelo indivíduo ao responder um questionário (autorrelato) como o que foi aplicado na coleta de dados, juntamente com outros instrumentos.

Nos estudos quantitativos das ciências humanas, as variáveis consideradas serão aquelas características do indivíduo que não são passíveis de mensuração simples, tal como eventos orgânicos ou respostas fisiológicas. Posto isso, tais investigações devem ser rigorosamente delineadas, a fim de que as testagens possam ser replicadas por outros pesquisadores e atendam também a outros objetivos, podendo efetivamente contribuir para as discussões sobre determinados fenômenos, ou seja, “a mensuração acurada é uma condição prévia necessária para qualquer empreendimento científico” (Hammond, 2010b, p. 192).

Outro aspecto que deve ser evocado é que os estudos que procuram investigar a correlação entre variáveis são fundamentais para as diversas Ciências Sociais, uma vez que permitem controlar, simultaneamente, um grande número de variáveis e, por meio de técnicas estatísticas, “especificar o grau pelo qual diferentes variáveis estão relacionadas, oferecendo ao pesquisador entendimento do modo pelo qual as variáveis estão operando” (Richardson et al., 2010, p. 71). Ainda segundo esses autores, a qualidade dos estudos de correlação é determinada não apenas pela complexidade do modelo ou pelas técnicas estatísticas usadas, mas pelos níveis de planejamento e fundamentação teórica essenciais à análise das hipóteses, tal como consubstanciado nos capítulos introdutórios da tese. Desse modo, empregamos testes estatísticos para realizarmos inferências, pois estas permitem, a partir dos resultados obtidos em uma amostra delimitada e relativamente reduzida, fazer inferências para uma população mais ampla da qual foi extraída essa amostra, avaliando o risco de erro introduzido neste processo.

Por fim, o que deve ser pontuado é que o percurso metodológico aqui relatado atende aos objetivos desta investigação, de modo que a qualidade nos estudos quantitativos não deve ser considerada em função do tipo de pesquisa, mas do cuidado do pesquisador em realizar um estudo com rigor metodológico e seguindo orientações específicas para esse tipo de pesquisa, o que se revela na delimitação das variáveis, no recrutamento e seleção de participantes, na escolha dos testes estatísticos, na redação dos resultados e na condução da análise. Tal discussão sobre a qualidade em estudos quantitativos e qualitativos já recebeu a atenção de diversos pesquisadores (Flick, 2009; Hammond, 2010b), mas ainda deve ser trazida à baila como forma de reafirmar que o percurso de uma pesquisa não é algo simples ou que pode ser empreendido de modo automático e acrítico. Similarmente, todo e qualquer estudo deve, por princípio, convidar diferentes audiências no sentido de dialogar com uma

produção sobre determinado assunto, superando a mera replicação de testes, tão difundida no caso de estudos quantitativos e no paradigma moderno de investigação. O convite nesta tese é para este diálogo.

Participantes

O estudo contou com três grupos independentes, selecionados por critérios de conveniência, divididos de acordo com o tipo de relacionamento em que estavam envolvidos, sendo um grupo composto por pessoas casadas (A) havia pelo menos dois anos, um de pessoas solteiras que estavam engajadas em relacionamento estável do tipo namoro (B) havia pelo menos um ano e outro de pessoas solteiras que não estavam namorando (C) havia pelo menos um ano, definidos a seguir.

(1º) Critérios gerais

Critérios de inclusão: (a) possuir ao menos 18 anos de idade; (b) ser heterossexual; (c) possuir grau de instrução médio-superior; (d) não possuir indícios aparentes ou relatados de comprometimentos comportamentais ou cognitivos.

Critérios de exclusão: (a) possuir menos de 18 anos de idade; (b) ser homossexual; (c) grau de instrução correspondente apenas ao ensino fundamental; (d) com indícios aparentes ou relatados de comprometimentos comportamentais ou cognitivos; (e) possuir pais solteiros, recasados ou divorciados.

Em todos os grupos, não houve restrições em relação à classificação socioeconômica, sexo, número máximo de anos de casamento/namoro do respondente e anos de casamento dos pais.

(2º) Critérios específicos para constituição dos grupos

Grupo A – Casados

Critérios de inclusão: (a) estar casado(a)¹⁸ consensualmente em primeira união há, no mínimo, dois anos; (b) estar coabitando com o(a) parceiro(a) há, no mínimo, dois anos; (c)

¹⁸ Consideramos a classificação das pessoas por estado conjugal a partir da condição das mesmas em relação ao fato de estarem vivendo ou não em companhia de cônjuge, quer seja em decorrência de casamento legal, ou de união consensual estável, conforme critério adotado pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (Petrucci, 2011).

não ter se separado ao longo dessa união; (d) não estar em processo de separação conjugal; (e) possuir pais casados consensualmente em primeiras núpcias, vivos ou não.

Critérios de exclusão: (a) estar casado(a) consensualmente há menos de dois anos; (b) coabitar com o(a) parceiro(a) há menos de dois anos; (c) não estar casado(a) em primeiras núpcias; (d) ter se separado ao longo dessa união; (e) estar em processo de separação conjugal.

Nesse grupo, não houve restrições em relação à existência de filhos e idade máxima. A não restrição de idade máxima para participar deveu-se em função do aumento da idade com que as pessoas têm se casado, ou seja, há menos pessoas casadas na população de 18 a 30 que nos extratos etários superiores, segundo dados oficiais (IBGE, 2010; Silva & Relvas, 2007).

Especificamente neste grupo, como não delimitamos a idade máxima, admitimos a participação de pessoas com pais viúvos, mas que tinham sido casados exclusivamente em primeiras núpcias, uma vez que a necessidade de ambos genitores estarem vivos poderia reduzir os potenciais participantes. Essa medida foi considerada a partir dos primeiros levantamentos de pessoas casadas e que atendiam a todos os critérios definidos anteriormente. Essa abertura no critério de inclusão deste grupo também seguiu os apontamentos de Ziviani et al. (2006), que investigaram pessoas cujos pais tinham diferentes perfis: casados, recasados, separados e viúvos. Ainda assim, poucos foram os participantes incluídos na amostra que possuíam pais ou mães viúvos.

Grupo B – Solteiros que namoram

Critérios de inclusão: (a) ter entre 18 e 30 anos de idade; (b) estar em um relacionamento estável do tipo namoro há, no mínimo, um ano; (c) não estar coabitando com o(a) parceiro(a); (d) não ter se separado ao longo do namoro; (e) não estar em processo de dissolução do namoro; (f) não possuir filhos; (g) possuir pais vivos e casados consensualmente em primeiras núpcias.

Critérios de exclusão: (a) ser menor de idade ou possuir mais de 30 anos; (b) não estar em um relacionamento estável do tipo namoro há, no mínimo, um ano; (c) coabitar com o(a) parceiro(a); (d) ser casado(a), separado(a) ou viúvo(a); (e) ter se separado ao longo desse relacionamento estável; (f) estar em processo de dissolução do namoro; (g) possuir pais viúvos, recasados, solteiros ou divorciados.

Neste grupo, não houve restrições em relação ao fato de residir ou não com os pais.

Grupo C – Solteiros que não namoram

Critérios de inclusão: (a) ter entre 18 e 30 anos de idade; (b) não estar em um relacionamento estável do tipo namoro há, no mínimo, um ano; (c) sem filhos; (d) possuir pais vivos e casados consensualmente em primeiras núpcias.

Critérios de exclusão: (a) ser menor de idade ou possuir mais de 30 anos; (b) estar em um relacionamento estável do tipo namoro; (c) ter terminado seu mais recente relacionamento estável do tipo namoro há menos de um ano; (d) ser casado(a), separado(a), recasado(a) ou viúvo(a); (e) estar iniciando um relacionamento estável; (f) possuir pais viúvos, recasados, solteiros ou divorciados.

Nesse grupo, não houve restrições quanto a ter namorado ou não antes do período mínimo da coleta, nem o fato de residir ou não com os pais.

Em todos os grupos, foram incluídos apenas filhos de pais casados em primeira união (excluindo-se os solteiros, recasados, separados e viúvos nos grupos B e C e os solteiros, recasados e separados no grupo A). Esse cuidado foi tomado, uma vez que a situação conjugal dos pais, segundo pesquisa de Ziviani et al. (2006), poderia interferir na percepção acerca da conjugalidade dos pais. Não houve restrições em relação à idade dos pais nem à duração de seus casamentos nos três grupos.

A saturação da amostra foi definida por meio dos procedimentos preconizados por Krejcie e Morgan (1970). De acordo com esses autores, pode-se estimar o n da amostra a partir do N do universo, para uma probabilidade de erro nunca superior a 5%. Assim, podemos afirmar que o n da amostra aumenta à medida que o N da população é mais elevado, sendo, no entanto, esse aumento representado por uma curva algorítmica e não linear. O N da população foi estimado a partir dos dados oficiais do IBGE de pessoas casadas e solteiras na população por faixa etária e grau de escolaridade. Os dados utilizados foram os publicados em 2000, uma vez que a coleta de dados foi realizada antes da divulgação dos dados do Censo de 2010.

Ainda para o cálculo da amostra, foram consultados os dados demográficos da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, uma vez que os grupos B e C e também parte do grupo A foram compostos por estudantes de diferentes cursos desta universidade. No entanto, há que se fazer uma ressalva na estimação da amostra do estudo, haja vista que esses dados da população (tanto do IBGE como do Anuário Estatístico da USP) indicam apenas o estado civil do respondente, não havendo informações sobre situações como as de namoros

(pela própria dificuldade de se caracterizar o fenômeno e pelo fato de não ser um estado civil) ou sobre o estado civil dos pais.

A fim de averiguar se a amostra utilizada era satisfatória e atendia aos critérios do estudo, foi realizado o cálculo de poder estatístico da amostra considerando o modelo de Schlesselman (Moraes & Souza, 1998)¹⁹. Após a aplicação do modelo, concluiu-se que o poder da amostra é de 73%, que é considerado um valor aceitável. Este teste foi realizado para verificar se com a amostra utilizada poderíamos apreender o fenômeno estudado. Há que se destacar que o fenômeno casamento é muito variável no Brasil, por isso o poder estatístico é considerado moderado (P = 73%). Sendo assim, a amostra total foi do tipo não probabilística, composta por critérios de conveniência, totalizando 374 participantes, descritos no item Resultados.

Instrumentos

Para a identificação geral do participante

(a) *Questionário de Identificação do Participante* (Scorsolini-Comin, 2009) (aplicado aos grupos A, B e C): trata-se de um questionário desenvolvido pelo autor com o objetivo de obter dados gerais do participante, como idade, sexo, grau de instrução, atividade profissional, renda familiar, tempo de duração do relacionamento (há quanto tempo os parceiros estão juntos, em união estável) e se possuem filhos ou não. Essas informações são importantes para que se conheça o perfil dos participantes, atendo-se a informações estritamente relevantes para a pesquisa (Apêndice A). A escolaridade foi utilizada apenas para caracterização da amostra, e não elencada como uma variável do estudo, haja vista que foram selecionados apenas participantes com nível médio-superior de instrução, de modo a controlar o efeito

¹⁹ Significância de 0,05. Tipo de análise: não condicional. Distribuição monocaudal ajustada.

Fórmula: $1 - Z_{\beta}$, onde:

$$Z_{\beta} = [n(p_1 - p_0)^2 \div (1 + \frac{1}{c}) \bar{p}\bar{q}]^{0,5} - Z_{\alpha}$$

Onde:

n = número de participantes da amostra (374); p_1 = proporção de exposição entre os participantes (1);

p_0 = proporção de exposição entre os controles (1,19); c = relação casos e controles (0,84)

$$\bar{p} = (p_1 + cp_0) \div (1 + c)$$

$$\bar{q} = 1 - \bar{p}$$

$Z_{\alpha} = 0,05$

Exposição principal = 45,8% (casados em 2009)

Cálculo do poder estatístico da amostra (P) = 73%

dessa variável. Também nesse questionário foi incluída uma pergunta sobre o grau de satisfação do respondente em relação ao seu relacionamento atual (SR), que devia ser respondida apenas pelos grupos A e B, em uma escala de que ia de (1) “nem um pouco satisfatório” a (5) “extremamente satisfatório”.

(b) *Classificação Socioeconômica* (aplicada aos grupos A, B e C): o critério Abipeme (2008) é uma escala de classificação socioeconômica por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico, além do nível de escolaridade do chefe de família. A classificação socioeconômica da população é apresentada por meio de cinco classes, denominadas A, B, C, D e E, que correspondem à pontuação obtida pelo participante (Anexo A). Os resultados dessa classificação foram utilizados apenas para caracterização da amostra e não como variáveis do estudo.

Para avaliação do Bem-estar Subjetivo

A forma mais adequada para se mensurar o BES é por meio de medidas de autorrelato, nas quais o indivíduo avalia e relata a sua satisfação com a vida, a frequência do seu afeto positivo ou a frequência do seu afeto negativo. Esses autorrelatos pressupõem que o indivíduo está na melhor posição para responder sobre a sua experiência de bem-estar subjetivo, uma vez que somente ele pode experienciar os seus prazeres e dores, bem como julgar se a sua vida parece-lhe válida de acordo com a sua experiência interna (Andrews & Robinson, 1991; Galinha, 2008; Scorsolini-Comin & Santos, 2010g). Utilizou-se, para tal, a escala descrita a seguir:

(a) *Escala de Bem-estar Subjetivo – EBES* (Albuquerque & Tróccoli, 2004) (aplicada aos Grupos A, B e C): trata-se de um instrumento inspirado em escalas existentes no exterior: Escala de Afeto Positivo e Afeto Negativo – PANAS (Watson, Clark, & Tellegen, 1988), Escala de Satisfação com a Vida – SWLS (Diener, Emmons, Larsen, & Griffin, 1985) e Escala de Bem-estar Subjetivo – SWBS (Lawrence & Liang, 1988), com itens elaborados e analisados em grupos de validação semântica.

No estudo original de desenvolvimento da escala ($N = 795$), a análise dos componentes principais e a análise fatorial (extração dos eixos principais - PAF e rotação

oblimin) revelaram três fatores: afeto positivo (21 itens, explicando 24,3% da variância, $\alpha = 0,95$); afeto negativo (26 itens, 24,9% da variância, $\alpha = 0,95$) e satisfação-insatisfação com a vida (15 itens, 21,9% da variância, $\alpha = 0,90$). Juntos, os três fatores explicaram 44,1% da variância total do construto (Albuquerque & Tróccoli, 2004).

O instrumento é composto por dois conjuntos de itens de resposta tipo Likert de cinco pontos (o primeiro agrupa afetos positivos e negativos e o segundo a satisfação com a vida). O primeiro grupo descreve afetos positivos e afetos negativos (itens 1 ao 47), devendo o sujeito responder como tem se sentido ultimamente em uma escala na qual 1 significa “nem um pouco” e 5 significa “extremamente”. Escores mais elevados nesta subescala indicam predominância dos afetos positivos sobre os negativos, contribuindo para um nível maior de bem-estar subjetivo. Na segunda parte, os itens vão do número 48 ao 62 e descrevem julgamentos relativos à avaliação de satisfação ou insatisfação com a vida, devendo ser respondidos em uma escala na qual 1 significa “discordo plenamente” e 5 significa “concordo plenamente”. Escores mais elevados indicam maior nível de satisfação com a vida (Anexo B).

Albuquerque e Tróccoli (2004) afirmam que a EBES mostrou-se um instrumento válido e preciso, recomendando seu uso para a avaliação do bem-estar subjetivo (BES) em populações não desviantes da normalidade em termos de saúde mental. A EBES atende à recomendação de Diener et al. (1999) com relação à construção de instrumentos de medida de BES que possam avaliar separadamente os seus componentes. Entretanto, faz-se necessário verificar se a mesma configuração fatorial se mostra invariante em amostras diversificadas em termos profissionais e também em amostras clínicas. Destacou-se a necessidade de que este instrumento seja utilizado em mais pesquisas, comprovando a sua adequação ao contexto brasileiro (Scorsolini-Comin & Santos, 2010g).

Assim, a estrutura e a consistência dessa escala foram reavaliadas na presente amostra ($N = 374$). A análise dos componentes principais e a análise fatorial exploratória (extração dos eixos principais - *PAF* e rotação *oblimin*) também revelaram três fatores saturados pelos mesmos itens que, juntos, explicaram 45% da variância total dos resultados. Os alfas de Cronbach²⁰ encontrados foram: afetos positivos ($\alpha = 0,90$), afetos negativos ($\alpha = 0,94$) e

²⁰ O índice alfa de Cronbach foi criado em 1951 por L. J. Cronbach. É uma proposta de estimativa de consistência interna de uma escala a partir das variâncias dos itens e dos totais do teste por sujeito (Cronbach, 1951; Marôco & Garcia-Marques, 2006; Pasquali, 2001). Este índice é útil para a investigação da fiabilidade de uma medida, permitindo o estudo da precisão de um instrumento. Como afirmado por Marôco e Garcia-Marques (2006), é preciso ter em mente que o valor de fiabilidade estimado pelo α não é uma característica de um instrumento, mas uma estimativa da fiabilidade dos dados obtidos que nos podem informar sobre a precisão do instrumento.

satisfação com a vida ($\alpha = 0,90$), confirmando, assim, a estrutura original, sendo os índices considerados satisfatórios (Pasquali, 2001).

Para avaliação da Conjugalidade

(a) *Questionário de Conjugalidade dos Pais – QCP* (Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2007) (aplicado aos Grupos A, B e C): Este instrumento foi desenvolvido dentro de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo foi estudar as relações entre a medida da conjugalidade dos pais, tal como percebida pelos filhos, e as concepções, motivações e expectativas que esses filhos possuem em relação ao laço conjugal. Trata-se de um questionário desenvolvido no contexto brasileiro com base em dois instrumentos internacionais: *Family Background Questionnaire – FBQ* (Melchert, 1998; Melchert & Sayger, 1998) e *Marital Inventory – ENRICH M* (Fowers & Olson, 1989; Olson & Fowers, 1993).

A versão original do QCP aplicada neste estudo é constituída por 56 itens fechados para serem respondidos em escala Likert de cinco pontos (sendo que “nunca” corresponde a 1 e “sempre” corresponde a 5). Na codificação do instrumento, pode-se separar as questões relacionadas apenas ao pai, apenas à mãe ou a ambos (Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011), neste último tendo-se um índice geral de conjugalidade dos pais. Escores mais elevados indicam sempre uma percepção mais positiva acerca da conjugalidade, dirigida ao construto maior: a conjugalidade dos pais percebida pelos filhos (Ziviani et al., 2006). Contudo, o instrumento permite que se utilizem escores globais, assumindo a unidimensionalidade da escala de avaliação do QCP. No estudo original, o alfa de Cronbach encontrado foi de 0,96. O alfa de Cronbach calculado para a presente amostra ($N = 374$) também foi de 0,96, considerado satisfatório²¹.

Os itens estão relacionados a diferentes aspectos que têm sido identificados como relevantes na vivência da conjugalidade, alguns deles indicando menos conflitos e maior satisfação e outros mais conflitos e menor satisfação na relação conjugal. Quatro componentes foram utilizados na sua construção: gratificação conjugal, maturidade emocional, identidade conjugal e expressão de afeto (Anexo C).

²¹ A partir de 0,60, o alfa de Cronbach é considerado satisfatório (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005). Para Pestana e Gageiro (2005), um alfa de Cronbach de 0,96 é considerado excelente.

Na presente amostra ($N = 374$), a análise dos componentes principais e a análise fatorial exploratória inicial (extração dos eixos principais - *PAF* e rotação *oblimin*) revelaram nove fatores que, juntos, explicaram 64% da variância total do construto. Contudo, o *scree plot* aconselhou a redução a três fatores. Em uma segunda análise fatorial, foram extraídos três fatores que, juntos, explicaram 50,24% da variância total. Para uma análise pormenorizada do QCP, outros estudos são necessários, também em associação com as recentes pesquisas em desenvolvimento sobre esse instrumento (Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011). Assim, análises sobre essa versão do QCP, como, por exemplo, a análise fatorial confirmatória, devem ser conduzidas posteriormente.

Em estudo recente, Ziviani, Féres-Carneiro e Magalhães (2011) voltaram a investigar as percepções e memórias que jovens tinham das relações conjugais de seus pais a partir da utilização de apenas alguns itens do QCP, ou seja, dos 26 itens que se relacionam às percepções sobre o casal (tanto sobre o pai quanto a mãe). Participaram 1.612 jovens adultos, divididos aleatoriamente em subamostras de calibração e de validação, com 806 pessoas cada. Uma vez testado o modelo, processando os dados da subamostra de validação, resultaram índices de ajuste satisfatórios. Os autores, a partir desse estudo, propõem duas orientações teóricas para a pesquisa posterior acerca da explanação dos resultados, a saber: a transmissão psíquica geracional e a teoria do inconsciente cognitivo.

(b) *Escala Fatorial de Satisfação com o Relacionamento de Casal – EFS-RC* (Wachelke, Andrade, Cruz, Faggiani, & Natividade, 2004; Wachelke, Andrade, Souza, & Cruz, 2007) (aplicada aos Grupos A e B) (Anexo D): trata-se de um instrumento autoadministrado breve, desenvolvido e validado no contexto brasileiro. Foi inspirado nos seguintes instrumentos internacionais: *Kansas Marital Satisfaction Scale* (Schumm, 1986), *Relationship Rating Form – RRF* (Davis, 1996) e *Dyadic Adjustment Scale – DAS* (Spanier, 1976).

É formado por nove itens do tipo Likert, subdivididos em duas dimensões de avaliação de esferas específicas do relacionamento de casal: satisfação com a atração física e sexualidade (SAFS), e satisfação em relação às afinidades de interesses e comportamentos (SAIC) entre companheiros de relação. Escores mais elevados indicam uma percepção mais positiva acerca do relacionamento, ou seja, maior satisfação. O alfa de Cronbach calculado para o SAFS foi de 0,80, e para o SAIC de 0,68 (Wachelke et al., 2007). São valores superiores aos calculados no estudo de validação original, de 0,76 e 0,61, respectivamente

(Wachelke et al., 2004). O alfa de Cronbach calculado para a medida de satisfação global foi de 0,90 (Wachelke et al., 2007).

Na presente amostra ($N = 258$), a análise dos componentes principais e a análise fatorial exploratória (extração dos eixos principais - *PAF* e rotação *oblimin*) também revelaram dois fatores que correspondem às dimensões previstas e que, juntos, explicaram 54,57% da variância total do construto. Em termos do alfa de Cronbach, obteve-se os seguintes índices: SAFS ($\alpha = 0,77$), SAIC ($\alpha = 0,64$), escala total ($\alpha = 0,79$)²².

Com base na literatura científica sobre o fenômeno da satisfação em relacionamentos, o construto foi definido como uma avaliação individual dos benefícios originados de uma relação amorosa ou sexual em qualquer grau de intimidade. Foi considerado que os dois fatores da EFS-RC representam satisfação com aspectos delimitados do relacionamento, não cobrindo todos os campos da relação. Segundo esse modelo, a qualidade global do relacionamento de casal não fica relacionada a um componente apenas, mas sim a seis componentes singulares: satisfação, companheirismo, confiança, intimidade, paixão e amor. A satisfação com o relacionamento de casal é entendida como um componente da qualidade de relacionamento percebida (Wachelke et al., 2004). Para os autores, a satisfação também seria um fator superior a outros, referentes a esferas específicas da relação de casal. É nesse contexto que podem ser enquadradas as dimensões mensuradas pela EFS-RC.

Os resultados apontaram que a satisfação com as afinidades entre os companheiros de relacionamento é menor e mais heterogênea, enquanto a satisfação com a sexualidade e aparência dos companheiros é maior e apresenta facetas mais parecidas entre si. A atração em relação à aparência física e a dimensão da sexualidade são aspectos frequentemente evocados em pesquisas que objetivaram avaliar a satisfação em relacionamentos amorosos (Murray & Milhausen, 2012; Ramsey, 2012). Esta escala em apreço, no entanto, é utilizada para mensurar esses aspectos em relacionamentos de casal, ou seja, não necessariamente devem ser aplicados em estudos com casamentos. Assim, namoros seriam exemplos de relacionamentos que poderiam ser incorporados e avaliados por esta escala.

No estudo complementar de validação (Wachelke et al., 2007), participaram 342 estudantes universitários, com idade média de 21,91 ($\pm 3,75$). Foi realizada uma análise de

²² Como destacado por Hair et al. (2005) e Pestana e Gageiro (2005), são considerados valores adequados para o alfa de Cronbach aqueles a partir de 0,60. Para Pestana e Gageiro (2005), valores entre 0,60 e 0,70 são considerados fracos e entre 0,70 e 0,80 são razoáveis. Porém, Pasquali (2003) destaca que quando o número de itens é pequeno (como no caso da EFS-RC), “este dado deve ser relativizado, visto que neste caso o próprio item em análise afeta substancialmente o escore total a seu favor” (De Salvo, De Toni, & Silvere, 2008, p. 244).

regressão múltipla para relacionar as dimensões da escala com uma medida de satisfação global no relacionamento. O modelo com as duas subescalas da EFS-RC como preditores explicou 46% da variância da satisfação com o relacionamento. Das duas dimensões cobertas pela EFS-RC, “a satisfação com afinidade de interesses e comportamentos parece ser a mais relevante, permitindo explicar uma maior parcela da variância da satisfação geral com a relação amorosa” (Wachelke et al., 2007, p. 224).

No entanto, os autores destacaram que alguns itens podem apresentar flutuações na representatividade do construto de satisfação com o relacionamento. Os índices de confiabilidade foram mais elevados neste segundo estudo que no realizado por Wachelke et al. (2004), o que pode ser um indicativo de que a escala é mais eficiente quando os participantes estão inseridos em relações amorosas mais estáveis, visto que no primeiro estudo foi permitida a inclusão de casais que não necessitavam estar namorando ou casados, mas sim participando de algum relacionamento amoroso, o que também ocorre em outras investigações na área de avaliação de relacionamentos interpessoais (Cassepp-Borges & Pasquali, 2011).

Procedimento

Todos os participantes foram contatados pelo pesquisador e a aplicação dos instrumentos foi realizada individualmente (em local acordado com o voluntário) ou em grupos em salas de aula (previamente informados da aplicação) para todos os grupos.

Nas aplicações em grupo, ocorridas em salas de aula da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, o pesquisador pedia a prévia autorização do docente responsável pela disciplina (por *e-mail*, agendando a melhor data e horário) para que pudesse fazer a aplicação coletiva dos instrumentos sem comprometer o andamento das atividades didáticas. Nessas ocasiões, o pesquisador passava as instruções antes da aplicação e explicava os objetivos da pesquisa, bem como os critérios de inclusão/exclusão da amostra (*rapport*). Todos recebiam a bateria de instrumentos e poderiam devolvê-las preenchidas ou em branco, não havendo a necessidade de que informassem, de antemão, se estavam enquadrados nos critérios de inclusão/exclusão. Esse cuidado foi tomado, a fim de que os que não se enquadrassem em qualquer critério não tivessem que expor tal condição de modo aberto ao grupo de pares. O preenchimento dos instrumentos nas aplicações coletivas ocorreu logo após o *rapport*. Em

todas as aplicações, foram seguidos os mesmos procedimentos, buscando-se diminuir ao máximo os possíveis vieses de aplicação, tais como os descritos por Pasquali (2009). Nesse sentido, houve o estabelecimento de um *rapport*, tanto nas aplicações individuais como coletivas. Os voluntários que concordassem em participar e que se encaixavam nos critérios liam e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), recebiam os cadernos contendo as escalas e as respondiam, processo este que durava, em média, 40 minutos. Mesmo em se tratando de casais (casados ou namorando), cada membro respondeu de modo independente (sem a presença do cônjuge).

As aplicações coletivas permitiram compor totalmente os grupos B e C, de solteiros. Como foram encontrados poucos casados entre os universitários (o que já era esperado), procedeu-se a recrutamentos a partir de contatos do pesquisador, em aplicações individuais. Em todas as abordagens individuais, a escolha do local de preenchimento da bateria de escalas ficou a critério do participante. Um cuidado para assegurar a aplicação independente no caso de casais em que ambos os membros responderam aos instrumentos foi de que os voluntários não tivessem acesso às respostas dos parceiros (acesso aos instrumentos respondidos nem conversa após a aplicação, por exemplo), o que poderia influenciar nas respostas. Assim, a aplicação com cada cônjuge/parceiro foi feita de modo sequenciado e independente. Contudo, em alguns casos, permitiu-se que o participante levasse os instrumentos para casa, os respondesse e devolvesse para o pesquisador posteriormente. Nessas situações, o pesquisador informou sobre a importância de responder aos instrumentos de modo independente. A coleta foi iniciada no mês de março de 2010 e concluída em setembro do mesmo ano. No recrutamento dos participantes, tomou-se o cuidado de não contatar pessoas conhecidas do pesquisador, de modo a reduzir o viés da desejabilidade social ou aumentar a fiabilidade das respostas.

Os participantes (notadamente do grupo A) foram contatados por meio do procedimento “bola de neve”, em que novos participantes foram sendo indicados pelos próprios respondentes, contatados previamente pelo pesquisador. No caso das aplicações coletivas em salas de aula, o contato inicial era feito com um docente do curso, que podia também indicar outras turmas nas quais lecionasse, inclusive em diferentes cursos. As aplicações coletivas foram realizadas junto aos cursos de Administração de Empresas, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Economia Empresarial e Controladoria, Ciências da Informação e da Documentação, Psicologia e Pedagogia, todos da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto. A escolha dos cursos deveu-se ao fato do pesquisador

responsável conhecer seus docentes, facilitando o agendamento da coleta, bem como por serem oferecidos também no período noturno (com exceção dos cursos de Psicologia e Economia Empresarial e Controladoria), o que poderia aumentar as chances de encontrar pessoas casadas. Assim, tratou-se de uma amostra de conveniência. Todos foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo por meio da leitura e posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Em relação à ordem de apresentação dos instrumentos (previamente organizados em conjuntos, todos contendo as mesmas escalas), a aplicação foi feita em ordem alternada, de modo a evitar um possível viés de aplicação, resultante, por exemplo, do fato de o participante possivelmente estar mais suscetível à fadiga quando respondesse aos últimos instrumentos (Marques, 2006). Para garantir que os respondentes preenchessem todos os campos solicitados, ao receber o conjunto de avaliações, o pesquisador conferia cada uma das respostas, evitando itens em branco.

Após as aplicações, foi montado um banco de dados em Excel, posteriormente transposto para o programa estatístico SPSS versão 17.0 para a realização das análises. Para garantir que todas as respostas fossem transpostas corretamente, utilizou-se a técnica da dupla digitação por dois pesquisadores diferentes, sendo um deles o responsável pela pesquisa.

Análise dos dados

Os dados obtidos com a aplicação dos instrumentos foram transpostos para o *Software SPSS for Windows* versão 17.0 e categorizados a partir de números de identificação, por grupo, por sexo e, conseqüentemente, por participante.

Primeiramente, foram feitas as análises descritivas para caracterização da amostra. Nessas análises, consideraram-se as médias, medianas, desvios-padrão e porcentagens. Após este processo e para a realização de estudos inferenciais, foi realizado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov²³ e a análise de resíduos. Esse teste de normalidade foi usado para

²³ O teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra é um teste de aderência, ou seja, ele “é concernente com o grau de concordância entre a distribuição de um conjunto de valores da amostra (escores observados) e alguma distribuição teórica especificada. Ele determina se os escores em uma amostra podem ser pensados razoavelmente como tendo vindo de uma população tendo essa distribuição teórica” (Siegel & Castellan Jr., 2006, p. 71). Ainda segundo esses autores, este teste “admite que a distribuição da variável subjacente que está sendo testada é contínua, como especificado pela distribuição de frequências acumuladas. Assim, o teste é apropriado para testar a aderência para variáveis que são medidas pelo menos em uma escala ordinal” (p. 71).

determinar se um conjunto de dados de uma dada variável aleatória era bem modelado por uma distribuição normal ou não (Siegel & Castellan Jr., 1988).

Como os dados não mostraram seguir distribuição normal, foi empregada estatística não-paramétrica para análise de correlações. Para estabelecer a normalidade de uma distribuição, é preciso estar apto a estimar sua média e variância e, desse modo, “é difícil estabelecer essa pressuposição em relação aos dados categoriais e ordinais. A testagem de hipótese com testes não-paramétricos procede criando distribuições de amostragem que se aplicam especificamente ao estudo em questão” (Fife-Schaw, 2010, p. 399).

Foram calculadas as correlações entre as medidas das variáveis contínuas dos seguintes fatores (os itens b, c e d aplicam-se apenas aos grupos A e B):

(a) percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais – PCP (fator da conjugalidade dos pais, pelo QCP);

(b) atração física e sexualidade – SAFS (fator da satisfação em relacionamento de casal, pela EFS-RC);

(c) afinidades de interesses e comportamentos – SAIC (fator da satisfação em relacionamento de casal, pela EFS-RC);

(d) satisfação no relacionamento – SR (medida unidimensional presente no Questionário de Identificação do Participante);

(e) afetos positivos – AP (fator do bem-estar subjetivo, segundo a EBES);

(f) afetos negativos – AN (fator do bem-estar subjetivo, segundo a EBES);

(g) satisfação com a vida – SV (fator do bem-estar subjetivo, segundo a EBES).

A correlação dos fatores dos três instrumentos foi dada a partir do coeficiente de correlação de Spearman²⁴ (Pagano & Gauvreau, 2004). Este mede o grau de associação linear entre duas variáveis contínuas. Este coeficiente pode variar de -1 a 1 dependendo da relação encontrada: positivamente correlacionada (se uma variável tende a aumentar em grandeza conforme a outra variável também aumenta) ou negativamente correlacionada (se uma variável tende a diminuir conforme a outra variável aumenta).

A força da grandeza do coeficiente de correlação entre as variáveis foi avaliada conforme procedimento proposto por Ajzen e Fishbein (1998), que consideram os valores de correlação próximos de 0,30 satisfatórios, entre 0,30 e 0,50 são avaliados como de moderada

²⁴ O coeficiente de correlação de Spearman (ρ) foi o “primeiro a ser desenvolvido e talvez o mais conhecido em nossos dias. Ele é uma medida de associação entre duas variáveis que requer que ambas as variáveis sejam medidas pelo menos em uma escala ordinal, de modo que os objetos ou indivíduos em estudo possam ser dispostos em postos em duas séries ordenadas” (Siegel & Castellan Jr., 2006, p. 266).

magnitude e acima de 0,50 são de forte magnitude. Valores abaixo de 0,30 são de pouco valor para a prática, mesmo que estatisticamente significante. Amparados em Schmidt (2009), a escolha para tal classificação pode ser justificada devido ao fato de ser uma investigação de medidas de construtos subjetivos (bem-estar subjetivo, conjugalidade dos pais, satisfação em relacionamento de casal) que não podem ser observados diretamente pelo pesquisador. O nível de significância adotado no exame das correlações foi de $p \leq 0,05$.

Depois da definição das correlações, estabeleceu-se a relação dos escores totais dos fatores mensurados a partir de um modelo de regressão linear múltipla. Para que isso fosse possível, procedeu-se à normalização dos dados (uma vez que a distribuição não foi gaussiana) por meio de transformação logarítmica.

Para definir os preditores das variáveis SR (satisfação no relacionamento), SAFS (satisfação em relação à atração física e sexualidade), SAIC (satisfação em relação aos interesses e comportamentos), AP (afetos positivos), AN (afetos negativos), SV (satisfação com a vida) e BES (bem-estar subjetivo), as mesmas foram elencadas como variáveis dependentes, recorrendo-se a análises de regressão múltiplas, utilizando o método de seleção *stepwise*, no qual só permanecem no modelo as variáveis que apresentaram associação significativa com as variáveis dependentes do ponto de vista de análise múltipla. Esta análise de regressão fornece um coeficiente de correlação múltipla que representa a correlação entre o composto de variáveis preditivas e a variável de critério (Hammond, 2010a). A regressão múltipla *stepwise* geralmente é a estratégia escolhida para estudos exploratórios, nos quais o pesquisador

elabora um modelo teórico de investigação que inclui hipóteses sobre relacionamentos entre variáveis, mas que ainda não possibilita afirmações consistentes sobre a magnitude ou direção desses relacionamentos (Abbad & Torres, 2002, p. 25).

A adoção deste método permitiu “filtrar”, dentre todas as variáveis elencadas, as que tinham maior poder de predição da SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e do BES, uma vez que se trata de uma ferramenta de análise adequada para examinar e entender tipos de relacionamentos interdependentes (Fife-Schaw, 2010; Hair, Anderson, Tatham, & Black, 1995; Montgomery, Vining, & Peck, 2001; Richardson et al., 2010; Siegel & Castellan Jr., 1988).

Na construção dos modelos para cada variável dependente, retiraram-se as variáveis diretamente associadas ao fator (quando eram fatores de uma mesma escala), uma vez que

essas já explicariam o fenômeno, evitando a multicolinearidade. A retirada dos fatores do mesmo instrumento na realização da análise de regressão partiu, ainda, da constatação de que as variáveis que explicariam 100% do BES, por exemplo, seriam, necessariamente, os AP, AN e SV, ou seja, os fatores da escala de avaliação do bem-estar subjetivo (EBES). Assim, na regressão do BES, não foram considerados AP, AN e SV. Para os AP, não consideramos AN, SV e BES. Para os AN, não consideramos AP, SV e BES. Por fim, para SV, não consideramos AP, AN e BES. De modo similar, na regressão com a variável dependente SAFS, não foi considerada a SAIC (SAFS e SAIC são fatores do instrumento EFS-RC) e vice-versa. Todos os modelos de regressão foram fixados pela origem dos dados sem a utilização da constante, pois as escalas empregadas nesse estudo não utilizam o valor 0 (zero) para representar a resposta nula, ou seja, as respostas começam em 1 (um). Tal procedimento para a realização da análise de regressão partiu do modelo desenvolvido por Montgomery, Vining e Peck (2001).

Há que se destacar que, nos delineamentos realizados, a PCP não foi considerada como uma variável dependente na análise de regressão múltipla (como foi feito com SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES), justamente por entendermos que não existem preditores desse fenômeno, ou seja, não haveria algo anterior a essa percepção. Tal consideração está amparada na vasta literatura disponível, que atesta que a direção causal não pode ser de um evento posterior (como o casamento ou namoro dos filhos) para a conjugalidade dos pais, que é anterior aos enlaces dos filhos (Magalhães, 2009; Puget & Berenstein, 1993; Sabatelli & Bartle-Haring, 2003; Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2009).

Para comparar se houve ou não diferenças significativas em relação a cada variável entre os grupos A, B e C, foi utilizado o método de análise de variâncias (ANOVA²⁵ e ANCOVA²⁶), empregado quando os dados assumem uma distribuição normal. Posteriormente, foi utilizado o teste Post Hoc de Tukey ($p \leq 0,05$).

²⁵ A ANOVA (análise de variâncias) compara a “variância dentro das amostras ou grupos (também designada por variância residual, dos erros ou dentro dos grupos) com a variância entre as amostras ou grupos (também designada por variância do fator ou entre os grupos)” (Marôco, 2011, p. 205).

²⁶ A ANCOVA trata-se da análise de covariância, também empregada na comparação entre grupos. Segundo Marôco (2011, p. 258), “A adição de uma covariável ao modelo de análise pode constituir-se como uma estratégia de controle estatístico do erro da variável dependente e ou do viés sistemático, quando tal não é possível por recurso ao controle experimental”.

Considerações éticas

Em relação às exigências éticas para as pesquisas envolvendo seres humanos, este estudo está amparado nas resoluções nº 196, de 10/10/1996 e nº 251, de 05/08/1997 do Conselho Nacional de Saúde. A participação no estudo foi voluntária. Foi garantida a possibilidade de uma intervenção de apoio em serviço especializado, caso o participante experimentasse algum desconforto ao responder a bateria de escalas. A possibilidade de interrupção da participação no estudo a qualquer momento foi garantida, bem como acesso aos dados finais do estudo, mediante a sua publicação. O pesquisador, durante a coleta, esclarecia que os participantes poderiam enviar-lhe um *e-mail* (no endereço informado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), solicitando os resultados da avaliação, bem como o envio do estudo final. Todos os voluntários tiveram suas identidades preservadas, recebendo números de identificação em seus protocolos e sendo separados por grupos. Os participantes não receberam qualquer bônus pelo envolvimento na pesquisa.

Ainda em relação às exigências éticas, este estudo foi aprovado para ser realizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Processo CEP FFCLRP USP 439/2009) (Anexo E).

Resultados

Organização dos resultados

A apresentação dos resultados foi estruturada em quatro partes. Na primeira delas, de caráter descritivo, os participantes foram caracterizados em termos de seu perfil sociodemográfico (idade, profissão, ocupação, renda familiar, entre outras variáveis), a fim de conhecer em detalhes a amostra investigada. Além disso, foram apresentadas as médias, medianas, desvios-padrão e porcentagens, sistematizados a partir dos instrumentos utilizados.

Na segunda parte, de caráter correlacional, foram apresentados os resultados das correlações obtidas entre os diferentes fatores nos três grupos. A terceira parte trouxe os resultados obtidos a partir da comparação entre os grupos utilizados.

Por fim, a quarta parte apresentou a análise de regressão, indicando preditores da satisfação no relacionamento, satisfação em relação à atração física e sexualidade, satisfação em relação a interesses e comportamentos, afetos positivos, afetos negativos, satisfação com a vida e bem-estar subjetivo, em atenção aos objetivos desta investigação.

A fim de organizar didaticamente os resultados, os dados foram sistematizados para a amostra total (casados e solteiros) e, em seguida, para cada grupo, a fim de evidenciar as diferenças entre eles. Posteriormente, os achados foram discutidos a partir do diálogo com a literatura científica disponível.

Análise descritiva

Participaram da pesquisa 374 indivíduos, entre casados ($N = 118$), solteiros que namoravam ($N = 140$) e solteiros que não namoravam ($N = 116$) à época da coleta, como expresso na Tabela 1. A amostra foi do tipo não probabilístico (de conveniência), recrutada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, conforme apresentado no Percurso Metodológico. O poder estatístico da amostra foi de 73%, o que é considerado moderado, porém satisfatório se levarmos em conta que os fenômenos estudados (casamento e namoro) são muito variáveis no contexto brasileiro.

Tabela 1

Distribuição numérica e percentual dos participantes de acordo com o estado marital ($N = 374$)

Grupos	Frequência	Porcentagem válida (%)
Grupo A - Casados	118	31,60
Grupo B - Solteiros que namoram	140	37,40
Grupo C - Solteiros que não namoram	116	31,00
Total	374	100,00

Do total de participantes, 68,98% eram do sexo feminino. Em relação ao nível de escolaridade, 56,68% tinham ensino superior incompleto, 30,48% superior completo, 10,16% médio completo, 1,06% fundamental completo, 1,06% fundamental incompleto e 0,53% médio incompleto.

Do ponto de vista da profissão ou ocupação, 53,70% eram estudantes, 15,77% professores (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior), 5,34% psicólogos, 2,13% funcionários públicos e 23,06% outras profissões. Na amostra total, 58,30% tinham na figura paterna o chefe da família, ou o membro que mais contribuía financeiramente para o sustento da casa.

No que concerne à classificação socioeconômica da amostra, 63,10% eram da classe B, 22,19% A, 14,17% C e 0,53% D. A renda mensal média foi R\$ 4.746,82($\pm 4.011,54$). A média de idade foi de 28,02($\pm 11,20$). A média do número de filhos foi de 0,49($\pm 0,91$), sendo que a média de idade destes foi de 14,60($\pm 8,65$) anos. O tempo de casamento dos pais foi de 30,20($\pm 9,83$), sendo que 57,30% dos respondentes declararam não residir com os pais. Esses

dados foram sumarizados na Tabela 2. Em termos do grau de satisfação expresso em relação ao casamento e ao namoro, a média foi de 4,16(±0,79), em uma escala de 1 a 5, sendo 1 a menor satisfação e 5 a maior.

Tabela 2

Caracterização dos participantes em termos de idade, renda familiar, número de filhos, média de idade dos filhos e tempo de casamento dos pais

	<i>N</i>	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	<i>DP</i>
Idade do participante (anos)	374	18,00	68,00	23,00	28,02	11,20
Renda familiar mensal média (reais)	370	400,00	30.000,00	3.500,00	4.746,82	4.011,54
Número de filhos do participante	374	–	6,00	0	0,49	0,92
Média de idade dos filhos (anos)	99	1,00	34,50	15,00	14,60	8,65
Tempo de casamento dos pais (anos)	363	15,00	70,00	27,00	30,20	9,83

A categorização sociodemográfica completa da amostra total está na Tabela 3 (Apêndice C).

Em relação à caracterização de cada grupo, o A, constituído de pessoas casadas (*N* = 118), foi composto por 72,03% de mulheres e por 27,96% de homens, com média de idade de 41,55(±10,01). Os participantes estavam casados havia 16,17(±9,98) anos. No que concerne ao grau de instrução, 67,79% tinham formação superior. Em relação à classificação econômica, a maioria dos participantes se concentrou na classe B (75,42%), seguidos por 12,71% da classe C. A renda familiar média mensal foi de R\$ 5.172,17(±2.121,32).

Em termos das profissões/ocupações, 27,96% eram professores de Ensino Fundamental, seguidos por 10,16% do Ensino Superior. Dos respondentes, apenas 5,08% residiam com os pais que, por sua vez, estavam casados havia 40,44(±10,90) anos. Esses e os demais dados foram resumidos na Tabela 4 e agrupados em sua totalidade na Tabela 5 (Apêndice D).

Tabela 4
Caracterização do Grupo A, de pessoas casadas (N = 118)

Variáveis	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	DP
Idade do participante (anos)	20,00	68,00	42,00	41,55	10,01
Tempo de relacionamento (anos)	2,00	37,16	15,16	16,17	9,98
Tempo de coabitação (anos)	2,00	37,16	15,16	16,21	9,98
Grau de satisfação com o relacionamento	1,00	5,00	4,00	4,00	0,89
Número de filhos do participante	–	6,00	2,00	1,56	1,00
Idade do pai (anos)	42,00	96,00	68,50	69,24	11,61
Idade da mãe (anos)	43,00	95,00	64,00	66,54	11,89
Tempo de casamento dos pais (anos)	15,00	70,00	38,50	40,44	10,90

O Grupo B, constituído de pessoas solteiras que namoram ($N = 140$), foi composto por 74,28% de mulheres e 25,71% de homens, com média de idade de $21,99(\pm 3,16)$ e tempo de namoro médio de $3,41(\pm 2,18)$ anos. Acerca do grau de instrução, a maioria (78,57%) tinha ensino superior incompleto ou em curso. Em termos profissionais e de ocupação, 62,39% eram estudantes, seguidos por 9,40% de professores do ensino fundamental e 7,69% de psicólogos. Sobre a classificação socioeconômica, a renda familiar média mensal foi de R\$ 4.552,66, com concentração nas classes B (51,42%) e A (27,14%).

No referido grupo, a maioria ainda residia com os pais (65%), declarando o pai como chefe de família (quem mais contribui com a renda), em 85% dos casos. No que diz respeito à satisfação com o namoro, 50% destacaram estar “bastante satisfeitos”, seguidos por 40,71% que se sentiam “extremamente satisfeitos”. Os pais dos respondentes estavam casados, à época da coleta, havia $26,07(\pm 4,99)$ anos. Os dados foram sumarizados na Tabela 6 e os achados completos foram agrupados na Tabela 7 (Apêndice E).

Tabela 6
Caracterização do Grupo B, constituído de pessoas solteiras que namoram (N = 140)

Variáveis	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	DP
Idade do participante (anos)	18,00	41,00	21,00	21,99	3,16
Tempo de relacionamento (anos)	1,00	11,75	2,66	3,41	2,18
Grau de satisfação com o relacionamento	2,00	5,00	4,00	4,30	0,67
Número de filhos do participante	–	1,00	0,00	0,01	0,08
Idade do pai (anos)	39,00	71,00	51,00	51,90	6,47
Idade da mãe (anos)	39,00	65,00	49,00	49,27	5,77
Tempo de casamento dos pais (anos)	19,00	45,00	25,00	26,07	4,99
Tempo que o participante reside com os pais (anos)	0,08	41,00	20,00	15,39	9,63

O grupo C, formado por pessoas solteiras que não namoram ($N = 116$), foi composto por 58,60% de mulheres e 41,40% de homens, com média de idade de $21,52(\pm 4,25)$. Os participantes destacaram que não se engajavam em relacionamentos estáveis do tipo namoro havia $9,33(\pm 8,76)$ anos. Sobre o grau de instrução, 78,4% estavam cursando ensino superior, justificando o alto índice de classificação no ensino superior incompleto.

Acerca da classificação econômica, a maioria dos respondentes se concentrou na classe B (64,70%), seguidos por 26,70% da classe A. A renda média foi de R\$ $4.557,80(\pm 4.188,28)$, muito próxima a do grupo B. Em relação à profissão/ocupação, 85,47% se declararam estudantes. Dos respondentes do grupo C, 52,99% residiam com os pais que, por sua vez, estavam casados havia $25,60(\pm 4,86)$ anos. Os dados foram agrupados na Tabela 8 e os resultados completos foram sintetizados na Tabela 9 (Apêndice F).

Tabela 8
Caracterização do Grupo C, constituído de pessoas solteiras que não namoram (N = 116)

Variáveis	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	DP
Idade do participante (anos)	18,00	52,00	20,00	21,52	4,25
Idade do pai (anos)	42,00	81,00	52,50	53,09	6,13
Idade da mãe (anos)	38,00	77,00	50,00	49,60	5,54
Tempo de casamento dos pais (anos)	19,00	54,00	25,00	25,60	4,86
Tempo que o participante reside com os pais (anos)	0,08	34,00	18,00	12,27	9,29

A Tabela 10 sumariza os escores obtidos nos três instrumentos empregados (EBES, QCP e EFS-RC), diferenciando-os para cada grupo investigado, de acordo com o estado de relacionamento atual do participante.

Tabela 10

Distribuição numérica e percentual dos participantes de acordo com as médias obtidas nos fatores avaliados pelos instrumentos EBES, QCP e EFS-RC segundo o estado de relacionamento atual do participante

Variáveis	Grupo	N	Média	DP
Afetos Positivos	A	118	74,19	13,95
	B	140	71,92	14,52
	C	116	69,47	11,71
	Total	374	71,88	13,61
Afetos Negativos	A	118	48,99	15,65
	B	140	53,24	16,71
	C	116	51,56	15,27
	Total	374	51,38	15,99
Satisfação com a Vida	A	118	45,64	3,74
	B	140	45,84	3,12
	C	116	46,16	2,74
	Total	374	45,88	3,22
Satisfação com a Atração Física e Sexualidade	A	118	19,14	2,79
	B	140	20,19	1,66
	C	116	–	–
	Total	374	19,71	2,30
Satisfação com a Afinidade de Interesses e Comportamentos	A	118	15,36	2,65
	B	140	15,72	1,93
	C	116	–	–
	Total	374	15,56	2,29
Percepção dos filhos sobre a Conjugalidade dos Pais	A	118	156,86	15,05
	B	140	164,55	12,79
	C	116	163,92	13,85
	Total	374	161,98	14,23
Bem-estar Subjetivo	A	118	168,81	18,31
	B	140	170,96	16,49
	C	116	167,20	15,93
	Total	374	169,11	16,94

A Tabela 11 resume as médias e os desvios-padrão de cada fator, na amostra total.

Tabela 11

Índices dos fatores de satisfação com o relacionamento de casal e do bem-estar subjetivo na amostra total (N = 374)

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	DP
Grau de satisfação com o relacionamento (SR)	258	1	5	4	4,16	0,79
Afetos positivos (AP)	374	30	134	73	71,88	13,61
Afetos negativos (AN)	374	26	115	48	51,38	15,99
Satisfação com a vida (SV)	373	28	57	46	45,88	3,22
Bem-estar subjetivo (BES)	373	124	241	168	169,11	16,94
Satisfação com a atração física e sexualidade do casal (SAFS)	258	10	25	20	19,71	2,30
Satisfação com afinidades de interesse e comportamentos (SAIC)	258	7	20	16	15,56	2,29
Percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP)	370	117	203	162	161,98	14,23

A seguir, apresentaremos os resultados da análise de normalidade dos dados.

Análise de normalidade dos dados

Feitas as análises descritivas para caracterização da amostra, foi realizado o teste de normalidade dos dados de Kolmogorov-Smirnov e a análise de resíduos para definição do tipo adequado de estatística inferencial a ser utilizada. Como o teste de Kolmogorov-Smirnov avalia a hipótese de que todos os dados investigados provenham de uma população com mesma distribuição de atributos, para que os dados sejam considerados normais, o resultado do teste tem que se mostrar não significativo ($p > 0,05$).

Conforme destacado no percurso metodológico, esse teste de normalidade foi utilizado para determinar se um conjunto de dados de uma dada variável aleatória era bem modelado por uma distribuição normal ou não (Siegel & Castellan Jr., 1988). Os dados desse teste de normalidade foram sumarizados na Tabela 12.

Como os dados não mostraram seguir distribuição normal para todas as variáveis, exceto PCP e BES, foi empregada estatística não-paramétrica para análise de correlações e diferenças entre os grupos (Siegel & Castellan Jr., 2006).

Tabela 12
Teste de normalidade dos dados pelo método Kolmogorov-Smirnov (N = 374)

Variáveis	Coefficiente	Significância (valor de p)
Afetos positivos	0,07	0,005
Afetos negativos	0,10	0,000
Satisfação com a vida	0,07	0,003
Satisfação com a atração física e sexualidade do casal	0,22	0,000
Satisfação com afinidades de interesse e comportamentos	0,15	0,000
Percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais	0,04	0,200
Bem-estar subjetivo total	0,04	0,200

Uma vez determinado o tipo de prova estatística a ser empregada, deu-se continuidade à análise dos dados, investigando as correlações entre as variáveis e as possíveis diferenças existentes entre os grupos. A seguir, apresentaremos as análises das correlações obtidas entre as variáveis investigadas para o grupo total e para os três grupos independentes, para posterior discussão.

Análise correlacional para a amostra total

Para apresentação dos resultados das correlações utilizaremos abreviaturas dos fatores investigados. A fim de orientar a apresentação desses resultados, bem como facilitar a compreensão desses fatores, representaremos as variáveis elencadas nas figuras a seguir. A Figura 4 representa os fatores do bem-estar subjetivo (BES) e a Figura 5 os fatores da satisfação em relacionamento de casal.

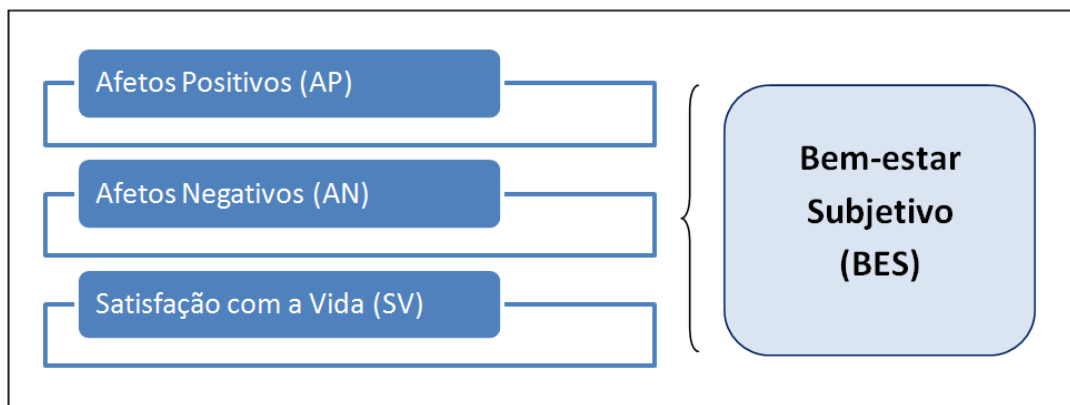


Figura 4. Representação dos fatores do bem-estar subjetivo, segundo a Escala de Bem-estar Subjetivo - EBES

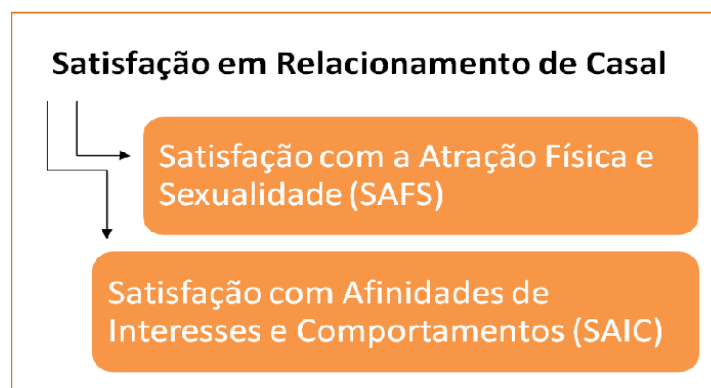


Figura 5. Representação dos fatores da satisfação em relacionamento de casal, segundo a Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento de Casal - EFS-RC

Em relação aos fatores do bem-estar subjetivo (BES) para a amostra total (Grupos A, B e C), os afetos positivos (AP) estão significativamente correlacionados com os afetos

negativos (AN) ($\rho = -0,35$; $p < 0,001$)²⁷, em uma correlação considerada moderada (Ajzen & Fishbein, 1998), mas não com a satisfação com a vida (SV) ($\rho = 0,06$; $p = 0,220$). A correlação dos AP com os AN é condizente com o estudo original de validação da EBES, conduzido por Albuquerque e Tróccoli (2004).

Assim, quanto mais afetos positivos a pessoa apresenta, menor o seu nível de afetos negativos. A intensidade da correlação indica, contudo, que não seriam dimensões diametralmente opostas, mas que é esperado que uma pessoa otimista e resiliente não apresente níveis elevados de depressão, tristeza e melancolia, ainda que possamos ser compostos por todos esses afetos e expressá-los de diferentes modos em nossa vida (Scorsolini-Comin & Santos, 2010g), a depender do contexto, do momento, do estágio do ciclo vital, das experiências pregressas e das relações com as pessoas que nos cercam.

Os AP estão significativa e positivamente correlacionados com os fatores de satisfação em relacionamento de casal, ou seja, com a satisfação com a atração física e sexualidade, SAFS ($\rho = 0,24$; $p < 0,001$), e a satisfação com afinidades de interesses e comportamentos, SAIC ($\rho = 0,19$; $p < 0,001$), bem como com a percepção sobre a conjugalidade dos pais ($\rho = 0,16$; $p < 0,001$), em associações de fraca magnitude. Os AP estão significativa e moderadamente correlacionados com o grau de satisfação no relacionamento, SR ($\rho = 0,33$; $p < 0,001$). Os AN estão significativamente correlacionados com a SAFS ($\rho = -0,12$; $p = 0,040$) e com a SR ($\rho = -0,23$; $p < 0,001$), embora em associações fracas. A SV correlacionou-se significativamente com a SR ($\rho = 0,13$; $p = 0,030$), mas também com uma correlação fraca. As correlações significativas, mas de fraca magnitude, devem ser analisadas com cautela, uma vez que explicam muito pouco da porcentagem de variância comum entre as variáveis.

A partir desses achados, pode-se considerar que os afetos positivos estariam no cerne da satisfação com o parceiro. Pessoas otimistas e com bom nível de bem-estar teriam, desse modo, maior tendência a avaliarem de modo positivo os seus relacionamentos amorosos, o

²⁷ Neste estudo, adotamos a escrita do coeficiente de correlação utilizando o zero antes da vírgula. “Para a escrita de números decimais entre zero e um, a APA recomenda o uso do zero antes do ponto decimal apenas quando a estimativa puder assumir valores maiores que um. Quando essas estimativas, por definição, não puderem tomar valores acima da unidade, como, por exemplo, o coeficiente de correlação ou probabilidade, a APA recomenda não usar o zero na escrita do número. Para publicações no Brasil, recomenda-se sempre utilizar o zero antes da vírgula” (Vendramini, Cazorla, & Silva, 2009, p. 172). No entanto, nas figuras, por um critério estético e para uma melhor visualização das informações, optou-se por utilizar o ponto ao invés da vírgula, excluindo-se o zero. Além disso, no Brasil, “recomenda-se utilizar o ponto e vírgula para separar números e/ou estatísticas, como, por exemplo, na apresentação de resultados de testes estatísticos” (Vendramini, Cazorla, & Silva, 2009, p. 172).

que traz à baila a importância de um construto individual (AP) para uma avaliação mais ampla da vida e das relações estabelecidas ao longo do ciclo vital.

Acerca dos aspectos da classificação econômica, os AP estão correlacionados com a idade dos participantes ($\rho = 0,13$; $p = 0,011$), com o nível de escolaridade/grau de instrução ($\rho = 0,21$; $p < 0,001$) e, especificamente para os respondentes casados, com o tempo de coabitação ($\rho = -0,14$; $p = 0,006$), embora essas correlações sejam de fraca amplitude (1 a 4% da variância comum). A correlação negativa indica que, quanto maior o tempo de coabitação, menor o índice de afetos positivos. Pessoas mais velhas também expressariam ligeiramente mais afetos positivos, o que se opõe às pesquisas que investigam a relação entre bem-estar e idade (Diener & Suh, 1998), que sugerem que os afetos positivos declinariam com a idade.

Em termos dos fatores da EFS-RC, a SAFS está significativamente correlacionada com a satisfação experimentada no relacionamento, SR ($\rho = 0,49$; $p < 0,001$), com a SAIC ($\rho = 0,24$; $p < 0,001$), PCP ($\rho = 0,20$; $p < 0,001$), AP ($\rho = 0,24$; $p < 0,001$) e AN ($\rho = -0,12$; $p = 0,040$), embora a associação só seja considerada forte com a SR. A SAFS, diretamente associada à atração a partir dos atributos físicos e da sexualidade, está correlacionada negativamente e de modo fraco à idade do participante ($\rho = -0,22$; $p < 0,001$), indicando que, com o avanço da idade do participante, ele tende a se mostrar mais insatisfeito com a aparência do(a) parceiro(a). A SAFS também mostrou correlação negativa e fraca em relação ao número de filhos apresentado pelo participante ($\rho = -0,21$; $p = 0,001$), à idade do pai do respondente ($\rho = -0,20$; $p = 0,001$), à idade da mãe do respondente ($\rho = -0,20$; $p = 0,001$) e ao grau de instrução do participante ($\rho = -0,19$; $p = 0,002$). Embora essas associações sejam significativas do ponto de vista estatístico, são de fraca magnitude (Ajzen & Fishbein, 1998). A SAIC está significativamente correlacionada com os AP ($\rho = 0,19$; $p = 0,002$), com a SAFS ($\rho = 0,24$; $p < 0,001$) e com a SR ($\rho = 0,22$; $p < 0,001$), em associações consideradas fracas.

Como vimos anteriormente, o grau de satisfação (SR) está significativa e moderadamente correlacionado apenas com o AP ($\rho = 0,33$; $p < 0,001$) e fortemente com a SAFS ($\rho = 0,49$; $p < 0,001$). Com os demais fatores, as correlações encontradas são todas significativas, mas consideradas fracas: SAIC ($\rho = 0,22$; $p < 0,001$), percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais ($\rho = 0,12$; $p = 0,041$), idade do participante ($\rho = -0,19$; $p = 0,002$), tempo de coabitação ($\rho = 0,12$; $p = 0,040$), número de filhos ($\rho = -0,22$; $p <$

0,001), idade do pai ($\rho = -0,190$; $p = 0,003$) e idade da mãe ($\rho = -0,18$; $p = 0,003$). As correlações significativas entre a SR e as demais variáveis estão representadas na Figura 6.

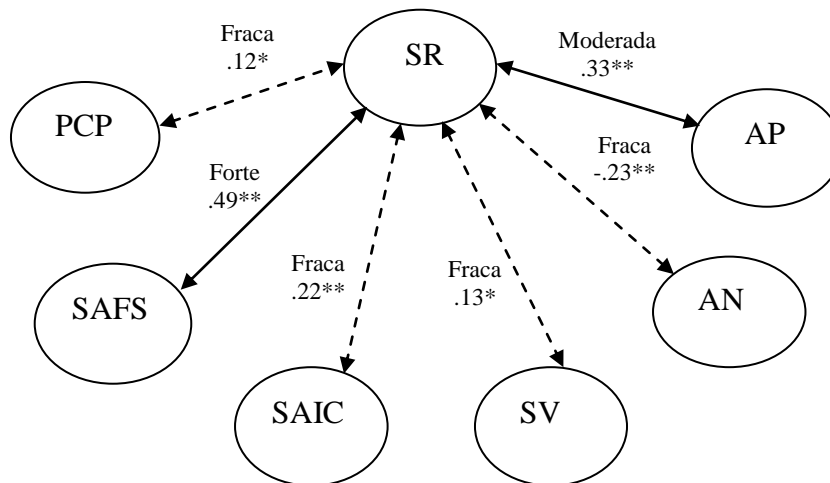


Figura 6. Modelo de relação observada da satisfação no relacionamento (SR) com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), satisfação do casal (SAFS, SAIC) e bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 374$)

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SR = satisfação no relacionamento; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; linhas tracejadas representam as correlações fracas e as inteiras, as moderadas e fortes

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

A Tabela 13, apresentada a seguir, sumariza as correlações e os respectivos valores de p encontrados entre os fatores do bem-estar subjetivo (BES), da satisfação em relacionamento de casal (EFS-RC), da satisfação com o relacionamento atual (SR) e da percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais (PCP) na amostra total.

Tabela 13

Correlações e valores de *p* entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal, satisfação com o relacionamento atual, estado do relacionamento atual e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais na amostra total (N = 374)

	AP	AN	SV	SAFS	SAIC	PCP	SR
AP	–	-0,35**	0,06	0,24**	0,19**	0,16**	0,33**
		0,000	0,220	0,000	0,000	0,000	0,000
AN		–	0,03	-0,12*	-0,05	-0,05	-0,23**
			0,530	0,040	0,370	0,290	0,000
SV			–	0,06	0,11	0,05	0,13*
				0,310	0,060	0,250	0,030
SAFS				–	0,24**	0,20**	0,49**
					0,000	0,000	0,000
SAIC					–	0,10	0,22**
						0,100	0,000
PCP						–	0,12*
							0,040
SR							–

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; SR = grau de satisfação com o relacionamento

A Figura 7 representa as correlações significativas encontradas entre essas variáveis.

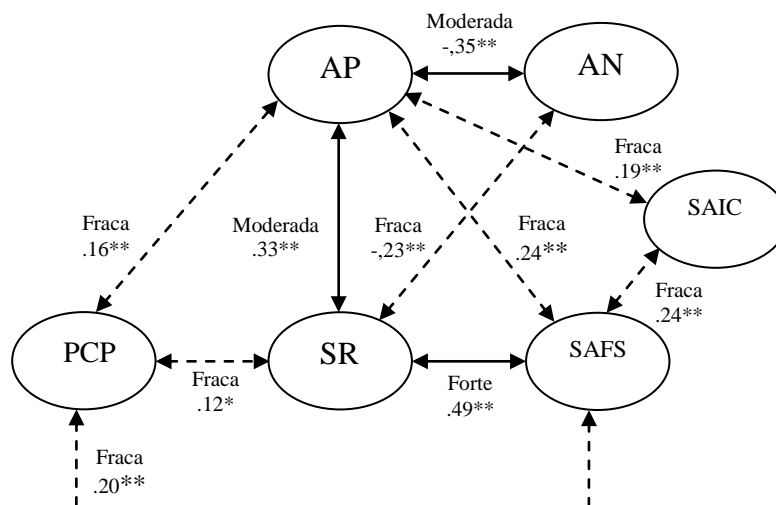


Figura 7. Representação das correlações significativas entre os fatores do bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal, satisfação com o relacionamento atual (SR) e da percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais ($N = 374$)

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SR = satisfação no relacionamento; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos em relação à conjugalidade dos pais; linhas tracejadas representam as correlações fracas e as inteiras, as moderadas e fortes

Ao considerar os aspectos de identificação e de classificação econômica, constatou-se que o sexo dos participantes não apresentou associação significativa com quaisquer dos fatores elencados. A idade mostrou-se correlacionada significativamente com: grau de instrução formal do respondente ($\rho = 0,42$; $p < 0,001$), tempo de coabitação ($\rho = -0,70$; $p < 0,001$), número de filhos ($\rho = 0,73$; $p < 0,001$), idade do pai ($\rho = 0,72$; $p < 0,001$) e idade da mãe ($\rho = 0,74$; $p < 0,001$).

O grau de instrução, na amostra investigada, está associado à idade do participante ($\rho = 0,42$; $p < 0,001$), tempo de coabitação ($\rho = -0,36$; $p < 0,001$), idade do pai ($\rho = 0,32$; $p < 0,001$) e idade da mãe ($\rho = 0,34$; $p < 0,001$). Pessoas mais velhas teriam grau mais elevado de instrução, o que é esperado, uma vez que a maioria dos solteiros da amostra são universitários. Além disso, pessoas com grau de instrução maior e mais velhas tenderiam a ter renda familiar média igualmente elevada.

A relação do tempo de coabitação com a idade justifica a sua associação com o tempo de casamento dos pais ($\rho = 0,60$; $p < 0,001$). O critério de coabitação, por outro lado, mostrou-se importante para a avaliação da conjugalidade dos pais, destacando que o fato de residir com o parceiro pode favorecer uma avaliação mais fidedigna do casamento dos pais, justamente pelo fato de o respondente conhecer a experiência de residir com o cônjuge e a repercussão dessa situação para a própria configuração do vínculo marital.

O número de filhos do participante está fortemente correlacionado com o tempo de casamento dos pais ($\rho = 0,58$; $p < 0,001$). Como previsto, a classificação econômica está fortemente correlacionada à renda familiar ($\rho = -0,46$; $p < 0,001$).

No que tange mais diretamente aos objetivos desta investigação, a percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais está ligada a indicadores associados à idade do participante, como a idade do pai ($\rho = -0,28$; $p < 0,001$) e a idade da mãe ($\rho = -0,30$; $p < 0,001$). Com os demais fatores investigados, foram encontradas correlações consideradas fracas: AP ($\rho = 0,16$; $p < 0,001$), SAFS ($\rho = 0,20$; $p < 0,001$), idade do participante ($\rho = -0,23$; $p < 0,001$), tempo de coabitação ($\rho = 0,23$; $p < 0,001$), número de filhos ($\rho = -0,24$; $p < 0,001$), e SR ($\rho = 0,12$; $p = 0,041$), como podemos observar na Tabela 14. No entanto, as correlações com AP, SR e SAFS são significativas do ponto de vista estatístico.

Tabela 14

Correlações e respectivos valores de p entre a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais e fatores demográficos e psicológicos associados na amostra total (N = 374)

Variável	Correlação com a PCP	Valor de p	Variável	Correlação com a PCP	Valor de p
AP	0,16**	0,000	Tempo de coabitação	0,23**	0,000
AN	-0,05	0,293	Renda	0,08	0,101
SV	0,05	0,256	Filhos	-0,24**	0,000
SAFS	0,20**	0,000	Classe socioeconômica	-0,09	0,083
SAIC	0,10	0,100	Idade do pai	-0,28**	0,000
SR	0,12*	0,041	Idade da mãe	-0,30**	0,000
Idade	-0,23**	0,000	Tempo de casamento dos pais	-0,21**	0,000
Grau de instrução	-0,04	0,448	Residir com os pais	-0,15**	0,003
Tempo sem relacionamento afetivo	-0,14	0,121	Tempo residindo com os pais	-0,10*	0,042
			Tempo não residindo com os pais	-0,10*	0,042

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; SR = grau de satisfação com o relacionamento

Na sequência, a Figura 8 representa o modelo de correlações esperado a partir da literatura científica e da redação das hipóteses desse estudo (hipóteses 1 e 3) e a Figura 9 representa as correlações significativas encontradas a partir da presente pesquisa.

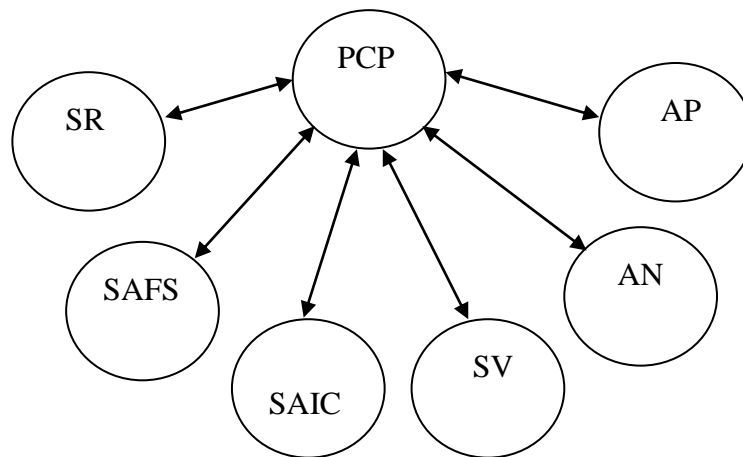


Figura 8. Modelo teórico da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada à satisfação no relacionamento (SR, SAFS, SAIC) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) (N = 374)

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SR = satisfação no relacionamento; SAFS =satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; linhas inteiras representam as correlações significativas
 * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

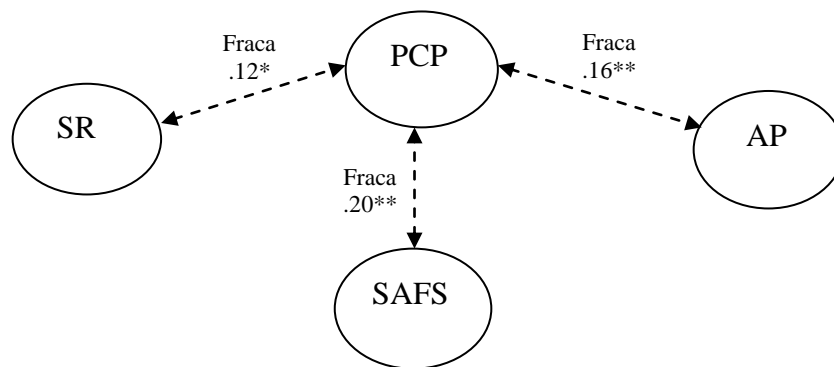


Figura 9. Modelo de relação observada entre a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), satisfação no relacionamento e bem-estar subjetivo (N = 374)

Legenda: AP = afetos positivos; SR = satisfação no relacionamento; SAFS =satisfação com a atração física e sexualidade; linhas tracejadas representam as correlações fracas
 * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

Em termos das hipóteses elencadas neste estudo, a primeira não foi rejeitada, uma vez que a percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais esteve significativamente

correlacionada com a SAFS ($\rho = 0,20$; $p = 0,001$) e a SR ($\rho = 0,12$; $p = 0,040$) embora sejam consideradas correlações fracas (Ajzen & Fishbein, 1998). Isso indica que esse dado deve ser analisado com cautela, pois é de pouco valor para a prática. No caso da associação entre PCP e SAFS, pode-se afirmar que apenas 4% da variação dos resultados é comum às duas medidas, ou seja, a previsão só seria válida para 4% da variação dos resultados, o que é baixo. Mesmo assim, a primeira hipótese não pode ser rejeitada, haja vista que há uma associação entre as duas variáveis. A PCP não esteve satisfatoriamente correlacionada com a SAIC ($\rho = 0,10$; $p = 0,100$).

A segunda hipótese, de que os fatores do BES (AP, AN, SV) estivessem correlacionados com os fatores de satisfação em relacionamento de casal (SAFS, SAIC) e satisfação em relacionamento atual (SR), não foi rejeitada. Isso porque os AP foram significativamente correlacionados com a SAFS, a SAIC e a SR, os AN foram correlacionados com a SAFS e a SR. No entanto, a SV só esteve correlacionada com SR. Como afirmado em relação à primeira hipótese, tais achados também devem ser analisados com cautela, haja vista que a maior parte dessas correlações são consideradas fracas e moderadas.

A terceira hipótese não foi rejeitada, uma vez que a percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais esteve significativamente correlacionada com ao afetos positivos, embora tal correlação seja fraca.

Feitas essas considerações, apresentaremos as correlações específicas encontradas para cada grupo investigado, a começar pelo de pessoas casadas.

Análise correlacional no grupo de pessoas casadas

Como foi anteriormente apresentado, este grupo contou com 118 participantes, todos casados havia, no mínimo, dois anos. A média de tempo de relacionamento desse grupo foi de 16,17($\pm 9,98$) anos.

Neste grupo, em termos dos fatores do bem-estar subjetivo (BES), os afetos positivos (AP) estão significativamente correlacionados com os afetos negativos (AN) ($\rho = -0,24$; $p = 0,007$) e satisfação com a vida (SV) ($\rho = 0,23$; $p = 0,010$), seguindo a tendência do estudo de validação da Escala de Bem-estar Subjetivo, que contou com a participação de pessoas solteiras e casadas (Albuquerque & Tróccoli, 2004) e de um estudo realizado apenas com pessoas casadas (Scorsolini-Comin, 2009). Na amostra do presente estudo, no entanto, não foram encontradas correlações consideradas fortes.

Os AP também estão significativa e moderadamente correlacionados com a satisfação com a atração física e sexualidade, SAFS ($\rho = 0,44$; $p < 0,001$) e significativamente com a satisfação com afinidades de interesse e comportamentos, SAIC ($\rho = 0,20$; $p = 0,024$) e com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais ($\rho = 0,19$; $p = 0,030$), embora com associações consideradas fracas (Ajzen & Fishbein, 1998). Adicionalmente, os AP se correlacionam fortemente com o grau de satisfação com o relacionamento ($\rho = 0,50$; $p < 0,001$).

Os AN estão negativa e significativamente correlacionados com a SAFS ($\rho = -0,27$; $p < 0,001$), SR ($\rho = -0,27$; $p < 0,001$), SAIC ($\rho = -0,18$; $p = 0,040$) e AP ($\rho = -0,24$; $p = 0,007$), em associações consideradas fracas. Com a PCP, não há relação ($\rho = -0,10$; $p = 0,286$). A partir desses achados, podemos inferir que pessoas mais propensas à depressão, melancolia e estresse, por exemplo, tenderiam a avaliar de modo mais negativo os relacionamentos amorosos (no caso desse grupo, o casamento).

A satisfação com a vida (SV), terceiro fator do BES, só se correlacionou significativamente com os AP. A SV não apresentou associações relevantes com os fatores de conjugalidade dos pais e de conjugalidade do casal. Em estudo anterior (Scorsolini-Comin, 2009), constatou-se que tal domínio (SV) estava positiva e significativamente correlacionado como a satisfação diádica em pessoas casadas, embora fosse avaliada com outro instrumento, a *Dyadic Adjustment Scale* (DAS) (Spanier, 1976).

Em termos dos fatores da satisfação conjugal, a SAFS está moderadamente correlacionada com os AP ($\rho = 0,44$; $p < 0,001$), AN ($\rho = -0,27$; $p = 0,002$), e fortemente

com o grau de satisfação com o relacionamento conjugal, SR ($\rho = 0,58$; $p < 0,001$). A SAIC, além da sua fraca correlação com os AP ($\rho = 0,20$; $p = 0,024$) e AN ($\rho = -0,18$; $p = 0,048$), está também correlacionada com a SAFS ($\rho = 0,23$; $p = 0,009$), PCP ($\rho = 0,22$; $p = 0,017$) e significativa e moderadamente com o grau de satisfação com o relacionamento conjugal ($\rho = 0,30$; $p = 0,010$).

A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais está significativa e fracamente correlacionada aos AP ($\rho = 0,19$; $p = 0,034$) e à SAIC ($\rho = 0,22$; $p = 0,017$), o que demonstra que as pessoas casadas que avaliam de maneira positiva o casamento dos seus pais, também manifestam elevado nível de afetos positivos e estão satisfeitas com seus casamentos. A satisfação conjugal, no entanto, dar-se-ia fundamentalmente em relação aos comportamentos e à afinidade do casal. As correlações significativas estão representadas na Figura 10.

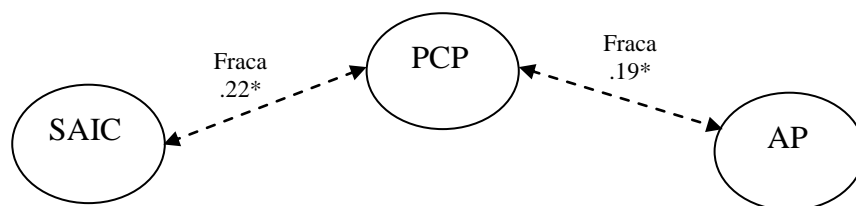


Figura 10. Modelo de relação observada da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada à satisfação no relacionamento (SR, SAFS, SAIC) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 118$)

Legenda: AP = afetos positivos; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; linhas tracejadas representam correlações fracas

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

O grau de satisfação com o relacionamento, no caso, o próprio casamento, está significativa e fortemente correlacionado com AP ($\rho = 0,50$; $p < 0,001$) e SAFS ($\rho = 0,58$; $p < 0,001$), e moderadamente com os AN ($\rho = -0,27$; $p = 0,002$) e SAIC ($\rho = 0,30$; $p = 0,001$), comprovando a tendência expressa na amostra total de que pessoas satisfeitas com

seus relacionamentos em termos mais gerais também o seriam em termos de comportamentos, afinidades e sexualidade. As correlações significativas estão representadas na Figura 11.

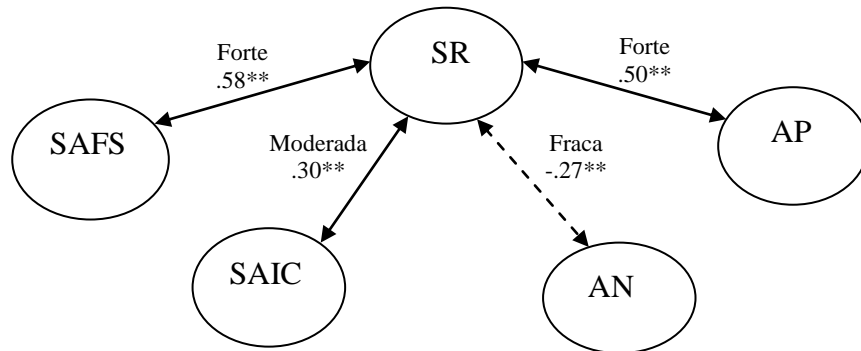


Figura 11. Modelo de relação observada entre a satisfação no relacionamento (SR), satisfação em relacionamentos de casal (SAFS, SAIC) e bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) (N = 118)

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SR = satisfação no relacionamento; SAFS =satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; linhas tracejadas representam as correlações fracas e as inteiras, as moderadas e fortes
 * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

Todas as correlações encontradas no grupo A podem ser melhor visualizadas na Tabela 15. A Figura 12 representa, de modo sintético, as correlações significativas.

Tabela 15

Correlações e respectivos valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas casadas (N = 118)

	AP	AN	SV	SAFS	SAIC	PCP	SR
AP	–	-0,24**	0,23*	0,44**	0,20*	0,19*	0,50**
		0,007	0,010	0,000	0,024	0,034	0,000
AN		–	-0,076	-0,27**	-0,18*	-0,10	-0,27**
			0,410	0,002	0,048	0,280	0,000
SV			–	0,11	0,13	0,08	0,070
				0,200	0,140	0,360	0,450
SAFS				–	0,23**	0,17	0,58**
					0,009	0,060	0,000
SAIC					–	0,22*	0,30**
						0,017	0,000
PCP						–	0,06
							0,510
SR							–

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Legenda: AP: = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; SR = grau de satisfação com o relacionamento

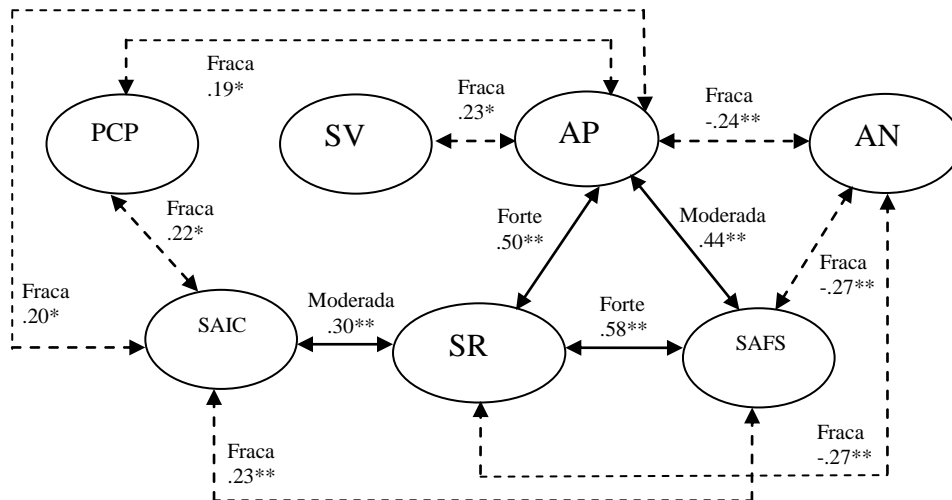


Figura 12. Representação das correlações significativas obtidas entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas casadas ($N = 118$)

Legenda: AP: = afetos positivos; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; SR = grau de satisfação com o relacionamento; linhas inteiras representam as correlações moderadas e fortes

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

Retomemos as hipóteses norteadoras deste estudo. A primeira hipótese, segundo a qual a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais seria correlacionada com a satisfação no relacionamento atual, não foi rejeitada no grupo de pessoas casadas, uma vez que a PCP se correlacionou significativamente com a SAIC ($\rho = 0,22$; $p = 0,017$), embora seja uma correlação fraca (Ajzen & Fishbein, 1998). Isso indica que esse dado deve ser analisado com prudência, pois é de pouco valor para a prática, mesmo que estatisticamente significativo.

A segunda hipótese, de que a satisfação no relacionamento conjugal atual estaria correlacionada com o nível de bem-estar subjetivo, não foi rejeitada para os casados, uma vez que os AP e os AN estão correlacionados com os fatores SAFS, SAIC e SR. Contudo, o terceiro fator do BES, a SV, não se correlacionou significativamente com qualquer fator de satisfação conjugal.

A terceira hipótese delineada, de que o BES estaria correlacionado à PCP, não foi rejeitada, uma vez que os afetos positivos estão significativamente correlacionados com a

PCP ($\rho = 0,19$; $p = 0,030$), embora seja uma correlação fraca. Os demais fatores do BES não estão significativamente correlacionados com a PCP.

A partir disso, foi criada uma representação hipotética de um modelo de pistas causais (Figura 13) que apresenta as possibilidades de influência direta e indireta da PCP sobre a indicação global de satisfação na relação (SR).

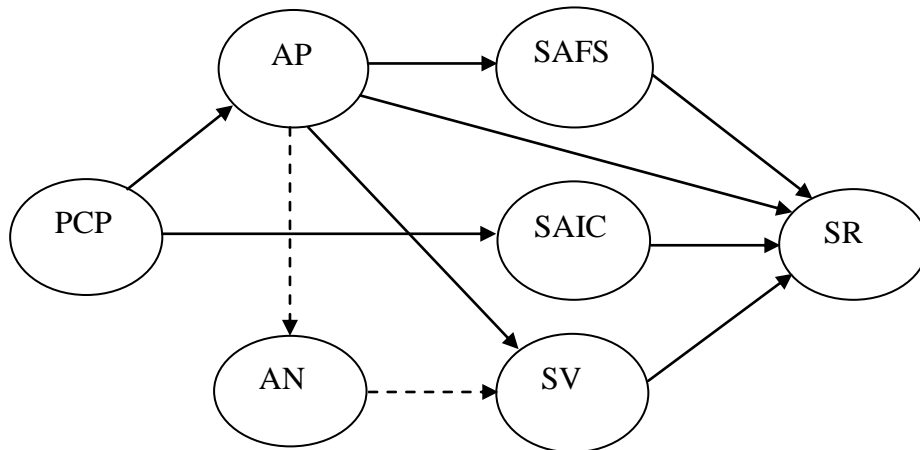


Figura 13. Representação hipotética de um modelo de pistas causais para a amostra de pessoas casadas ($N = 118$)

Legenda: Linhas inteiras representam correlações positivas e as tracejadas as negativas

Assume-se que uma percepção positiva da conjugalidade dos pais estaria essencialmente associada à tendência da pessoa manifestar mais afetos positivos. Estes teriam certo efeito protetor da manifestação de afetos negativos.

É pela mediação dos afetos positivos que a PCP influenciaria a satisfação no relacionamento e a satisfação com a vida que, por sua vez, influenciariam diretamente a satisfação global com a relação (SR). Admite-se, também, uma influência direta dos AP na SR. Este modelo construído a partir dos dados da nossa amostra deveria ser sustentado com outras amostras independentes.

Feitas essas considerações, serão apresentadas as correlações encontradas no grupo de pessoas que namoram.

Análise correlacional no grupo de pessoas que namoram

Neste grupo, em termos dos fatores do bem-estar subjetivo (BES), os afetos positivos (AP) estão significativamente correlacionados com os afetos negativos (AN) ($\rho = -0,44$; $p < 0,001$). Não há correlação com a satisfação com a vida (SV) ($\rho = -0,03$; $p = 0,682$), tal como observado na amostra de casados. Esse achado está em discordância com o que foi encontrado no estudo de Albuquerque e Tróccoli (2004), que apontou correlações significativas entre os três fatores, utilizando uma amostra composta por pessoas casadas e solteiras. A direção negativa entre os AP e a SV também foi oposta aos achados do estudo de Scorsolini-Comin e Santos (2011a), que apontou que esses dois fatores possuiriam características semelhantes e deveriam ser positivamente associados: quanto mais afetos positivos, mas a pessoa estaria satisfeita com a vida.

Os AP correlacionaram-se significativamente com a SAIC ($\rho = 0,18$; $p = 0,020$), o que também se observa em relação à satisfação no relacionamento atual (SR), no caso, o namoro ($\rho = 0,19$; $p = 0,010$). Pessoas com maiores índices de afetos positivos tenderiam a expressar maior satisfação com o namoro e com o relacionamento atual.

Os AN não se correlacionam com os fatores da EFS-RC, mas apresentam correlação significativa e moderada com a satisfação no namoro (SR) ($\rho = -0,26$; $p = 0,002$). Como é uma correlação negativa, quanto maior o nível de afetos negativos, menor a satisfação no namoro. O fator SV está significativa e fracamente correlacionado com o grau de satisfação no namoro ($\rho = 0,18$; $p = 0,030$).

No que tange ao domínio geral da satisfação com o namoro (SR), há que se destacar que pessoas que fazem um julgamento positivo acerca da vida, ou seja, que expressam alto índice de satisfação com a vida, também tendem a estar mais satisfeitas com seus namoros. Outro dado a ser destacado nesse grupo é que nenhum dos fatores do BES está correlacionado com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais. As correlações significativas encontradas em relação à SR estão representadas na Figura 14.

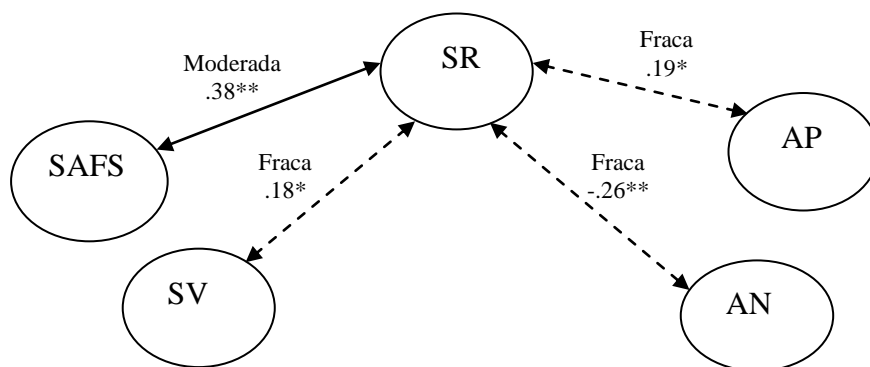


Figura 14. Modelo de relação observada da satisfação no relacionamento (SR) associada à satisfação em relacionamentos de casal (SAFS) e ao bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) ($N = 140$)

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SR = satisfação no relacionamento; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; linhas tracejadas representam as correlações fracas e as inteiras, as moderadas
 $*p \leq .05$ $**p \leq .01$

Em relação aos fatores da EFS-RC, a SAFS está significativa e moderadamente correlacionada com o grau de satisfação no namoro ($\rho = 0,38$; $p < 0,001$). Tanto SAFS como SAIC não estão correlacionados com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais, no grupo de pessoas solteiras e que namoram.

Todas as correlações encontradas nesse grupo foram sistematizadas na Tabela 16 e na Figura 15, que traz a representação sintética das correlações significativas.

Tabela 16

Correlações e respectivos valores de *p* entre os fatores de bem-estar subjetivo, satisfação em relacionamento de casal e percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas solteiras e que namoram (*N* = 140)

	AP	AN	SV	SAFS	SAIC	PCP	SR
AP	–	-0,44**	-0,03	0,10	0,18*	0,14	0,19*
		0,000	0,682	0,200	0,020	0,090	0,010
AN		–	-0,09	-0,05	0,04	-0,09	-0,26**
			0,280	0,490	0,560	0,290	0,000
SV			–	0,01	0,09	0,03	0,18*
				0,900	0,240	0,660	0,030
SAFS				–	0,24**	0,15	0,38**
					0,000	0,060	0,000
SAIC					–	-0,00	0,15
						0,930	0,060
PCP						–	0,10
							0,210
SR							–

p* ≤ 0,05; *p* ≤ 0,01

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; SR = grau de satisfação com o relacionamento

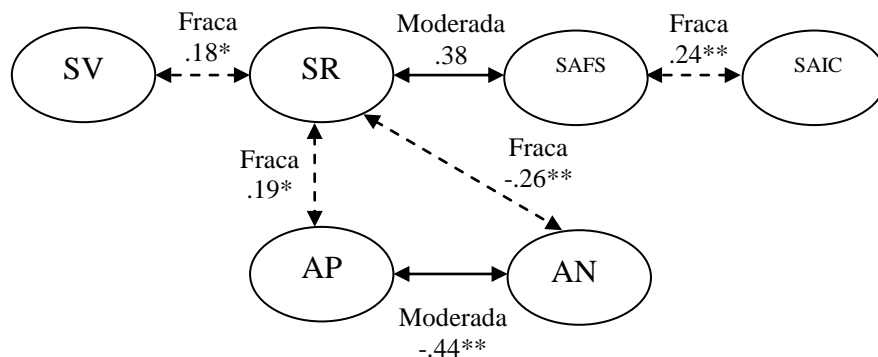


Figura 15. Representação das principais correlações entre os fatores de bem-estar subjetivo e da satisfação no namoro (*N* = 140)

p* ≤ .05 *p* ≤ .01

Ao examinar as hipóteses do estudo à luz dos resultados obtidos para o grupo B, pode-se afirmar que a H1 não pôde ser aceita, uma vez que a percepção sobre a conjugalidade dos pais não se correlacionou significativamente com quaisquer dos fatores, tanto da EFS-RC quanto do inquérito sobre a satisfação no namoro.

A segunda hipótese não foi rejeitada, uma vez que a SAIC correlacionou-se com os AP ($\rho = 0,18$; $p = 0,029$), assim como a SR com os três fatores do BES: AP ($\rho = 0,19$; $p = 0,019$), AN ($\rho = -0,26$; $p = 0,002$) e SV ($\rho = 0,18$; $p = 0,030$). Embora sejam significativas, há que se destacar que se tratam de correlações consideradas fracas (Ajzen & Fishbein, 1998). Isso indica que esse dado deve ser analisado com cautela, pois é de pouco valor para a prática.

A terceira hipótese foi rejeitada nesse grupo, uma vez que a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais não se correlacionou com quaisquer dos fatores do BES. Desse modo, nesse grupo, os componentes individuais do bem-estar subjetivo não podem ser associados à percepção dos respondentes acerca do relacionamento conjugal dos pais. A PCP estaria, portanto, associada a outros fatores que não o BES.

A seguir, serão apresentadas as correlações encontradas no grupo de pessoas que não namoram.

Análise correlacional no grupo de pessoas que não namoram

Nesse grupo, os afetos positivos (AP) estão significativa e moderadamente correlacionados com os afetos negativos (AN) ($\rho = -0,33; p < 0,001$), mas não com a satisfação com a vida (SV) ($\rho = 0,04; p = 0,670$), como também encontrado nos grupos de casados e de pessoas que estão namorando. Como esse grupo foi constituído por pessoas que não estavam engajadas em relacionamentos do tipo namoro estável, não foi aplicada a EFS-RC nem o índice de satisfação com o relacionamento (SR).

Os AP estão significativa e fracamente correlacionados com a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais ($\rho = 0,25; p = 0,006$). Os AN só se correlacionaram com os AP, como já apresentado, não apresentando correlação significativa com a conjugalidade dos pais. O fator SV não se correlacionou significativamente com os fatores investigados nesse grupo de pessoas solteiras e que não namoram. Essas correlações foram representadas na Figura 16.

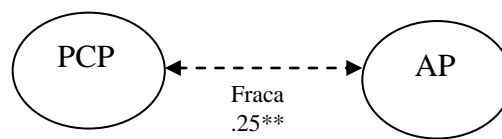


Figura 16. Modelo de relação observada da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) associada ao bem-estar subjetivo ($N = 116$)

Legenda: AP = afetos positivos; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; a linha tracejada representa uma correlação fraca

** $p \leq .01$

Tais achados indicam que os solteiros que não namoram e que avaliam de modo positivo o relacionamento conjugal dos pais tendem a apresentar elevado grau de afetos positivos. Os afetos negativos não parecem associadas à PCP.

As correlações encontradas nesse grupo foram sistematizadas na Tabela 17.

Tabela 17

Correlações e respectivos valores de p entre os fatores de bem-estar subjetivo e a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em pessoas solteiras que não namoram (N = 116)

	AP	AN	SV	PCP
AP	–	-0,33**	0,04	0,25**
AN		0,000	0,670	0,000
SV		–	0,08	-0,06
PCP			0,390	0,490
			–	0,10
				0,240
				–

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais

Como se trata de um grupo constituído de pessoas que não possuem relacionamento do tipo namoro, as duas primeiras hipóteses deste estudo não se aplicam. A percepção dos filhos em relação à conjugalidade dos pais correlacionou-se significativamente com os AP, confirmando a terceira hipótese formulada, embora seja uma associação considerada fraca.

Analisando-se os grupos A, B e C, pode-se dizer que a estrutura de relação no bem-estar subjetivo (AP, AN, SV) é semelhante nos três. A relação entre a satisfação no relacionamento e o BES varia de acordo com o estatuto conjugal. A relação entre PCP e BES varia entre os grupos, do mesmo modo que a relação entre PCP e satisfação no relacionamento.

Finalizada a apresentação dos principais resultados da análise de correlações, passaremos a tratar da normalização dos dados para a realização da comparação entre os grupos e para a análise de regressão múltipla.

Normalização dos dados

Para que a análise de regressão múltipla pudesse ser feita e os grupos comparados, inicialmente foi realizada a normalização de todas as variáveis por meio da técnica de transformação logarítmica. Os resultados desse procedimento podem ser visualizados para o exemplo da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais nas Figuras 17, 18 e 19, apresentadas a seguir.

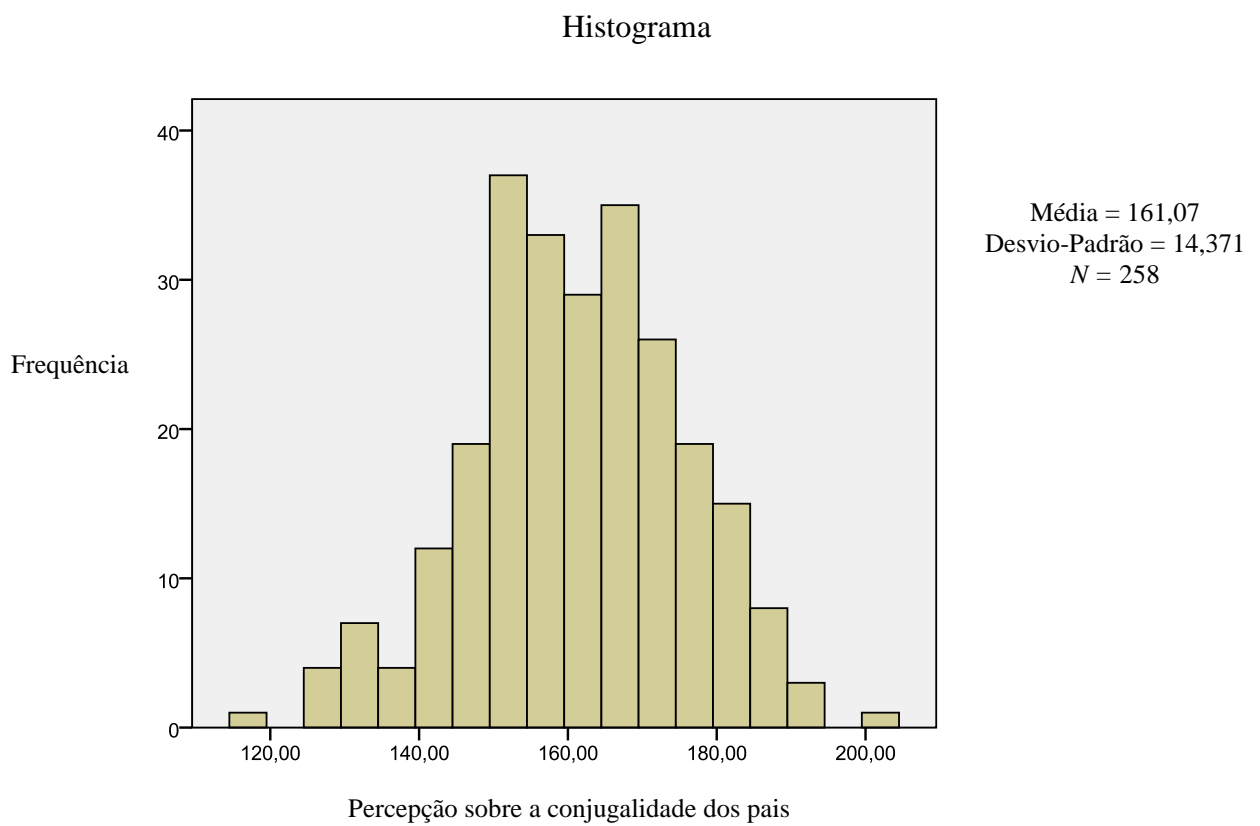


Figura 17. Histograma de normalização, após transformação logarítmica, da variável percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais

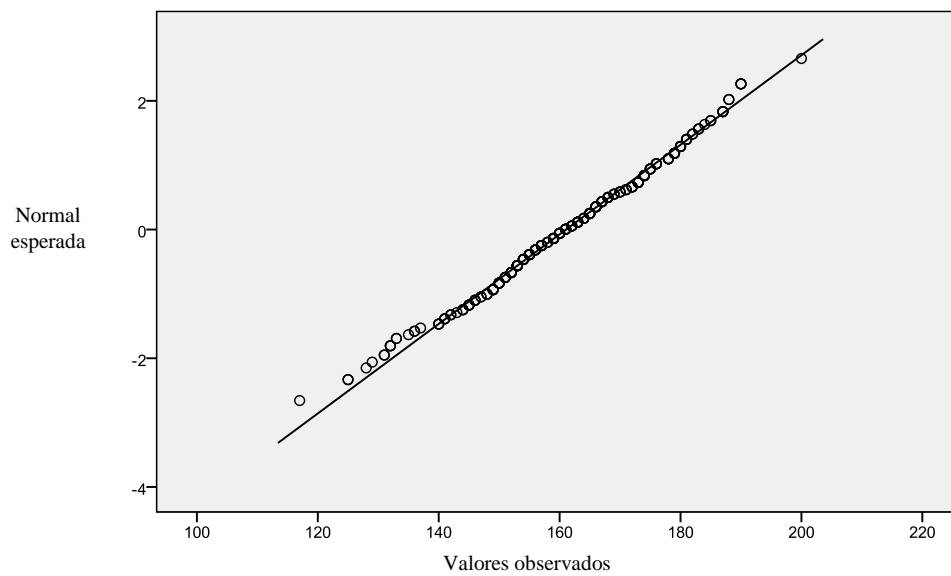


Figura 18. Gráfico Q-Q da regressão, tendo no eixo X os valores observados e, no eixo Y, a normal esperada

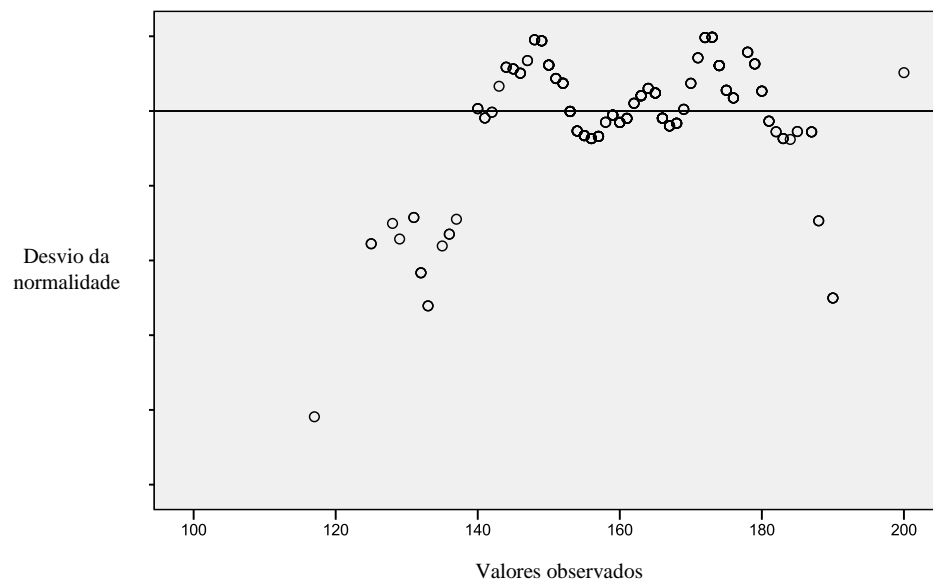


Figura 19. Gráfico Q-Q de dispersão, tendo no eixo x os valores observados e, no eixo Y, o desvio da normalidade

Comparação entre grupos

Após a normalização dos dados a partir da técnica da transformação logarítmica, procedeu-se à comparação entre os grupos. Assim, para comparar se houve ou não diferença entre os grupos A, B e C, foi utilizado o método de análise de variâncias (ANOVA), empregado quando os dados assumem uma distribuição normal. Posteriormente, foi utilizado o teste Post Hoc de Tukey.

Tabela 18

Comparação entre os três grupos pelo método de análise de variâncias (ANOVA)

Variáveis	F	Significância (p)
Grau de satisfação com o relacionamento atual	9,37	0,002
Percepção sobre a conjugalidade dos pais	11,33	0,000▪
Afetos positivos	3,55	0,030▪
Afetos negativos	2,28	0,104
Satisfação com a vida	0,79	0,452
Satisfação com a atração física e sexualidade	13,86	0,000
Satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos	1,54	0,215
Bem-estar subjetivo	1,58	0,206

▪ Teste de Tukey ($p \leq 0,05$)

O teste de Tukey só foi sensível para identificar diferença significativa entre os grupos quanto às variáveis percepção sobre a conjugalidade dos pais (PCP) e afetos positivos (AP). Para as demais variáveis, são necessários estudos adicionais. Os valores do teste de Tukey estão disponíveis na Tabela 19 (Apêndice G).

Assim, pode-se afirmar que a avaliação da conjugalidade dos pais é significativamente diferente entre os grupos de casados e solteiros, fazendo que com que não se rejeite a quarta hipótese. Não houve diferenças significativas entre os grupos B e C para a variável PCP. Assim, a percepção dos filhos solteiros sobre a conjugalidade dos pais não tem relação significativa com o fato de estar namorando ou não. Pelos dados, os solteiros teriam uma percepção mais positiva acerca da conjugalidade dos pais que os casados. Podemos, assim, considerar que os casados tenderiam a avaliar de modo menos idealizado o casamento dos pais em comparação com os solteiros, sendo mais maduros em termos de relacionamentos interpessoais.

Contudo, constatamos que os grupos de casados e solteiros diferem significativamente em relação à idade dos participantes ($F = 385,50$; $p < 0,001$), fator associado às outras características dos grupos. A idade poderia influenciar a percepção da conjugalidade dos pais, já que está associada às experiências importantes na compreensão dessa relação (nomeadamente, a experiência de uma relação duradoura, a experiência da parentalidade, entre outras). Tendo em vista essa consideração, conduzimos uma análise de covariância (ANCOVA), de modo a avaliar as diferenças no PCP entre os grupos, controlando a idade. Ou seja, realizamos uma nova análise para avaliar a diferença entre grupos na percepção sobre a conjugalidade dos pais, controlando a idade, para compreender os possíveis efeitos da variável idade do respondente na diferença entre os grupos no que se refere à PCP. Pelos resultados dessa segunda análise, a PCP varia de acordo com a idade, e não necessariamente em termos do estado do relacionamento (se casado ou solteiro), o que sugere que a idade é uma variável desenvolvimental poderosa, que resgataria as experiências acumuladas durante a vida e demais relacionamentos, colocando em destaque as possíveis remalhagens do vínculo, assim como proposto por Benghozi (2010). Desse modo, pode-se afirmar que a diferença significativa entre solteiros e casados em relação à PCP pode ser explicada pela diferença de idade entre os participantes.

Podemos concluir que há diferenças significativas entre solteiros e casados no que tange à percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais, não rejeitando a quarta hipótese delineada e que a idade é uma variável importante a considerar na explicação dos resultados. Sugere-se que estudos adicionais sejam realizados para dar suporte a essa primeira conclusão.

No caso dos afetos positivos, a diferença significativa ocorre entre os casados e os solteiros que não namoram. Analisando os afetos positivos entre os grupos A e C, observa-se que os casados possuem nível mais elevado de AP que os solteiros que não namoram. Tal apontamento é condizente com os achados de Seligman (2004, 2011) e Snyder e Lopez (2009).

Análise de regressão múltipla

Queríamos também definir, no conjunto das variáveis deste estudo, aquelas que seriam as melhores preditoras²⁸ das variáveis SR (satisfação no relacionamento), SAFS (satisfação em relação à atração física e sexualidade), SAIC (satisfação em relação às atitudes e comportamentos), AP (afetos positivos), AN (afetos negativos), SV (satisfação com a vida) e BES (bem-estar subjetivo), elencadas como variáveis dependentes. Para tal, recorreu-se às análises de regressão múltiplas, utilizando-se o método de seleção *stepwise*, de modo que permanecessem no modelo apenas as variáveis que apresentassem associação significativa com as variáveis dependentes.

Tendo como finalidade compreender quais fatores imbricados na satisfação com o relacionamento atual (SR), foi realizada uma análise múltipla, adotando como variável dependente a SR e as variáveis SAFS, SAIC, PCP, AP, AN, SV e BES como independentes. O modelo explicou 98% da variação da SR, sendo que os preditores foram SAFS, SAIC, AP e AN. Elencando a SAFS como variável dependente e SR, AP, AN, SV e BES como independentes, 99% da variação da SAFS foi explicada pela variação da SR, PCP, SV e BES. Ao analisar a SAIC como variável dependente e SR, AP, AN, SV e BES como independentes, foi encontrado um modelo que explicou 98,2% da SAIC, sendo a PCP, SV, SR e AP os seus preditores.

Em termos do bem-estar subjetivo e seus fatores, o primeiro delineamento realizado foi elencando os AP como variável dependente e SR, SAFS, SAIC e PCP como independentes. Encontrou-se um modelo capaz de explicar 96,7% dos AP, constatando que suas preditoras foram a PCP, SR e SAIC. Utilizando os AN como variável dependente e SR, SAIC, SAFS e PCP como independentes, por um modelo que explicou 90,3% do fenômeno, as preditoras dos AN foram PCP, SAFS e SR. Ao definir a SV como variável dependente e SR, SAFS, SAIC e PCP como independentes, em modelo que explicou 99% do fenômeno, as preditoras da SV foram PCP, SAFS e SAIC. Por fim, utilizando o BES como variável dependente e SR, SAFS, SAIC e PCP como independentes, encontrou-se um modelo que explicou 98,6% do fenômeno e indicou como preditoras do BES a PCP, a SAFS e a SAIC. Os resultados completos dessas análises de regressão estão disponíveis na Tabela 20.

²⁸ É importante destacar que o termo preditor não tem qualquer implicação quanto à direção de causalidade, necessariamente. A partir da variância comum, consegue-se prever a variação da outra variável.

Tabela 20

Análise de regressão múltipla pelo método stepwise, elencando as variáveis SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES como dependentes (N = 374)

Variável Dependente	Variável Independente (Preditora)	β	DP	t	Significância	R ²	R ² ajustado	Erro Padrão da Estimativa	Durbin-Watson
SR	SAFS	0,720	0,015	10,137	0,000	0,98	0,98	0,62	1,97
	SAIC	0,222	0,017	3,425	0,001	0,98	0,98	0,62	1,97
	AP	0,124	0,003	2,530	0,012	0,98	0,98	0,62	1,97
	AN	-0,007	0,002	-2,745	0,006	0,98	0,98	0,62	1,97
SAFS	SR	0,365	0,160	10,659	0,000	0,99	0,99	2,00	1,96
	PCP	0,268	0,007	4,400	0,000	0,99	0,99	2,00	1,96
	SV	0,242	0,032	3,235	0,001	0,99	0,99	2,00	1,96
	BES	0,125	0,007	1,978	0,049	0,99	0,99	2,00	1,96
SAIC	PCP	0,318	0,008	3,925	0,000	0,98	0,98	2,15	2,08
	SV	0,295	0,028	3,555	0,000	0,98	0,98	2,15	2,08
	SR	0,278	0,181	5,681	0,000	0,98	0,98	2,15	2,08
	AP	0,106	0,010	2,230	0,027	0,98	0,98	2,15	2,08
AP	PCP	0,462	0,036	5,985	0,000	0,96	0,96	13,59	1,62
	SR	0,294	1,155	4,461	0,000	0,96	0,96	13,59	1,62
	SAIC	0,233	0,383	2,873	0,004	0,96	0,96	13,59	1,62
AN	PCP	0,839	0,048	5,770	0,000	0,90	0,90	16,85	1,97
	SAFS	0,540	0,499	2,933	0,004	0,90	0,90	16,85	1,97
	SR	-0,434	1,619	-3,407	0,001	0,90	0,90	16,85	1,97
SV	PCP	0,577	0,014	11,585	0,000	0,99	0,99	4,55	1,99
	SAFS	0,291	0,121	5,568	0,000	0,99	0,99	4,55	1,99
	SAIC	0,130	0,130	2,930	0,004	0,99	0,99	4,55	1,99
BES	PCP	0,588	0,063	9,869	0,000	0,98	0,98	20,28	1,85
	SAFS	0,263	0,538	4,213	0,000	0,98	0,98	20,28	1,85
	SAIC	0,145	0,579	2,722	0,007	0,98	0,98	20,28	1,85

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; SR = grau de satisfação com o relacionamento; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais

A partir desses dados, criaram-se modelos hipotéticos para representar as possíveis direções da causalidade dos fenômenos SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES (Figura 20).

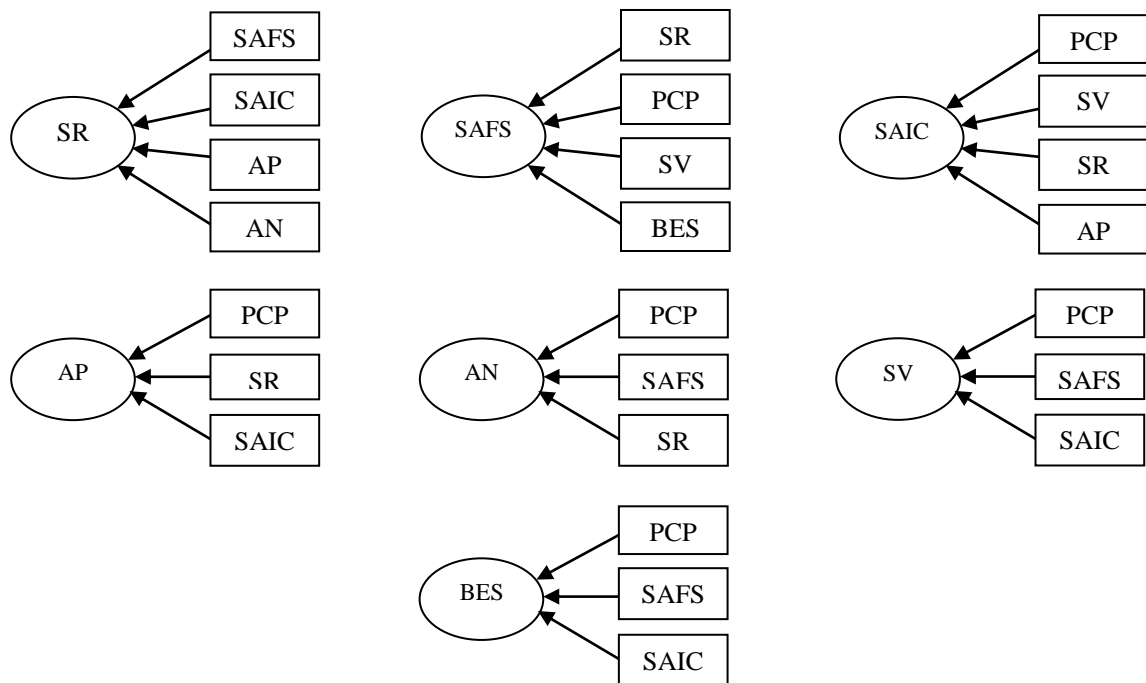


Figura 20. Modelos representativos dos fatores preditores da SR, SAFS, SAIC, AP, AN, SV e BES

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; BES = bem-estar subjetivo; SAFS = satisfação com a atração física e sexualidade; SAIC = satisfação com a afinidade de interesses e comportamentos; SR = grau de satisfação com o relacionamento; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais

A fim de sistematizar os resultados encontrados, a Tabela 21 sumariza as hipóteses do estudo e a testagem das mesmas a partir da análise correlacional e da análise de regressão múltipla.

Tabela 21

Quadro resumo das principais hipóteses do estudo, utilizando os dados da amostra total (N = 374)

Número da hipótese	Redação da hipótese	Representação da hipótese	Resultado frente à análise correlacional/comparação entre grupos	Resultado frente à análise múltipla
H1	A medida da percepção que os filhos têm acerca do relacionamento conjugal de seus pais está relacionada com as medidas da percepção acerca de seus próprios relacionamentos afetivos atuais	PCP correlacionada à SR	Não rejeitada	Rejeitada
		PCP associada ao SAFS	Não rejeitada	Não rejeitada
		PCP associada ao SAIC	Rejeitada	Não rejeitada
H2	A medida da percepção que os filhos têm acerca de seus próprios relacionamentos está associada com a medida de seus níveis de bem-estar subjetivo	SR associada aos AP	Não rejeitada	Não rejeitada
		SR associada aos AN	Não rejeitada	Não rejeitada
		SR associada à SV	Não rejeitada	Rejeitada
		SR associada ao BES	–	Rejeitada
		SAFS associada aos AP	Não rejeitada	Rejeitada
		SAFS associada aos AN	Não rejeitada	Não rejeitada
		SAFS associada à SV	Rejeitada	Não rejeitada
		SAFS associada ao BES	–	Não rejeitada
		SAIC associada aos AP	Não rejeitada	Não rejeitada
		SAIC associada aos AN	Rejeitada	Rejeitada
H3	A medida do bem-estar subjetivo dos filhos está correlacionada com a medida da satisfação percebida no relacionamento conjugal dos pais	AP associados à PCP	Não rejeitada	Não rejeitada
		AN associados à PCP	Rejeitada	Não rejeitada
		SV associada à PCP	Rejeitada	Não rejeitada
		BES associado ao PCP	–	Não rejeitada
H4	A medida da percepção acerca da conjugalidade dos pais está associada ao <i>status</i> do relacionamento afetivo dos filhos (casados, solteiros que namoram ou solteiros que não namoram)	Diferença entre os grupos quanto à variável PCP	Não rejeitada	Não se aplica

Legenda: AP = afetos positivos; AN = afetos negativos; SV = satisfação com a vida; BES = bem-estar subjetivo; PCP = percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais; SR = satisfação no relacionamento atual; Em verde, as hipóteses que não foram rejeitadas; em vermelho, as hipóteses que foram rejeitadas

Ao examinarmos a síntese das principais hipóteses elencadas na Tabela 20, confrontando com os resultados obtidos na amostra total a partir das análises correlacional e de regressão múltipla, constatamos que o construto percepção da conjugalidade dos pais (PCP) está significativamente correlacionado à SAFS, embora seja uma correlação fraca (*rho*

= 0,20; $p < 0,001$). Esse valor indica que a porcentagem de variância comum explicada é muito baixa, ou seja, apenas 4% da variação dos resultados é comum às duas medidas. A previsão só seria para 4% dos resultados, o que é baixo. Mas como existe uma influência, não rejeitamos a primeira hipótese.

Em termos da segunda hipótese, a SR está correlacionada significativamente aos afetos positivos, afetos negativos e à satisfação com a vida, embora haja uma correlação moderada com os AP e fraca com os demais fatores do BES. A SAFS está significativamente correlacionada aos afetos positivos e negativos, mas com magnitude fraca. A SAIC está significativamente correlacionada com os afetos positivos, mas de modo fraco. Pela análise de regressão múltipla, os afetos positivos e negativos são preditores da satisfação no relacionamento. A satisfação com a vida (SV) é preditora da SAFS e da SAIC. Além disso, a SAFS é um dos preditores do bem-estar subjetivo. Por essas considerações, não rejeitamos a segunda hipótese. A partir desses achados, pode-se afirmar que os níveis de afetos positivos (otimismo, esperança, resiliência, atitude positiva diante da vida e das dificuldades), afetos negativos (ódio, rancor, depressão, melancolia, tristeza) e satisfação geral com a vida são preditores da satisfação no relacionamento amoroso. Confirmamos que o BES pode ser explicado pelo fato de se estar engajado ou não em um relacionamento afetivo estável (Scorsolini-Comin, 2009, 2012a), incluindo o namoro, bem como pela satisfação em relação à atração física e sexualidade experienciada nesse relacionamento e pela percepção que se tem da conjugalidade dos pais.

Seligman (2004) destaca que pessoas mais felizes (com elevado índice de BES) e, conseqüentemente, com um julgamento mais positivo acerca da vida, tenderiam a se engajar mais em relacionamentos afetivos, tendo, inclusive, maior probabilidade de se casar. Se o BES elevado envolve uma percepção positiva da realidade que se experiencia, independentemente do fato de haver ou não condições de bem-estar, o mesmo poderia ser considerado em termos do casamento ou do namoro, ou seja, de que essas mesmas pessoas avaliariam positivamente o relacionamento amoroso, independentemente das reais condições dessa relação.

A terceira hipótese não foi rejeitada pela análise correlacional, pois a PCP se correlacionou significativamente com os afetos positivos, embora com uma associação fraca. Isso também foi confirmado pela análise múltipla, uma vez que a percepção acerca da conjugalidade dos pais é uma das variáveis preditoras do bem-estar subjetivo, dos afetos positivos, afetos negativos e da satisfação com a vida. Desse modo, sugere-se que a percepção

sobre o relacionamento conjugal dos pais desempenha um papel importante no desenvolvimento saudável dos filhos em termos do bem-estar subjetivo.

A quarta hipótese também não foi rejeitada, haja vista que há diferenças significativas entre os casados e solteiros no que se refere à percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais, sendo que os solteiros avaliam de modo mais positivo o casamento dos pais. Sendo assim, podemos considerar que a PCP varia de acordo com o *status* de relacionamento. Controlando a variável idade pela análise de covariância, encontrou-se que a idade, enquanto variável desenvolvimental, parece ter uma influência considerável nessa diferença, o que deve ser aprofundado e controlado nos delineamentos em estudos futuros.

Concluída a apresentação dos resultados obtidos, passaremos à discussão dos achados frente à literatura científica.

Discussão

E quando o amor relampeia aqui dentro
Vira um corisco esse meu coração

Paulo César Pinheiro, *A dona do raio e do vento*

O mar quando quebra na praia
É bonito, é bonito
Onde eu nasci passa um rio
Que passa num igual sem fim
Igual sem fim minha terra
Passava dentro de mim
Passava como se o tempo nada pudesse mudar
Passava como se o rio não desaguasse no mar

Dorival Caymmi, *O mar*

A fim de organizar a discussão, essa seção será subdividida em considerações sobre os resultados de cada grupo investigado e também da amostra total, incluindo o conjunto de todos os participantes. Serão discutidas também as diferenças observadas nos três grupos. Ao final, serão trazidos apontamentos gerais sobre o estudo, tendo como norte as hipóteses elencadas e a literatura científica disponível acerca do tema.

Considerações sobre os grupos de casados e solteiros

Analisando a amostra composta pelos três grupos, ou seja, de pessoas casadas, solteiras que namoram e solteiras que não namoram, algumas considerações podem ser trazidas à baila para a compreensão do relacionamento existente entre bem-estar subjetivo e conjugalidade. Um primeiro ponto a ser destacado se refere às correlações encontradas entre os fatores que compõem os instrumentos utilizados.

O BES foi mensurado neste estudo a partir da EBES. Essa escala foi confirmada como um instrumento consistente, uma vez que seus fatores estão moderadamente associados entre si. Um exemplo disso é que os afetos positivos correlacionaram-se significativamente e moderadamente com os negativos ($\rho = -0,35$; $p < 0,001$), o que foi encontrado na pesquisa de construção e validação da EBES ($\rho = -0,36$; $p < 0,001$) (Albuquerque & Tróccoli, 2004). A correlação é negativa, na medida em que os AP não são diametralmente opostos aos AN, mas apresentam sentidos díspares (Albuquerque, 2004; Scorsolini-Comin & Santos, 2010g; Seligman, 2004). Assim, pessoas com alto nível de AP, como contentamento, alegria, otimismo e resiliência, devem, necessariamente, apresentar níveis baixos de depressão, tristeza, melancolia e de embotamento afetivo. A satisfação com a vida (SV), no entanto, não se mostrou significativamente correlacionada com os AP e os AN, o que difere dos resultados encontrados por Albuquerque (2004), Albuquerque e Tróccoli (2004) e Scorsolini-Comin e Santos (2011c) em outras populações. Adotando-se o BES como variável dependente na amostra total ($N = 374$), em um modelo de regressão *stepwise* capaz de explicar 98% do BES, percebeu-se que as variáveis mais diretamente associadas a esse construto são PCP, SAFS e SAIC, ou seja, essas variáveis seriam as preditoras mais poderosas do bem-estar subjetivo.

Em termos da EFS-RC, que mensura a satisfação em relacionamentos de casal (namoro ou casamento), seus fatores mostraram-se significativamente, mas fracamente correlacionados ($\rho = 0,24$; $p < 0,001$), o que mostra que, na amostra investigada, quanto maior a satisfação com a aparência do companheiro e com a sua sexualidade, maior a satisfação também com a afinidade do casal, com os interesses e comportamentos do par, corroborando as pesquisas empreendidas por Wachelke et al. (2004, 2007). Nestes dois estudos, os índices de correlação entre os fatores SAFS e SAIC foram considerados satisfatórios, o que não ocorreu na presente investigação, haja vista que a associação entre esses fatores devem ser analisados com parcimônia. No entanto, por mensurarem aspectos diferentes em torno do relacionamento amoroso, consideramos que os índices são aceitáveis.

A pergunta incluída no questionário de identificação, que solicitava que o participante classificasse a sua satisfação com o relacionamento em uma escala que ia de “nem um pouco satisfeito” (1) a “extremamente satisfeito” (5), denominada SR nesse estudo, mostrou-se significativamente correlacionada com a EFS-RC, uma vez que guardou significativa e forte associação com a SAFS ($\rho = 0,49$; $p < 0,001$), mas fraca associação com a SAIC ($\rho = 0,22$; $p < 0,001$), embora seja uma correlação igualmente significativa do ponto de vista estatístico. Assim, esse construto unidimensional (SR) mostrou-se válido, na amostra estudada, para a mensuração da satisfação no relacionamento. Tal construto também foi utilizado em outras pesquisas clássicas, como a de Spanier (1976), em que se apresentava ao participante uma só pergunta, podendo o respondente assinalar uma resposta dentro de uma escala Likert ou então assinalar um número, entre 1 e 10, sendo 10 a satisfação máxima. Procedimento semelhante foi empregado por Wachelke et al. (2007).

O QCP, que possui um único fator, aqui identificado como a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), mostrou-se significativa e fracamente correlacionado com os afetos positivos ($\rho = 0,16$; $p < 0,001$), SAFS ($\rho = 0,20$; $p < 0,001$) e com o grau de satisfação nessa relação, SR ($\rho = 0,12$; $p = 0,040$). A partir disso, podemos destacar que o modo como a pessoa percebe o relacionamento amoroso dos pais guarda associações significativas com o seu nível de afetos positivos (seu grau de otimismo, disponibilidade e enfrentamento diante da vida) e sua percepção acerca do próprio relacionamento afetivo em termos de satisfação e de ajustamento em relação à atração física e sexual pelo parceiro. No entanto, como já destacado na apresentação dos resultados, tais correlações são de fraca magnitude, de modo que a porcentagem da variância comum explicada é muito baixa.

Ainda que pese essa ressalva, podemos considerar, na presente amostra ($N = 374$), que pessoas que têm percepção mais positiva do casamento dos pais tenderiam a relatar mais satisfação em seus relacionamentos, notadamente em termos de sexualidade e envolvimento físico, bem como com maior nível de afetos positivos e adaptativos. Mas outras variáveis deveriam ser consideradas em estudos futuros para compreender melhor essa associação. Tais considerações não foram encontradas no estudo de Forrest (2010), uma vez que este não considerou a aparência do(a) parceiro(a) como um aspecto envolvido na satisfação auferida no relacionamento.

Na construção do QCP, a escala não foi submetida à comparação com outros instrumentos (Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2007), o que não nos permite confirmar ou comparar os resultados com os de outros estudos, que fizeram uso de diferentes escalas

para a mensuração da conjugalidade, como os de Spanier (1976) ou de Fowers (1989), por exemplo. Na investigação de Mendonça (2006), o QCP foi utilizado apenas como instrumento auxiliar, não sendo analisado em termos estatísticos. A versão do QCP utilizada neste estudo é a de 56 itens (Ziviani et al., 2006), validada com uma amostra de 251 jovens e que mostrou elevado índice de consistência interna ($\alpha = 0,96$), que apontou que a situação conjugal dos pais (se casados, separados, recasados) influenciava na satisfação com a conjugalidade desses pais. Em estudos posteriores, empregou-se a versão da escala com 60 itens (Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2009, 2011), propondo-se a possibilidade de se investigar o QCP a partir de três focos: na figura paterna, na figura materna e no casal parental, haja vista que o instrumento possui perguntas que se referem a essas três instâncias (“meu pai”, “minha mãe”, “meus pais”). Assim, o instrumento poderia ser dividido em três subescalas, sendo uma delas composta por 26 itens acerca das percepções dos filhos sobre o casal parental. Em estudo com 1.612 jovens adultos, foram encontrados índices de ajuste satisfatórios para essa subescala (Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011), sendo apontadas duas orientações teóricas para sua análise: da transmissão psíquica geracional e da teoria do inconsciente cognitivo. No presente estudo, consideramos a primeira orientação como norteadora da análise. As demais subescalas já foram delimitadas e estão em fase de divulgação de suas propriedades psicométricas específicas pelos mesmos pesquisadores. Embora esse não tenha sido um dos objetivos desta tese, aponta-se para a possibilidade de realizar a análise fatorial confirmatória nessa versão de 56 itens aqui utilizada.

No estudo inicial do QCP, o objetivo foi comparar se a percepção acerca da conjugalidade dos pais era influenciada pelo *status* conjugal dos pais, se casados, separados, recasados ou viúvos. Na presente investigação, optou-se trabalhar apenas com filhos de pais casados (ou viúvos, no caso específico dos casados), em primeiras núpcias. A escala se refere, fundamentalmente, ao modo como o sujeito percebe o relacionamento dos pais, sendo questionado quanto ao modo como se lembra/recorda das relações afetivas, profissionais, sociais e familiares estabelecidas pelo casal de origem. No entanto, quando aproximamos esse instrumento de escalas como a EBES e a EFS-RC, em análises correlacionais entre seus fatores, podemos notar que tal percepção positiva ou negativa acerca do casamento dos pais guarda pouca relação prática com a própria percepção de bem-estar da pessoa e com a sua percepção sobre o seu relacionamento, quer seja de namoro ou de casamento. Há que se considerar também que os escores do QCP obtidos nas amostras do presente estudo são relativamente inferiores ao do estudo original (Ziviani et al., 2006). Em contrapartida, pela

análise de regressão múltipla, a PCP é uma das preditoras mais importantes tanto do bem-estar subjetivo e de seus três fatores (AP, AN, SV) como da satisfação amorosa (SAFS, SAIC), o que comprova a relação entre percepção da conjugalidade dos pais, bem-estar subjetivo e conjugalidade dos filhos. Estudos adicionais podem ser realizados futuramente para compreender, por exemplo, quais itens ou mesmo fatores do QCP estariam mais diretamente associados à satisfação amorosa e à experiência de bem-estar.

Isso nos leva a refletir sobre a possibilidade de que, ao se avaliar o próprio relacionamento, tende-se a associá-lo ou compará-lo ao relacionamento conjugal dos pais justamente por este ser um modelo arraigado nas experiências emocionais do indivíduo. Assim, não se trata de afirmar que os filhos de casamentos satisfatórios tenham maior chance de se engajarem em relacionamentos igualmente satisfatórios, como proposto por Snyder e Lopez (2009) e outros estudos (Ha et al., 2009; Hare, Miga, & Allen, 2009; Seligman, 2004; Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009), mas de destacar que quanto melhor a percepção sobre o casamento dos pais, maior a chance de que se estenda essa percepção positiva para o próprio relacionamento. A direção oposta dessa relação, ou seja, de que o relacionamento amoroso atual poderia influenciar, retrospectivamente, o modo como se percebe a conjugalidade dos pais, poderia receber um delineamento estatístico válido, mas que desconsideraria a direção causal das variáveis tal como apresentada na literatura científica, notadamente pelo referencial psicanalítico (Sabatelli & Bartle-Haring, 2003; Magalhães, 2009; Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011).

Sobre essa consideração, pelos dados do presente estudo, adicionamos o fato de que a percepção positiva (sobre o casamento dos pais ou sobre o próprio relacionamento do sujeito) guarda associações significativas com os afetos positivos, ou seja, uma percepção geral sobre a própria vida. Assim, poderíamos pensar não em uma transmissão direta e equivalente do casal parental para os filhos (se os pais têm um relacionamento satisfatório, os filhos também terão), mas em uma ressignificação (remalhagem e desmalhagem) do relacionamento marital dos pais a partir dos relacionamentos que os filhos estabelecem na atualidade, tal como apregoado por Benghozi (2010). Por esse prisma, ter lembranças positivas acerca do casamento dos pais seria tão importante quanto estabelecer relacionamentos amorosos significativos e satisfatórios, no propósito de constituição de uma conjugalidade que é sempre construída por uma díade que reúne dois modelos familiares distintos. A própria escolha de se casar remontaria às imagens sobre casamento transmitidas, sobretudo, pelos pais (Willoughby et al., 2012).

Ainda pelos achados do presente estudo, os solteiros avaliaram de modo mais positivo o relacionamento dos pais (possuem uma percepção mais positiva) na comparação com os casados. Uma possível explicação para isso é o fato de que as pessoas casadas idealizariam menos o relacionamento conjugal dos pais, ou seja, por efetivamente experienciarem o casamento e serem, possivelmente, mais amadurecidos, emitiriam um julgamento mais realista. Essa avaliação menos positiva do casamento dos pais pelos casados seria considerada adaptativa em termos evolutivos, pois se aproximaria mais da realidade e permitiria que os casais analisassem o relacionamento com maior nível de crítica, construindo um repertório que efetivamente poderia contribuir na compreensão da conjugalidade e das estratégias desenvolvidas por ambos os cônjuges no acontecer da relação.

A fim de compreender melhor essa relação, efetuou-se uma análise de covariância entre essas variáveis (PCP e grupo), controlando as variáveis sociodemográficas, entre elas a idade do participante. Apenas a diferença de idade entre solteiros e casados foi significativa no que se refere à PCP. Em outras palavras, a diferença significativa entre solteiros e casados quanto à PCP pode ser explicada pela variável idade. A partir disso, encontramos que a PCP declina não apenas com o casamento, mas também com a idade. A idade pode ser compreendida como uma variável desenvolvimental poderosa, que recuperaria as experiências acumuladas ao longo do ciclo vital, de modo que essas vivências, aliadas às adquiridas em função do casamento, permitiriam aos sujeitos uma avaliação mais real da conjugalidade dos pais. Tais apontamentos são condizentes com as proposições de Benghozi (2010) acerca dos processos de remalhagem e desmalhagem dos vínculos operados pelo sujeito em função de seus laços afiliativos, como no caso do casamento. A construção do laço de aliança conjugal permitiria, então, remalhar vínculos, proporcionando uma apreensão mais amadurecida e, conseqüentemente, mais adaptativa acerca dos relacionamentos amorosos. Isso não significa modificar as heranças ou negar os vínculos filiativos, o que não seria possível, mas proporcionar uma releitura do vínculo no sentido de favorecer a assunção de “recursos evolutivos constantes em situações em que outros poderiam se decidir pela fatalidade de um destino inexorável” (Benghozi, 2005, p. 104). Assim, avaliar de modo mais negativo a conjugalidade dos pais poderia ser considerado adaptativo para as pessoas casadas, favorecendo a adoção de uma postura mais madura diante dos relacionamentos amorosos e suas vicissitudes.

Outro fator a ser considerado no estudo da conjugalidade dos pais e seu relacionamento com a conjugalidade dos filhos é que, na estruturação do modelo conjugal, há

espaço para o paradoxo fusão-separação (Féres-Carneiro, 1998; Magalhães, 2009), que pressupõe que, ao mesmo tempo em que o casal tem que criar uma estrutura compartilhada (conjugalidade), também tem que se separar de seus vínculos familiares. A constituição da conjugalidade só será possível se o casal se separar suficientemente das representações de casal oriundas de suas famílias de origem, diferenciando-se dos modelos herdados por cada parceiro para a construção de um modelo próprio.

A contradição fundamental do vínculo conjugal diz respeito ao paradoxo fusão-separação. O casal tem a tarefa central de operar a separação de seus vínculos familiares, desprender-se dos vínculos parentais e criar uma estrutura inédita, derivada da transformação dos modelos parentais de cada parceiro. Essa nova estrutura é produto da metabolização das representações de casal das famílias de origem. Admite-se que há uma relação dialética entre as diferentes estruturas vinculares, dando lugar ao interjogo sociedade-família-sujeito (Magalhães, 2009, p. 208).

Embora essa separação nunca seja completa, compreendemos que essa relação dialética que permeia a constituição da conjugalidade assemelha-se à proposta de Benghozi (2010), que destaca que os processos de remalhagem e desmalhagem, típicos dos vínculos afiliativos (casamento), podem interferir nos vínculos filiativos (mas sem modificá-los), transmitidos ao nascer, pela herança psíquica. Não haveria um determinismo nem uma cristalização da direção das influências, mas sim uma abertura à dialética que estruturaria a conjugalidade. Na prática, tal posicionamento equivale a admitir tanto que os relacionamentos amorosos na vida adulta podem seguir o mesmo modelo de estruturação vivenciado na família de origem como podem se transformar em função das próprias demandas de constituição de uma conjugalidade, no sentido de se diferenciar dos modelos herdados, buscando um modo novo e particular de experienciar os vínculos afetivos. Obviamente, essa remalhagem/desmalhagem ocorreria em ambas as famílias, sendo que, para compreender a conjugalidade do casal, deveríamos também compreender as alianças e os vínculos advindos de cada uma das famílias de origem.

Adicionalmente, apesar de as emoções positivas ainda não representarem um consenso no meio científico (Fredrickson, 2001; Galinha, 2008; Lyubomirsky, King, & Diener, 2005), a literatura aponta que essas emoções têm o poder de desfazer o efeito das emoções negativas, e assim otimizar a saúde e o bem-estar, reforçando os recursos de *coping*. Assim como as emoções negativas estreitam o repertório do pensamento e da ação, as emoções positivas ampliam o repertório do pensamento e da ação, permitindo a construção de recursos pessoais duradouros (Fredrickson, 2009). Assim, os afetos positivos, como dimensão afetiva da vida,

podem ser considerados balizadores do modo como o indivíduo percebe e avalia a sua própria experiência. A resiliência familiar, tratada por Benghozi (2010), que torna as experiências da vida adulta (processos de remalhagem e desmalhagem) possibilitadoras de mudanças, poderia ser aproximada do efeito causado pelos afetos positivos, segundo o presente estudo.

Os afetos positivos seriam responsáveis, desse modo, por uma ressignificação das experiências dos indivíduos, uma vez que os predisporiam à ampliação e à construção de seus recursos pessoais, fortalecendo a possibilidade de que um relacionamento dos pais *percebido* como negativo não seja, por si só, um determinante ou preditor de um relacionamento amoroso igualmente *percebido* como complexo ou dificultoso. Os elementos que prediriam relacionamentos considerados satisfatórios na vida adulta seriam, além da percepção sobre a conjugalidade dos pais, os afetos positivos, negativos e a satisfação com a vida. Assim, há que se compreender que essas variáveis devem ser analisadas a partir de outros delineamentos para explicar os fenômenos aqui em destaque, o que deflagra a complexidade dessa discussão. Similarmente, pessoas que percebam um bom relacionamento dos pais, mas que experimentem baixos níveis de afetos positivos, poderiam desenvolver relacionamentos amorosos não tão satisfatórios ou adaptativos. Como já afirmado por Willoughby et al. (2012), a qualidade conjugal percebida no relacionamento dos pais não estaria relacionada à percepção dos filhos sobre o casamento. Para esses autores, o modelo parental influenciaria os filhos independentemente da satisfação relatada pelos pais.

A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais também está fracamente associada com a idade do participante ($\rho = -0,23$; $p < 0,001$), tempo de coabitação com o parceiro ($\rho = 0,23$; $p < 0,001$), número de filhos ($\rho = -0,24$; $p < 0,001$), tempo de casamento dos pais ($\rho = -0,21$; $p < 0,001$), idade do pai ($\rho = -0,28$; $p < 0,001$), e moderadamente com idade da mãe ($\rho = -0,30$; $p < 0,001$). Por esses achados, podemos destacar que a percepção dos filhos sobre o casamento dos pais é mais negativa à medida que os participantes ficam mais velhos, se casam e têm seus filhos. Isso nos leva à necessidade de considerar que, quanto mais a pessoa vive e se depara com a criação e o crescimento dos filhos, mais tende a refletir sobre o seu próprio desenvolvimento e como foi a sua própria educação em sua família de origem. Isso ocorreria em um movimento de atualização da história do relacionamento dos pais (Magalhães, 2009; Menezes & Lopes, 2007; Moraes et al., 2009; Wagner & Falcke, 2001; Wagner, Falcke, & Meza, 1997; Zordan & Wagner, 2009), assumindo-se a família de origem como meio de transmissão da vida psíquica (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004). Tais considerações são corroboradas pela diferença significativa

encontrada entre solteiros e casados em relação à PCP e pelo fato dessa diferença poder ser explicada pela variável idade.

As possíveis crises, bem como as experiências prazerosas, comporiam um repertório de experiências ao qual o sujeito recorreria ao ser questionado tanto sobre a sua conjugalidade como a de seus pais. De acordo com os achados do presente estudo, quanto maior o tempo de relacionamento dos pais (o que está relacionado com a variável idade), pior é a percepção acerca do casamento destes, o que pode sugerir que o modo como se percebe o casamento dos pais tenderia a ser mais rígido, mais crítico ou mesmo mais realista e amadurecido à medida que ele avançasse no tempo. Outra possibilidade é que os casamentos de longa duração possam sofrer a influência de outras variáveis, como a doença de um dos cônjuges, por exemplo, o que poderia afetar a conjugalidade do casal e a sua consequente percepção, por parte dos filhos, quer sejam solteiros ou não.

As primeiras relações e o modo como vivenciamos a afetividade a partir do contato com nossos pais, notadamente na infância, estariam no cerne do modo como avaliamos a conjugalidade dos mesmos, como revelam algumas pesquisas (Dessen & Braz, 2005; Dessen & Polonia, 2007; Hare, Miga, & Allen, 2009). Novamente, há que se recuperar que esse apontamento não significa a comprovação da tese da transmissão psíquica entre gerações, mas sim uma ampliação das possibilidades de explicação da satisfação nos relacionamentos amorosos, colocando em destaque tanto as forças de filiação (herança genealógica) com as de afiliação (aliança conjugal), tal como proposto por Benghozi (2010) no contexto clínico da psicoterapia de família e casal.

Na presente investigação, a percepção sobre a conjugalidade dos pais foi uma das variáveis que explicou a satisfação nos relacionamentos amorosos, o que pode ser um balizador tanto para futuras investigações como para a estruturação de práticas interventivas no contexto das terapias com casais, por exemplo. Resgatar essas memórias ou percepções poderia contribuir para analisar os relacionamentos atuais e suas vicissitudes, destacando a assunção de práticas protetivas para o relacionamento. Nos estudos de construção do QCP, não foram correlacionados os estados atuais de relacionamento dos respondentes (namorando, não namorando ou casado), só de seus pais, se casados, viúvos, recasados ou solteiros (Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2007; Ziviani et al., 2006), destacando a situação conjugal dos pais como preponderante sobre a dos filhos.

A partir dessas considerações, não rejeitamos a primeira hipótese do estudo (a medida da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais está associada à medida da satisfação

em relacionamento de casal). Também a quarta hipótese, de que tal *percepção* seria diferente entre os grupos não foi rejeitada, uma vez que encontramos diferenças significativas entre solteiros e casados. No caso, essa percepção é mais forte nas pessoas solteiras, contrário do que se esperava, ou seja, de que quanto maior fosse o nível de envolvimento, cumplicidade e estabilidade (como esperado no casamento), melhor a percepção sobre o casamento dos pais. Tal achado é contrário ao proposto por Wachelke et al. (2007), que postularam que os vínculos mais duradouros ou estáveis (por exemplo, o casamento) estariam associados a uma maior maturidade do respondente para falar sobre ou avaliar sua própria satisfação e também maior envolvimento acerca dessa experiência. No entanto, os achados do presente estudo nos permitiram uma compreensão diferente, no sentido que os casados, por experienciarem, de fato, a conjugalidade, teriam maior repertório para avaliar a conjugalidade dos pais, adotando posicionamentos mais próximos da realidade e menos idealizados em comparação com os solteiros. Assim, a avaliação da PCP mais negativa poderia ser considerada mais amadurecida e mais adaptativa.

O fato de a PCP ser uma preditora do bem-estar subjetivo pode sugerir que o modo como se percebe o relacionamento amoroso dos pais remontaria, de modo inconsciente, não apenas às memórias do indivíduo, seus traumas e experiências infantis, como destacado prioritariamente em vertentes psicodinâmicas (Moraes et al., 2009; Ruiz Correa, 2003), mas também ao seu próprio modo de ver e experienciar a vida e seus relacionamentos em função de suas interações na família de origem (Bandura, Caprara, Barbaranelli, Regalia, & Scabini, 2011; Willoughby et al., 2012). Podemos remontar às ideias de Benghozi (2010), que destaca que os laços de afiliação (entre eles, o namoro e o casamento) podem ser espaços para a remalhagem e a desmalhagem dos laços de filiação (de pai/mãe para os filhos), podendo promover leituras mais flexíveis acerca das heranças genealógicas transmitidas na família. Relacionamentos amorosos na fase adulta considerados positivos tenderiam, segundo Benghozi (2010), a possibilitar um processo de remalhagem, caso os laços de filiação tenham se estabelecido com falhas e espaços vazios.

Podemos retomar os apontamentos de Seligman (2004, 2011), que destacam que as pessoas mais felizes tenderiam a ter relacionamentos amorosos igualmente felizes, uma vez que carregariam uma disponibilidade maior para o contato, maior abertura em relação ao outro e tendência a avaliar de modo positivo os acontecimentos da vida, sejam eles benéficos ou não. Na base desse pensamento, pessoas que mantêm uma atitude positiva diante da vida poderiam buscar sentidos mais adaptativos em seus próprios relacionamentos. Assim, pode-se

expandir essa reflexão para o fato de que pessoas mais otimistas e satisfeitas com a vida tenderiam a avaliar de modo mais satisfatório tanto os seus relacionamentos como os dos seus pais, uma vez que teriam uma predisposição para a construção de recursos pessoais adaptativos (Fredrickson, 2001) e seriam capazes de promover uma releitura mais positiva acerca das experiências familiares e individuais.

Se pensarmos especificamente nos afetos negativos, que envolvem sentimentos como os de tristeza, incapacidade, depressão, melancolia e embotamento, há que se destacar que pessoas com maior nível de AN também relatam auferirem menor grau de satisfação em seus relacionamentos afetivos ($\rho = -0,23$; $p < 0,001$), assim como menor satisfação em relação à sexualidade e à aproximação física com o parceiro ($\rho = -0,12$; $p = 0,046$). Conforme afirmado em relação aos afetos positivos e ao bem-estar, pessoas com um julgamento mais negativo acerca da própria vida tendem a expandir tal avaliação para outros aspectos da vida, tal como o casamento e o namoro. Menores níveis de afetos negativos, que correspondem a menores níveis de ansiedade, estresse, melancolia e tristeza, estão associados, nos três grupos investigados, a uma melhor percepção sobre a conjugalidade dos pais. Isso pode sugerir também que pessoas que tenham experienciado um relacionamento parental satisfatório tendem a demonstrar menores níveis de estresse e ansiedade. No entanto, pesquisas complementares são necessárias para comprovar tais apontamentos.

Um cenário diferente é observado quando se fala nos afetos positivos, uma vez que há fortes associações entre estes e os dois fatores de satisfação da EFS-RC. Por essa medida, quanto maior o nível de AP, maior a satisfação com o parceiro tanto em termos da sexualidade e das situações de aproximação física, quanto em relação às afinidades, interesses em comum e comportamentos. Uma conclusão possível de ser trazida é a de que as pessoas que experimentam a afetividade positiva em seus relacionamentos tenderiam a expandir a forma de avaliarem também o companheiro. Se uma pessoa está satisfeita com o parceiro em termos das trocas físicas e sexuais, provavelmente terá uma autoestima mais elevada, o que se confirmará em termos dos seus afetos positivos (Seligman, 2011). Pessoas mais otimistas e com boa autoestima, desse modo, tenderiam não apenas a fazer avaliações mais satisfatórias de si, como também dos outros.

Ainda em relação aos afetos positivos, há que se destacar que os índices mais elevados foram encontrados nos solteiros que namoram e nos casados. Assim, consideramos que os relacionamentos amorosos estão associados a maior nível de otimismo, resiliência, esperança e adaptação. Há que se considerar que os relacionamentos amorosos são apontados na

literatura como fortemente associados ao bem-estar (Fredrickson, 2009; Seligman, 2011; Snyder & Lopez, 2009). Os achados do presente estudo comprovam essa tendência. Uma questão a ser investigada em futuras pesquisas diz respeito às diferenças entre os casados e os que namoram. Por que os afetos positivos seriam mais frequentes nos que namoram, em comparação com os casados? Deve-se observar, particularmente, a relação dessas variáveis com outras, tais como idade e a presença de filhos, uma vez que as características dessas duas amostras (grupos A e B) são significativamente diferentes em relação a essas variáveis.

Trazendo à baila outras variáveis, a satisfação com a atração física e a sexualidade está negativa e fracamente correlacionada com a idade do participante ($\rho = -0,22$; $p < 0,001$) e com o número de filhos ($\rho = -0,21$; $p = 0,001$), o que significa que a avaliação positiva da atração física tende a diminuir com o avanço da idade e também com o nascimento dos filhos. Assim, as pessoas casadas, mais velhas e com mais filhos tenderiam a avaliar a satisfação em relação ao seu parceiro de modo menos positivo. Essa avaliação também diminuiria à medida que aumenta o nível de instrução formal, o que nos leva a pensar que, quanto maior é o nível de escolaridade, menos positiva é a avaliação do sujeito em relação à satisfação com a atratividade do(a) parceiro(a).

Pensando também no bem-estar subjetivo, a satisfação no relacionamento estaria diretamente vinculada a alto nível de afetos positivos e a baixo grau de afetos negativos, o que envolve a consideração de que a capacidade de se satisfazer com os outros remete à própria condição individual e ao posicionamento pessoal diante da vida. Se internamente a pessoa desenvolve uma capacidade de adaptar-se diante das dificuldades e enfrenta a vida com otimismo e alegria, tem maiores chances de se adaptar às dificuldades e complexidades inerentes à maior parte dos relacionamentos amorosos, tanto no casamento como no namoro estável. De modo similar, ter afinidades e projetos em comum (SAIC) é algo diretamente associado à interação sexual e com os afetos positivos, o que nos leva a pensar que tais afetos estariam no cerne da adaptação que o indivíduo pode/deve desenvolver em um relacionamento amoroso, para que esse vínculo se torne satisfatório.

A medida unidimensional de satisfação com o relacionamento (SR) está satisfatoriamente correlacionada com os AP ($\rho = 0,33$; $p < 0,001$) e fortemente com a SAFS ($\rho = 0,49$; $p < 0,001$). Além de sua vinculação direta com a EFS-RC, que mensura a satisfação no relacionamento, verificamos sua associação com todos os fatores do BES, o que corrobora os achados de estudos que evidenciam que a satisfação no relacionamento afetivo

está relacionada à percepção individual sobre o próprio bem-estar (Diener & Lucas, 2000; Lee, Seccombe, & Shehan, 1991; Seligman, 2011; Snyder & Lopez, 2009).

Por fim, ao analisarmos o estado do relacionamento atual (se casado, se namorando ou não), a medida de afetos positivos mostra-se maior em direção ao casamento, ou seja, as pessoas casadas teriam um grau maior de AP. No entanto, a satisfação em relação à atração física do parceiro e a sexualidade parecem ser maiores nas pessoas que namoram. De modo similar, a percepção dos filhos acerca da conjugalidade dos pais é melhor avaliada no grupo de pessoas solteiras, o que sugere que a experiência concreta do casamento tem efeito modulador da própria percepção acerca da conjugalidade dos pais (Ziviani et al., 2006). Estudo longitudinal, acompanhando essa percepção em pessoas solteiras e que depois se casam, poderia explorar se essa percepção tende a se alterar com o tempo, como realizado por Hoppmann, Gerstorf, Willis e Schaie (2011) em relação à percepção de bem-estar subjetivo ou por Barry e Kochanska (2010) acerca de casais com filhos adolescentes.

Considerações sobre o grupo de pessoas casadas

Ao considerarmos especificamente o grupo de pessoas casadas, alguns apontamentos devem ser feitos. No que concerne aos fatores do BES, afetos positivos, afetos negativos e satisfação com a vida estão significativamente correlacionados na amostra de casados do presente estudo. O nível de AP também está significativamente correlacionado com a SAFS ($\rho = 0,44$; $p < 0,001$), SAIC ($\rho = 0,20$; $p = 0,024$), PCP ($\rho = 0,19$; $p = 0,034$) e com o fator unidimensional da satisfação em relacionamento (SR) ($\rho = 0,50$; $p < 0,001$), este último em uma associação considerada forte. Assim, quanto maior o nível de afetos positivos da pessoa casada, maior a sua satisfação com o seu casamento, e vice-versa. Quanto menor o seu bem-estar, ou seja, quanto mais experimenta sentimentos como desconsolo, tristeza, desamparo e depressão, pior é a avaliação que faz do seu casamento, tanto em relação à atração física e sexual do parceiro, quanto da afinidade do casal e de seus interesses em comum.

De modo oposto, os altos níveis de AN estão associados a baixos índices de satisfação com a vida, satisfação sexual e satisfação com o relacionamento como um todo. Há que se considerar que os AN influenciam mais a insatisfação no que se refere à sexualidade do que os comportamentos, comprovando as pesquisas que apontam que pessoas mais depressivas ou melancólicas tendem a ter menor frequência de relações sexuais, preferindo o afastamento e o recolhimento a situações com contato físico direto ou mesmo situações sociais de forte exposição física (Beam et al., 2011; Seligman, 2004; Spanier, 1976; Tay & Diener, 2011).

Na base dessa consideração, pode-se pensar que a atividade sexual estaria relacionada a uma disponibilidade para o contato com o outro, o que se alinha às emoções positivas, como a atitude de disponibilidade para com o outro e de extroversão. Isso explicaria porque as pessoas com maior nível de AP e menor nível de AN demonstram também maior satisfação em relação à sexualidade vivenciada com o(a) parceiro(a), como foi encontrado na amostra de casados em apreço. Além disso, há que se considerar que pessoas casadas com níveis mais elevados de AN demandam maior suporte emocional do(a) parceiro(a) (Beam et al., 2011; Van Steenbergen, Kluwer, & Karney, 2011), o que sugere a necessidade de que essas pessoas estejam engajadas em relacionamentos mais protetivos e também mais satisfatórios. Pelos dados obtidos no presente estudo, quanto mais elevado o nível de AN, menor a satisfação e, conseqüentemente, menor a possibilidade de oferta de suporte emocional.

Há que se destacar que a SR está significativamente associada aos afetos positivos e negativos, de modo que os participantes que relataram estar satisfeitos com o casamento também apresentam maiores níveis de otimismo, resiliência e autoestima. Há que se considerar que o BES é uma avaliação acerca de aspectos subjetivos do sujeito, e não objetivos, de modo que os níveis de AP e AN estão relacionados às experiências cotidianas dessas pessoas casadas, e não a aspectos físicos ou materiais que porventura possam ser acrescentados no casamento, como bens materiais, alteração de *status* econômico, mudança de cidade, entre outros. No entanto, não encontramos uma correlação significativa entre SR e SV, em oposição ao relatado em estudo anterior, que utilizou outras escalas e que comprovou a associação entre satisfação com a vida e satisfação diádica, que é outro construto que mensura a satisfação conjugal (Scorsolini-Comin & Santos, 2010b). A SV é uma espécie de “balanço” acerca das experiências cotidianas, tendo como base o ideal de satisfação apregoado pelo próprio sujeito. Desse modo, a SV surge da comparação subjetiva com a SV considerada ideal, ou seja, a partir de uma comparação com o que se veicula na sociedade e que se oferece como padrão normativo. Similarmente, quando se questiona para uma pessoa casada se o seu relacionamento é satisfatório, ela evoca não apenas os eventos ocorridos em seu casamento, como os compara com os demais relacionamentos conhecidos ou mesmo idealizados.

Em pesquisa anterior com 106 pessoas casadas (Scorsolini-Comin & Santos, 2011a), comprovou-se forte correlação entre a coesão diádica (Spanier, 1976) e a satisfação conjugal, mensurada a partir da Escala de Satisfação Conjugal (Dela Coleta, 1989). No referido estudo, encontrou-se forte correlação entre satisfação com a vida (SV) e conjugalidade, o que permitiu afirmar que o bem-estar experienciado na vida de modo geral estava relacionado com os sentimentos de prazer, engajamento e satisfação advindos do casamento. Esse resultado corroborou os apontamentos de Seligman (2004), Snyder e Lopez (2009) e Stones, Worobetz e Brink (2011) sobre o fato de que os casados demonstram níveis mais expressivos de felicidade e de realização do que os solteiros, descasados, separados ou viúvos.

A SR também está fortemente correlacionada com a SAFS ($\rho = 0,58$; $p < 0,001$) e moderadamente com a SAIC ($\rho = 0,30$; $p < 0,001$), comprovando que a medida unidimensional de satisfação no relacionamento amoroso (SR) empregada neste estudo encontrou apoio nos fatores do instrumento EFS-RC. A SR obteve alta correlação com esses fatores apenas na amostra de casados, levando-nos a supor que no casamento as pessoas desenvolveriam maior coesão diádica, expressando a satisfação em diferentes domínios de

modo mais equilibrado. Na amostra aqui analisada, destaca-se que tanto a satisfação sexual quanto a satisfação em relação aos comportamentos do parceiro são equivalentes ao questionamento acerca da satisfação geral com o relacionamento.

Um ponto a ser discutido é que, no presente estudo, houve uma alta taxa de casados que relataram que estavam muito satisfeitos com seus relacionamentos, com uma média 4 em uma escala que variava de 1 a 5, sendo 5 a categoria correspondente a “extremamente satisfeito”. Desse modo, podemos considerar que a amostra foi constituída, predominantemente, por pessoas satisfeitas em seus casamentos.

Em outro estudo, Bertoni e Bodenmann (2010) compararam três grupos: (a) casais satisfeitos, (b) casais insatisfeitos e (c) casais em terapia de casal. Os autores destacaram que os casais em processo terapêutico relatavam maiores níveis de insatisfação do que os casais caracterizados como insatisfeitos, mas que não estavam envolvidos na terapia de casal, demonstrando que a busca pela psicoterapia coincidia com uma maior percepção de insatisfação conjugal.

Embora o critério de seleção para o presente estudo não exigisse que os casais estivessem satisfeitos ou insatisfeitos, mas sim apenas casados havia pelo menos dois anos e que não estivessem em processo de separação, há que se destacar que alguns casais contatados e que relatavam “estar em crise” não quiseram participar da pesquisa. Uma hipótese seria a de que as pessoas engajadas em relacionamentos insatisfatórios teriam pouca disponibilidade e interesse em contribuir com um estudo que destacaria exatamente esse aspecto de suas vidas. Também pessoas envolvidas em relacionamentos satisfatórios teriam maior abertura e interesse em compartilhar suas experiências positivas.

Há que se destacar, também, o fator da desejabilidade social na ocasião da participação neste estudo, pois uma investigação com foco na satisfação poderia indicar ao participante potencial uma possível necessidade de se sentir satisfeito em seu casamento. Ou, ainda, pessoas em relacionamentos insatisfatórios poderiam ver na pesquisa uma possibilidade de ajuda ou de encaminhamento para um serviço especializado de terapia, o que estava cotejado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pode-se pensar, desse modo, que a própria “escolha” dos participantes “filtrou” aqueles mais satisfeitos e, possivelmente, com maiores níveis de bem-estar, constituindo um dos vieses que poderiam ser controlados em estudos futuros. Posto isso, consideramos a possibilidade de que, em novos estudos, sejam contemplados grupos de pessoas com diferentes níveis de satisfação com o relacionamento, a exemplo dos estudos de Bertoni e

Bodenmann (2010) e Eldridge et al. (2007), embora as estratégias para tanto ainda tenham que ser melhor delineadas. Obviamente, deve-se rever a estratégia de recrutamento dos participantes, diversificando-os de modo a se assegurar a maior variedade possível, talvez até mesmo incluindo pessoas em processo de separação.

A seguir, serão trazidas as considerações sobre os solteiros que namoram.

Considerações sobre o grupo de solteiros que namoram

Em relação ao grupo de pessoas solteiras que namoram, os afetos positivos estão correlacionados satisfatoriamente com os afetos negativos ($rho = -0,44$; $p < 0,001$), como também se observou no grupo de pessoas casadas, mas a satisfação com a vida, terceiro fator do BES, não se correlacionou com os AP e AN, o que diverge dos resultados obtidos nos estudos de Albuquerque e Tróccoli (2004) e de Scorsolini-Comin e Santos (2010b, 2012b). No entanto, esses autores não trabalharam com uma amostra específica de solteiros nem com maioria de estudantes, como no caso do presente estudo, o que pode explicar a obtenção de resultados diferentes. Não foram realizados estudos específicos aplicando a EBES em pessoas casadas e solteiras com o objetivo de diferenciar tais grupos quanto ao BES. Na presente investigação, a SAFS mostrou-se significativa e fracamente correlacionada com a SAIC ($rho = 0,24$; $p < 0,001$), semelhante ao que ocorreu com os casados.

Estudos que visam a estabelecer relações entre o bem-estar e os relacionamentos amorosos discorrem sobre o fato de as pessoas casadas desfrutarem de maior nível de bem-estar ou de satisfação com a vida (Lyubomirsky, King, & Diener, 2005; Mastekaasa, 1994; Ruvolo, 1998). Embora algumas pesquisas apontem para o fato de que essa consideração possa ser expandida para outros relacionamentos amorosos (Berry & Willingham, 1997), entre os quais enquadramos o namoro, não foram encontrados estudos que tenham analisado especificamente essa condição. Tal achado é condizente com os apontamentos de Wachelke et al. (2007), que atestaram que a escala de satisfação em relacionamento de casal é mais consistente quando aplicada em amostras de pessoas que tenham um relacionamento mais estável, como no caso do casamento. O namoro, ainda que possa ser uma modalidade de relacionamento estável, guarda diferenças significativas em relação ao casamento, como a questão da coabitação, divisão das tarefas e responsabilidades, assunção de papéis adultos, bem como da conciliação entre família e trabalho, que são aspectos frequentemente investigados nos contextos conjugais (Biehle & Mickelson, 2012; Hostetler, Desrochers, Kopko, & Moen, 2012). No presente estudo, as associações entre SAFS e SAIC foram similares entre casados e solteiros que namoram. As relações entre SAIC e SR e entre SAFS e SR, em contrapartida, foram mais fortes entre os casados.

Um ponto a ser considerado é que a definição do que é um namoro pode sofrer flutuações em diferentes culturas e épocas, de modo que diferentes arranjos podem ser considerados namoros. Em algumas culturas, pode haver até mesmo pouco destaque para essa

forma de relacionamento, o que justificaria a existência de poucos estudos a respeito. No entanto, a definição do que é um casamento parece ser mais constante quando analisamos culturas distintas (Mastekaasa, 1994), constituindo assim um fenômeno mais universal, ainda que diferentes valores e pressupostos possam orientar a definição do que seja um casamento. Esse caráter mais universal do casamento pode justificar, inclusive, sua maior incidência nas pesquisas, inclusive em investigações transculturais, interessadas em traçar paralelos entre diferentes culturas no que tange a aspectos como costumes, valores, tradições, aliança conjugal e exercício da parentalidade.

Apesar da percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP) ser maior neste grupo do que no de casados, este índice não se correlacionou significativamente com as demais variáveis do estudo. Assim, para solteiros que namoram, a percepção sobre o casamento de seus pais não se mostrou associada a fatores tais como AP, AN, SV, SAIC e SAFS, nem mesmo ao grau de satisfação com o próprio namoro (fator unidimensional). Desse modo, a PCP apresenta-se de modo distinto em solteiros e casados. Pode-se pensar que pessoas casadas, por vivenciarem, de fato, a experiência da conjugalidade, reconheceriam que a percepção do casamento de outrem é, minimamente, ativada pela experiência do próprio casamento e das experiências acumuladas ao longo da vida, como já discutido.

Ainda nesse cenário, os participantes, ao avaliarem seus namoros, mostram que tais julgamentos estão fracamente associados aos seus níveis de AP ($\rho = 0,19$; $p = 0,019$), AN ($\rho = -0,26$; $p = 0,002$) e de SV ($\rho = 0,18$; $p = 0,030$). Podemos afirmar, amparados nesse resultado, que quanto maior o nível de BES do sujeito, maior a possibilidade de que ele faça uma leitura igualmente positiva acerca do próprio namoro. Essa avaliação unidimensional também se correlacionou significativa e moderadamente com a SAFS ($\rho = 0,38$; $p < 0,001$), tal como observado na amostra de casados.

Portanto, a SR se correlacionou de modo significativo com a satisfação sexual, os afetos positivos e os afetos negativos. Esses dados nos remetem ao estudo de Chaves (2010) sobre a percepção de jovens contemporâneos sobre os relacionamentos amorosos. A autora destaca como característica da geração analisada a ênfase dada ao aqui e agora, ou a um “presente contínuo”, em referência a uma expressão de Bauman (1998). Tal característica faria com que o longo prazo perdesse o sentido e contribuísse para que os compromissos duradouros fossem vistos como aprisionamentos. O fato de a SR estar vinculada mais ao comportamento sexual e à redução de emoções consideradas negativas pode sugerir o aprisionamento desses jovens às imagens fortemente evocadas de efemeridade e de vínculos

metaforizados como “líquidos”. Assim, os relacionamentos seriam valorizados à medida que fossem satisfatórios, notadamente no que se refere à sexualidade. Destaca-se, assim, a busca pela novidade, bom desempenho sexual e disponibilidade em oferecer prazer ao outro.

Na literatura científica, poucos estudos investigam as diferenças entre casais que namoram e aqueles casados consensualmente, também pela dificuldade em se definir o que é um namoro atualmente e no que um casamento consensual difere dos demais arranjos afetivos. E isso mesmo se pensarmos apenas nos arranjos considerados mais tradicionais, como os vínculos heterossexuais e monogâmicos. Féres-Carneiro e Ziviani (2009) apresentam a proposta de conceber como conjugalidades contemporâneas outros arranjos, tais como os estabelecidos entre pessoas do mesmo sexo, o “ficar”, noivado, namoro, recasamento, coabitação, relações virtuais e mesmo o chamado poliamor. Obviamente, torna-se impossível abarcar todas essas modalidades em um mesmo estudo, de modo que o mais viável seria estabelecermos “recortes”, a fim de nos aprofundar em determinados arranjos.

O critério de coabitação, por vezes, é utilizado para se delimitar um relacionamento dito “sério” de outra possibilidade de vinculação. A coabitação pode ser compreendida como uma forma de relacionamento conjugal não-tradicional (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Osborne, Berger, & Magnuson, 2012; Rhoades, Stanley, & Markman, 2012), um estilo alternativo de vida ou um rito preliminar ao casamento (Spanier, 1983). Tal complexidade é referida no estudo de Hsueh, Morrison e Doss (2009), que destacam que as principais tendências são de investigações que traçam as diferenças entre aqueles que namoram, coabitam e são casados em termos de variáveis como: acordo e desacordo no casal, violência, saúde mental, parentalidade e gênero, o que se distancia dos objetivos do presente estudo, que trata da satisfação e da conjugalidade. De qualquer modo, embora seja complexa a tarefa de definir e delimitar o que se compreende por casamento e namoro, há consenso na literatura de que se tratam de grupos distintos, com concepções específicas sobre família, compromisso, responsabilidade e relacionamento amoroso.

As significativas diferenças encontradas entre esses grupos no que tange à PCP podem ser uma pista indicativa de que o *status* de um relacionamento interfere no modo como se dá a avaliação da conjugalidade. Estudos adicionais são necessários para compreender em quais elementos essa diferença é mais significativa, dando início a uma discussão sobre os aspectos que mudam e que permanecem de uma geração a outra, ou seja, do paradoxo intergeracional trazido por Borges e Magalhães (2011).

Considerações sobre os solteiros que não namoram

Especificamente na amostra de pessoas solteiras que não namoram, os afetos positivos também estão moderadamente correlacionados com os afetos negativos ($\rho = -0,33$; $p < 0,001$), mas, a exemplo do que ocorreu na amostra de pessoas solteiras que namoram, não houve associações significativas com a satisfação com a vida, o que depende de outros fatores. Nessa amostra, a percepção dos filhos acerca do relacionamento conjugal dos pais só se correlacionou moderadamente com os afetos positivos ($\rho = 0,25$; $p < 0,001$).

Os solteiros que não namoram apresentaram a menor média de BES entre os três grupos investigados, com nível de AP bem inferior ao de pessoas casadas, por exemplo. Ainda que não possamos atribuir esse baixo nível de BES à ausência de relacionamento amoroso, há que se considerar que a literatura científica destaca que pessoas com algum envolvimento afetivo têm melhor nível de bem-estar. Comparando o grupo C com o de casados, observou-se diferença significativa entre os mesmos no que se refere aos afetos positivos, indicando que os casados possuíam maior nível de afetividade positiva. Na teoria de bem-estar e do florescimento descrita por Seligman (2011), os relacionamentos interpessoais satisfatórios aparecem como um dos cinco elementos fundamentais da felicidade ou do bem-estar, sem podermos determinar o sentido da causalidade. Entre esses relacionamentos, destacam-se os de caráter amoroso, como namoro e casamento.

Uma ressalva que deve ser colocada é que o fato desses adolescentes e jovens adultos não relatarem um namoro estável há mais de um ano não significa, em absoluto, que eles não se envolvam em relacionamentos como os do tipo “ficar”, caracterizados pela falta de compromisso ou até mesmo pela não necessidade de fidelidade. No entanto, ponderamos que relacionamentos do tipo “ficar”, justamente por serem, em sua maioria, passageiros, não chegam a configurar um laço de vinculação satisfatório a ponto de interferir no nível de BES. Embora o BES possa sofrer flutuações momentâneas em função de eventos específicos, sugerimos que o bem-estar até certo ponto efêmero vivenciado em um relacionamento do tipo “ficar” não possa, efetivamente, provocar uma variação significativa no padrão de bem-estar do indivíduo. Mesmo assim, consideramos que tais relacionamentos possam ser gratificantes e importantes para a experiência de um namoro no futuro, haja vista que o “ficar” pressupõe, em alguns casos, uma espécie de treino das habilidades necessárias ao namorar ou manter um relacionamento considerado mais “sério”.

Ainda que os jovens que constituem o grupo C não tenham se engajado em relacionamentos do tipo namoro estável, motivo pelo qual não responderam ao instrumento EFS-RC, a percepção sobre a conjugalidade dos pais pode estar envolvida na assunção de uma postura positiva desses participantes diante dos acontecimentos, em termos de otimismo, resiliência, perseverança, autoestima, entre outros. Há que se destacar que, entre os participantes que não estavam namorando à época da coleta de dados, muitos deles, com idade em torno dos 20 anos, relataram nunca ter namorado, o que pode indicar, talvez, que nunca tivessem sido convidados efetivamente a refletir sobre o casamento dos pais, nem mesmo sobre os relacionamentos amorosos de maneira mais sistemática ou a partir de uma experiência pessoal de namoro. Durante a coleta dos dados em salas de aula, muitos desses jovens comentavam que nem sequer sabiam o que era um namoro ou algo próximo desse tipo de relacionamento. Outros, em contrapartida, argumentavam que estavam “sozinhos” por terem sofrido em namoros anteriores.

Desse modo, embora não tenhamos dados sistematizados a respeito dessa informação fortuita, justamente porque essa variável não foi mensurada no conjunto de instrumentos utilizados, precisamos considerar que nessa amostra de solteiros que não namoram há mais de um ano existe um espectro de possibilidades, o que pode sugerir que outros delineamentos de pesquisa poderiam ser propostos, a fim de avaliar o que esses jovens concebem como namoro, a influência de namoros anteriores ou mesmo a ausência de namoros na história de vida até o momento.

Duas possibilidades emergiriam a partir das observações assistemáticas observadas durante a coleta de dados: dos que nunca experienciaram um namoro e daqueles que, justamente por terem namorado, não queriam mais se envolver em um relacionamento desse tipo, ainda que momentaneamente. Entre os motivos alegados para não querer se engajar em um namoro novamente estavam experiências consideradas negativas em relações afetivas anteriores, bem como a recusa em estabelecer um contrato nos moldes de um namoro que, em nossa cultura, pressupõe, na maior parte dos casos, compromissos diversos como: relacionamento monogâmico, fidelidade e regularidade de encontros. Abre-se a possibilidade, então, de separar nessa amostra os dados daqueles que nunca namoraram daqueles que não namoram há pelo menos um ano, incluindo uma análise das motivações para ambas as condutas, o que deve ser realizado em estudos futuros.

Para alinhar os achados e ampliar o horizonte de compreensão

Em primeira instância, há que se retomar que, pelos dados obtidos com a análise de regressão múltipla, a percepção sobre a conjugalidade dos pais explicaria a satisfação nos relacionamentos amorosos dos filhos, como sugerido por alguns autores (Atwater, 1988; Burman, John, & Margolin, 1987; Dessen & Braz, 2005; Patterson, 1982; Sabatelli & Bartle-Haring, 2003; Wagner et al., 1999). Amparados em Benghozi (2010), consideramos que os relacionamentos amorosos dos filhos poderiam possibilitar ao respondente uma nova leitura do casamento dos seus pais, o que desloca o eixo de discussão para uma dimensão pessoal, não determinista e sim relacional, ou seja, a satisfação individual estaria associada a uma possível remalhagem do vínculo filiativo. Assim, os laços afiliativos de namoro e casamento também poderiam remalhar os laços filiativos, caso estes tenham sido estabelecidos com falhas ou rupturas.

Esse posicionamento nos remete ao paradoxo fusão-separação destacado por Féres-Carneiro (1998) e Magalhães (2009), que revela que, para a estruturação da conjugalidade, os parceiros precisam se separar e se diferenciar de modo adequado de suas famílias de origem, ou seja, abrindo espaço para a transformação do vínculo inicial para a constituição da vinculação conjugal. A conjugalidade estaria permanentemente atravessada por esse paradoxo, de modo que não se poderia obter uma fusão total e definitiva, bem como não se chegaria a uma condição de total separação da família de origem. As lembranças infantis acerca da família de origem e seu funcionamento são consideradas fundamentais no sentido de criar uma imagem que represente o conceito de família e de pertencimento a uma estrutura (Bandura et al., 2011; Willoughby et al., 2012). Assim, os modelos familiares herdados estariam presentes na configuração do novo casal ainda que os cônjuges os rejeitassem e os escamoteassem, conforme pontuado nas concepções de Kaës (2005), Eiguier (1995) e Benghozi (2010). Esses modelos seriam transmitidos tanto pela via inconsciente quanto pelos padrões modelares materializados em costumes, tradições, crenças e formas de ser e de estar em família, bem como de impressões sobre o casamento, como investigado por Willoughby et al. (2012).

O que se discute é que esses modelos não são, necessariamente, um espelho fiel da família de origem, mas um recorte de alguns aspectos do funcionamento familiar. Na condição de recorte submetido a um processo em constante mudança e atualização em função das experiências presentes, é possível se operar uma remalhagem dessas vinculações, tal

como proposto por Benghozi (2010). Posto isso, cabe indagar: essa remalhagem do vínculo poderia provocar transformações no modo como se *percebe* ou se *avalia* a conjugalidade dos pais ao longo do tempo? Ou, de maneira inversa, a percepção sobre a conjugalidade dos pais seria imutável, ou seja, estaria irremediavelmente presa às primeiras relações estabelecidas pela criança com seus cuidadores? Em primeiro lugar, os laços filiativos não são passíveis de transformação no sentido de mudar a história do sujeito. De acordo com os dados deste estudo, é possível afirmar, por exemplo, que os casados possuem percepções mais negativas acerca da conjugalidade dos pais do que os casados. Na compreensão da diferença entre esses grupos quanto a variável PCP, a idade é uma dimensão que está significativamente associada, sugerindo que haja mudanças nessa percepção ao longo do tempo. Mas isso ainda não responde às inquietações aqui lançadas. As possíveis respostas estão relacionadas a correntes teóricas específicas, ou seja, ao modo como cada referencial analisa e situa essas variáveis. Assim, os mesmos dados podem ser “lidos” de modos distintos em função do referencial adotado, que guia o olhar do pesquisador desde a redação da hipótese central até a análise dos resultados da investigação realizada.

A dificuldade de se estabelecer um modo de avaliação de eventos que nem sempre podem ser facilmente mensuráveis é ainda um desafio que deve ser discutido pelos pesquisadores que utilizam diferentes recursos metodológicos, como o estudo quantitativo aqui empreendido, a exemplo de outros conduzidos sobre o mesmo tema no contexto brasileiro (Ziviani, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2009, 2011). A realização de pesquisas com delineamentos longitudinais também poderia auxiliar no processo de verificar se houve ou não significativas transformações no modo de se *perceber/avaliar* o vínculo conjugal ao longo do tempo e em função de diferentes relacionamentos amorosos estabelecidos. Obviamente, as condições para a produção de tais investigações devem ser consideradas e analisadas.

Os apontamentos expostos evidenciam a complexidade em torno da primeira hipótese do estudo. Ao reduzir a conjugalidade (dos pais e dos filhos) a índices que mostram um melhor ou pior manejo conjugal, corre-se o risco de efetivamente simplificar fenômenos complexos por natureza, haja vista que admitem diferentes concepções e considerações sobre o que é estar junto com alguém e estar satisfeito nesse relacionamento.

No presente estudo, a satisfação auferida em relacionamentos de casal aparece vinculada mais fortemente à aparência física e à sexualidade, bem como ao *status* do respondente: se casado ou não. Como os solteiros avaliam de modo mais positivo o

casamento dos pais, podemos supor que também experimentem maior satisfação sexual em seus namoros, comparativamente com os casados. O tempo de relacionamento e também a coabitação são variáveis que podem e devem ser trazidas à baila nessa discussão como possíveis intervenientes no processo, tal como avaliado por Slattery, Bruce, Halford e Nicholson (2011). O estudo de Hsueh, Morrison e Doss (2009), por exemplo, constatou que os vínculos entre pessoas que namoravam e coabitavam eram mais frágeis do que em pessoas que coabitavam e estavam casadas, destacando que não era a coabitação que interferia no sentido de favorecer menor nível de conflitos e maior expressão da afetividade, mas sim o *status* do relacionamento como modulador de maior coesão diádica ou de maior aceitação social em dadas culturas, por exemplo.

Elegendo a satisfação com o relacionamento (SR) como variável dependente, a análise de regressão múltipla destacou que as variáveis que explicariam 98% dessa condição seriam os afetos positivos, afetos negativos, a SAFS e a SAIC. Assim, o fator unidimensional de satisfação é explicado pelos fatores da EFS-RC, além dos afetos positivos e negativos. A SAFS e a SAIC seriam explicadas pela satisfação com a vida (SV), SR, AP, BES e pela PCP, em apoio à primeira hipótese do estudo.

Pessoas com elevado nível de afetos positivos tenderiam a avaliar de modo mais positivo o seu relacionamento e seriam, conseqüentemente, mais satisfeitas, corroborando as investigações de Seligman (2004), Snyder e Lopez (2009) e Diener e Seligman (2003) sobre o fato de a felicidade ser um catalisador de experiências positivas. Conforme considerações de Fredrickson (2001) e de Galinha (2008), quando a vida é experienciada de modo positivo, as pessoas podem expandir seus recursos e suas amizades,

Podem investir no seu repertório de competências para o futuro ou podem descansar e relaxar para reparar as suas fontes de energia, após terem despendido de altos níveis de esforço. Este modelo sugere que as emoções positivas ajudam as pessoas a prepararem-se para futuros desafios (Galinha, 2008, p. 55).

Como já pontuado, o modo como o indivíduo percebe a si mesmo e ao outro pode ser não um preditor de satisfação nos relacionamentos amorosos, mas um indicador importante que o torna mais aberto e mais disponível para o estabelecimento de vínculos significativos com os diferentes outros. Avaliar a satisfação em um relacionamento parte de uma comparação necessária com os outros casais conhecidos e com aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade e de uma mesma cultura. No que tange à percepção sobre o relacionamento dos pais, há que se considerar que nem sempre é possível estabelecer uma

relação de causa e efeito mensurável em um estudo quantitativo como este, como se a satisfação amorosa residisse única e exclusivamente nos vínculos iniciais com os progenitores. Mesmo assim, não podemos minimizar o fato de que os pais são o casal de referência inicial e que mais fortemente influenciam os filhos, inclusive na avaliação da própria conjugalidade, não podendo ser considerados como “qualquer outro casal” de referência para os cônjuges. Como trazido por Borges e Magalhães (2011) ao comentarem sobre a constituição dos vínculos intergeracionais,

o contexto contemporâneo apresenta como particularidade a conjugação de elementos opostos, pressionando para a diferenciação e para a homogeneização intergeracional, simultaneamente. A aceleração das mudanças sócio-culturais, tecnológicas, econômicas, etc., traduz-se nas relações intergeracionais acentuando as distinções entre as gerações, mas também favorecendo uma inversão nos processos de socialização e de transmissão de saberes e valores de geração a geração (p. 176).

A dificuldade em correlacionar eventos que nem sempre se colocam como grandezas mensuráveis e passíveis de manipulação acaba produzindo, para além de resultados que “comprovam” ou não um dado discurso teórico, questionamentos que ainda se mostram abertos ao final da presente investigação. Como pensar nas forças de diferenciação e de homogeneização de valores que perpassam as diferentes gerações? Como investigar essas forças paradoxais que não incidem apenas sobre os comportamentos, mas também nos modos de exercer e de transformar as práticas discursivas construídas em torno do que é um namoro, um casamento, um relacionamento amoroso? Como compreender essas forças paradoxais no advento da transição para a parentalidade? (Brown, Feinberg, & Kan, 2012; Gameiro, Nazaré, & Fonseca, 2011; Sevon, 2012). Essas tensões acabam revelando que os estudos acerca da conjugalidade precisam enfrentar tanto uma tendência ao reducionismo ao tentar explicar causas, efeitos e repercussões, quanto a tendência à teorização em demasia, que pouco contribui para a oferta de respostas, saídas e novas aberturas. Trabalhar no limiar dessa complexidade é um desafio constante para os pesquisadores da área, o que não foi diferente no caso do presente estudo.

Ao elencar o bem-estar subjetivo (BES) como variável dependente, os preditores são a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais (PCP), satisfação em relação à atração física e à sexualidade (SAFS) e a satisfação com interesses e comportamentos (SAIC). Desse modo, pode-se considerar que estar casado ou solteiro interfere no bem-estar, corroborando as pesquisas desenvolvidas, sobretudo, na abordagem da Psicologia Positiva (Argyle, 1999;

Diener & Lucas, 2000; Diener & Seligman, 2003; Scorsolini-Comin & Santos, 2012a, 2012b; Seligman, 2002, 2011; Snyder e Lopez, 2009).

Além disso, a dimensão da sexualidade e da atração física é um atributo relacionado ao bem-estar subjetivo, uma vez que tais componentes podem estar associados tanto com os relatos de maior autoestima (afetos positivos) quanto de estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias. E no que tange à terceira hipótese do estudo (BES correlacionado com a PCP), comprova-se que o modo com que os filhos percebem o relacionamento conjugal interfere na experiência subjetiva do bem-estar (a PCP foi uma das preditoras dos AP, AN, da SV e do BES). Assim, embora não possamos afirmar, inequivocamente, pelos dados aqui apresentados, que a percepção da conjugalidade dos pais está relacionada significativamente com a percepção da conjugalidade dos filhos, como apregoado predominantemente na literatura científica, podemos destacar que a percepção sobre o relacionamento afetivo dos pais prediz o bem-estar experienciado pelos filhos. O bem-estar subjetivo, a partir dessas considerações, passa a ser um elemento que tanto pode promover a satisfação no relacionamento (sobretudo, pelos afetos positivos), quanto ser promovido em função de se experienciar uma relação amorosa como o casamento, de relatar satisfação sexual e de possuir uma percepção saudável e adaptativa acerca do casamento dos pais.

A afetividade positiva e a maior abertura em relação à vida podem ser fatores a serem considerados no engendramento de novas configurações de família e de conjugalidade, o que é uma das considerações mais fortemente apregoadas pela Psicologia Positiva. Embora este não tenha sido o marco teórico priorizado neste estudo, não podemos desconsiderar a tese de Seligman (2011), que afirma que os relacionamentos interpessoais satisfatórios são fundamentais para conformar a experiência de bem-estar e de satisfação com a vida. O presente estudo comprovou que as pessoas envolvidas em relacionamentos amorosos satisfatórios relatam maior nível de bem-estar. Ao final desse percurso, acrescentamos que a avaliação que o indivíduo faz da conjugalidade comporta também uma dimensão relacional, na medida em que o julgamento que se faz do casamento de outrem passa, inequivocamente, por uma reflexão pessoal e intransferível acerca dos próprios sentimentos e dos relacionamentos amorosos vivenciados, que estabelecem uma base que não é dada *a priori* e, muito menos, imutável.

Assim, a difícil tarefa de avaliar um relacionamento passa pela consideração da relação na qual se está engajado, de modo que não se pode desconsiderar o *status* do respondente, o lugar do qual ele avalia e emite sua opinião sobre o que é estar junto com

alguém. Comparando os três grupos investigados, as diferenças mais significativas foram obtidas em relação à percepção sobre a conjugalidade dos pais e aos afetos positivos, indicando que esses domínios variam de acordo com os relacionamentos estabelecidos. Esses achados deflagram a necessidade de realização de mais estudos, que permitam compreender mais a fundo as repercussões individuais desses importantes eventos que ocorrem durante o ciclo vital: o namoro e o casamento. Por que os afetos positivos seriam diferentes em pessoas casadas e que namoram? Essa diferença estaria relacionada unicamente ao fato de se estar ou não engajado em um relacionamento amoroso?

Para além desse aspecto, há que se desenvolver outras dimensões, como a emoção positiva, o engajamento, o sentimento de realização pessoal e a atribuição de sentido à vida, conforme revisto recentemente por Seligman (2011) na reformulação de sua teoria do bem-estar. Pode-se destacar que também o engajamento estaria diretamente relacionado aos relacionamentos afetivos, assim como a expressão de emoções consideradas positivas.

Pensando nesse novo paradigma de bem-estar, o namoro ou o casamento (isso para elencar apenas duas possibilidades de relacionamentos presentes na contemporaneidade) estariam associados a todos os elementos responsáveis pela sensação de bem-estar. Ou seja, pessoas envolvidas em relacionamentos considerados “estáveis” (sem qualquer pressuposição de fidelidade, mas sim de estabilidade emocional ou com certa permanência ao longo do tempo) teriam maior chance de se mostrarem engajadas nessas relações, podendo expressar emoções positivas (contentamento, prazer, alegria, esperança, otimismo), realizarem-se pessoalmente e desenvolverem um sentimento de que a vida vale a pena – ou, em outras palavras, de que existe um sentido maior na experiência de viver e se relacionar amorosamente.

Com base nesse modelo recentemente difundido pela Psicologia Positiva, abre-se a necessidade de promover relacionamentos positivos capazes não de mudar a história de vida do sujeito (bem como suas heranças, ditos, não-ditos e interditos familiares), mas de possibilitar um posicionamento mais saudável e satisfatório diante da vida e das vinculações que podem ser estabelecidas, quer seja no plano do namoro ou do casamento. A Psicologia Positiva não desconsidera a importância das relações estabelecidas anteriormente nem das vinculações com os pais desde a infância. Esse simplesmente não é o foco dessa abordagem, mas sim os aspectos que podem promover maior bem-estar e o chamado *florescimento*. Incluindo os achados do presente estudo nessas considerações, também a Psicologia Positiva poderia investigar mais a fundo o papel central da conjugalidade dos pais na manifestação do

bem-estar subjetivo dos filhos, o que ainda não foi devidamente empreendido pelos pesquisadores dessa abordagem.

Para *florescer*, um indivíduo deveria reunir todas as características essenciais do bem-estar (emoções positivas, engajamento, interesse, sentido, propósito), além de algumas das características consideradas adicionais, como autoestima, otimismo, resiliência, vitalidade, autodeterminação e relacionamentos positivos. Os relacionamentos positivos de um indivíduo consideram tanto a existência de pessoas que se importam com ele quanto o nível de interesse e preocupação que expressa em relação a outrem. Essa definição abarcaria, também, os relacionamentos amorosos, de modo que investir nesses laços equivaleria a desenvolver as potencialidades responsáveis pelo bem-estar.

Assim, ao trazermos essas considerações para discussão e como aporte auxiliar na compreensão dos dados dessa pesquisa, queremos oferecer uma alternativa que permita compreender os aspectos elencados pelas pessoas ao responderem se estão ou não satisfeitas em seus namoros ou casamentos. A possibilidade de ter acesso à história do sujeito remete não apenas àquilo que é inconsciente, ao que foi escamoteado, proibido e que permanece interdito por efeito do recalçamento, mas também aos aspectos positivos, saudáveis e adaptativos que também são transmitidos dentro da dinâmica familiar e continuamente construídos e reconstruídos nos relacionamentos afetivos da vida adulta.

Compreender o real papel desempenhado pelos afetos positivos em pessoas engajadas em diferentes relacionamentos afetivos pode apontar para a necessidade de uma leitura que considere a transmissão não apenas pela via da negatividade (como atestado tradicionalmente na clínica psicanalítica), mas pelo caminho positivo, pelos modelos considerados adaptativos e pelas experiências capazes de despertar o florescimento de potencialidades no ser humano, como a capacidade de se engajar em relacionamentos amorosos que levem à assunção de um sentido de vida. Tais considerações vêm sendo implementadas, por exemplo, na prática clínica sob orientação da Psicologia Positiva. A chamada Psicoterapia Positiva vem registrando bons resultados, embora não haja relatos frequentes de intervenções desenvolvidas especificamente na clínica de casal. Os elementos aqui considerados e discutidos podem ser norteadores para que tais práticas sejam desenvolvidas e aprimoradas.

Uma ressalva a ser feita é que esse olhar para o positivo ou para o adaptativo não é exclusivo da Psicologia Positiva, nem é totalmente negligenciado pelas abordagens psicanalíticas priorizadas na construção do presente estudo. Prova disso é o foco recente nos processos de transformação da malhagem inicial segundo a análise de Benghozi (2010). O

continente grupal familiar estaria sempre aberto a novas configurações, podendo se transformar ao se encontrar com outros continentes grupais familiares na ocasião dos enlances amorosos. A transformação psíquica, nesse sentido, pressuporia a possibilidade mutativa de transformar aspectos considerados negativos em positivos a partir da remalhagem e da desmalhagem do vínculo, ocorridas no contexto do contato amoroso com outrem. Essa consideração dialogaria diretamente com pressupostos da Psicologia Positiva, que preconiza ajustar o foco do olhar no positivo, saudável e potencialmente transformador.

Assim, podemos avançar no sentido de aproximar conceitos como o de resiliência individual, valorizada pela Psicologia Positiva, com a noção de resiliência familiar abordada por Benghozi (2010). Apesar de eventos considerados negativos e traumáticos, de condições adversas de desenvolvimento e dos fantasmas que se perpetuam de geração em geração devido a sua não elaboração, aspectos salutares podem ser desenvolvidos e estratégias podem ser traçadas no sentido de promover as condições para uma melhor preservação do vínculo. Essa consideração propõe retomar a resiliência familiar benghoziana como um aspecto adaptativo do ser humano, colocando em destaque a capacidade de vincular-se afetivamente a alguém (construção do laço afiliativo) como um potencializador de mudanças em estruturas possivelmente comprometidas do laço psíquico filiativo (pelos processos de remalhagem e de desmalhagem) e como um indicativo de bem-estar usufruído, quer seja no namoro ou no casamento.

Considerações finais

O teu destino deveria ter passado neste porto
Onde tudo se torna impessoal e livre
Onde tudo é divino como convém ao real

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Cem poemas de Sophia*, 2004

Deixa-me encantar
Com tudo teu e revelar
O que vai acontecer

David Corrêa e Jorge Macedo, *Das maravilhas do mar, fez-se o esplendor de uma noite, Samba enredo da Portela*, 1981

Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu nascimento.

Bakhtin, *Estética da criação verbal*, 1979/1992, p. 414

O ato de escrever as considerações finais de um estudo pode ser compreendido como uma tarefa burocrática de recuperar e resumir o “já-dito” ao longo do texto. Entendemos, contudo, que o mais profícuo é apontar os avanços que o estudo oferece para a área de conhecimento, valorizando as contribuições, delimitando as lacunas e vislumbrando as potencialidades abertas para novas investigações. Para além de uma redação técnica a qual

temos que cumprir, ousamos pensar nessas considerações como um resumo intermediário entre o caminho já percorrido até o momento e aquele que podemos vicejar. E tal como um percurso intermediário, abre-se a possibilidade de que novos trechos sejam inseridos e que certas trilhas sejam abandonadas.

Ao retomarmos as hipóteses previamente traçadas neste estudo, constatamos que a principal delas não foi rejeitada, ou seja, de que a percepção que os filhos têm acerca do relacionamento conjugal de seus pais estaria correlacionada à percepção de satisfação acerca dos seus próprios relacionamentos afetivos atuais. Apesar de ser uma associação de baixa magnitude, o que nos faz analisar tal correlação com cautela, a análise de regressão múltipla ofereceu suporte à primeira hipótese, haja vista que a PCP foi uma das preditoras da satisfação nos relacionamentos amorosos (SAFS, SAIC). Além disso, os resultados obtidos com a comparação entre os grupos oferecem apoio empírico para afirmarmos que a percepção acerca da conjugalidade dos pais pode estar associada ao *status* do relacionamento afetivo dos filhos (casados ou solteiros), haja vista as diferenças significativas encontradas entre os grupos. No entanto, essa diferença entre grupos em termos da PCP depende da fase da vida em que o participante se encontra, dada à influência do critério idade. Ou seja, essa diferença para a PCP poderia ser mediada por outra variável, no caso, a idade.

A percepção que os filhos têm acerca de seus próprios relacionamentos em termos de satisfação está associada aos seus níveis de bem-estar subjetivo. Além disso, afetos positivos e negativos são preditores da SR, e a satisfação com a vida é preditora da SAFS e da SAIC. Tal evidência sugere que os níveis de BES são índices importantes de serem associados à satisfação que as pessoas expressam em relação ao namoro ou ao casamento, conforme apontam os estudos correntes (Scorsolini-Comin & Santos, 2010b, 2010f). O que pode ser acrescentado a partir desta tese é que a PCP seria um importante preditor do BES (assim como dos AP, AN e da SV), o que pode e deve ser aprofundado a partir de outros estudos, notadamente na abordagem da Psicologia Positiva, uma vez que tal achado não faz parte das pesquisas em curso (Seligman, 2011).

Compreendendo que indivíduos com BES elevado tendem a desenvolver uma postura mais adaptativa e positiva diante da vida, como sugerem os estudos de Snyder e Lopez (2009), Seligman (2004, 2011), Diener et al. (1985) e Diener (1984), haveria uma tendência que esses indivíduos desenvolvessem também tanto uma forma mais adaptativa de avaliar seu relacionamento como uma atitude que favoreceria relacionamentos mais satisfatórios. Nesse sentido, pode-se afirmar que o BES estaria também envolvido no julgamento que o indivíduo

faz dos relacionamentos afetivos, quer seja de namoro ou do casamento. Conclusão semelhante foi obtida em pesquisas envolvendo apenas pessoas casadas (Scorsolini-Comin & Santos 2011a, 2011b, 2011c, 2011d, 2012a, 2012b).

Aqui algumas considerações são relevantes: como os solteiros ainda não experienciaram um relacionamento semelhante ao casamento, ainda que alguns namorem há bastante tempo, mas não coabitem, a percepção sobre o que seria o casamento pode ser mais positiva e muito influenciada pela satisfação auferida com o próprio namoro. Nesse sentido, avaliar um namoro de longa duração, por exemplo, seria equivalente a avaliar um casamento? De acordo com a literatura científica, a resposta a essa questão é não. Avaliar pessoas casadas que coabitam é equivalente a analisar pessoas que namoram e coabitam? Pela literatura, não. É preciso ter em mente o fato de que o casamento (pelo menos nos moldes tradicionais, de orientação heterossexual) pressupõe a instauração de um contrato específico, com leis e normas que regulam seu funcionamento que o distinguem do namoro.

Outra questão que se apresenta é saber se a experiência do casamento seria responsável por uma avaliação mais realista e crítica acerca dessa instituição, o que atravessaria não apenas o próprio casamento, como também o dos pais. Seria por esse motivo que o grupo de pessoas casadas emitiu uma avaliação inferior sobre a percepção da conjugalidade dos pais quando comparado com o grupo de solteiros? De algum modo – e aqui se abre a necessidade de novos estudos –, o casamento interferiria no modo como os parceiros olhariam para a própria relação amorosa. Pensando no casamento como um momento de reedição de dramas e fantasmas familiares, em que dois sistemas são confrontados pelo paradoxo da fusão e da separação, é impossível automatizar ou padronizar aquilo que se transmite. E aqui não nos referimos apenas aos conceitos de transmissão psíquica inter e transgeracional, que pressupõem uma operação que é da ordem do inconsciente, mas também aos valores, tradições, ditos, não-ditos, percepções, experiências e demais elementos que devem ser considerados.

O papel do casamento dos filhos como atualizador do enlace dos pais ainda é um fenômeno que merece ser investigado em outros estudos. Como a visão de mundo se altera a partir da experiência do casamento? Como a visão sobre o próprio casamento se altera a partir dessa experiência? Como as experiências acumuladas ao longo da vida interferem nessas avaliações? Com o apoio dos dados apresentados e discutidos, pontuamos que a conjugalidade é um fenômeno capaz de definir e redefinir a identidade não apenas do casal, mas daqueles que o compõem. Nesse sentido, a pessoa é também em função dos

relacionamentos que estabelece, sendo o casamento um dos mais significativos ao longo do desenvolvimento.

Retomando os apontamentos de Bakhtin (1979/1992), assim como existem múltiplos sentidos interpretativos, sendo que uns se destacam mais a depender do contexto de análise, diferentes hipóteses podem ser colocadas à prova em estudos futuros. As conjugalidades contemporâneas, compreendidas como formas de estabelecimento do vínculo neste dado momento histórico, carregam em si especificidades que nem sempre podem ser abarcadas em um estudo quantitativo, mas que oferecem um espectro de interpretações possíveis a partir do tratamento estatístico dispensado. Falar em conjugalidades contemporâneas é abrir também a possibilidade de que outros arranjos conjugais e afetivos possam ser avaliados e discutidos, o que deverá ser conduzido em estudos vindouros. Se não há um único modelo conjugal e de família vigente, os resultados obtidos a partir do presente estudo não podem ser compreendidos como o estabelecimento de uma verdade a respeito do assunto, mas apontam uma versão e uma interpretação possíveis e empiricamente fundamentadas. Outras questões ainda precisam ser investigadas, como por exemplo: como funcionaria o relacionamento conjugal entre pessoas do mesmo sexo? E qual o papel do nascimento e da criação dos filhos nesse processo? Essas são perguntas que vêm sendo respondidas em outros estudos, mas que também poderiam receber delineamentos semelhantes ao proposto nesta pesquisa.

Amparados nas concepções benghozianas em relação aos vínculos afiliativos, compreendemos que o modo como as pessoas percebem a sua vida e seus relacionamentos atuais pode deflagrar um processo de reanálise dos vínculos filiativos, que também poderiam remeter ao modo como se avalia/percebe o relacionamento conjugal dos pais. Isso não equivale a considerar que a conjugalidade dos pais mudaria com o passar do tempo, pois isso demandaria outras opções epistemológicas. O que investigamos no presente estudo foram as *percepções* dos filhos sobre a conjugalidade dos pais, acessadas em um dado momento da história de vida dos sujeitos, o que nos permite considerar que, se houve mesmo uma mudança, esta ocorreu em relação à *percepção* dos filhos, possivelmente pelos processos de remalhagem e desmalhagem operados nos laços afiliativos, e não em termos da conjugalidade dos pais em si. Ainda assim, há que se considerar que, para comprovar tais mudanças ao longo do tempo e em função das experiências amorosas da vida adulta, deveríamos conduzir um outro estudo que nos permitisse tal apreensão, por exemplo, em uma investigação longitudinal.

Respeitando as considerações psicanalíticas acerca do vínculo, não podemos modificar as relações iniciais, do mesmo modo que não podemos desconsiderar que as vinculações filiativas podem ser desmalhadas e remalhadas a partir de novas experiências na vida adulta, notadamente daquelas ligadas à afetividade, conforme proposto por Benghozi (2010). A conjugalidade dos filhos não apenas reeditaria o romance familiar dos pais, como proposto por Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2007), mas seria uma forma de organizar as percepções a respeito do casal parental, podendo promover diferentes olhares e diferentes concepções acerca do que é ser um casal e sobre o que seria um relacionamento satisfatório. Nessa reedição atuam tanto as forças de fusão como as de separação (Féres-Carneiro, 1998; Magalhães, 2009), o que nos coloca diante de processos dialéticos (paradoxo fusão-separação) e também dialógicos, no sentido de trazer à baila polifonias e polissemias inerentes ao desenvolvimento e à própria definição do que é um relacionamento amoroso na contemporaneidade.

Pensando no modo como o casamento dos pais se situa no projeto dos relacionamentos de namoro e casamento dos filhos, podemos considerar que tal projeto também contribuiria para ressignificar a própria percepção sobre o casamento dos pais. Deslocamos, nesse sentido, a atenção para o relacionamento dos pais como um poderoso transmissor ou como um combustível para a transmissão, e focamos na qualidade dos relacionamentos amorosos dos filhos como possibilidade de mobilizar uma nova leitura acerca da família de origem, releitura essa orientada pelos processos de remalhagem em função dos laços afiliativos. Os relacionamentos amorosos dos filhos podem contribuir, portanto, para avaliações mais positivas e adaptativas acerca do casamento tal como percebido no casal parental na atualidade.

Considera-se que tão importantes quanto a família de origem (laços filiativos e herança genealógica) na transmissão de valores, sentimentos e histórias de vida, são os relacionamentos estabelecidos pelo sujeito (quer sejam de namoro estável ou igualmente de casamento), responsáveis por promover uma visão mais adaptativa acerca da própria família e da conjugalidade dos pais. Ao examinarmos essa relação não podemos desconsiderar os aspectos sociais e culturais do contexto, que delimitam o que pode e o que não pode ser descrito como um relacionamento amoroso em uma dada geração, como evocado por Chaves (2010) e Borges e Magalhães (2011). Considera-se, dessa forma, que relacionamentos amorosos satisfatórios seriam também importantes para a constituição do sujeito (dentro do

tema investigado no presente estudo), assim como a própria história dos relacionamentos em sua família, notadamente do casal parental.

A percepção sobre a conjugalidade dos pais estaria ligada à satisfação com a sexualidade no âmbito do namoro ou do casamento, o que nos faz considerar que pessoas que avaliam mais positivamente o casamento dos pais tenderiam a ser mais satisfeitas em seus relacionamentos no que tange aos aspectos sexuais. Pela carência de estudos que investiguem os mesmos fatores ou que utilizem os mesmos instrumentos de medida, torna-se complexa a tarefa de estabelecer paralelos com a produção científica atual.

Um dos desafios que se colocam ao final desse percurso é justamente a dificuldade de ter acesso e dialogar com estudos semelhantes, o que favoreceria a construção de estratégias de pesquisa mais adequadas e compatíveis com o objetivo aqui proposto. O bem-estar, para além de ser um construto originado e centralizado no indivíduo, faz referência ao mundo no qual este vive, ao seu repertório interpretativo e às possibilidades de encontro afetivo. Outro limite evidenciado refere-se ao fato de se tratar de um estudo de corte transversal, como apontado em pesquisas semelhantes realizadas no contexto internacional (Ha et al., 2009; Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009). A realização de um estudo longitudinal poderia favorecer que alguns dos questionamentos aqui levantados pudessem ser dirimidos de modo mais adequado. Outro limitador deste presente estudo e que pode ser considerado em futuras investigações é a diferença de idade entre os solteiros e casados. Controlando adequadamente a variável idade entre as amostras, pode-se compreender melhor as relações entre a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais e o *status* do respondente (solteiro ou casado).

Como já afirmado, os estudos existentes focam no estado de relacionamento dos pais, dando pouca atenção ao estado de relacionamento dos filhos. Assim, ambos os tipos de estudos (com foco nos pais e com foco nos filhos) poderiam buscar um diálogo no sentido de desenvolver práticas mais adaptativas que coloquem em destaque a família e as conjugalidades, tanto dos filhos como dos pais, como dimensões passíveis de serem analisadas. Assim como os sentidos que podem “experimentar o dia de seu nascimento” (Bakhtin, 1979/1992, p. 414), como anunciado na epígrafe desta seção, há que se promover a amplificação de novos sentidos acerca do casamento, do namoro e também da família centrada nas conjugalidades, sendo todas essas dimensões e instituições permeadas por um aspecto ainda pouco investigado, que é o bem-estar subjetivo que emerge nesse contexto de produção.

O construto bem-estar subjetivo pode apontar para outras variáveis que expliquem não apenas o que promove um casamento ou um namoro satisfatório, mas que auxiliem no sentido de compreender que o modo como a pessoa interpreta a sua vida e os seus relacionamentos passa, inequivocamente, por componentes associados ao seu bem-estar e às suas potencialidades positivas. Tais componentes são abarcados pelas dimensões recentemente descritas pela Psicologia Positiva na teoria do florescimento, como emoções positivas, engajamento, relacionamentos interpessoais satisfatórios, sentimento de realização e de possuir sentido de vida. Se os relacionamentos interpessoais satisfatórios são um dos pilares do bem-estar, os dados do presente estudo comprovam que a satisfação de casal é um dos preditores do bem-estar subjetivo. De modo similar, a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais também prediria o bem-estar. O casamento representaria a possibilidade de experienciar um relacionamento positivo, com satisfação sexual, promovendo o bem-estar do sujeito. É a partir de tais considerações que consideramos que o bem-estar subjetivo deva ser investigado como um fenômeno diretamente associado à conjugalidade, no esteio de pesquisas que consideram a afetividade e o prazer como componentes do bem-estar humano (Diener & Seligman, 2003; Seligman, 2011).

Outra pontuação que deve ser trazida à baila a partir dos dados das análises de regressão é que a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais, embora não esteja fortemente associada à satisfação dos filhos em seus relacionamentos atuais, é um elemento que prediz o bem-estar subjetivo dos filhos. Assim, o casal parental ofereceria um repertório de experiências, valores, crenças e memórias que estariam diretamente relacionados ao modo como os filhos experienciarão o bem-estar. É nesse sentido que consideramos que a conjugalidade dos pais prediria não apenas a conjugalidade dos filhos, como apontado na literatura científica e corroborado nesta tese, mas o bem-estar dos mesmos, abrindo a possibilidade de compreender as heranças familiares em uma perspectiva que não recobre apenas o não-dito, o interdito, as falhas, rupturas ou os fantasmas da transmissão, mas os componentes que podem promover, de fato, o bem-estar.

Ao final da trajetória empreendida neste estudo, consideramos importante convocar outras audiências para a discussão, como a Psicologia Positiva e sua recente redefinição do que é o bem-estar e do que o promove (Seligman, 2011). Esse diálogo deve levar em conta não apenas os pontos de convergência apontados por diferentes resultados de estudos veiculados, mas também as lacunas do conhecimento científico produzido, novos e ricos horizontes a serem explorados na pesquisa científica. Seria possível aproximar esses pilares

do bem-estar das teorias psicanalíticas acerca do vínculo geracional? A resiliência descrita como uma virtude na Psicologia Positiva seria equivalente à resiliência familiar cotejada pela psicanálise benghoziana? A capacidade de transformação das potencialidades humanas dialogaria com a noção de transformação psíquica implícita nos processos de desmalhagem e remalhagem? Haveria espaço para essas reflexões teóricas? Qual a melhor forma de empreender essa conversa entre distintas perspectivas?

A nosso ver, um caminho possível é aquele que justamente inicia a discussão sem as habituais ressalvas de que o diálogo não é exequível ou de que determinados pressupostos são radicalmente distintos. Embora o rigor na análise e o respeito aos pressupostos epistemológicos devam sempre ser mantidos, não podemos tornar nossos referenciais herméticos em demasia, sob o risco de que eles enrijeçam nossa percepção e análise da realidade, desconsiderando que o conhecimento está em constante mudança e aprimoramento. Esperamos que a conversa aqui iniciada possa ser trazida também em outras investigações, buscando fomentar aquilo que tanto nos convida para novas e necessárias pesquisas.

Concluimos com um trecho de uma carta escrita por Frida Kahlo e endereçada a Julien Levy, que estava cuidando dos preparativos para a primeira exposição da pintora em Nova York, em 1938. Segundo a historiadora Hayden Herrera (2011), quando explicava a sua incursão inicial pelo mundo da arte, Frida era cautelosa, pois não acreditava no mito do artista que já “nasce com um lápis na mão” (p. 85) nem naquele que, em dado momento de sua história, era tomado por uma genialidade inata que o atraía de maneira irresistível para a arte. Ela preferia contar a história de sua iniciação à pintura como quem recebe de presente o próprio destino:

Por muitos anos meu pai guardou em um canto de seu pequeno estúdio fotográfico uma caixa com tintas a óleo e pincéis em um velho pote de vidro e uma paleta. Puramente por prazer ele saía para pintar, no rio em Coyoacán, paisagens e figuras, e às vezes copiava cromos. Desde menina, como diz a expressão popular, eu estava de olho naquela caixa. Não sei explicar o porquê. Depois de tanto tempo acamada, me aproveitei da situação e pedi a caixa ao meu pai. Como um menino cujo brinquedo é tomado e dado a um irmão doente, ele me “emprestou” a caixa. (...) E foi assim que comecei a pintar (Frida Kahlo, em correspondência pessoal de 1938, conforme citado por Herrera, 2011, p. 85).

Essas palavras revelam um pouco da nossa compreensão sobre o que é a pesquisa científica e como se colocam os desafios ao pesquisador em formação, que deve ser capaz de se encantar, inclusive, com as dificuldades ou com a não confirmação de suas expectativas ou hipóteses. O que haveria de especial naquela caixa que aplacaria a dor de Frida e a

consagraria como uma das pintoras mais importantes do século XX? Ou, de outro modo, quantas diferentes realidades poderiam ser criadas a partir de uma velha caixa com tintas? O “segredo”, em nossa livre interpretação desse trecho, residiria na possibilidade de discutir, argumentar, analisar e reanalisar os dados, em um processo constante de inquietação que também orienta o artista na depuração de suas experiências de vida. Os muitos percursos de um artista na escrita de sua arte podem ser uma metáfora dos muitos percursos de uma pesquisa como a narrada nesta tese. Percursos esses que constituem a bagagem acumulada ao longo do desenvolvimento da tese e que agora pode ser compartilhada. São bagagens que não apenas devem ser fechadas e transportadas dentro de considerações que não se pretendem finais, mas sim abertas, reviradas, revistas e reconfiguradas de modo perene.

Na ânsia de compreender todas as correlações existentes entre os construtos avaliados, por vezes deixamos de considerar a sutileza que orienta nossa investigação, involucrada em uma pergunta de pesquisa que parecia um tanto simples: *qual a importância do casamento dos pais nos relacionamentos amorosos dos filhos?* Por isso a necessidade de se olhar para além das hipóteses que conduziram o trajeto. Por isso a importância de se discutir tantas outras variáveis e suas possíveis associações com a conjugalidade dos pais e dos filhos. Fica, portanto, o desafio de se descobrir a caixa de pintura por trás da complexidade da obra. Esse talvez seja um retrato desta tese e dos muitos aprendizados que emergiram neste estudo.

Referências²⁹

²⁹ Segundo as normas da *American Psychological Association* (APA, 2001, 5ª edição).

- Abbad, G., & Torres, C. V. (2002). Regressão múltipla *stepwise* e hierárquica em Psicologia Organizacional: Aplicações, problemas e soluções. *Estudos de Psicologia*, 7(n. spe), 19-29.
- Aberastury, A., & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ackerman, R. A., Kashy, D. A., Donnellan, M. B., & Conger, R. D. (2011). Positive-engagement behaviors in observed family interactions: A social relations perspective. *Journal of Family Psychology*, 25(5), 719-730.
- Aboim, S. (2006). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social*, 41(180), 801-825.
- Aboim, S. (2009). Da pluralidade dos afectos: Trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), 107-122.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1998). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Ainsworth, M. D. S., Bell, S. M., & Stayton, D. J. (1992). Infant-mother attachment and social development: "Socialization" as a product of reciprocal responsiveness to signals. In M. Woodhead, R. Carr, & E. Light (Eds.), *Becoming a person* (pp. 30-55). London: Routledge.
- Albuquerque, A. S. (2004). *Bem-estar subjetivo e sua relação com personalidade, coping, suporte social, satisfação conjugal e satisfação no trabalho*. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Albuquerque, A. S., & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 153-164.
- Albuquerque, I., Lima, M. P., & Matos, M. (2012). Personality and subjective well-being: What hides behind global analyses? *Social Indicators Research*, 105(3), 447-460.
- Almeida, M. E. S. (2010). Uma proposta sobre a transgeracionalidade: O absoluto. *Ágora*, 13(1), 93-108.
- Amato, P. R., & Booth, A. (2001). The legacy of parents' marital discord: Consequences of children's marital quality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 627-638.
- Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Dialogismo e a investigação de processos desenvolvimentais humanos. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 18(40), 235-250.
- Andrews, F., & Robinson, J. (1991). Measures of subjective well-being. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 61-67). San Diego: Academic Press.

- Anguas, A. (1997). *El significado del bienestar subjetivo, su valoración en México*. Tesis de Maestría en Psicología Social, Ciudad de México, México.
- Argyle, M. (1999). Causes and correlates of happiness. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Orgs.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology* (pp. 353-373). New York: Russel Sage Foundation.
- Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME) (2008). *Critério de classificação socioeconômico do Brasil (CCSEB)*. São Paulo: ABA, ANEP, ABIPEME.
- Atwater, E. (1988). *Adolescence*. New York: Prentice Hall.
- Bailey, J. A., Hill, K. G., Oesterle, S., & Hawkins, D. (2009). Parenting practices and problem behavior across three generations: Monitoring, harsh discipline, and drug use in the intergenerational transmission of externalizing behavior. *Developmental Psychology*, 45(5), 1214-1226.
- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1979).
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Regalia, C., & Scabini, E. (2011). Impact of family efficacy beliefs on quality of family functioning and satisfaction with family life. *Applied Psychology*, 60(3), 337-518.
- Barret, M. (2010). Questões práticas e éticas do projeto de pesquisa. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Psicologia* (F. R. Elizalde, Trad.) (pp. 42-63). Porto Alegre: Artmed.
- Barry, R. A., & Kochanska, G. (2010). A longitudinal investigation of the affective environment in families with young children: From infancy to early school age. *Emotion*, 10(2), 237-249.
- Bartolomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. (M. Gama, & C. M. Gama, Trads.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Beach, S. R. H., & Fincham, F. D. (2010). Conflict can be constructive: Reflections on the dialectics of relationship science. *Journal of Family Theory & Review*, 2, 54-57.
- Beam, C. R., Horn, E. E., Hunt, S. K., Emery, R. E., & Turkheimer, E. (2011). Revisiting the effect of marital support on depressive symptoms in mothers and fathers: A genetically informed study. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 336-344.
- Benghozi, P. (1999). *Adolescence et sexualité, liens et maillage réseau*. Paris: Harmattan.

- Benghozi, P. (2005). Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Psicologia Clínica*, 17(2), 101-109.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social*. (E. D. Galery, Trad.). São Paulo: Vetor.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (F. S. Fernandes, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1966).
- Bernard, M., Zimmermann, G., & Favez, N. (2011). Which place for Positive Psychology in psychotherapy? Theoretical and empirical perspectives. *Pratiques Psychologiques*, 17(4), 301-313.
- Berry, D. S., & Willingham, J. K. (1997). Affective traits, responses to conflict, and satisfaction in romantic relationships. *Journal of Research in Personality*, 31, 564-576.
- Bertin, I. P., & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: Breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações*, 8(15), 65-79.
- Bertoldo, R. B., & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: A intimidade na visão dos jovens. *Psico USF*, 11(2), 229-237.
- Bertoni, A., & Bodenmann, G. (2010). Satisfied and dissatisfied couples positive and negative dimensions, conflict styles, and relationships with family of origin. *European Psychologist*, 15(3), 175-184.
- Berzonsky, M. D., & Kuk, L. D. (2000). Identity status, identity processing style and transition to university. *Journal of Adolescent Research*, 15, 81-98.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (1997). Famílias brasileiras do século XX: Os valores e as práticas de educação da criança. *Temas em Psicologia*, 3, 36-49.
- Biehle, S. N., & Mickelson, K. D. (2012). First-time parents' expectations about the division of childcare and play. *Journal of Family Psychology*, 26(1), 36-45.
- Bird, J. M., & Robert, M. S. (2012). Subjective well-being in school environments: Promoting positive youth development through evidence-based assessment and intervention. *American Journal of Orthopsychiatry*, 82(1), 61-66.
- Booth, C. L., Rubin, K. H., & Rose-Krasnor, L. (1998). Perceptions of emotional support from mothers and friends in middle childhood: Links with social-emotional adaptation and preschool attachment security. *Child Development*, 69(21), 427-442.
- Borges, C. C., & Magalhães, A. S. (2011). Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(2), 171-177.
- Bourdieu, P. (1996). Razões práticas sobre a teoria da ação. In P. Bourdieu. *O espírito da família* (pp. 124-135). Campinas, SP: Papirus.

- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda: Apego – A natureza do vínculo* (Á. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1969).
- Brêtas, J. R. S., Moreno, R. S., Eugenio, D. S., Sala, S. C. P., Vieira, T. F., & Bruno, P. R. (2008). Os rituais de passagem segundo adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(3), 404-411.
- Bridges, L. J., Connell, J. P., & Belsky, J. (1988). Similarities and differences in infant-mother and infant-father interaction in the strange situation: A component process analysis. *Development Psychology*, 24, 92-100.
- Brown, L. D., Feinberg, M. E., & Kan, M. L. (2012). Predicting engagement in a transition to parenthood program for couples. *Evaluation and Program Planning*, 35(1), 1-8.
- Brumbaugh, C. C., & Fraley, R. C. (2010). Transference and attachment and dating strategies: How do insecure people attract mates? *Personal Relationships*, 17, 599-614.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In M. A. Penso, & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 76-96). São Paulo: Summus.
- Burman, B., John, R. S., & Margolin, G. (1987). Effects of marital and parent-child relations on children's adjustment. *Journal of Family Psychology*, 1, 91-108.
- Caillé, P. (1991). *Un et un font trois: Le couple révélé à lui-même*. Paris: ESF.
- Cassepp-Borges, V., & Pasquali, L. (2011). Características psicométricas da Relationship Assessment Scale. *Psico USF*, 16(3), 255-264.
- Çelen, H. N., & Kuşdil, M. E. (2009). Parental control mechanisms and their reflection on identity styles of Turkish adolescents. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 19(42), 7-16.
- Chaves, J. C. (1993). *"Ficar com" a individualização: Um estudo sobre um código de relacionamento no Brasil*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Chaves, J. C. (2010). As percepções de jovens sobre os relacionamentos amorosos na atualidade. *Psicologia em Revista*, 16(1), 28-46.
- Cicco, M. F., Paiva, M. L., & Gomes, I. C. (2005). Família e conjugalidade: O sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicologia Clínica*, 17(2), 53-63.
- Collins, & Feeney (2010). An attachment theoretical perspective on social support dynamics in couples: Normative processes and individual differences. In K. T. Sullivan, & J. Davila (Eds.), *Support processes in intimate relationships* (pp. 89-120). Oxford: University Press.

- Conger, R. D., Belsky, D. J., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Closing comments for the special section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1276-1283.
- Costa, G. P. (2007). *O amor e seus labirintos*. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Costa, J. F. (1998). *Sem fraude nem favor*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Asa.
- Costa, M. E. (2011). Sexualidade e intimidade no sistema conjugal: Uma abordagem integrativa. In P. M. Matos, C. Duarte, & M. E. Costa (Coords.), *Famílias: Questões de desenvolvimento e intervenção* (pp. 13-35). Porto: Livpsic.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-37.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Csikszentmihalyi, M. (2006). Introduction. In M. Csikszentmihalyi, & I. S. Csikszentmihalyi. *A life worth living: Contributions to Positive Psychology* (pp.3-14). New York: Oxford University Press.
- Cunningham, M., & Thornton, A. (2006). The influence of parents' marital quality on adult children's attitudes toward marriage and its alternatives: Main and moderating effects. *Demography*, 43, 659-672.
- David, D. H., Gelberg, L., & Suchman, N. E. (2012). Implications of homelessness for parenting young children: A preliminary review from a developmental attachment perspective. *Infant Mental Health Journal*, 33(1), 1-9.
- Davies, P., & Cummings, M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387-411.
- Davis, K. E. (1996). *The Relationship Rating Form (RRF): A measure of the characteristics of romantic relationships and friendships*. Manuscrito não publicado. Retirado de: <www.cla.sc.edu/PSYC/faculty/daviske/LoveFriendsMeasure.pdf>.
- de Haan, A., Amaranta, D., Deković, M., & Prinzie, P. (2012). Longitudinal impact of parental and adolescent personality on parenting. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(1), 189-199.
- De Salvo, C. G., De Toni, P. M., & Silvere, E. F. M. (2008). Análise fatorial e unidimensionalidade da escala de impacto à enurese. *Psico (Porto Alegre)*, 39(2), 240-245.

- De Valk, H., & Liefbroer, A. C. (2007). Parental influence on union formation preferences among Turkish, Moroccan, and Dutch adolescents in the Netherlands. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 38*, 487-505.
- Del Priore, M. (2006). *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Dela Coleta, M. F. (1989). A medida da satisfação conjugal: Adaptação de uma escala. *Psico (Porto Alegre), 18*(2), 90-112.
- Dela Coleta, M. F., & Dela Coleta, J. A. (2006). Felicidade, bem-estar subjetivo e comportamento acadêmico de estudantes universitários. *Psicologia em Estudo (Maringá), 11*(3), 533-539.
- Delle Fave, A. (2006). *Dimensions of well-being: Research and intervention*. Milão: Franco Angeli.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: Implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen, & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 132-151). Porto Alegre: Artmed.
- Dessen, M. A., & Polonia, A. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paideia (Ribeirão Preto), 17*(36), 21-32.
- Díaz Llanes, G. (2001). El bienestar subjetivo: Actualidad y perspectivas. *Revista cubana de Medicina e Genética Integral, 17*(6), 572-579.
- Diehl, H. (2002). *Família em cena: Tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin, 95*(3), 542-575.
- Diener, E. (1995). A value based index for measuring national quality of life. *Social Indicators Research, 36*, 107-127.
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, N. S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment, 49*, 71-75.
- Diener, E., Gohm, C., Suh, E., & Oishi, S. (2000). Similarity of the relations between marital status and subjective well-being across cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 31*, 419-436.
- Diener, E., & Lucas, R. E. (2000). Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture and evaluation theory. *Journal of Happiness Studies, 1*, 41-78.
- Diener, E., Napa-Scollon, C., Oishi, S., Dzokoto, V., & Suh, E. (2000). Positivity and the construction of life satisfaction judgments: Global happiness is not the sum of its parts. *Journal of Happiness Studies, 1*, 159-176.

- Diener, E., & Seligman, M. E. P. (2003). Very happy people. *Psychological Science*, 13, 81-84.
- Diener, E., & Suh, E. M. (1998). Age and subjective well-being: An international analysis. *Annual Review of Gerontology and Geriatrics*, 17, 304-324.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276-302.
- Diener, E., Suh, E. M., & Oishi, S. (1997). *Recent findings on subjective well-being*. University of Illinois. Recuperado de <<http://www.psych.uiuc.edu/~ediener/hottopic/paper1.html>>, em 24 out. 2005.
- Diniz, P. K. C., & Salomão, N. M. R. (2010). Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 20(46), 145-154.
- Diniz-Neto, O., & Féres-Carneiro, T. (2005). Psicoterapia de casal na pós-modernidade: Rupturas e possibilidades. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 133-141.
- Donnamaria, C. P., & Terzis, A. (2009). Sobre a evolução de vínculos conjugais originados na internet. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(3), 75-86.
- Duarte, L. F. D. (1994). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In I. Ribeiro (Org.), *Família e sociedade brasileira: Desafio nos processos contemporâneos* (pp. 23-41). Rio de Janeiro: Fundação João XXIII.
- Duarte, L. F. D. (2009). Família, moralidade e religião: Tensões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo. In G. Velho, & L. F. D. Duarte (Orgs.), *Gerações, família e sexualidade* (pp. 17-45). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Durham, E. R. (1983). Família e reprodução humana. In E. R. Durham (Orgs.), *Perspectivas antropológicas da mulher 3* (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Zahar.
- Dush, C. M. K., & Taylor, M. G. (2012). Trajectories of marital conflict across the life course: Predictors and interactions with marital happiness trajectories. *Journal of Family Issues*, 33(3), 341-368.
- Eastwick, P. W., Finkel, E. J., & Eagly, A. H. (2011). When and why do ideal partner preferences affect the process of initiating and maintaining romantic relationships?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(5), 1012-1032.
- Eiguer, A. (1985). *Um divã para a família* (L. M. V. Fisher, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Eiguer, A. (1995). *O parentesco fantasmático: Transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica*. (M. A. Chiarella, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Eiguer, A. (1998). A parte maldita da herança. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 21-84). São Paulo: Unimarco.

- Eldridge, K. A., Sevier, M., Jones, J., Atkins, D. C., & Christensen, A. (2007). Demand-withdraw communication in severely distressed, moderately distressed, and nondistressed couples: Rigidity and polarity during relationship and personal problem discussions. *Journal of Family Psychology, 21*, 218-226.
- Emmons, R. A. (1986). Personal strivings: An approach to personality and subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology, 51*, 1058-1068.
- Epicuro. (2008). *Carta sobre a felicidade*. (J. Forte, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.
- Fazio, R. H. (2007). Attitudes as object-evaluations associations of varying strength. *Social Cognition, 25*, 603-637.
- Feldman, S., Gowen, L., & Fisher, L. (1998). Family relationships and gender as predictors of romantic intimacy in young adults: A longitudinal study. *Journal of Research on Adolescence, 8*(2), 263-286.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 11*(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia, 8*(3), 367-374.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paideia (Ribeirão Preto), 20*(46), 269-278.
- Féres-Carneiro, T., Magalhães, A. S., & Ziviani, C. (2006). Conyugalidad de los padres y proyectos de vida de los hijos frente al matrimonio. *Revista Cultura y Educación, 18*(1), 95-108.
- Féres-Carneiro, T., & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: Um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 83-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C., & Magalhães, A. S. (2007). Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 251-268). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferrari, M., & Kaloustian, S. M. (2011). Introdução. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: A base de tudo* (10a ed) (pp. 11-15). São Paulo: Cortez/Brasília: Unicef.
- Fife-Schaw, C. (2010). Princípios de estatística inferencial. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Psicologia* (F. R. Elizalde, Trad.) (pp. 382-405). Porto Alegre: Artmed.
- Fiquer, J. T. (2006). *Bem-estar subjetivo: Influência de variáveis pessoais e situacionais em autorrelato de afetos positivos e negativos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 30-59.
- Forrest, S. (2010). Young men in love: The (re)making of heterosexual masculinities through “serious” relationships. *Sexual and Relationship Therapy*, 25(2), 206-218.
- Fowers, B. J. (1989). ENRICH Marital Inventory: A discriminant validity and cross-validity assessment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 15(1), 65-79.
- Fredrickson, B. (2001). The role of positive emotions in positive psychology: The broaden-and-built theory of positive emotions. *American Psychologist*, 56, 218-226.
- Fredrickson, B. (2009). *Positividade: Descubra a força das emoções positivas, supere a negatividade e viva plenamente*. (O. Libânio, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Freud, S. (1973). *Pour introduire le narcissisme*. Paris: PUF. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1975). *Totem e tabou*. Paris: PUF. (Original publicado em 1913).
- Galinha, I. C. (2008). *Bem-estar subjectivo: Factores cognitivos, afetivos e contextuais*. Coimbra: Quarteto.
- Gameiro, S., Nazaré, B., & Fonseca, A. (2011). Changes in marital congruence and quality of life across the transition to parenthood in couples who conceived spontaneously or with assisted reproductive technologies. *Fertility and Sterility*, 96(6), 1457-1462.
- Garcia, M. L. T. (2001). *Problema no casamento: A presença utópica do amor romântico*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gergen, K. J. (1997). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. 2nd ed. Cambridge: Harvard University Press.
- Giddens, A. (1993). *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. (M. Lopes, Trad.). São Paulo: UNESP.
- Gomes, I. C. (2006). Os relacionamentos amorosos na contemporaneidade e a psicoterapia psicanalítica. In R. Simon, & G. K. Levinzon (Org.), *Progressos em psicoterapia psicanalítica: Dez anos, uma história* (pp. 159-171). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomes, I. C., & Paiva, M. L. S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: Possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, 8(n. spe), 3-9.
- Gomes, L., & Ribeiro, M. T. (2011). Mediação familiar e conflito parental: Decisões parentais responsáveis e a concretização do superior interesse da criança. In P. M. Matos, C. Duarte, & M. E. Costa (Coords.), *Famílias: Questões de desenvolvimento e intervenção* (pp. 153-170). Porto: Livpsic.

- Goode, W. (1959). The theoretical importance of love. *American Sociological Review*, 24, 38-47.
- Graziano, L. D. (2005). *A felicidade revisitada: Um estudo sobre bem-estar subjetivo na visão da Psicologia Positiva*. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Guardo, C. J. (1982). Student generations and value change. *The Personnel and Guidance Journal*, 60, 500-503.
- Ha, T., Overbeek, G., Vermulst, A. A., & Engels, R. C. M. E. (2009). Marital quality, parenting, and adolescent internalizing problems: A three-wave longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, 23(2), 263-267.
- Haghenbeck, F. (2011). *O segredo de Frida Kahlo* (L. R. Gil, Trad.). São Paulo: Planeta.
- Haines, G. (2011). Enriching the context of lifelong learning: The challenge of accessing the authentic self by developing self-knowledge using strengths-based Positive Psychology measures through teaching pre-service art education. *Action Research*, 9(4), 426-443.
- Hair, J. F. J., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1995). *Multivariate data analysis with readings*. 4th ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Hair, J. E., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hammen, C., Brennan, P. A., & Le Brocque, R. (2011). Youth depression and early childrearing: Stress generation and intergenerational transmission of depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(3), 353-363.
- Hammond, S. (2010a). Introdução à análise multivariada de dados. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Psicologia* (F. R. Elizalde, Trad.) (pp. 406-433). Porto Alegre: Artmed.
- Hammond, S. (2010b). Utilizando testes psicométricos. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Psicologia* (F. R. Elizalde, Trad.) (pp. 190-215). Porto Alegre: Artmed.
- Hare, A. L., Miga, E. M., & Allen, J. P. (2009). Intergenerational transmission of aggression in romantic relationships: The moderating role of attachment security. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 808-818.
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.
- Heilborn, M. L. (1995). O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. In I. Ribeiro, & A. C. T. Ribeiro (Orgs.), *Família em processos contemporâneos? Inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 91-128). São Paulo: Loyola.

- Herrera, H. (2011). *Frida: A biografia* (R. Marques, Trad.). São Paulo: Globo.
- Hong, L., Duff, R. (1997). Relative importance of spouses, children, and friends in the life satisfaction of retirement community residents. *Journal of Clinical Geropsychology*, 3, 275-282.
- Hoppmann, C. A., Gerstorf, D., Willis, S. L., & Schaie, K. W. (2011). Spousal interrelations in happiness in the Seattle longitudinal study: Considerable similarities in levels and change over time. *Developmental Psychology*, 47(1), 1-8.
- Hostetler, A. J., Desrochers, S., Kopko, K., & Moen, P. (2012). Marital and family satisfaction as a function of work-family demands and community resources: Individual and couple level analyses. *Journal of Family Issues*, 33(3), 316-340.
- Hsueh, A. C., Morrison, K. R., & Doss, B. D. (2009). Qualitative reports of problems in cohabiting relationships: Comparisons to married and dating relationships. *Journal of Family Psychology*, 23(2), 236-246.
- Iafrate, R., Bertoni, A., & Margola, D. (2012). The link between perceptual congruence and couple relationship satisfaction in dyadic coping. *European Psychologist*, 17(1), 73-82.
- Inglez-Mazzarella, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: A transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo: Escuta.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2009). *Taxa de nupcialidade legal – Brasil – 1998-2008*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 1998-2008. Recuperado de <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/11/25/ult5772u6327.jhtm>>, em 24 ago. 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). *Estatísticas do Registro Civil de 2009*. Rio de Janeiro: Autor. Recuperado de <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2009/rc2009.pdf>>, em 23 jan. 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2011). *Estatísticas do Registro Civil de 2010*. Rio de Janeiro: Autor. Recuperado de <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>>, em 23 jan. 2012.
- Jablonski, B. (2005). Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: Novas tendências? In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 93-110). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Johns, S. E., & Belsky, J. (2007). Life transitions: Becoming a parent. In C. A. Salmon, & T. K. Shackelford (Eds.), *Family relationships: An evolutionary perspective* (pp. 71-90). New York: Oxford University Press.
- Johnson, S., & Zuccarini, D. (2010). Integrating sex and attachment in emotionally focused couple therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 4, 431-445.

- Justo, J. S. (2005). O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 17(1), 61-77.
- Kaës, R. (1993). *Le groupe et le sujet du groupe: Éléments pour une théorie psychanalytique du groupe*. Paris: Dunod.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 5-19). São Paulo: Unimarco.
- Kaës, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade* (I. B. Machado, & P. C. G. Castanho, Trads.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kapinus, C. A., & Pellerin, L. A. (2008). The influence of parents’ religious practices on young adults’ divorce attitudes. *Social Science Research*, 37, 801-814.
- Keller, H. (1998). Diferentes caminhos de socialização até a adolescência. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8(1/2), 1-14.
- Keyes, C. L. M., Shmotkin, D., & Ryff, C. D. (2002). Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 1007-1022.
- Krejcie, R. V., & Morgan, D. W. (1970). Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, 30, 607-610.
- Lago, V. M., Amaral, C. E. S., Bosa, C. A., & Bandeira, D. R. (2010). Instrumentos que avaliam a relação entre pais e filhos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(2), 330-341.
- Lau, S. R., Beilby, J. M., Byrnes, M. L., & Hennessey, N. W. (2012). Parenting styles and attachment in school-aged children who stutter. *Journal of Communication Disorders*, 45(2), 98-110.
- Lawrence, R. H., & Liang, J. (1988). Structural integration of the Affect Balance Scale and the Life Satisfaction Index A: Race, sex, and age differences. *Psychology and Aging*, 3, 375-384.
- Lee, G. R., Secombe, K., & Shehan, C. L. (1991). Marital status and personal happiness: An analysis of trend data. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 839-844.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A., & Lopes, R. C. S. (2009). Individualidade e conjugalidade na relação de casais adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 679-687.
- Lins de Barros, M. M. (2009). Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In G. Velho, & L. F. D. Duarte (Orgs.), *Gerações, família e sexualidade* (pp. 46-62). Rio de Janeiro: 7Letras.

- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lisboa, A. V., & Féres-Carneiro, T. (2005). Quando o adoecimento assombra o grupo familiar. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 18(184), 40-48.
- Lispector, C. (1998). *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lomando, E. M., Wagner, A., & Gonçalves, J. S. (2011). Coesão, adaptabilidade e rede social no relacionamento conjugal homossexual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(3), 95-109.
- Long, R. F., Huebner, E. S., & Wedell, D. H. (2012). Measuring school-related subjective well-being in adolescents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 82(1), 50-60.
- Lopez, E. G., & Brennan, K. A. (2000). Dynamic processes underlying adult attachment organization: Toward an attachment-theoretical perspective on the healthy and effective self. *Journal of Counseling Psychology*, 47, 283-300.
- Loriedo, C., & Strom, P. (2002). Os processos de transmissão geracional nos casais e o tratamento das problemáticas ligadas às famílias de origem. In M. Andolfi (Org.), *A crise do casal: Uma perspectiva sistêmico-relacional* (pp. 123-138). (L. Kahl, & G. Menegoz, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Lykken, D. T. (2007). Beyond the hedonic treadmill: Revising the adaptation theory of well-being. *American Psychologist*, 62(6), 611-612.
- Lykken, D. T., & Tellegen, A. (1996). Happiness is a stochastic phenomenon. *Psychological Science*, 7, 186-189.
- Lyubomirsky, S., King, L., & Diener, E. (2005). The benefits of frequent positive affect: Does happiness lead to success? *Psychological Bulletin*, 131, 803-855.
- Magalhães, A. S. (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 205-217). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2003). A conjugalidade na série identificatória: Experiência amorosa e recriação do "eu". *Pulsional*, 26(176), 41-50.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 10(16), 243-255.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2007). Transmissão psíquica geracional: Um estudo de caso. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 341-364). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Main, M., & Goldwyn, R. (1998). *Adult attachment interview scoring and classification system*. Unpublished manuscript, University of California and Berkeley.

- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(1), 71-79.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5a ed.). Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Marques, S. (2006). Contribuição para o estudo psicométrico e estrutural da escala abreviada de satisfação com a vida para estudantes: Estudo preliminar. In S. Marques & J. L. P. Ribeiro, *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e contextos* (pp. 537-543). Braga: Psiquilibrios.
- Marques, S. C., Pais-Ribeiro J. L., & Lopez, S. J. (2011). The role of Positive Psychology constructs in predicting mental health and academic achievement in children and adolescents: A two-year longitudinal study. *Journal of Happiness Studies*, 12(6), 1049-1062.
- Marshall, A. D., Jones, D. E., & Feinberg, M. E. (2011). Enduring vulnerabilities, relationship attributions, and couple conflict: An integrative model of the occurrence and frequency of intimate partner violence. *Journal of Family Psychology*, 25(5), 709-718.
- Martinez, M., & Garcia, M. (1994). La autopercepción de la salud y el bienestar psicológico como indicador de calidad de vida percibida en la vejez. *Revista de Psicología de la Salud*, 6(1), 55-74.
- Mastekaasa, A. (1994). Marital status, distress, and well-being: An international comparison. *Journal of Comparative Family Studies*, 25, 183-205.
- McCullough, G., Heubner, E., & Laughlin, J. (2000). Life events, self-concept, and adolescent's positive subjective well-being. *Psychology in the Schools*, 37, 281-291.
- McNulty, J. K., & Fincham, F. D. (2012). Beyond Positive Psychology? Toward a contextual view of psychological processes and well-being. *The American Psychologist*, 67(2), 101-110.
- Meireles, C. (1983). *Flor de poemas*. (10 ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Melchert, T. (1998). A review of instrument for assessing family history. *Clinical Psychological Review*, 18(2), 163-187.
- Melchert, T., & Sayger, T. (1998). The development of instrument for measuring memories of family origin characteristics. *Education and Psychological Measurement*, 58(1), 99-118.
- Mendonça, D. F. (2006). *Influências da família de origem na construção do laço conjugal no novo casal: Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(1), 52-63.
- Miller, A. M., & Harwood, R. L. (2001). Long-term socialization goals and the construction of infants' social networks among middle class anglo and puertorican mothers. *International Journal of Behavioral Development*, 25, 450-457.
- Ming-Chang, T., & Dzorgbo, D. S. (2012). Familial reciprocity and subjective well-being in Ghana. *Journal of Marriage and Family*, 74(1), 215-228.
- Murray, S. H., & Milhausen, R. R. (2012). Sexual desire and relationship duration in young men and women. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 38(1), 28-40.
- Musick, K., & Bumpass, L. (2012). Reexamining the case for marriage: Union formation and changes in well-being. *Journal of Marriage and Family*, 74(1), 1-18.
- Myers, D. (1999). *The pursuit of happiness: Who is happy and why?* New York: William Morrow.
- Montgomery, D., Vining, G., & Peck, E. A. (2001). *Introduction to linear regression analysis*. John Wiley Profession.
- Moraes, S. A., & Souza, J. M. P. (1998). Metodologia caso-controle em epidemiologia de doenças cardiovasculares. *Revista de Saúde Pública*, 32(1), 82-88.
- Moraes, M. C. J., Moraes, G. R. J, Veloso, F. G. C., Alves, G. M. M., & Tróccoli, B. T. (2009). Influência das percepções maritais/parentais sobre relacionamentos de conjugalidade: Método ADI/TIP. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(4), 647-655.
- Moreira, L. V. C., Rabinovich, E. P., & Silva, C. N. (2009). Olhares de crianças baianas sobre família. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 19(42), 77-85.
- Mosmann, C. P. (2007). *A qualidade conjugal e os estilos educativos parentais*. Tese de Doutorado em Psicologia não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: Motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Neder, G. (2011). Ajustando o foco das lentes: Um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: A base de tudo* (10a ed.) (pp. 26-46). São Paulo: Cortez/Brasília: Unicef.
- Neyrand, G. (2002). Idéalisación du conjugal et fragilisation du couple ou le paradoxe de l'individualisme relationnel. *Dialogue*, 155, 80-88.

- Ní Mhaoláin, A. M. et al. (2012). Subjective well-being amongst community-dwelling elders: what determines satisfaction with life? Findings from the Dublin healthy aging study. *International Psychogeriatrics*, 24(2), 316-232.
- Nock, S. L. (2005). Marriage as a public issue. *The Future of Children*, 15, 13-32.
- Nunes, C. H. S., Hutz, C. S., & Giacomoni, C. H. (2009). Associação entre bem-estar subjetivo e personalidade no modelo dos cinco grandes fatores. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 99-108.
- Olson, D. H., & Fowers, B. J. (1993). Five types of marriage: An empirical typology based on ENRICH. *The Family Journal*, 1, 196-207.
- Oltamari, L. C. (2009). Amor e conjugalidade na contemporaneidade: Uma revisão de literatura. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 14(4), 669-677.
- Osborne, C., Berger, L. M., & Magnuson, K. (2012). Family structure transitions and changes in maternal resources and well-being. *Demography*, 49(1), 23-47.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: Experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 73-82.
- Ozen, D. (2003). The impact of interparental divorce on adult attachment styles and perceived parenting styles of adolescents: Study in Turkey. *Journal of Divorce and Remarriage*, 40(1/2), 129-149.
- Pagano, M., & Gauvreau, K. (2004). *Princípios de Bioestatística*. São Paulo: Thompson.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia Positiva: Uma nova abordagem para antigas questões. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 9-20.
- Passos, M. C. (2003). A família não é mais aquela: Alguns indicadores para pensar suas transformações. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 13-25). Rio de Janeiro: PUC-Rio/São Paulo: Loyola.
- Passos, M. C. (2007). A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Mental*, 5(9), 1-9.
- Pasquali, L. (Org.). (2001). *Técnicas de exame psicológico: Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (2009). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. (3a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family process*. Eugene: Castalia Publishing.

- Perlin, G. D. B. (2006). *Casamentos contemporâneos: Um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal*. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. M. (2005). Análise factorial. In M. H. Pestana, & J. M. Gageiro, *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (pp. 487-531). Lisboa: Sílabo.
- Petrucelli, J. L. (2011). Nupcialidade. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: A base de tudo* (10a ed) (pp. 159-183). São Paulo: Cortez/Brasília: Unicef.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Puget, J., & Berenstein, I. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Quintana, M. (2007). *Quintana de bolso: Rua dos cataventos & outros poemas*. Porto Alegre: L&PM Pocket.
- Ramsey, D. M. (2012). Partnership formation based on multiple traits. *European Journal of Operational Research*, 216(3), 624-637.
- Reis, H., & Gable, S. (2001). Toward a Positive Psychology of relationships. In C. Keyes, & J. Haidt. *Flourishing: The positive person and the good life*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Reppold, C. T., Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (2007). Bem-estar subjetivo: definição e formas de avaliação. In P. Schelini (Org.), *Alguns domínios da avaliação psicológica* (pp. 111-124). Campinas, SP: Alínea.
- Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman, H. J. (2012). A longitudinal investigation of commitment dynamics in cohabiting relationships. *Journal of Family Issues*, 33(3), 369-390.
- Richardson, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. H. M. (2010). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Riggio, H. R., & Weiser, D. A. (2008). Attitudes toward marriage: Embeddedness and outcomes in personal relationships. *Personal Relationships*, 15, 123-140.
- Riggs, S. A., Cusimano, A. M., & Benson, K. M. (2011). Childhood emotional abuse and attachment processes in the dyadic adjustment of dating couples. *Journal of Counseling Psychology*, 58(1), 126-138.
- Rogoff, B. (2005a). Conceitos orientadores e formas de compreender a natureza cultural do desenvolvimento humano. In B. Rogoff, *A natureza cultural do desenvolvimento humano* (pp. 15-40). Porto Alegre: Artmed.

- Rogoff, B. (2005b). Transformações culturais e relações entre comunidades. In B. Rogoff, *A natureza cultural do desenvolvimento humano* (pp. 265-294). Porto Alegre: Artmed.
- Romanelli, G. (1995). Autoridade e poder na família. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp. 73-88). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Romanelli, G. (2003a). O processo saúde/doença em famílias de baixa renda e ação do Estado. *Mimesis*, 24(1), 109-123.
- Romanelli, G. (2003b). Paternidade em famílias de camadas médias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2, 79-95.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Soares-Silva, A. P., & Oliveira, Z. M. R. (2008). Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 147-170.
- Rougemont, D. (1999). *O amor e o ocidente* (2a ed). Lisboa: Vega.
- Ruiz Correa, O. B. (2000). Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In O. B. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 61-72). São Paulo: Escuta.
- Ruiz Correa, O. B. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.
- Ruvolo, A. P. (1998). Marital well-being and general happiness of new-lywed couples: Relationships across time. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15, 470-489.
- Sabatelli, R. M., & Bartle-Haring, S. (2003). Family-of-origin experiences and adjustment in married couples. *Journal of Marriage and Family*, 65, 159-169.
- Salanova, M., & Lopez-Zafra, E. (2011). Introduction: Social Psychology and Positive Psychology. *Revista de Psicologia Social*, 26(3), 339-343.
- Santos, T. M. (1955). *Noções de Psicologia Educacional*. (6a ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Sarti, C. A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, 15(3), 11-28.
- Sawaia, B. (2010). Família e afetividade: A configuração de uma práxis ético-política, períodos e oportunidade. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: Redes, laços e políticas públicas* (pp. 39-52). São Paulo: Cortez.
- Schmidt, D. R. C. (2009). *Qualidade de vida no trabalho e sua associação com o estresse ocupacional, a saúde física e mental e o senso de coerência entre profissionais de Enfermagem do bloco cirúrgico*. Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234.
- Schumm, W. R., Paff-Bergen, L. A., Hatch, R. C., Obiorah, F. C., Copeland, J. E., Meens, L. D., & Bugaighis, M. A. (1986). Concurrent and discriminant validity of the Kansas Marital Satisfaction Scale. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 381-388.
- Scorsolini-Comin, F. (2009). *Casar, verbo (in)transitivo: Bem-estar subjetivo, conjugalidade e satisfação conjugal na perspectiva da Psicologia Positiva*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Scorsolini-Comin, F., Manzi-Oliveira, A. B., Casarini, K. A., Cury-Jacquemin, R., & Santos, M. A. (2011). Evaluation of intervention programs with adolescents: Limits, progress and prospects. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 883-893.
- Scorsolini-Comin, F., & Ruwer, L. M. E. (2010). O bem-estar subjetivo como dimensão de análise da saúde do trabalhador. In E. A. S. Lourenço et al. (Orgs.), *Trabalho, saúde e serviço social* (pp. 247-456). Curitiba: CRV, Franca: UNESP, São Paulo: FAPESP.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2009). Na saúde e na doença, felizes para sempre: A satisfação conjugal na promoção do bem-estar psicológico, na perspectiva da Psicologia Positiva. In S. N. Jesus, I. Leal, & M. Rezende (Org.), *Experiências e intervenções em Psicologia da Saúde* (pp. 879-895). Faro: Universidade do Algarve.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010a). Relacionamentos afetivos na literatura científica: Uma revisão integrativa sobre a noção de conjugalidade. *Psicología para América Latina: Revista Electrónica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología*, 19, 1-21.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010b). Satisfação com a vida e satisfação diádica: Correlações entre construtos de bem-estar. *Psico USF*, 15(2), 249-256.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010c). Sustentabilidade dos afetos: Notas sobre a conjugalidade como dimensão de análise da família na contemporaneidade. *Psychologica (Coimbra)*, 52(3), 259-274.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010d). Satisfação conjugal: Revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525-531.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010e). Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano: Um diálogo de, no mínimo, duas vozes. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(3), 805-817.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010f). The scientific study of happiness and health promotion: An integrative literature review. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(3), 472-479.

- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010g). Avaliação do bem-estar subjetivo (BES): Aspectos conceituais e metodológicos. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 449-455.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010h). Psicologia Positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 411-419.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011a). *Casamento e satisfação conjugal: Um olhar da Psicologia Positiva*. São Paulo: Annablume e FAPESP/ Brasília: CNPq.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011b). Relações entre bem-estar subjetivo e satisfação conjugal na abordagem da Psicologia Positiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 658-665.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011c). Laços de família: A conjugalidade como dimensão de análise do desenvolvimento. *Polêm!ca*, 10(2), 288-298.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011d). Ajustamento diádico e satisfação conjugal: correlações entre os domínios de duas escalas de avaliação da conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 439-447.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012a). Correlations between subjective well-being, dyadic adjustment and marital satisfaction in Brazilian married people. *The Spanish Journal of Psychology*, 15(1), 166-176.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012b). A medida positiva dos afetos: Bem-estar subjetivo (BES) em pessoas casadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 11-20.
- Seligman, M. E. P. (2000). Positive Psychology: An introduction. *American Psychologist Association*, 55(1), 5-14.
- Seligman, M. E. P. (2002). *Authentic happiness: Using the new Positive Psychology to realize your potential for lasting fulfillment*. London: Nicholas Brealey Publishing.
- Seligman, M. E. P. (2004). *Felicidade autêntica: Usando a nova Psicologia Positiva para a realização permanente*. (N. Capelo, Trad.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Seligman, M. E. P. (2011). *Florescer: Uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar*. (C. P. Lopes, Trad.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Sêneca. (2008). *Da vida feliz*. (J. Forte, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.
- Sevon, E. (2012). "My life has changed, but his life hasn't": Making sense of the gendering of parenthood during the transition to motherhood. *Feminism & Psychology*, 22(1), 60-80.
- Siegel, S., & Castellan Jr., N. J. (1988). *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. McGraw-Hill College.

- Siegel, S., & Castellan Jr., N. J. (2006). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. (2a ed.) (S. I. C. Carmona, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Sifuentes, T. R., Dessen, M. A., & Oliveira, M. C. S. L. (2007). Desenvolvimento humano: Desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 379-386.
- Silva, M. H., & Relvas, A. P. (2007). Casal, casamento e uniões de facto. In A. P. Relvas, & M. Alarcão (Coords.), *Novas formas de família* (pp. 189-244). Coimbra: Quarteto.
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: A permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos em Psicologia*, 23(3), 441-453.
- Simons, R. L., Simons, L. G., Lei, M. K., & Landor, A. M. (2012). Relational schemas, hostile romantic relationships, and beliefs about marriage among young African American adults. *Journal of Social and Personal Relationships*, 29(1), 77-101.
- Singly, F. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. (C. E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: FGV.
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., Dell'Aglio, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes institucionalizadas: Processos malsucedidos. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 21(50), 383-391.
- Siqueira, M. M. M., & Padovam, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 201-209.
- Sirgy, M. (2002). *The Psychology of quality of life*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Slattery, M. E., Bruce, V., Halford, K., & Nicholson, J. M. (2011). Stepfamily predicting married and cohabiting couples' futures from their descriptions of stepfamily life. *Journal of Family Psychology*, 25(4), 560-569.
- Snyder, C. R., & Lopez, S. J. (2009). *Psicologia Positiva: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. (R. C. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed.
- Souza, S. J. (2005). Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: Polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. In B. Brait (Org.), *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido* (pp. 315-331). (2a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 38, 15-28.
- Spanier, G. B. (1983). Married e unmarried cohabitation in the United States: 1980. *Journal of Marriage and the Family*, 45(2), 84-101.

- Stanley, S. M., Ragan, E. P., & Rhoades, G. K. (2012). Examining changes in relationship adjustment and life satisfaction in marriage. *Journal of Family Psychology, 26*(1), 165-170.
- Stones, M. J., Worobetz, S., & Brink, P. (2011). Overestimated relationships with subjective well-being. *Canadian Psychology, 52*(2), 93-100.
- Svevo, I. (1932). *As a man grows older*. Vram, Trieste, Secker & Warburg.
- Tam, K., Lau, H. P. B., & Jiang, D. (2012). Culture and subjective well-being: A dynamic constructivist view. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 43*(1), 23-31.
- Tay, L., & Diener, E. (2011). Needs and subjective well-being around the world. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(2), 354-365.
- Torres, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. In C. E. Peixoto, F. Singly, & U. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (pp. 135-156). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Torres, A. (2004). Casamento: Tempos, centramento, gerações e gênero. *Caderno CRH, 17*(42), 405-429.
- Uecker, J. E. (2012). Marriage and mental health among young adults. *Journal of Health and Social Behavior, 53*(1), 67-83.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: Identidade, casamento, e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Van Steenberg, E. F., Kluwer, E. S., & Karney, B. R. (2011). Workload and the trajectory of marital satisfaction in newlyweds: Job satisfaction, gender, and parental status as moderators. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 345-355.
- Velho, G. (2009). Sujeito, subjetividade e projeto. In G. Velho, & L. F. D. Duarte (Orgs.), *Gerações, família e sexualidade* (pp. 9-16). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Vendramini, C. M. M., Cazorla, I. M., & Silva, C. B. (2009). Normas para apresentação de informações estatísticas no estilo editorial APA. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia: Um enfoque para a revista científica* (pp. 172-188). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Vieira, J. M., Ávila, M., & Matos, P. M. (2012). Attachment and parenting: The mediating role of work-family balance in Portuguese parents of preschool children. *Family Relations, 61*(1), 31-50.
- Vieira, E. D., & Stengel, M. (2010). Os nós do individualismo e da conjugalidade na pós-modernidade. *Aletheia, 32*, 147-160.

- Volling, B. L., & Elins, J. (1998). Family relationships and children's emotional adjustment as correlates of maternal and paternal differential treatment: A replication with toddler and preschool siblings. *Child Development, 69*(6), 1640-1656.
- Wachelke, J. F. R., Andrade, A. L., Cruz, R. M., Faggiani, R. B., & Natividade, J. C. (2004). Medida da satisfação em relacionamento de casal. *Psico USF, 9*(1), 11-18.
- Wachelke, J. F. R., Andrade, A. L., Souza, A. M., & Cruz, R. M. (2007). Estudo complementar da validade fatorial da escala fatorial de satisfação em relacionamento e predição de satisfação global com a relação. *Psico USF, 12*(2), 221-225.
- Wagner, A., & Falcke, D. (2001). Satisfação conjugal e transgeracionalidade: Uma revisão teórica sobre o tema. *Psicologia Clínica, 13*(2), 1-15.
- Wagner, A., Falcke, D., & Meza, E. (1997). Crenças e valores dos adolescentes acerca da família, separação e projetos de vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 10*(2), 155-167.
- Wagner, A., Ribeiro, L., Arteché, A., & Bornholdi, E. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 12*(1), 147-156.
- Waite, L. J., & Gallagher, M. (2000). *The case for marriage: Why married people are happier, healthier, and better off financially*. New York: Doubleday.
- Watarai, F., & Romanelli, G. (2010). Adolescentes do sexo masculino: Trabalho remunerado e construção da identidade. *Psicologia em Estudo (Maringá), 15*(3), 547-556.
- Watson, D., Clark, L. A., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative affect: The PANAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*, 1063-1067.
- Whitaker, C. A. (1989). *Considerazioni notturne di un terapeuta della famiglia*. Roma: Astrolabio.
- Willoughby, B. J., Carroll, J. S., Vitas, J. M., & Hill, L. M. (2012). "When are you getting married?": The intergenerational transmission of attitudes regarding marital timing and marital importance. *Journal of Family Issues, 33*(2), 223-245.
- Winnicott, D. W. (1997). *A família e o desenvolvimento individual* (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965).
- Wong, M. S., Mangelsdorf, S. C., Brown, G. L., Neff, C., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2009). Parental beliefs, infant temperament, and marital quality: Associations with infant-mother and infant-father attachment. *Journal of Family Psychology, 23*(6), 828-838.
- Wong, M. S., McElwain, N. L., & Halberstadt, A. G. (2009). Parent, family, and child characteristics: Associations with mother and father-reported emotion socialization practices. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 452-463.

- Yuan, J. W., McCarthy, M., Holley, S. R., & Levenson, R. W. (2010). Physiological down-regulation and positive emotion in marital interaction. *Emotion, 10*(4), 467-474.
- Zagury, T. (1996). *O adolescente por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Record.
- Zagury, T. (2003). O adolescente e a felicidade. *Ciência & Saúde Coletiva, 8*(3), 681-689.
- Zamberlan, M. T., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1997). *Interações familiares: Teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: Editora UEL.
- Zanon, C., & Hutz, C. S. (2010). Estilos de pensamento, personalidade e bem-estar subjetivo: Avanços e polêmicas. *Aletheia, 32*, 80-91.
- Zimmermann, A. C., & Easterlin, R. A. (2006). Happily ever after? Cohabitation, marriage, divorce, and happiness in Germany. *Population and Development Review, 32*, 511-528.
- Zeldin, T. (2009). *Uma história íntima da humanidade*. (2a ed.) (H. Pólvora, Trad.). Rio de Janeiro: BestBolso.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T., Magalhães, A. S., & Bucher-Maluschke, J. (2006). Avaliação da conjugalidade. In A. P. P. Noronha, A. A. A. Santos, & F. F. Sisto (Orgs.), *Facetas do fazer em avaliação psicológica* (pp. 13-56). São Paulo: Vetor.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2009). A conjugalidade dos pais percebida pelos filhos: Questionário de avaliação. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 157-168). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). Sons and daughters' perception of parents as a couple: Distinguishing characteristics of a measurement model. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 24*(1), 28-39.
- Zordan, E. P., & Wagner, A. (2009). Projetos vitais de adultos jovens solteiros: Uma reflexão sobre o lugar do casamento. *Contextos Clínicos, 2*(2), 91-96.

Apêndices

Apêndice A**Questionário de Identificação do Participante (Scorsolini-Comin, 2009)**

Código do participante: _____

Data do questionário: ___ / ___ / _____

(para preenchimento do pesquisador)

1. Dados de identificação

Nome: _____

Data de nascimento: ___ / ___ / _____

Idade: ___ anos

Endereço para contato: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefones para contato: _____

Estado civil: () solteiro(a) () casado(a) () separado(a) () amasiado(a)

Grau de instrução:

() Ensino fundamental incompleto; () Ensino fundamental completo;

() Ensino médio incompleto; () Ensino médio completo;

() Ensino superior incompleto; () Ensino superior completo

Profissão: _____

Você trabalha? () sim () não

Se sim, especificar área de trabalho / cargo: _____

Renda familiar média (em salários mínimos): _____

Se for casado, vá para o item 2.

Se estiver namorando no momento, vá para o item 3.

Se não estiver namorando, vá para o item 4.

2. Para casados (responda ao item 2 somente responda se for casado)

Há quanto tempo possui uma união estável / casamento? _____ anos e ____ meses.

Você habita com seu(sua) parceiro(a) há quanto tempo? _____ anos e ____ meses.

Possui filhos? () sim () não

Se sim, quantos? _____ filhos.

Idade dos filhos: ____ anos ; ____ anos; ____ anos; ____ anos; ____

Como você analisa o seu grau de satisfação com seu relacionamento atual?

- () Nem um pouco satisfatório
- () Um pouco satisfatório
- () Moderadamente satisfatório
- () Bastante satisfatório
- () Extremamente satisfatório

3. Para solteiros que namoram (responda ao item 3 somente responda se for solteiro e estiver namorando no momento)

Há quanto tempo possui um namoro estável? _____ anos e ____ meses.

Como você analisa o seu grau de satisfação com seu relacionamento atual?

- () Nem um pouco satisfatório
- () Um pouco satisfatório
- () Moderadamente satisfatório
- () Bastante satisfatório
- () Extremamente satisfatório

4. Para solteiros que não namoram (responda ao item 4 somente responda se for solteiro e não estiver namorando no momento)

Há quanto tempo você não possui um namoro estável? _____ anos e ____ meses.

Apêndice B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Fabio Scorsolini-Comin, sou psicólogo e estou desenvolvendo minha pesquisa de Doutorado sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, psicólogo e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Este estudo tem por objetivo conhecer a perspectiva de filhos casados e solteiros sobre a importância da percepção acerca do relacionamento afetivo dos pais na percepção das relações afetivas dos filhos.

Para tanto, precisamos da sua colaboração. Para participar desse estudo, você deve estar ciente de que:

- 1) Sua participação é voluntária e você não receberá qualquer remuneração.
- 2) Você não será identificado no final do trabalho, uma vez que seu nome será omitido.
- 3) As informações que você fornecer serão utilizadas somente em trabalhos de divulgação científica, como minha tese, artigos e demais comunicações, sendo a sua identidade sempre preservada.
- 4) Para participar, nós iremos combinar o melhor local, data e horário para a aplicação dos questionários.
- 5) Caso aceite, você responderá a alguns questionários compostos por perguntas que apresentam alternativas sobre a sua percepção sobre o relacionamento afetivo dos seus pais, acerca do seu próprio relacionamento (se estiver vivenciando um) e do seu nível de bem-estar. Você deverá assinalar as respostas com um X. Para responder a esses questionários, você levará cerca de 30 minutos.
- 6) Alguns conteúdos abordados pela pesquisa podem trazer algum tipo de desconforto psicológico, por motivarem alguns sentimentos. Caso isso aconteça, poderemos conversar a respeito. A partir dessa conversa, como responsável pela pesquisa poderei encaminhá-lo para um serviço de atendimento psicológico. Do mesmo modo, se a partir dos dados obtidos nos instrumentos eu, o pesquisador, considerar desejável que você receba algum atendimento psicológico, procederei à indicação do respectivo serviço, estando reservado o seu direito de procurar ou não tal atendimento.

7) Você é livre para desistir da participação no trabalho em qualquer momento, não havendo qualquer prejuízo ou questionamento em relação a essa decisão.

8) Caso queira entrar em contato comigo ou com meu orientador, poderá nos encontrar na sala 34 do Bloco 5 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada à Avenida Bandeirantes, nº 3900, Bairro Monte Alegre, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Nossos telefones de contato são: (16) 3602 3645 e 9151 3850.

Após ter tomado conhecimento destes fatos e de aceitar participar da pesquisa, assumindo não ter sofrido qualquer pressão para tanto:

Eu, _____,
aceito participar deste estudo, sendo que estou ciente de que minha participação é voluntária e de que estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com este estudo, sem que isso acarrete qualquer tipo de prejuízo.

Eu recebi uma cópia deste Termo e a possibilidade de poder lê-lo.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador-responsável: _____

Apêndice C

Tabela 3
 Caracterização sociodemográfica da amostra total (Grupos A, B e C) (N = 374)

<i>Variáveis</i>	<i>n (%)</i>	<i>Média (DP)</i>
<i>Sexo</i>		
Masculino	116 (31,01)	
Feminino	258 (68,98)	
<i>Idade (em anos)</i>		28,01 (11,20)
<i>Renda familiar (em reais)</i>		4.746,82 (4.011,54)
<i>Classificação socioeconômica</i>		
Classe A	83 (22,19)	
Classe B	236 (63,10)	
Classe C	53 (14,17)	
Classe D	2 (0,53)	
Classe E	–	
<i>Grau de instrução</i>		
Ensino Fundamental Incompleto	4 (1,06)	
Ensino Fundamental Completo	4 (1,06)	
Ensino Médio Incompleto	2 (0,53)	
Ensino Médio Completo	38 (10,16)	
Ensino Superior Incompleto	212 (56,68)	
Ensino Superior Completo	114 (30,48)	
<i>Profissão/Ocupação</i>		
Estudante	201 (53,74)	
Professor(a) / Fundamental e Superior	58 (15,50)	
Psicólogo(a)	20 (5,34)	
Outras	95 (25,40)	
<i>Tempo de relacionamento (em anos)</i>		9,24 (9,41)
<i>Tempo sem relacionamento (em anos)</i>		9,30 (8,77)
<i>Grau de satisfação no relacionamento</i>		4,16 (0,79)
Nem um pouco	2 (0,77)	
Um pouco	6 (2,32)	
Moderadamente satisfatório	34 (13,17)	
Bastante satisfatório	122 (47,28)	
Extremamente satisfatório	94 (36,43)	
<i>Chefe de família</i>		
Próprio participante	56 (14,97)	
Companheiro, esposo, namorado	62 (16,57)	
Companheira, esposa, namorada	7 (1,87)	
Pai	218 (58,28)	
Mãe	29 (7,75)	
Irmã(o)	2 (0,53)	
<i>Reside com os pais</i>		
Sim	158 (42,24)	
Não	212 (56,68)	
Sem resposta	4 (1,06)	
<i>Idade dos pais (em anos)</i>		
Pais		57,31 (11,20)
Mães		54,60 (11,26)
<i>Tempo de casamento dos pais (em anos)</i>		30,20 (9,98)

Apêndice D

Tabela 5
 Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas casadas (Grupo A) (N = 118)

<i>Variáveis</i>	<i>n (%)</i>	<i>Média (DP)</i>
<i>Sexo</i>		
Masculino	33 (27,96)	
Feminino	85 (72,03)	
<i>Idade (em anos)</i>		41,55 (10,01)
<i>Renda familiar (em reais)</i>		5.172,17 (4.184,50)
<i>Classificação socioeconômica</i>		
Classe A	14 (11,86)	
Classe B	89 (75,42)	
Classe C	15 (12,71)	
Classe D	–	
Classe E	–	
<i>Grau de instrução</i>		
Ensino Fundamental Incompleto	4 (3,38)	
Ensino Fundamental Completo	3 (2,54)	
Ensino Médio Incompleto	2 (1,69)	
Ensino Médio Completo	18 (15,25)	
Ensino Superior Incompleto	11 (9,32)	
Ensino Superior Completo	80 (67,79)	
<i>Profissão/Ocupação</i>		
Professor / Ensino Fundamental	33 (27,96)	
Professor / Ensino Superior	12 (10,16)	
Psicólogo	6 (5,08)	
Do lar	6 (5,08)	
Outras	61 (51,69)	
<i>Tempo de casamento (em anos)</i>		16,17 (9,98)
<i>Grau de satisfação no casamento</i>		4 (0,89)
Nem um pouco	2 (1,69)	
Um pouco	4 (3,38)	
Moderadamente satisfatório	23 (19,49)	
Bastante satisfatório	52 (44,06)	
Extremamente satisfatório	37 (31,35)	
<i>Chefe de família</i>		
Próprio participante	50 (42,37)	
Companheiro, esposo, namorado	61 (51,69)	
Companheira, esposa, namorada	7 (5,93)	
<i>Reside com os pais</i>		
Sim	6 (5,08)	
Não	108 (91,52)	
Sem resposta	4 (3,38)	
<i>Idade dos pais (em anos)</i>		
Pais		69,24 (11,61)
Mães		66,54 (11,89)
<i>Tempo de casamento dos pais (em anos)</i>		40,44 (10,90)

Apêndice E

Tabela 7

Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas solteiras que namoram (Grupo B)
(N = 140)

<i>Variáveis</i>	<i>n (%)</i>	<i>Média (DP)</i>
<i>Sexo</i>		
Masculino	35 (25)	
Feminino	105 (75)	
<i>Idade (em anos)</i>		21,99 (4,24)
<i>Renda familiar (em reais)</i>		4.552,66 (3.705,16)
<i>Classificação socioeconômica</i>		
Classe A	38 (27,14)	
Classe B	72 (51,42)	
Classe C	30 (21,42)	
Classe D	–	
Classe E	–	
<i>Grau de instrução</i>		
Ensino Fundamental Incompleto	–	
Ensino Fundamental Completo	–	
Ensino Médio Incompleto	–	
Ensino Médio Completo	9 (6,42)	
Ensino Superior Incompleto	110 (78,57)	
Ensino Superior Completo	21 (15)	
<i>Profissão/Ocupação</i>		
Estudante	73 (62,39)	
Professor / Ensino Fundamental	11 (9,40)	
Psicólogo	9 (7,69)	
Auxiliar administrativo	6 (5,12)	
Outras	18 (15,38)	
<i>Tempo de namoro (em anos)</i>		3,41 (2,18)
<i>Grau de satisfação no namoro</i>		4,30 (0,67)
Nem um pouco	–	
Um pouco	2 (1,42)	
Moderadamente satisfatório	11 (7,85)	
Bastante satisfatório	70 (50)	
Extremamente satisfatório	57 (40,71)	
<i>Chefe de família</i>		
Próprio participante	1 (7,14)	
Companheiro, esposo, namorado	1 (7,14)	
Pai	119 (85)	
Mãe	17 (12,14)	
Irmã(o)	2 (14,28)	
<i>Reside com os pais</i>		
Sim	91 (65)	
Não	49 (35)	
<i>Idade dos pais (em anos)</i>		
Pais		51,90 (6,47)
Mães		49,27 (5,77)
<i>Tempo de casamento dos pais (em anos)</i>		26,07 (4,99)

Apêndice F

Tabela 9

Caracterização sociodemográfica da amostra de pessoas solteiras que não namoram (Grupo C) (N = 116)

<i>Variáveis</i>	<i>n (%)</i>	<i>Média (DP)</i>
<i>Sexo</i>		
Masculino	48 (41,4)	
Feminino	68 (58,6)	
<i>Idade (em anos)</i>		21,52 (4,25)
<i>Renda familiar (em reais)</i>		4.557,80 (4.188,28)
<i>Classificação socioeconômica</i>		
Classe A	31 (26,49)	
Classe B	75 (64,10)	
Classe C	8 (6,83)	
Classe D	19 (16,23)	
Classe E	–	
<i>Grau de instrução</i>		
Ensino Fundamental Incompleto	–	
Ensino Fundamental Completo	1 (0,85)	
Ensino Médio Incompleto	–	
Ensino Médio Completo	11 (9,40)	
Ensino Superior Incompleto	88 (75,21)	
Ensino Superior Completo	12 (10,25)	
<i>Profissão/Ocupação</i>		
Estudante	100 (85,47)	
Professor / Ensino Fundamental	5 (4,27)	
Psicólogo	2 (1,70)	
Auxiliar administrativo	2 (1,70)	
Outras	8 (6,83)	
<i>Tempo sem namoro (em anos)</i>		9,33 (8,76)
<i>Chefe de família</i>		
Próprio participante	5 (4,27)	
Companheiro, esposo, namorado	–	
Pai	99 (84,61)	
Mãe	12 (10,25)	
Irmã(o)	–	
<i>Reside com os pais</i>		
Sim	62 (52,99)	
Não	55 (47,01)	
<i>Idade dos pais (em anos)</i>		
Pais		53,09 (6,13)
Mães		49,60 (5,54)
<i>Tempo de casamento dos pais (em anos)</i>		25,60 (4,86)

Apêndice G

Tabela 19
Análise de comparação dos grupos por meio do teste Post Hoc de Tukey (N = 374)

Variável dependente	(I) Estado de relacionamento atual do sujeito	(J) Estado de relacionamento atual do sujeito	Diferença entre as médias I-J	Significância (p)
PCP	Casados	Solteiros que namoram	-7,69*	0,000
		Solteiros que não namoram	-7,06*	0,000
	Solteiros que namoram	Casados	7,69*	0,000
		Solteiros que não namoram	0,62	0,931
	Solteiros que não namoram	Casados	7,06*	0,000
		Solteiros que namoram	-0,62	0,931
AP	Casados	Solteiros que namoram	2,26	0,374
		Solteiros que não namoram	4,71*	0,022
	Solteiros que namoram	Casados	-2,26	0,374
		Solteiros que não namoram	2,44	0,321
	Solteiros que não namoram	Casados	-4,71*	0,022
		Solteiros que namoram	-2,44	0,321
AN	Casados	Solteiros que namoram	-4,24	0,085
		Solteiros que não namoram	-2,56	0,435
	Solteiros que namoram	Casados	4,24	0,085
		Solteiros que não namoram	1,67	0,680
	Solteiros que não namoram	Casados	2,56	0,435
		Solteiros que namoram	-1,67	0,680
SV	Casados	Solteiros que namoram	-0,20	0,866
		Solteiros que não namoram	-0,52	0,423
	Solteiros que namoram	Casados	0,20	0,866
		Solteiros que não namoram	-0,32	0,707
	Solteiros que não namoram	Casados	0,52	0,423
		Solteiros que namoram	0,32	0,707
BES	Casados	Solteiros que namoram	-2,14	0,570
		Solteiros que não namoram	1,61	0,746
	Solteiros que namoram	Casados	2,14	0,570
		Solteiros que não namoram	3,75	0,182
	Solteiros que não namoram	Casados	-1,61	0,746
		Solteiros que namoram	-3,75	0,182

Anexos

Anexo A

Classificação Socioeconômica (Abipeme, 2008)

Código do participante: _____ Data: ____/____/____

Dados de Classificação

(a) Quem é o chefe de família na sua casa? (*Observação: Chefe de família é o membro do casal que mais contribui para o sustento da casa, seja ele o homem ou a mulher. Se ambos contribuem igualmente, considerar como chefe de família o membro do casal com maior renda mensal*)

() o próprio participante

() outrem: Quem: _____

(b) Qual foi o grau de instrução mais alto que o chefe de família obteve? Qual o último ano de escola que o chefe de família cursou? (*Assinale com um X*)

Categorias para a classificação	Pontos ABIPEME
() não estudou primário completo	0
() primário completo e ginásio incompleto	5
() ginásial completo e colegial incompleto	10
() colegial completo e universitário incompleto	15
() universitário completo	21

(c) Na sua casa tem (cada item abaixo)? (*Coloque um X entre parênteses, em “sim” ou “não”*)

	Não	Sim	Pontos
- aparelho de videocassete/DVD	()	()	10
- máquina de lavar roupa	()	()	8
- geladeira	()	()	7
- aspirador de pó	()	()	6

(d) Quantos (cada item abaixo) existem em sua casa? (Coloque o número de itens possuídos entre parênteses, mesmo se for zero)

carros ()

TV em cores ()

banheiros ()

empregados mensalistas ()

rádios ()

	1	2	3	4	5	6 ou mais
Carros	4	9	13	18	22	26
TV em cores	4	7	14	14	18	22
Banheiros	2	5	10	10	12	15
Empregado	5	11	21	21	26	32
Rádios	2	3	6	6	8	9

Total (para preenchimento do pesquisador): _____

Classificação socioeconômica pelo total de pontos ABIPEME:

Total (para preenchimento do pesquisador): _____

A > ou = a 89; B = 59 a 88; C = 35 a 58; D = 20 a 34; E < ou = 19

Anexo B

Escala de Bem-estar Subjetivo (Albuquerque & Tróccoli, 2004)

Subescala 1

Gostaria de saber como você tem se sentido ultimamente. Esta escala consiste de algumas palavras que descrevem diferentes sentimentos e emoções. Não há respostas certas ou erradas. O importante é que você seja o mais sincero possível. Leia cada item e depois escreva o número que expressa sua resposta no espaço ao lado da palavra, de acordo com a seguinte escala.

1	2	3	4	5
Nem um pouco	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente

Ultimamente tenho me sentido ...

1) aflito	17) transtornado	33) abatido
2) alarmado	18) animado	34) amedrontado
3) amável	19) determinado	35) aborrecido
4) ativo	20) chateado	36) agressivo
5) angustiado	21) decidido	37) estimulado
6) agradável	22) seguro	38) incomodado
7) alegre	23) assustado	39) bem
8) apreensivo	24) dinâmico	40) nervoso
9) preocupado	25) engajado	41) empolgado
10) disposto	26) produtivo	42) vigoroso

11) contente	27) impaciente	43) inspirado
12) irritado	28) receoso	44) tenso
13) deprimido	29) entusiasmado	45) triste
14) interessado	30) desanimado	46) agitado
15) entediado	31) ansioso	47) envergonhado
16) atento	32) indeciso	

Subescala 2

Agora você encontrará algumas frases que podem identificar opiniões que você tem sobre a sua própria vida. Por favor, para cada afirmação, marque com um X o número que expressa o mais fielmente possível sua opinião sobre sua vida atual. Não existe resposta certa ou errada, o que importa é a sua sinceridade.

48. Estou satisfeito com minha vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

49. Tenho aproveitado as oportunidades da vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

50. Avalio minha vida de forma positiva

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

51. Sob quase todos os aspectos minha vida está longe do meu ideal de vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

52. Mudaria meu passado se eu pudesse

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

53. Tenho conseguido tudo o que esperava da vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

54. A minha vida está de acordo com o que desejo para mim

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

55. Gosto da minha vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

56. Minha vida está ruim

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

57. Estou insatisfeito com minha vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

58. Minha vida poderia estar melhor

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

59. Tenho mais momentos de tristeza do que de alegria na minha vida

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

60. Minha vida é “sem graça”

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

61. Minhas condições de vida são muito boas

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

62. Considero-me uma pessoa feliz

(1) Discordo Plenamente (2) Discordo (3) Não sei (4) Concordo (5) Concordo Plenamente

Anexo C**Questionário de Conjugalidade dos Pais (Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2007)**

Por favor, responda cada questão de acordo com a sua impressão sobre a relação conjugal de seus pais, marcando a alternativa mais próxima da sua lembrança dos fatos. Caso seus pais tenham se separado e se recasado quando você ainda era muito pequeno, escolha o casal (pai/madrasta ou mãe/padrasto) com o qual você mais conviveu, como referência para responder ao questionário. Caso você tenha crescido com um outro casal (tios, avós ou padrinhos) ou só com um dos pais (pai ou mãe), escolha o casal que ocupou o lugar mais importante para você ao longo do seu crescimento como referência. Em qualquer destes casos, indique a que casal você está se referindo.

Minhas respostas se referem a:

Meus pais () Meu pai e minha madrasta () Minha mãe e meu padrasto ()

Outro casal ()

Especifique o tipo de vínculo _____

Idade: Homem _____ anos.

Idade: Mulher _____ anos.

Situação Conjugal Atual

Casados () Separados () Viúvo () Viúva ()

Recasados: Homem () Mulher () Ambos ()

Se casados, há quanto tempo? _____ anos.

Se separados/viúvo (a): sua idade à época _____ anos.

Se recasados: Homem – sua idade à época do 1º recasamento: _____ anos.

Mulher – sua idade à época do 1º recasamento: _____ anos.

1 – Meus pais faziam surpresas agradáveis um para o outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

2 – Meus pais saíam com amigos comuns.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

3 – Meus pais dificultavam a vida profissional um do outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

4 – Minha mãe assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

5 – Meus pais dividiam as responsabilidades no dia-a-dia.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

6 – Meu pai falava mal da família da minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

7 – Meus pais saíam para se divertir sem os filhos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

8 – Meu pai demonstrava insegurança na relação com minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

9 – Minha mãe demonstrava ser uma pessoa feliz.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

10 – Meus pais se interessavam pelas questões um do outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

11 – Meu pai aparentava permanecer casado por conveniência.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

12 – Meus pais concordavam um com o outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

13 – Meu pai ameaçava bater na minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

14 – A relação dos meus pais parecia tensa.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

15 – Meu pai aparentava trair minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

16 – Meus pais expressavam seus sentimentos um pelo outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

17 – Minha mãe demonstrava desejo pelo meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

18 – Meu pai confiava na minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

19 – Meu pai se sentia sozinho.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

20 – Meus pais demonstravam ser companheiros.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

21 – Na relação dos meus pais existiam sérios conflitos que eles nunca resolveram.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

22 – Meus pais se abraçavam na frente dos filhos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

23 – Meus pais costumavam ficar conversando um com o outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

24 – Minha mãe ameaçava bater no meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

25 – Meus pais se ridicularizavam mutuamente.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

26 – Meus pais facilitavam a vida profissional um do outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

27 – Minha mãe confiava no meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

28 – Meus pais costumavam rir juntos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

29 – Meus pais tinham “brigas feias”.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

30 – Meus pais trocavam carinhos físicos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

31 – Meus pais reclamavam um do outro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

32 – Minha mãe demonstrava satisfação com o casamento.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

33 – Meu pai sentia ciúme da minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

34 – Minha mãe aparentava trair meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

35 – A relação dos meus pais parecia gratificante para ambos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

36 – Meus pais se agrediam fisicamente.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

37 – Meu pai assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

38 – Meu pai demonstrava desejo pela minha mãe.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

39 – Minha mãe falava mal da família do meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

40 – Meus pais se beijavam na frente dos filhos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

41 – Meus pais passavam o tempo livre juntos.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

42 – Meus pais eram flexíveis para mudar suas opiniões.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

43 – Meus pais concordavam sobre as regras referentes à minha educação.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

44 – Minha mãe aparentava permanecer casada por conveniência.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

45 – Meu pai demonstrava satisfação com o casamento.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

46 – Meus pais tinham dificuldade de comunicação.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

47 – Meus pais discutiam por causa de dinheiro.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

48 – Meus pais se elogiavam mutuamente.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

49 – Minha mãe demonstrava insegurança na relação com meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

50 – Meu pai demonstrava ser uma pessoa feliz.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

51 – Meus pais atiravam ou quebravam objetos quando estavam brigando.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

52 – Minha mãe se sentia sozinha.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

53 – Meus pais respeitavam suas diferenças de opinião.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

54 – Meus pais pareciam sintonizados.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

55 – Minha mãe sentia ciúme do meu pai.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

56 – Meus pais aparentavam estar felizes com o relacionamento deles.

Nunca () Raramente () Às vezes () Geralmente () Sempre ()

Anexo D**Escala Fatorial da Satisfação em Relacionamento de Casal – EFS-RC (Wachelke, Andrade, Souza, & Cruz, 2007)**

Pedimos que, por favor, responda aos itens abaixo, referentes a sua relação com seu(sua) companheiro(a). Não há respostas certas ou erradas; O importante é que você seja o mais sincero possível. Leia cada item e depois escreva o número que expressa sua resposta no espaço ao lado da palavra, de acordo com a seguinte escala.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Não sei responder
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

- A. Meu(minha) companheiro(a) e eu temos muitas ideias e interesses em comum..... ()
- B. Considero meu(minha) companheiro(a) bonito(a)..... ()
- C. Meu(minha) companheiro(a) e eu temos interesses e expectativas compatíveis em relação ao nosso futuro profissional..... ()
- D. Meu(minha) companheiro(a) é fisicamente atraente para mim..... ()
- E. Reprovo muitas atitudes do(a) meu(minha) companheiro(a)..... ()
- F. Meu(minha) companheiro(a) e eu gostamos de participar de atividades similares..... ()
- G. A aparência de meu(minha) companheiro(a) não é ideal para mim..... ()
- H. Sinto muita vontade de envolver-me em situações de contato físico com meu(minha) companheiro(a)..... ()
- I. As situações de contato físico entre mim e meu(minha) companheiro(a) são muito prazerosas..... ()

Anexo E

**Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo**

Of.CEIP/FFCLRP-USP. 066/2009 –21/8/2009

Senhor(a) Pesquisador(a):

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "Como
nossos pais: conjugalidade, bem-estar subjetivo e transmissão psíquica
geracional na perspectiva da Psicologia Positiva", foi re-analisado pelo Comitê de
Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 81ª Reunião Ordinária realizada em
19/08/2009, e, enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo
CEP-FFCLRP nº 4392009 – 2009.1.613.59.2.

Atenciosamente,


Profa. Dra. ANA RAQUEL LUCATO CIANFLONE
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FFCLRP-USP

Ilustríssimo(a) Senhor(a):
FABIO SCORSOLINI COMIN

c.c:
 Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos
 Docente do Departamento de Psicologia e Educação
 Desta FFCLRP-USP

